

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTI-INSTITUCIONAL EM DIFUSÃO DO
CONHECIMENTO**

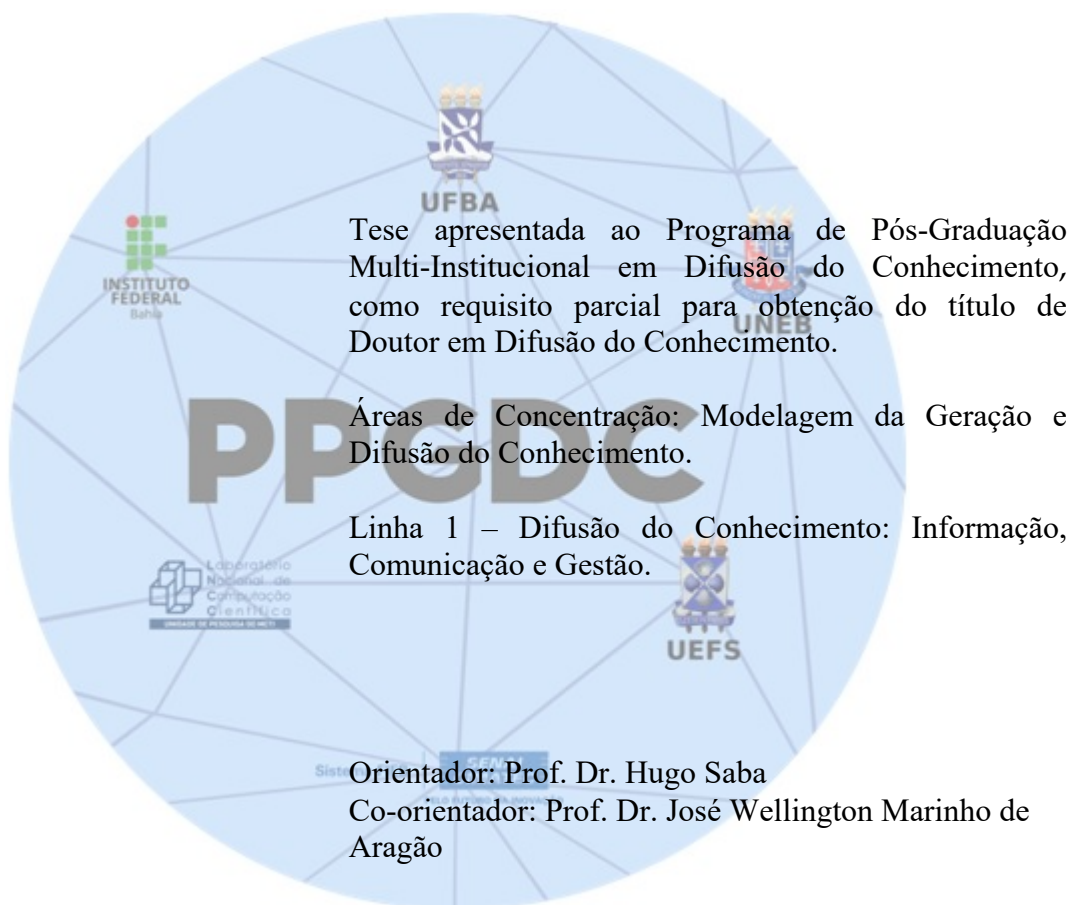
HÉLIO SOUZA DE CRISTO

**ENTRE A RUA E A REDE:
PERCEPÇÕES JUVENIS SOBRE AS *FAKE NEWS* EM SEUS
PROCESSOS DE FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICAS**

Salvador
2022

HÉLIO SOUZA DE CRISTO

**ENTRE A RUA E A REDE:
PERCEPÇÕES JUVENIS SOBRE AS *FAKE NEWS* EM SEUS
PROCESSOS DE FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICAS**



Salvador
2022

Cristo, Hélio Souza de.

Entre a rua e a rede : percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas / Hélio Souza de Cristo. - 2022. 231 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Saba Pereira Cardoso.

Coorientador: Prof. Dr. José Wellington Marinho de Aragão.

Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento, Salvador, 2022.

1. Juventude. 2. Jovens. 3. Fake news. 4. Formação política. 5. Participação política. 6. Tecnologia digital. 7. Tecnologia da informação e da comunicação. I. Cardoso, Hugo Saba Pereira. II. Aragão, José Wellington Marinho de. III. Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento. IV. Título.

CDD 305.23 - 23. ed.

HÉLIO SOUZA DE CRISTO

ENTRE A RUA E A REDE:
PERCEPÇÕES JUVENIS SOBRE AS *FAKE NEWS* EM SEUS PROCESSOS
DE FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento, nas Áreas de Concentração Modelagem da Geração e Difusão do Conhecimento, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Difusão do Conhecimento, à seguinte banca examinadora:



Prof. Dr. Hugo Saba (orientador)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB/PPGDC/DMMDC)


Prof. Dr. José Wellington Marinho de Aragão

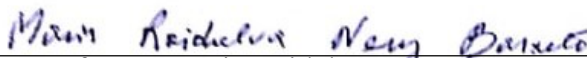
Prof. Dr. José Wellington Marinho de Aragão (co-orientador)
Universidade Federal da Bahia (UFBA/PPGDC/DMMDC)



Prof.ª Dr.ª Daniela Abreu Matos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)



Prof.ª Dr.ª Maria Inês Corrêa Marques
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Prof.ª Dr.ª Maria Raidalva Nery Barreto
Instituto Federal da Bahia (IFBA)



Prof. Dr. Mauricio Perondi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resultado: *Aprovado.*

Salvador, 04 de março de 2022

À memória de minha mãe, Celina
Maria de Souza, e avó, Floripes
Barbosa de Cristo.

AGRADECIMENTOS

Primeiro é preciso dizer que ser pesquisador neste país tem sido, nos últimos anos, um ato de resistência e (re)existência. Por isso, meus agradecimentos a todos e todas que de diferentes maneiras fizeram essa caminhada valer a pena e contribuíram para a construção desse trabalho. Muita gente me ajudou e esteve ao meu lado. Não consegui chegar até aqui sozinho.

A Deus, por proporcionar a honra e a graça deste momento, pelo seu amor incondicional e, sobretudo, pelo dom da vida, principalmente num momento em que parte do curso de doutorado aconteceu em meio à pandemia da Covid-19.

À minha mãe, Celina Maria de Souza e à minha avó, Floripes Barbosa de Cristo (ambas *in memoriam*), pelos eternos ensinamentos, aprendizagens, experiências e amor que continuam tão vivos e presentes dentro de mim, servindo de inspiração e estímulo para os meus passos. Vocês são meu exemplo de força e determinação. Obrigado, mãe; obrigado, “vó”, pelas orações e torcida!

À minha irmã, Anne Gabrielle de Cristo, por todo apoio, carinho, cuidado, amor e presença constantes.

A todos os meus familiares, em especial à minha tia, Iêda Maria Barbosa de Cristo, à prima Mariana Cristo Silva, primo Daniel Cristo Silva e à prima Ana Victoria Bulhões pela atenção, preocupação, apoio e vibrações.

Às amigas Aldaíra Xavier, Alessandra Ribeiro, Dinalva Dias, Elidiana de Jesus, Ilma Ângela Nunes, Ítala Barreto, Luana Figueiredo, Milena Fernanda Cabral Vieira, Renata Magalhães e aos amigos Jones Paixão, José Tarciso Santos e Misael Sena pelas orações, demonstrações de amor, carinho, apoio e palavras de incentivo.

Ao meu cunhado, Neemias Lima e sua família pelo incentivo, apoio e alegrias da convivência, principalmente em nossos momentos de reuniões que renovavam as energias.

Ao amigo, Teófanés Assis, por fazer parte e ser parte dessa trajetória, pela escuta atenciosa e disponível, pelas leituras e sugestões no processo da pesquisa.

Às professoras e professores, extensivos às/os funcionárias/os, que passaram e deixaram marcas – cada qual ao seu modo pessoal e profissional de ser – no meu processo de escolarização no Ensino Fundamental I no Grupo Escolar Rural do Campinho (atualmente, Escola Municipal Professora Maria das Graças Sampaio Ferrari) e no Grupo Escolar Presidente Castelo Branco (atualmente, Escola Municipal da Baixa Alegre), no Ensino Fundamental II no Colégio Estadual João Leonardo da Silva, no Ensino Médio no Colégio Estadual de Valença (atualmente, Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde do Leste Baiano), na Graduação na Universidade do Estado da Bahia (Campus XV), no Mestrado na Universidade Estadual de Feira de Santana e no Doutorado na Universidade Federal da Bahia.

A vocês e a cada uma dessas instituições de ensino, meu total respeito, reconhecimento e eterna gratidão. Eu sou eu e cada um/a de vocês. Não cheguei até aqui apesar da educação pública. Cheguei até aqui por causa da educação pública. Afinal, não se faz doutor sem professor/a.

E, nessas poucas palavras, não posso deixar de expressar o imenso privilégio de ter sido estudante da professora Rosa Palma (*in memoriam*), com quem tive maior aproximação nas aulas de Didática com o encanto pela arte de ensinar e aprender, e da professora Francilma Coutinho, que competentemente estimulou em mim o gosto pela leitura e escrita em suas maravilhosas aulas de Língua Portuguesa, Literatura e Redação. A vocês, minha eterna admiração.

Ao Programa de Pós-Graduação Multi-Institucional em Difusão do Conhecimento, sobretudo pela qualidade docente e responsabilidade de seus funcionários técnico-

administrativos, que possibilitaram a travessia e a minha construção profissional-acadêmica durante o doutoramento.

Aos meus estimados orientadores, Prof. Dr. Hugo Saba e Prof. Dr. José Wellington Marinho de Aragão, por compartilharem comigo seus saberes, conhecimentos e experiências durante esses quatro anos. Agradeço por terem acreditado em mim desde o começo. Agradeço a seriedade, leveza, segurança, dedicação e paz de espírito com que conduziram as orientações na construção da pesquisa. Foi um grande prazer e privilégio ter sido orientando de vocês.

À banca examinadora, composta pela Prof.^a Dr.^a Daniela Abreu Matos, Prof.^a Dr.^a Maria Inês Corrêa Marques, Prof.^a Dr.^a Maria Lucineide Andrade Fontes, Prof.^a Dr.^a Maria Raidalva Nery Barreto e Prof. Dr. Maurício Perondi, agradeço a disponibilidade, atenção e acolhimento para avaliar e contribuir com este trabalho. Vocês são fonte de inspiração e resistência, sobretudo numa época de ataques às pesquisas científicas, às pesquisadoras, aos pesquisadores, à educação pública e à Ciência. A vocês, meu muito obrigado e grande admiração.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia pelo apoio e investimento destinados à realização da pesquisa.

Aos colegas da turma 2018, assim como aos demais que conheci no percurso do curso, por todos os momentos, diálogos, risos, tensões e aprendizagens compartilhadas. Agradeço, em especial, a Anita de Almeida, Érica Correia, Jaildon Góes, Marcos Vinícius Castro e Maria Celeste de Castro pelas nossas conversas, cafés, trocas de conhecimentos, compartilhamento de textos e laços de amizades construídos.

Aos jovens que acolheram a pesquisa, dando conteúdo e forma empírica ao trabalho, ao mesmo tempo que possibilitaram a mim aprendizagens pessoais e acadêmicas adquiridas ao longo da pesquisa. Minha gratidão a vocês por oxigenarem cada linha desta tese.

Aos colegas, amigos e estudantes do Colégio Estadual Cândido Meireles e do município de Cairu-BA, bem como à equipe e coordenadores pedagógicos do NTE 06 pelo incentivo, torcida, aprendizagens, diálogos e vibrações positivas.

A Frederick Scott pela companhia e carinho sempre presentes nos momentos de leitura e escrita desta tese.

De modo geral, traduzo meus sentimentos de agradecimento nas palavras de Marthin Luther King: “Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

Por fim (e primeiramente), fora Bolsonaro e todos aqueles que estão atravancando nossos caminhos! Esperancemos, como nos diz Paulo Freire.

Hélio Souza de Cristo

“Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo busca apresentar e analisar percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas. Sem prejuízo de dados quantitativos, a pesquisa é de abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada por revisão sistemática de literatura e pesquisa de campo, tendo “juventude, *fake news*, formação política e participação política” como categorias analíticas basilares. No que tange ao desenvolvimento da pesquisa em seus aspectos empíricos, esta aconteceu em duas etapas que dialogam entre si: a primeira ocorreu com a aplicação de questionário misto *online* a fim de conhecer o perfil socioeconômico dos participantes e aproximar-se dos seus lugares de falas, cujo questionário utilizou a escala *Likert*. Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas audiogravadas com os participantes por meio da plataforma virtual *Google Meet*. Os participantes da pesquisa são jovens com idades entre 18 e 29 anos, cuja delimitação da quantidade de participantes se deu através do processo amostral por saturação teórica e as primeiras aproximações com eles através do método de coleta de dados Bola de Neve Virtual. No tocante ao tratamento de dados, a pesquisa utilizou a análise de conteúdo a partir dos pressupostos de Bardin (2016), partindo do princípio que a análise de conteúdo possibilita ao analista um caminho metodológico de maior aprofundamento no processo de leitura, interpretação e inferências. Epistemologicamente, a pesquisa é tecida numa perspectiva histórico-cultural, em que juventude é compreendida como uma categoria plural e histórica; as *fake news* enquanto narrativas falsas que se passam por reais e manipulam a realidade; e política, na perspectiva da formação e participação, é entendida como campo de lutas, relações de poder, disputas e conflitos. Na construção investigativa desta tese, o termo política é utilizado sem rotular o discurso nas categorias político-partidárias de esquerda ou direita. Nesse sentido, debruçando-se nas ideias e pressupostos teóricos e empíricos, o caminho de chegada até as percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas é caracterizado pela discussão de questões que interceptam o encontro entre a temática juventude, *fake news*, formação política e participação política, levando em consideração a possível influência que as *fake news* podem exercer enquanto elementos que transitam nos campos de socialização política e sociabilidades juvenis. Em seu conjunto, os resultados da pesquisa apontam a inexistência de publicações que articulem juventude, formação política, participação política e *fake news*. Sinalizam para o fato que as identidades e projetos de vida juvenis têm se reconfigurado por processos societários e tecnicidades que produzem outros espaços de sociabilidades e práticas coletivas juvenis. Percebe-se que as práticas de participação política juvenis variam em sua espacialidade e temporalidade, desde a política do cotidiano à política institucionalizada. Evidencia-se que a visão dos jovens sobre política continua sendo impactada pela cultura política existente, principalmente pelas suas referências de política institucionalizada. Por um lado, há descrença dos jovens com o formato tradicional de fazer política no Brasil e, por outro lado, há esperança dos jovens em novas formas de participação política. Assim, o debate acerca da formação política juvenil representa a expressão dos novos paradigmas sociais frente à estrutura de funcionamento da produção e disseminação das *fake news*, uma vez que os processos de formação e participação políticas juvenis têm se dado num terreno onde a cultura da desinformação é uma grande ameaça à oxigenação da democracia. Os dados apontam que os jovens, levando em conta as eleições presidenciais no Brasil em 2018 e os posicionamentos do presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19, acreditam que as *fake news* possuem um papel preocupante na tomada de decisões e escolhas políticas da juventude, podendo influenciar nas práticas políticas do cotidiano.

Palavras-chave: Juventude; jovens; *fake news*; formação política; participação política; tecnologias digitais da informação e comunicação.

ABSTRACT

This study seeks to present and analyze youth perceptions about fake news in their processes of political formation and participation. Without prejudice to quantitative data, the research has a qualitative and exploratory approach, based on a systematic literature review and field research, with “youth, fake news, political formation and political participation” as basic analytical categories. Regarding the development of the research in its empirical aspects, this took place in two stages that dialogue with each other: the first occurred with the application of a mixed online questionnaire in order to know the socioeconomic profile of the participants and get closer to their places of speech, whose questionnaire used the Likert scale. In the second stage, audio-recorded semi-structured interviews were conducted with the participants through the virtual platform Google Meet. The research participants are young people aged between 18 and 29 years, whose delimitation of the number of participants took place through the sampling process by theoretical saturation and the first approximations with them through the data collection method: Bola de Neve Virtual. With regard to data processing, the research used content analysis based on the assumptions of Bardin (2016), assuming that content analysis provides the analyst with a methodological path to further deepen the process of reading, interpretation and inferences. Epistemologically, the research is woven in a cultural-historical perspective, in which youth is understood as a plural and historical category; fake news as false narratives that pretend to be real and manipulate reality; and politics, from the perspective of training and participation, is understood as a field of struggles, power relations, disputes and conflicts. In the investigative construction of this thesis, the term politics is used without labeling the discourse in left or right party political categories. In this sense, leaning on theoretical and empirical ideas and assumptions, the path to youth perceptions of fake news in their political training and participation processes is characterized by the discussion of issues that intersect the encounter between the youth theme, fake news, political formation and political participation, taking into account the possible influence that fake news can exert as elements that transit in the fields of political socialization and youth sociability. As a whole, the research results indicate the inexistence of publications that articulate youth, political formation, political participation and fake news. They point to the fact that youth identities and life projects have been reconfigured by societal processes and technicalities that produce other spaces for youth sociabilities and collective practices. It is noticed that youth political participation practices vary in their spatiality and temporality, from everyday politics to institutionalized politics. It is evident that young people's views on politics continue to be impacted by the existing political culture, mainly because of their references to institutionalized politics. On the one hand, there is disbelief of young people with the traditional format of doing politics in Brazil and, on the other hand, there is hope of young people in new forms of political participation. Thus, the debate on youth political training represents the expression of new social paradigms in the face of the working structure of the production and dissemination of fake news, since the processes of youth political training and participation have taken place in a terrain where the culture of disinformation it is a great threat to the oxygenation of democracy. The data show that young people, taking into account the presidential elections in Brazil in 2018 and the positions taken by President Jair Bolsonaro during the Covid-19 pandemic, believe that fake news has a worrying role in the decision-making and political choices of youth, which can influence everyday political practices.

Keywords: Youth; young; fake news; political formation; political participation; digital information and communication technologies.

LISTA DE QUADROS, FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

Apresentação

Figura 1	Etapas da pesquisa.	29
Figura 2	Fases da Análise de Conteúdo.	32
Quadro 1	Regras subjacentes à constituição do <i>corpus</i> .	33
Quadro 2	Síntese dos estudos.	37

Capítulo 1 – Artigo 1

Figura 1	Componentes analíticos dos metaestudos.	47
Quadro 1	Produções relacionadas a juventude, formação política, participação política e <i>fake news</i> entre 2009 e 2019.	48
Figura 2	Publicações de trabalhos sobre <i>fake news</i> no período de janeiro de 2005 a junho de 2020, segundo o banco de dados <i>Scopus</i> .	49
Figura 3	Quantidade de publicações por periódico relacionadas a <i>fake news</i> , segundo o banco de dados <i>Scopus</i> .	50
Figura 4	Palavras ou expressões recorrentes nos trabalhos publicados relacionadas a <i>fake news</i> , segundo o banco de dados <i>Scopus</i> .	50
Quadro 2	Temas abordados nos estudos sobre juventudes identificados a partir da análise dos artigos selecionados.	54
Quadro 3	Artigos segundo autor, ano, local de publicação e principais conceitos/autores.	58
Quadro 4	Principais técnicas utilizadas nos estudos analisados.	64

Capítulo 4 – Artigo 4

Quadro 1	Classificação das <i>fake news</i> .	143
----------	--------------------------------------	-----

Capítulo 5 – Artigo 5

Tabela 1	Jovens participantes da entrevista semiestruturada.	182
Figura 1	Níveis de intensidade da escala <i>Likert</i> .	183
Gráfico 1	Qualificação sobre quanto política é um assunto de interesse da juventude.	183
Gráfico 2	Qualificação quanto ao interesse sobre o assunto política.	184
Gráfico 3	Principais fontes de informação sobre política.	188
Gráfico 4	Principais redes sociais que utilizam para se informar.	189
Gráfico 5	Influência das mídias digitais e redes sociais na participação política dos jovens.	190
Gráfico 6	Nível de confiança na política brasileira.	191
Gráfico 7	Nível de satisfação quanto ao cenário político brasileiro atual.	192
Tabela 2	Grau de importância no cenário político atual.	194
Gráfico 8	Grau de confiança nas notícias sobre política veiculadas pela mídia brasileira.	195
Gráfico 9	Qualificação sobre o quanto a mídia brasileira influencia nas escolhas e decisões políticas.	196
Gráfico 10	Qualificação sobre o quanto se preocupam com as <i>fake news</i> .	197
Gráfico 11	Qualificação sobre o quanto verificam uma informação antes compartilhá-la.	198
Gráfico 12	Qualificação sobre o quanto as <i>fake news</i> já influenciaram em suas escolhas e decisões.	199
Gráfico 13	Qualificação sobre o quanto as <i>fake news</i> podem influenciar na	199

Gráfico 14

formação e participação políticas juvenis.

Qualificação sobre o quanto as *fake news* podem comprometer a formação política das gerações.

200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIMATEC	Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia
DMMDC	Doutorado Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento
DR.	Doutor
EUA	Estados Unidos da América
IA	Inteligência Artificial
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IFBA	Instituto Federal da Bahia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISC	Instituto de Saúde Coletiva
LNCC	Laboratório Nacional de Computação Científica
PPGDC	Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento
PPGSC	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
PROF.	Professor
PT	Partido dos Trabalhadores
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	18
1.1. Trajetória profissional/acadêmica e a aproximação com o objeto de pesquisa	18
1.2. Perspectiva epistemológica: a pesquisa e a formação do analista cognitivo	20
1.3. Questão e objetivos da pesquisa	26
1.4. Percurso e aspectos metodológicos da pesquisa	27
1.5. Plano de análise dos dados	30
1.6. Organização e estrutura da tese	34
1.7. Referências	37
CAPÍTULO 1 – ARTIGO 1	40
Juventude, política e <i>fake news</i>: metaestudo das produções acadêmicas em periódicos científicos entre os anos 2009 e 2019	
1. Introdução	42
2. Metaestudo: onde estamos e para onde vamos	46
3. Fontes de dados	48
4. Análise dos estudos	52
5. Análise metateórica	57
6. Metamétodo: métodos e técnicas	63
7. Considerações finais	65
8. Referências	68
CAPÍTULO 2 – ARTIGO 2	71
De quem se fala quando se utiliza os termos juventude e jovem?	
1. Introdução	72
2. Juventude: nossa velha (des)conhecida	74
3. A juventude e o jovem: entre o singular e o plural	79
4. De sujeitos falados a sujeitos falantes: uma questão de identidade e projeto de vida?	88
5. Considerações finais	93
6. Referências	95
CAPÍTULO 3 – ARTIGO 3	99
Os jovens podem participar? Considerações acerca da participação política e formação política como arenas em disputa	
1. Introdução	101
2. Universo teórico-interpretativo sobre o conceito participação	102
2.1. Participação na perspectiva de Paulo Freire	104
2.2. Participação na perspectiva de Maria da Glória Gohn	107
2.3. Participação na perspectiva de Juan Enrique Díaz Bordenave	111
3. Juventudes e política: formação política como disposição à participação política juvenil	115
3.1. Da formação política à participação política: os hiatos entre o ser e estar jovem	124
4. Considerações finais	130
5. Referências	132
CAPÍTULO 4 – ARTIGO 4	137

Juventudes, formação política e fake news: vida ou morte da participação política?

1. Introdução	139
2. <i>Bios</i> Midiático e Inteligência Artificial: o lado obscuro das <i>Fake News</i>	142
3. Formação política juvenil em tempos de <i>fake news</i>	148
4. Considerações finais	161
5. Referências	163
CAPÍTULO 5 – ARTIGO 5	170

Percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas

1. Introdução	171
2. Aspectos metodológicos da pesquisa	174
3. <i>Fake news</i> , formação e participação políticas	178
4. Dimensão empírica	181
4.1 Perfil dos participantes	181
4.2 Resultados e discussão	183
5. Considerações finais	207
6. Referências	210
CONCLUSÃO	215
APÊNDICE 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido Questionário	222
APÊNDICE 2 – Questionário	225
APÊNDICE 3 – Roteiro de entrevista semiestruturada	230

1. APRESENTAÇÃO

Nesta apresentação, que se destina às palavras introdutórias sobre a pesquisa em tela, descrevo aspectos relacionados à minha trajetória profissional e acadêmica, que funcionaram e contribuíram como âncoras de aproximação para a escolha das “*Percepções Juvenis sobre as Fake News em seus Processos de Formação e Participação Políticas*” enquanto tema da pesquisa que ora desenvolvi e relato. Posteriormente, apresento os princípios teóricos e epistemológicos que tanto justificam quanto delinearão e fundamentaram o estudo, assim como os objetivos, os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do trabalho e, por fim, a organização textual desta tese.

Destaco que, em boa parte da apresentação deste trabalho, utilizo a primeira pessoa do singular como tempo verbal, sobretudo na seção que diz respeito à minha trajetória profissional e acadêmica. Noutras seções, adoto a primeira pessoa do plural por compreender que, apesar da tese ser de minha autoria, o caminho percorrido em sua construção é marcado por uma série de diálogos e interações que ocorreram no decorrer da pesquisa, destacando o próprio processo de orientação do Prof. Dr. Hugo Saba e co-orientação do Prof. Dr. José Wellington Marinho de Aragão, com os quais a autoria dos artigos que formam este trabalho é compartilhada. Quanto aos artigos, utilizo o tempo verbal na terceira pessoa do singular ou plural.

1.1. TRAJETÓRIA PROFISSIONAL/ACADÊMICA E A APROXIMAÇÃO COM O OBJETO DE PESQUISA

De maneira sucinta, posso afirmar que foram as minhas primeiras experiências de trabalho como docente, iniciadas em 2009 na rede estadual de educação da Bahia, com jovens-estudantes de Ensino Médio que possibilitaram as primeiras percepções sobre as singularidades e pluralidades que constituem o universo do termo “juventudes”. Foi a partir dessa aproximação que comecei a me interessar pelas leituras e estudos sobre juventudes.

Entretanto, o desejo e a aproximação com a temática “juventude, política e *fake news*” emergem e estão fortemente articulados ao meu percurso profissional e acadêmico, com destaque ao período do Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) no qual pesquisei sobre juventude, meio ambiente e engajamento militante, buscando compreender os processos de socialização política que contribuem para o engajamento juvenil na militância ambientalista.

O processo da pesquisa do Mestrado trouxe, embora não se constituísse o objeto de estudo ou foco da pesquisa, indícios que o ativismo digital, principalmente as relações de

sociabilidades criadas através das mídias sociais como meio de militância, funciona como instrumento estratégico de engajamento militante, principalmente o *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *WhatsApp*.

Os 10 jovens, com quais desenvolvi a pesquisa (militantes de movimentos ambientalistas do estado da Bahia), tinham as mídias sociais como um carro-chefe para a construção e disseminação de suas ideias, pensamentos e denúncias sociais, bem como eles representavam o ciberespaço como campo de interação, interatividade e difusão dos grupos, coletivos, movimentos e organizações em que estavam inseridos.

Nesse contexto, os jovens – sujeitos da pesquisa – relataram superficial e pontualmente sobre como a produção e veiculação de notícias e informações falsas eram prejudiciais às suas militâncias, assim como à sobrevivência dos grupos, coletivos, movimentos e organizações ambientalistas.

Percebendo o quanto as mídias sociais e suas narrativas conseguem impactar e alcançar os diferentes públicos, como as informações produzidas e compartilhadas produzem efeitos sociais e políticos nos posicionamentos, posturas e visões de mundo das pessoas, emergiu o interesse de estudo pelas percepções que os jovens¹ possuem sobre as possíveis implicações das *fake news* nos seus processos de formação e participação políticas frente às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC).

Assim, ao optar pela linha de pesquisa “*Difusão do Conhecimento - Informação, Comunicação e Gestão*”, à época da seleção de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento em 2018, considerei que a referente a linha se constitui como um campo fértil às discussões que perpassam os estudos sobre TDIC e os processos de produção e difusão de saberes, conhecimentos e práticas, de modo que poderia contribuir, significativamente para a ampliação e discussão sobre os estudos que interceptam o campo das juventudes.

Desse modo, como relatado, a aproximação e a efervescência dessa pesquisa provêm das minhas experiências acadêmicas e profissionais. E, diante das lacunas e baixa produção literária-acadêmica sobre a interlocução entre juventudes, *fake news* e política, desejo que esses registros e memórias signifiquem muito mais do que um degrau à minha vida acadêmica e carreira profissional.

¹ Em consonância com a Lei nº 12.852 (Art. 1º), de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE (BRASIL, 2013), este trabalho considera “jovens as pessoas entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

Anseio, sobretudo, que essa pesquisa simbolize um caminho de reflexão e estudo capaz de fomentar a libertação, emancipação e transformação dos sujeitos, principalmente para os jovens e aqueles que se debruçam nos estudos e diferentes processos de educação das juventudes enquanto sujeitos de socialização política e sociabilidades juvenis.

1.2. PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA: A PESQUISA E A FORMAÇÃO DO ANALISTA COGNITIVO

O que justifica a realização de uma pesquisa sobre as percepções juvenis acerca das *fake news* em seus processos de formação e participação políticas? Qual a relevância de uma pesquisa desta natureza num contexto brasileiro caracterizado por transformações e metamorfoses políticas que reverberam no campo social, cultural, tecnológico, econômico e educacional?

E mais: Que bases epistemológicas dialogam e subsidiam os aspectos teóricos e metodológicos de uma pesquisa desenvolvida no campo das ciências sociais, tendo a formação e participação políticas juvenis como ponto-chave? Para quem e para quê se desenvolve e escreve uma pesquisa que traz em seu arcabouço estudos sobre juventudes, *fake news*, formação e participação políticas?

A princípio, é preciso dizer que – para uma pesquisa desenvolvida no seio de um Programa de Pós-Graduação Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, que tem como objetivo principal a formação de analistas cognitivos – a tessitura dos questionamentos acerca do ato de pesquisar e suas nuances com os aspectos epistemológicos coloca em questão que toda concepção de pesquisa, consciente ou inconscientemente, está circunscrita estruturalmente numa perspectiva de construção cognitiva do conhecimento.

E, neste caso, a presente pesquisa se fundamenta na construção de conhecimentos no campo da Sociologia das Juventudes (WEISHEIMER *et al.*, 2013; GROppo, 2017) em suas interfaces com os estudos sobre *fake news*, formação e participação políticas; compreendendo que as *fake news* – enquanto narrativas falsas, que se passam por reais e objetivam manipular o real – representam elementos de uma crise epistemológica da atualidade, sobretudo com a plataformização do mundo (POELL; NIEBORG; DIJCK, 2020; MORONI, 2021).

Cabe salientar que, neste trabalho, o termo *fake news* não será traduzido para a língua portuguesa. Tal opção se deve pelo fato que, além do termo ser representativo da “era do

algoritmo”², sua abrangência é bem maior na língua inglesa, se comparado à sua tradução como “notícias falsas” na língua portuguesa.

Desse modo, partimos do princípio que o termo é mais abrangente na língua inglesa, uma vez que o adjetivo falso, segundo o *Dicio* (dicionário *Online* de Português), é entendido como: “contrário à verdade; sem correspondência com a realidade. Que oculta o que realmente pensa. Que aparenta ser real, mas não é; cujo conteúdo foi adulterado, modificado; feito por imitação; desprovido de fundamento, de exatidão”.

Assim, a partir da definição como “sem correspondência com a realidade”, o termo *fake news* assume uma condição bem mais ampla à medida que agrega tanto notícias falsas, assim como notícias que não são falsas em sua totalidade. E, portanto, mantêm algum tipo de correspondência com a realidade, mas que foram produzidas e disseminadas com o intuito de gerar danos e prejuízos ou disseminadas sem, necessariamente, ter por finalidade esses objetivos (BRANCO, 2017; MORONI, 2021).

Importante destacar que, epistemologicamente, as *fake news* não representam uma novidade no âmbito das relações humanas. Trata-se de uma expressão reciclada e bastante usada na atualidade com o intuito de

[...] caracterizar informações que transmitem conteúdos que não se apoiam ou se apoiam de modo parcial na realidade. A verdade fica em segundo plano ou é algo inexistente [...] impactando na opinião pública, nas relações entre indivíduos e grupos sociais, bem como politicamente em sistemas democráticos (MORONI, 2021, p. 350).

Nesse sentido, considerando a natureza epistemológica do termo *fake news*, assim como a abrangência e natureza multidisciplinar que alicerça a formação do analista cognitivo, partimos do princípio que não há como desenvolver uma pesquisa sem refletir acerca do campo epistemológico ao qual a pesquisa está situada. Dentro da proposição de uma pesquisa no contexto da formação do analista cognitivo, refletir sobre a dimensão epistemológica se relaciona ao conjunto de escolhas do pesquisador.

Ao definir o que pesquisar e o caminho de investigação a ser percorrido, o analista cognitivo – alicerçado num arcabouço teórico – está realizando escolhas e tomando decisões que se constituem opções epistemológicas.

² Expressão utilizada para designar as relações sociais cibernéticas a partir da intensificação massiva e global do uso da internet, que tem redefinido os modos de sociabilidades por meio das tecnologias digitais da informação e comunicação numa relação na qual os sujeitos - ao mesmo tempo que atribuem forma aos algoritmos - são, também, “formados” por eles, principalmente com o desenvolvimento das tecnologias de Inteligência Artificial (LATOUR, 2012; SODRÉ, 2013; LEE, 2019; SUMPTER, 2019).

Esse processo, por sua vez, reforça a falácia da neutralidade da investigação científica, tendo em vista que pesquisar é um ato político envolto por questões de dimensão filosófica, técnica, ideológica, científica e social.

Isso significa dizer que, na construção, tratamento e difusão do conhecimento, ao analista cognitivo não cabe assumir uma postura maniqueísta perante o objeto do conhecimento, mas sua análise deve perpassar pela compreensão que o conhecimento científico é, condicionalmente, histórico e social. Ou seja, o analista cognitivo na qualidade de pesquisador trabalha com escolhas epistemológicas, que delineiam a posição social de sua pesquisa diante do contexto histórico em sua dialogia entre os universos teóricos e empíricos.

Assim, epistemologicamente falando, pesquisar se constitui um processo de construção de conhecimento perpassado pela leitura e compreensão da realidade. Nesse processo, o analista cognitivo na condição de pesquisador se encontra num estado de tensão, haja vista que o conhecimento construído por meio de sua pesquisa não é fechado e absoluto, mas se apresenta como um recorte de estudo mensurável e factível pelas suas lentes parciais e limitadas.

Por assim afirmar, não se deve perder de vista que a pesquisa é um elemento da própria atividade humana que possibilita o rompimento dicotômico e, ao mesmo tempo, dialógico entre a prática e a teoria, o concreto e o abstrato. Essa dialogia, de acordo com Creswell (2010) e Minayo (2013), permite à pesquisa se debruçar na busca por respostas a partir de uma questão-problema delineada por um método, através do qual torna-se possível maximizar e construir conhecimentos.

Em face disso, o ato de pesquisar está envolto pela atmosfera de construção do conhecimento científico subsidiado por uma base epistemológica que delinea os princípios dos diálogos existentes entre a teoria e a empiria, cujo método atua como elemento de ligação das finalidades da pesquisa e sua base epistemológica.

A esse respeito e no tocante aos objetivos sobre os quais este estudo se debruça numa concepção de pesquisa reivindicatória e participatória (CRESWELL, 2010), partimos do princípio que:

[...] a investigação da pesquisa precisa estar interligada à política e a uma agenda política. Por isso, a pesquisa contém uma agenda de ação para a reforma que pode mudar as vidas dos participantes, as instituições nas quais os indivíduos trabalham ou vivem e a vida do pesquisador (CRESWELL, 2010, p. 32).

Epistemologicamente e a partir da concepção de pesquisa reivindicatória e participatória apontada por Creswell (2010), dentro da linha de pesquisa *“Difusão do*

Conhecimento: Informação, Comunicação e Gestão”, esta tese tem a perspectiva histórico-cultural como base epistemológica central, pois parte do princípio que a construção do conhecimento é social proveniente da interação e compartilhamento de práticas entre os sujeitos em suas múltiplas relações históricas.

Nesse sentido, as experiências e vivências dos jovens assumem um papel fundamental na construção do conhecimento científico, que não se constitui enquanto cópia da realidade ou totalidade desta. Mas, como produto histórico-cultural oriundo da construção humana e suas vivências que se relacionam entre si. Por essa razão, ao se debruçar na ideia de “percepções juvenis”, esta tese busca deslocar os jovens da condição de sujeitos falados para a condição de sujeitos falantes.

Nesse sentido, a presente tese parte do pressuposto, de acordo com Abramo (2005) e Matos (2018), que há – pelo menos – quatro concepções onde podem ser localizadas as juventudes, que estão subjacentes a perspectivas sociais, históricas e culturais, a saber: *juventude como período preparatório; juventude como problema social; juventude como ator social estratégico para o desenvolvimento; juventude cidadã e sujeito de direitos.*

Assim, eleger a perspectiva histórico-cultural enquanto base epistemológica que melhor dialoga com essa pesquisa significa considerar que os fenômenos, acontecimentos e relações sociopolíticas não se dão numa plataforma composta por unidades de pensamento e linguagem fixas, acabadas, absolutas, imutáveis e estáveis. Elas existem enquanto processo sócio-histórico mediado pelos jovens através de suas *práxis* cotidianas, visando a superação de posicionamentos dogmáticos e céticos.

Dessa maneira, os meios e os fins que justificam o caminho metodológico de uma pesquisa subsidiada na epistemologia histórico-cultural não centram seus olhares nos resultados como respostas absolutas e acabadas, como se estes fossem verdades inquestionáveis.

O sentido epistemológico atribuído à verdade, no interior de uma pesquisa como desta natureza, não se constitui como elemento exato e objetivo da realidade, como se houvesse uma forma única e definitiva para compreender e explicar o mundo, seus fenômenos e relações.

Assim, a concepção de verdade não está na relação objetiva entre pensamento e linguagem, como chama atenção o socioconstrutivismo. A verdade é dinâmica. Ela está enquanto “modelo” (representação) espaço-temporal de explicação e interpretação da realidade, sendo construída nas relações e ações mútuas entre os sujeitos e o meio.

Por isso, na perspectiva epistemológica do objeto de estudo desta tese, a verdade não se configura enquanto unidade fixa, estática, absoluta e determinante; visto que ela está presente nas interações, experiências aprendidas e compartilhamentos entre os sujeitos por meio da *práxis*, alicerçada – sobretudo – nos processos de mediação e sociointeração. Razão pela qual, podemos pensar em “verdades”.

A formação política e a participação política, enquanto um dos principais eixos de discussão nesta tese e sob a ótica da epistemologia histórico-cultural, não é algo dado e inerente às sociedades, especialmente pensada com o coletivo. São processos oriundos da relação mediadora e dialógica entre os sujeitos e, portanto, ocorre por meio da *práxis* (diálogo constante entre ação e reflexão), onde os jovens colocam em pauta seus conflitos, pensamentos, ideias, causas e proposições para a compreensão e transformação de suas realidades.

Nesse ponto, é importante destacar que política é usada, nesta tese, sem rotular o discurso nas categorias de esquerda ou direita enquanto adesão a esse ou aquele posicionamento ou partido político-partidário. Se por um lado, esta tese parte do pressuposto que política não é entendida neste trabalho como elemento de abordagem político-partidária; por outro lado, não há cerceamento quanto aos posicionamentos de cunho político-partidário dos jovens participantes da pesquisa.

Isso se deve pelo fato que – para muitos jovens – a política partidária ainda se constitui como o maior campo de referência relacionada ao termo política, servindo como uma espécie de “espelho retrovisor” através do qual constroem, também, suas práticas sociais no que tange às suas relações políticas do cotidiano.

A formação política juvenil, nesse contexto, é entendida enquanto conjunto de estratégias e práticas que, além de abarcar processos de transmissão de condutas, valores e crenças, se configura como campo potencial de inserção e interação dos jovens na vida pública, possibilitando outras formas e instrumentos de construção das suas identidades sociais, culturais, políticas, ideológicas e históricas.

A interação é um caminho propício para a exteriorização e interiorização cultural, que vão se construindo por meio das relações sociais. Logo, a formação e participação políticas são resultantes da *práxis* coletiva, que considera as relações sociais, históricas e políticas entre os sujeitos. Na ausência do outro, a formação e a participação políticas não são possíveis, visto que a vivência social (seus conflitos e tensões) é de fundamental importância para a transformação social.

Por essa razão, tomando como base as ideias e ideais de Freire (2011), é preciso considerar que a formação e a participação políticas dos sujeitos não são sinônimos de discursos ou de mero ativismo (ação pela ação), mas se constituem enquanto processos que se dão nos interstícios da reflexão e ação.

Desse modo, a construção do conhecimento científico se dá por meio de processos de interpretação e compreensão não lineares, hierárquicos, unidirecionais e mecânicos. Seguindo a lógica de Vygotsky (2011), do ponto de vista do conhecimento, o entendimento acerca das relações sociais perpassa pela compreensão que os sujeitos são interativos. E, por isso, constroem conhecimentos e explicações não determinísticas (absolutas) sobre as coisas e, ao mesmo tempo, se constrói através das relações interpessoais (social) e intrapessoais (individual interno).

Nesse processo intercambial de socializações e sociabilidades, os jovens constroem linguagens, valores e conhecimentos. Isso, por sua vez, viabiliza que eles construam também explicações e visões de mundo a partir de sua interação com a história e a cultura (ainda que sejam modelos provisórios, porque emergem de um contexto sociocultural situado numa escala espaço-temporal).

A ideia de “modelos”, abordada nesta tese, não está relacionada à reprodução ou regras a serem seguidas passivamente, mas à natureza de transitividade de concepções, paradigmas e explicações acerca dos fenômenos, acontecimentos e relações sociopolíticas.

Logo, a base ou peça fundamental de construção do conhecimento *entre e sobre* os sujeitos está no sentido social, cultural e histórico dos acontecimentos, ações e interações, de modo que o sentido assume a condição de elemento dinâmico e variável; visto que não há uma realidade pronta e acabada e, ao mesmo tempo, ele oferece visibilidade às relações entre linguagem externa e interna no tocante ao contexto dos sujeitos. Assim, esta tese parte da concepção que o conhecimento não pretende alcançar a verdade absoluta, total e inquestionável.

Não se trata de atribuir significado absoluto à natureza da pesquisa, seu sentido reside na ideia que os sujeitos têm direito de acesso ao conhecimento culturalmente construído e aos seus meios de produção, a fim de apropriar-se, assimilar e criar a realidade. Ao atribuir sentido, os sujeitos assumem a condição tanto de produtos quanto de produtores de suas histórias e culturas pela via da interação social e subjetivação de suas práticas sociopolíticas (FREIRE, 2011).

Como substrato da epistemologia socioconstrutivista que alicerça esta tese, a dialética é considerada o principal fundamento da relação entre o pesquisador e o objeto de estudo,

assim como entre o pesquisador e os sujeitos-participantes da pesquisa. Nessa perspectiva, não há uma sobreposição do sujeito em relação ao objeto e vice-versa, bem como não existe uma separação determinada por princípios rígidos entre sujeito e objeto, de modo que atribuam ideia de maior ou menor importância entre eles.

Na pesquisa, o objeto assume o lugar de sujeito à medida que se constitui como unidade fundamental à construção do conhecimento científico. Por isso, adota-se a perspectiva de sujeitos no sentido plural, já que – nesse processo – ambos fazem intervenções, externalizam seus conteúdos culturais e transformam suas realidades.

Visto por essa ótica, o jovem não está na pesquisa como objeto passivo de observação, análise e extração de informações. Ele se constitui como partícipe da pesquisa, co-construtor do conhecimento, enfim como sujeito-participante de conhecimentos e saberes. Por esse olhar, a presente tese esforça-se para transitar da ideia de “*pesquisar sobre*” (o objeto existe como elemento falado) para “*pesquisar com*” (o objeto assume a função de sujeito, porque possui fala).

Dito isso, compreende-se a interatividade como elemento articulador de comunicação na relação social de compartilhamento, construção colaborativa e difusão de conhecimentos entre os sujeitos. A interatividade assume o caráter de ponto de encontro e, ao mesmo tempo, de canal de comunicação entre as diferenças, as culturas, as gerações, o pluralismo de ideias e a construção dialética do conhecimento científico.

Em Vygotsky (2011), pode-se considerar que os sujeitos se constituem através da interação com o meio no qual estão inseridos. Pensando nas relações comunicativas e colaborativas mediadas pelas redes de computadores, a interatividade possibilita a formação de novas comunidades, que anunciam a emergência de novas maneiras e estratégias de comunicação e disseminação de saberes e conhecimentos.

Nesse contexto, as comunidades interativas – pela via da mediação – provocam o deslocamento de práticas epistemológicas unidirecionais, lineares, hierárquicas para as vertentes da interação, autonomia, aprendizagem colaborativa, dialogicidade e criação; despontando, inclusive, outras maneiras de formação e participação políticas juvenis perpassados por novos elementos de socialização e sociabilidades das juventudes.

1.3. QUESTÃO E OBJETIVOS DA PESQUISA

O presente estudo se debruça na seguinte questão de pesquisa: “*Quais as percepções juvenis sobre as fake news em seus processos de formação e participação políticas?*”.

Partindo da questão que o orienta, este estudo tem como objetivo geral: apresentar a análise das percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas.

Para alcançar esse objetivo, que será desenvolvido de maneira mais específica no Capítulo 5, foram traçados objetivos específicos que são desenvolvidos nos Capítulos 1, 2, 3 e 4, a saber:

- Mapear discutindo o estado do conhecimento da produção científica sobre juventude, *fake news*, formação política e participação política publicada em periódicos entre 2009 e 2019.
- Conceituar juventude, levando em consideração os aspectos sociais, políticos e históricos que o tornam plural.
- Conceituar participação à luz do universo teórico-interpretativo de Paulo Freire, Maria da Glória Gohn e Juan Enrique Díaz Bordenave.
- Discutir analisando as relações entre juventudes, jovens e política.
- Refletir, por meio da revisão de literatura, o conceito de *fake news*, sua influência e efeitos na formação política juvenil.

Considerando a articulação existente entre os artigos e numa perspectiva de análise transversal, os resultados apresentados no Capítulo 5 refletem de forma globalizada os diálogos tecidos nos Capítulos 1, 2, 3 e 4.

1.4. PERCURSO E ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Sem prejuízo dos dados quantitativos, a abordagem metodológica da pesquisa é de natureza qualitativa exploratória, fundamentada por revisão de literatura e pesquisa de campo. Seu caráter exploratório se dá pelo fato que a pesquisa busca explorar estudos acerca de determinadas situações dentro do contexto das relações e dinâmicas sociais da vida humana, que são ainda poucas conhecidas ou não foram suficientemente estudadas/exploradas (CRESWELL, 2010; MINAYO, 2013; MINAYO; COSTA, 2018).

A pesquisa qualitativa, enquanto campo que abrange um leque de possibilidades de metodologias de pesquisa, viabiliza novos olhares e outras abordagens acerca dos estudos relacionados a processos sociais, bem como a construção de conhecimento e a revisão de conceitos à luz do objeto estudado. Visto pela perspectiva social, o campo da pesquisa qualitativa dialoga com múltiplos processos de investigações científicas que “tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica” (MINAYO, 2010, p. 34).

De natureza dialética e multidimensional, a pesquisa qualitativa busca manter intrínseca relação com a realidade social, levando em consideração o universo histórico, contextual, o campo de significados, crenças, valores e subjetividades dos sujeitos sociais.

Por essa razão, a pesquisa qualitativa é, também, chamada de Investigação Naturalística, uma vez que ela é desenvolvida no contato com o campo de pesquisa. Desse modo, numa pesquisa qualitativa, o pesquisador assume a condição de instrumento-chave na interação com o objeto de estudo e a construção do conhecimento científico, onde o fenômeno social é o principal ponto de investigação da pesquisa (CRESWELL, 2010; MINAYO; COSTA, 2018).

Nesse contexto, os pesquisadores qualitativos têm maior centralidade no processo de desenvolvimento da pesquisa do que uma preocupação maior com os resultados e os produtos da pesquisa, como se estes últimos tivessem maior relevância ou importância em detrimento do processo. Essa natureza de uma pesquisa de abordagem qualitativa está no fato que os significados se constituem seu principal ponto de preocupação, a fim de oferecer respostas às indagações e problemas existentes no dia a dia (CRESWELL, 2010; MINAYO, 2013; MINAYO; COSTA, 2018).

Assim, considerando sua natureza qualitativa exploratória, o percurso de construção dessa pesquisa é caracterizado – inicialmente – pela revisão sistemática do projeto de pesquisa no tocante ao objeto de estudo, delineamento da problemática, análise da questão-problema investigativa, assim como dos objetivos e questões paralelas que fundamentam a pesquisa.

Nesse processo inicial foi realizada também, conforme o Capítulo 1 se debruça, a revisão bibliográfica em arquivos físicos, como livros e artigos impressos, e eletrônicos por meio de consulta a plataformas de pesquisas *online*, periódicos, dissertações e teses. Esse processo teve como finalidade mapear e explorar como a temática investigada tem sido abordada, especialmente, nos últimos 10 anos e melhor definir o caminho a ser seguido quanto ao aprofundamento nos estudos e investigação sobre a temática.

Importante destacar que, numa pesquisa qualitativa exploratória, a revisão sistemática da literatura se constitui uma ação fundamental em todo o processo da pesquisa. Pois, além de fornecer subsídios sobre a produção científica existente, permite ao pesquisador fazer novas descobertas, ampliar os horizontes da pesquisa, aproximar-se teoricamente do campo da pesquisa, conhecer as lacunas sobre o objeto de estudo e dar maior visibilidade aos aspectos e fenômenos, até então, pouco explorados e estudados.

Pela sua substancialidade no processo de pesquisa, especialmente quando se trata de uma abordagem qualitativa exploratória, concorda-se com Creswell (2010) e Minayo (2013)

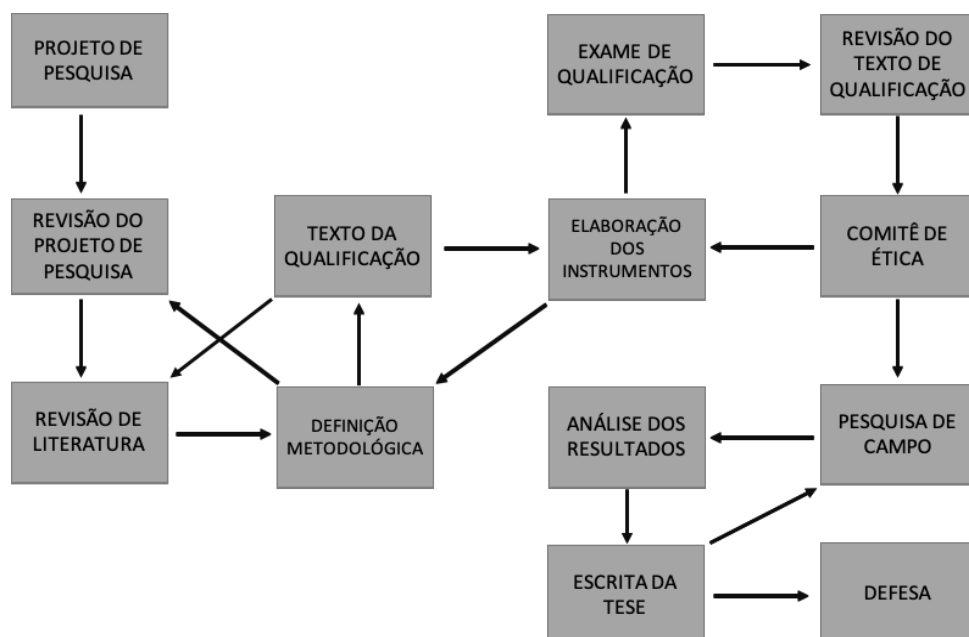
que, ao realizar uma revisão de literatura, o pesquisador precisa ter compromisso e responsabilidade tanto com as fontes de acesso aos acervos bibliográficos quanto com o tratamento dado às informações apreendidas e conhecimentos aprendidos.

A partir desse entendimento e da questão “Quais as percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas?”, o processo de revisão da literatura que embasa essa pesquisa se debruçou nas reflexões preliminares dos seguintes questionamentos: Qual a relevância social da pesquisa ao abordar essa temática? Quais categorias de análise subsidiarão a pesquisa? Quais referenciais teóricos têm pesquisado acerca da temática? Sob qual perspectiva têm pesquisado?

Quais teorias embasam seus estudos e pesquisas? Quantos trabalhos científicos já foram publicados a nível nacional e internacional relacionados à temática? Que pontos aproximam e distanciam os trabalhos e pesquisas existentes sobre a temática? Quais critérios serão utilizados para seleção do referencial teórico que dialogará com esta pesquisa?

Ainda que essas inquietações estejam, paralelamente, articuladas à problemática e questão-problema que delineiam esta pesquisa, não se constitui uma tarefa objetiva responder separadamente cada uma delas; haja vista que – enquanto questões paralelas, mas não menos importantes – elas são respondidas dialógica e metodologicamente ao longo de toda a pesquisa, cuja estrutura de organização das etapas da pesquisa está apresentada no *design* de investigação abaixo.

Figura 1: Etapas da pesquisa.



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Embora seja melhor descrito e discutido no Capítulo 5, vale mencionar que no que tange ao desenvolvimento da pesquisa em seus aspectos empíricos e considerando o momento de distanciamento social em virtude da pandemia causada pela Covid-19 e o cenário de incertezas referente a encontros presenciais, a pesquisa de campo foi realizada através de dois momentos que dialogam entre si, respeitando-se os aspectos e princípios éticos de uma pesquisa com seres humanos, conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa nº 4.633.140.

O primeiro momento da pesquisa de campo ocorreu com a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – apêndice 1) e aplicação de questionário misto *online* (apêndice 2) a fim de conhecer o perfil socioeconômico dos participantes e aproximar-se dos lugares de falas dos jovens; bem como, utilizando a escala *Likert*, o questionário abordou perguntas que tratam – especificamente – da relação entre juventude, formação política, participação política e *fake news*.

No segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas audiogravadas (a apêndice 3) com os participantes por meio da plataforma virtual *Google Meet*. Os participantes da pesquisa são jovens com idades entre 18 e 29 anos, cuja delimitação da quantidade de participantes foi realizada por meio do processo amostral por saturação teórica (THIRY-CHERQUES, 2009; MINAYO, 2017) e as primeiras aproximações com os participantes se deram através do método de coleta de dados Bola de Neve Virtual (GLASER & STRAUSS, 2006; FLICK, 2009; COSTA, 2018). Para levantamento, análise e tratamento dos dados, optou-se pela análise de conteúdo, cuja discussão será abordada na seção a seguir.

1.5. PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

O intrínseco diálogo entre teoria e prática se constitui um elemento importante nos estudos e pesquisas que interceptam o campo das ciências sociais. As reflexões acerca da indissociabilidade da teoria com a prática enquanto percurso caracterizado por consensos e dissensos perpassam, também, pela escolha dos caminhos metodológicos de investigação que podem articular e aproximar a pesquisa, desde à sua concepção teórica ao tratamento de dados, às vivências e práticas sociais.

Nesse sentido, no tocante ao tratamento de dados, esta pesquisa utilizou a análise de conteúdo a partir dos pressupostos de Bardin (2016). Enquanto um procedimento clássico de pesquisa e método empírico, a análise de conteúdo é um caminho metodológico viável tanto à descrição sistemática quanto à intersubjetividade manifesta e latente das informações, que

possibilita ao analista maior aprofundamento no processo de leitura, interpretação e inferências ao debruçar-se nas mensagens (AMADO, 2000; FLICK, 2013).

Daí, seu caráter interpretacionista, uma vez que a análise de conteúdo tem como objetivos trabalhar o sentido da palavra e conhecer aquilo que se encontra nas suas entrelinhas. Nesse sentido, corroborando com os objetivos que embasam essa pesquisa e os princípios teórico-metodológicos que fundamentam a análise de conteúdo,

as mensagens expressam as representações sociais na qualidade de elaborações mentais construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento. Relação que se dá na prática social e histórica da humanidade e que se generaliza via linguagem. Sendo constituídas por processos sociocognitivos, têm implicações na vida cotidiana, influenciando não apenas a comunicação e a expressão das mensagens, mas também o comportamento (FRANCO, 2018, p. 12).

Na perspectiva da análise do conteúdo, tratar as mensagens significa interpretá-las e codificá-las, razão pela qual pensamento, linguagem e ação se constituem processos interdependentes perpassados pela *práxis* da interlocução entre as mensagens e o conjunto de vivências, conflitos e problemas sociais. Esse processo, por sua vez, viabiliza a construção de conhecimentos na mediação entre os sujeitos e o objeto do conhecimento à medida que a linguagem assume a condição de forte ferramenta teórica e metodológica para desvelar e desnudar o escrito, o falado e o explícito entre o conteúdo manifesto e o conteúdo latente.

Dessa maneira, a análise de conteúdo configura-se numa reunião de instrumentos e técnicas utilizados no processo analítico e interpretativo de dados da pesquisa, cuja aplicação se debruça no sentido dos documentos verbais (orais ou escritos), gestos, silêncios e mensagens figurativas, buscando uma leitura crítica e aprofundada articulada às inferências sobre o campo de produções das mensagens.

Por isso, não é pretensão da análise de conteúdo assumir uma postura meramente descritiva diante dos dados da pesquisa e do conjunto de informações. Do ponto de vista de Bardin (2016, p. 45),

o analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os “documentos” que podem descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são a manifestação de estados, de dados e de fenômenos. Há qualquer coisa a descobrir por e graças a eles. Tal como a etnografia necessita da etnologia as suas descrições minuciosas, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo.

Para Bardin (2016), a manipulação da mensagem – no tocante ao seu conteúdo e expressão – é uma das principais características que fundamentam a análise de conteúdo.

Através dessa manipulação, torna-se possível perceber indicadores, inclusive quantitativos, capazes de realizar inferências sobre a mensagem, visando construir conhecimentos pertinentes ao arcabouço contextual e as condições de produção e recepção das mensagens por meio das inferências e interpretações realizadas. Além de objetivar o entendimento crítico subjacente aos sentidos das mensagens tanto implícitas quanto explícitas.

Procedimentalmente, de acordo com Bardin (2016), para efetividade da análise de conteúdo como uma opção metodológica é condição *sine qua non* que o analista garanta a realização das três fases que sustentam a profundidade e o rigor técnico-científico do método, conforme apresentado na figura 2.

Figura 2: Fases da Análise de Conteúdo.



Fonte: Elaborada pelo autor (2020), com base em Bardin (2016).

A primeira fase, denominada pela autora de “*Pré-Análise*”, diz respeito ao processo de organização do material por meio do mapeamento e levantamento iniciais que subsidiam a aproximação com o campo investigativo. Esse momento visa contatos preliminares com documentos, textos, construção de expectativas, intuições, representações e impressões sobre a temática em estudo. E, sobretudo, tem por finalidade alicerçar as bases necessárias à elaboração de um plano de análise que servirá como elemento fundante para as fases posteriores.

Para Bardin (2016), a fase da pré-análise tem três finalidades principais constituídas por elementos fundamentais que, embora dialoguem entre si, não mantêm uma ordem cronológica rígida e unidirecional, quais sejam: seleção dos documentos que serão analisados; elaboração dos objetivos e/ou hipóteses; e definição dos indicadores que subsidiam a interpretação final.

Em linhas gerais, nessa primeira fase, cabe ao analista realizar a leitura “flutuante” dos documentos que serão analisados buscando conhecer as mensagens que os constituem. Assim como, esse momento requer, também, do analista que seja feita a escolha dos documentos consoante os objetivos e o problema que fundamentam a pesquisa.

Definido o conjunto de documentos a serem analisados, Bardin (2016) sinaliza que faz necessário constituir um *corpus*. A autora explica que “o *corpus* é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica escolhas, decisões, seleções e regras” (BARDIN, 1977, p. 96). A constituição do *corpus*, por sua vez, não é aleatória, visto que se baseia em elementos e regras principais, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Regras subjacentes à constituição do *corpus*.

REGRAS	ORIENTAÇÕES
Exaustividade	Destina-se ao esgotamento do assunto em sua totalidade.
Representatividade	As amostras devem considerar o universo macro.
Homogeneidade	Os documentos analisados devem tratar do mesmo tema, bem como as técnicas usadas devem ser homogêneas.
Pertinência	É preciso que os documentos dialoguem com os objetivos e o problema da pesquisa.
Exclusividade	A classificação de um elemento não pode ocorrer em mais de uma categoria.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020), com base em Bardin (2016).

A segunda fase, intitulada “*Exploração do Material*”, destina-se à etapa em que as unidades de codificação são selecionadas, levando em consideração três procedimentos elementares, quais sejam:

- *Codificação*, que está associada à escolha de unidades de registros, regras de contagem e categorias, segundo suas características em comum;
- *Classificação*, o agrupamento das unidades se dá em virtude do sentido e expressão das palavras, estando articulado ao seu caráter semântico, léxico e sintático;
- *Categorização*, cujo procedimento possibilita ao analista reunir e organizar o maior número possível de informações, a fim de correlacioná-los e classificá-los.

Em linhas gerais, o foco de tratamento dado na segunda fase é à unidade de registro. Para Bardin (2016), uma unidade de registro diz respeito à própria unidade que deverá ser codificada, assumindo a condição de um tema, uma palavra, um texto ou uma frase. Paralelamente, as unidades de contexto têm grande importância no processo de análise e interpretação das unidades de registros.

A terceira e última fase, chamada “*Tratamento dos Resultados*”, refere-se à etapa pertinente às inferências e interpretação dos dados. Neste momento, com os resultados em condição bruta, o analista tem por função torná-los válidos e significativos à pesquisa, retornando ao referencial teórico com o objetivo de fortalecer as análises realizadas.

Nesta perspectiva, na fase de tratamento dos resultados, o processo de interpretação deve ultrapassar a leitura superficial e preliminar do conteúdo manifesto inerente aos documentos. Pois, interessa ao analista o conteúdo latente, o sentido presente nas entrelinhas dos documentos apreendidos sobre o qual deverá debruçar-se para construir, consistentemente, suas inferências.

Dialogando com Bardin (2016), Franco (2018) adverte que a inferência na análise de conteúdo é perpassada por diferentes polos de atenção, chamados de polos de atração da comunicação. Por isso, o processo de inferência funciona como uma ferramenta de indução que permite a devida investigação das causas correlacionadas aos efeitos do fenômeno estudado.

Um olhar geral e aprofundado sobre as fases que fundamentam a análise de conteúdo coloca em evidência que “o esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira” (GODOY, 1995, p. 23).

Portanto, à luz da pesquisa intitulada “Entre a Rua e a Rede: Percepções Juvenis sobre as Fake News em seus Processos de Formação e Participação Políticas”, utilizar a análise de conteúdo como caminho metodológico significou dizer não à leitura desatenta, dispersa e simples do real, buscando superar as incertezas e tornar mais rica a leitura e a pesquisa.

1.6. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA TESE

Essa tese adota um formato considerado insubordinado tomando como referência os modelos mais hegemônicos e tradicionais, nos quais – geralmente – a tese é estruturada com base em um “padrão” constituído por introdução, revisão da literatura, métodos e procedimentos, resultados, discussão e conclusão (DUKE; BECK, 1999; PALTRIDGE, 2002). Já os “formatos insubordinados de dissertações e teses são aqueles que rompem com a representação tradicional da pesquisa educacional nestas modalidades de trabalhos acadêmicos” (BARBOSA, 2015, p. 350).

A organização e estrutura desta tese, por sua vez, constituem um formato insubordinado, conhecido também como multipaper, tendo em vista que a tese é formada por um conjunto de artigos, que dialogam entre si, provenientes do processo de pesquisa.

Sem nenhum demérito à qualidade e natureza dos modelos de tese mais hegemônicos e tradicionais, sublinha-se que a constituição de uma tese em formato multipaper permite que

os artigos possam ser publicados ou submetidos à publicação, processos que podem acontecer tanto antes quanto posterior à defesa (BARBOSA, 2015; DUKE; BECK, 1999).

Estruturalmente, Duke e Beck (1999) recomendam que a tese no formato multipaper possua um capítulo ou seção introdutória, apresentando os aspectos gerais da pesquisa, cuja recomendação aderimos ao escrever esta apresentação. De acordo com Barbosa (2015, p. 351), pode-se ainda inserir “[...] capítulo final para retomar e globalizar os resultados relatados nos artigos”, que – no caso desta tese – corresponde ao capítulo 5.

Científica e academicamente, o formato multipaper viabiliza a difusão da pesquisa numa maior amplitude entre pesquisadores, estudiosos e profissionais, tornando mais ampla as possibilidades do estudo adquirir repercussão e melhor visibilidade no campo ou área de conhecimento onde a pesquisa foi ou está sendo desenvolvida, criando bases para que à tese seja atribuída a condição de uma autêntica obra de investigação.

Boote e Beile (2005) afirmam que a revisão de literatura de uma tese em formato multipaper possui característica mais dinâmica ao longo do desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista que a revisão bibliográfica não fica centrada numa única seção, quando comparada a uma tese no formato convencional.

Na perspectiva de Boote e Beile (2005), partindo do princípio e necessidade que cada artigo seja completo em si mesmo por meio do seu próprio arcabouço literário, ao doutorando cabe a função de articular todas as partes (artigos) com o todo (tese) num processo contínuo e sistemático de (re)visitação e releitura da literatura durante a escrita. Cujo processo tem por finalidade articular as ideias, análises e conclusões de forma coerente e coesa, de modo a dar sentido, significado e unidade científica à tese.

De acordo com Duke e Beck (1999), Física, Química e Geologia estão entre as áreas que mais utilizam o formato multipaper, seguidas da área de Biologia e campos afins. Além disso, as autoras já apontavam uma ascensão do uso do formato multipaper no campo da Educação em universidades dos Estados Unidos e Europa.

Vale ressaltar que esse modelo, também, tem sido utilizado em alguns cursos de mestrado e doutorado da Universidade Federal da Bahia, a exemplo do Programa de Pós-Graduação de Ensino, Filosofia e História das Ciências e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC/ISC), bem como no Doutorado Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento (DMMDC) pelo Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento (PPGDC – UFBA, UNEB, UEFS, IFBA, LNCC, Senai Cimatec).

Concordando com os pressupostos argumentativos trazidos por Duke e Beck (1999), Paltridge (2002), Boote e Beile (2005) e Barbosa (2015), elegemos o formato multipaper como escrita desta tese, de modo que o trabalho está organizado e estruturado da seguinte maneira: essa Apresentação, Capítulos em artigos e a Conclusão.

Nessa Apresentação, dediquei-me – brevemente – a apresentação de minha trajetória acadêmica e profissional, mais especificamente aos aspectos que me aproximaram desse estudo, bem como trouxe também elementos relacionados à relevância e justificativa dessa pesquisa no campo de formação do analista cognitivo, a questão-problema da pesquisa, os objetivos, o delineamento metodológico e uma visão global sobre o que trata cada Capítulo.

Os Capítulos 1, 2, 3, 4 e 5 estão escritos em formato de artigos que, embora façam abordagens diferentes, dialogam entre si. Os Capítulos 1, 2, 3 e 4 são de natureza bibliográfica subsidiados, em sua maioria, por revisão sistemática de literatura. O Capítulo 5 é mais empírico e, além de retomar as discussões tecidas nos Capítulos anteriores, sintetiza os resultados da pesquisa de campo; correspondendo – desse modo – ao capítulo final da tese. Por fim, apresenta-se a Conclusão que ratifica as principais questões abordadas e tecidas ao longo da tese.

A partir dessa estrutura, a tese está organizada da seguinte forma:

- Apresentação.
- Capítulo 1 – Artigo 1: Juventude, política e *fake news*: metaestudo das produções acadêmicas em periódicos científicos entre os anos 2009 e 2019.
- Capítulo 2 – Artigo 2: De quem se fala quando se utiliza os termos juventude e jovem?
- Capítulo 3 – Artigo 3: Os jovens podem participar? Considerações acerca da participação política e formação política como arenas em disputa.
- Capítulo 4 – Artigo 4: Juventudes, formação política e *fake news*: vida ou morte da participação política?
- Capítulo 5 – Artigo 5: Percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas.
- Conclusão.

Salienta-se que, para fins de publicação em periódicos, os artigos serão condensados a fim de adequar-se aos critérios subjacentes aos periódicos. Neste momento, optou-se por manter a extensão de páginas além do convencional, a fim de não perder a substancialidade e qualidade da produção.

Para melhor compreensão e aproximação dos Capítulos, abaixo, apresenta-se um quadro composto pela síntese dos estudos desenvolvidos em cada artigo no tocante aos seus objetivos e metodologias.

Quadro 2: Síntese dos estudos.

Capítulos	Título	Objetivos	Metodologia
Artigo 1	Juventude, política e <i>fake news</i> : metaestudo das produções acadêmicas em periódicos científicos entre os anos 2009 e 2019	Mapear discutindo o estado do conhecimento da produção científica sobre juventude, <i>fake news</i> , formação política e participação política publicada em periódicos entre 2009 e 2019.	Revisão sistemática de literatura e metaestudo.
Artigo 2	De quem se fala quando se utiliza os termos juventude e jovem?	Conceituar juventude, levando em consideração os aspectos sociais, políticos e históricos que o tornam plural.	Revisão de literatura.
Artigo 3	Os jovens podem participar? Considerações acerca da participação política e formação política como arenas em disputa.	- Conceituar participação à luz do universo teórico-interpretativo de Paulo Freire, Maria da Glória Gohn e Juan Enrique Díaz Bordenave. - Discutir analisando as relações entre juventudes, jovens e política.	Revisão de literatura.
Artigo 4	Juventudes, formação política e <i>fake news</i> : vida ou morte da participação política?	Refletir, por meio da revisão de literatura, o conceito de <i>fake news</i> , sua influência e efeitos na formação política juvenil.	Revisão de literatura.
Artigo 5	Percepções juvenis sobre as <i>fake news</i> em seus processos de formação e participação políticas.	Apresentar a análise das percepções juvenis sobre as <i>fake news</i> em seus processos de formação e participação políticas.	Revisão de literatura e pesquisa de campo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

1.7. REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. (Org.). **Juventude e Adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo, Ação Educativa, p. 19-35, 2005.

AMADO, J. da S. A técnica de análise de conteúdo. In: **Revista Referência**, n. 5, nov., 2000. Disponível em:

https://rr.esenfc.pt/rr/index.php?module=rr&target=publicationDetails&pesquisa=&id_artigo=2049&id_revista=5&id_edicao=20 Acesso em: 02 jun. 2020.

BARBOSA, J. C. Formatos Insubordinados de Dissertações e Teses na Educação Matemática. In: D'AMBROSIO, B. S.; LOPES, C. L. (Org.). **Vertentes da subversão na produção Científica em Educação Matemática**. Campinas: Mercado de Letras, 2015, v. 1, p. 347-367.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARDIN, L. **Ére logique**. Paris: Robert Laffont, 1977.

BOOTE, D. N.; BEILE, P. Scholars Before Researchers: On the Centrality of the Dissertation Literature Review in Research Preparation. In: **Educational Researcher**, v. 34, n. 6, p. 3-15, 2005.

BRANCO, S. *Fake news* e os caminhos para fora da bolha. In: **Interesse Nacional**, São Paulo, ano 10, n. 38, p. 51-61, ago./out., 2017.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei nº 12.852. Brasília, 2013.

COSTA, B. R. L. Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. In: **Revista interdisciplinar de gestão social**, v. 7, n. 1, jan./ abr. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUKE, N. K.; BECK, S. W. Education should consider alternative forms for the dissertation. In: **Educational Researcher**, Washington, v. 28, n. 3, p. 31-36, 1999.

FALSO. In: **Dicio**, dicionário online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/falso/> Acesso em: 28 ago. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2011.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. New Jersey, USA: AldineTransaction, 2006.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas São Paulo**, v. 35, n.3, p. 20-29, mai./jun., 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf> Acesso em: 05 jun. 2020.

GROPPO, L. A. **Introdução à Sociologia da Juventude**. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LEE, K. **Inteligência artificial**: como os robôs estão mudando o mundo, a forma como amamos, nos relacionamos, trabalhamos e vivemos. Tradução: Marcelo Barbão. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MATOS, D. Partilhas sensíveis em São Félix do Paraguaçu-BA: juventude e resistências a partir de formatos audiovisuais. In: **Logos: Comunicação e Contemporaneidades** 3, 50 ed., v. 25, n. 02, Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Comunicação Social, 2018.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2013.

MINAYO, M. C. de S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. In: **Revista Lusófona de Educação**, v. 40, n. 40, 139- 153, 2018. Disponível: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439> Acesso em: 25 mar. 2020.

MINAYO, M. C. de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. In: **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abr., 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111455/mod_resource/content/1/Minayosaturacao.pdf Acesso em: 13 jun. 2020.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2010.

MORONI, J. *Fake news* e colonialidade de mentes: considerações via paradigma da complexidade. In: **Perspectiva Filosófica**, v. 48, n. 1, 2021.

PALTRIDGE, B. Thesis and dissertations writing: an examination of published advice and actual practice. In: **English for Specific Purposes**, n. 21, Amsterdam, p. 125-143, 2002.

POELL, T.; NIEBORG, D.; DIJCK, J. V. Plataformização. In: **Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, Unisinos, p. 2-10, jan./abr., 2020.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SUMPTER, D. **Dominados pelos números**: do Facebook e Google às *fake news* – os algoritmos que controlam nossa vida. Tradução: Anna Maria Sotero, Marcello Neto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. In: **Revista PMKT**, p. 20-27, set., 2009. Disponível: http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003_02.pdf Acesso em: 11 jun. 2020.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

WEISHEIMER, Nilson *et al.* **Sociologia da juventude**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

CAPÍTULO 1 – ARTIGO 1

**Juventude, política e *fake news*: metaestudo das produções acadêmicas em
periódicos científicos entre os anos 2009 e 2019**

Juventude, política e *fake news*: metaestudo das produções acadêmicas em periódicos científicos entre os anos 2009 e 2019

Youth, politics and fake news: meta-study of academic production in scientific journals between 2009 and 2019

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo mapear discutindo o estado do conhecimento da produção científica sobre juventude, fake news, formação política e participação política publicada em periódicos entre 2009 e 2019. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, utilizando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o *Scopus*, o *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e o Google Acadêmico como base de dados. Para inventariar e sistematizar os estudos correlatos às categorias juventude, *fake news*, formação política e participação política, o metaestudo se constitui a ferramenta e caminho metodológicos à integração, análise e síntese do conhecimento científico produzido sobre as categorias analisadas, a partir da revisão bibliográfica sistemática. Neste trabalho, 18 artigos foram selecionados e classificados de acordo com os conceitos e as perspectivas teóricas que apresentam, a partir dos quais os estudos foram agrupados em 05 temas por problemáticas convergentes. Os resultados apontam a inexistência de publicações que articulem juventude, formação política, participação política e *fake news*. Por outro lado, o mapeamento dos estudos permite compreender que a participação política juvenil não ocorre num vazio histórico e cultural, embora os estudos também chamem atenção que as pesquisas sobre juventude e política no Brasil ainda não são muito frequentes, seja do ponto de vista dos processos de transmissão de valores políticos, seja no tocante ao engajamento juvenil nos mais diversos tipos de militância.

Palavras-chave: Juventudes; participação política; formação política; *fake news*; metaestudo.

Abstract

The present work aimed to map and discuss the state of knowledge of scientific production on youth, fake news, political formation and political participation published in periodicals between 2009 and 2019. Higher Education (CAPES), Scopus, Scientific Electronic Library Online (Scielo) and Google Scholar as a database. In order to inventory and systematize the studies related to the categories youth, fake news, political education and political participation, the meta-study constitutes the tool and methodological path for the integration, analysis and synthesis of the scientific knowledge produced on the analyzed categories, based on the systematic bibliographic review. . In this work, 18 articles were selected and classified according to the concepts and theoretical perspectives they present, from which the studies were grouped into 05 themes by converging issues. The results point to the inexistence of publications that articulate youth, political formation, political participation and fake news. On the other hand, the mapping of studies allows us to understand that youth political participation does not occur in a historical and cultural void, although the studies also call attention that research on youth and politics in Brazil is still not very frequent, either from the point of view of processes of transmitting political values, whether with regard to youth engagement in the most diverse types of militancy.

Keywords: Youth; political participation; political formation; fake news; meta-study.

1. Introdução

Como pensar em formação política e participação sociopolítica na contemporaneidade sem considerar as juventudes e os jovens¹? É possível discutir sobre transformação social e política sem refletir neles e a partir deles? De que maneira as mídias digitais podem contribuir para estreitar as discussões entre juventude e política? Como discutir a maneira que as juventudes compreendem e relacionam-se com o assunto política? Que efeitos sociopolíticos as *fake news* produzem na formação e participação políticas dos jovens?

As respostas a esses questionamentos não se constituem uma tarefa fácil e simples, pois as produções de pesquisas brasileiras sobre juventude, formação política e participação política juvenis, ainda, são tímidas e não possuem um quantitativo significativo, principalmente no que tange aos modos como os jovens lidam com as *fake news* e suas implicações na formação política juvenil frente às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC).

Nesse sentido, a produção de conhecimento sobre juventudes, *fake news*, participação política e formação política não pode dispensar a importância e necessidade de inventariar e realizar um balanço sistemático acerca das últimas e mais recentes produções sobre a categoria juventude e sua articulação com as categorias *fake news*, formação política e participação política, dentro de uma escala espaço-temporal.

Esse ato sistemático de inventariar a produção de conhecimento, no contexto de uma pesquisa acadêmica e científica, se traduz – convencionalmente – no “estado da arte”, “estado do conhecimento” ou “meta-análise”. Ao apresentar uma revisão da literatura preexistente sobre a categoria juventude e sua articulação com as categorias *fake news*, formação política e participação política, para além do objetivo que estrutura este artigo, busca-se partir da noção de estudos correlatos como um inventário desse campo do conhecimento.

Nas palavras de Dayrell e Carrano (2009, p. 07),

para tratar do inventário de determinado campo do conhecimento, podemos utilizar a imagem de alguém que iniciou uma caminhada e num certo ponto faz uma parada, olha para trás, toma fôlego, reavalia os objetivos do caminhar e se coloca em posição de retomar o percurso, podendo mesmo reorientar o seu rumo em função da “reflexão” e da recuperação que o ato de interromper a marcha possa ter promovido.

É preciso dizer que a primeira ação de inventário sistemático e analítico das produções de conhecimento sobre jovens e juventude no Brasil, de acordo com Dayrell e Carrano (2009), teve início no ano 2000 através do trabalho realizado por uma rede nacional de cooperação científica coordenada pela professora e pesquisadora Marília Pontes Sposito.

O *Estado do Conhecimento Juventude e Escolarização*, publicado em 2002 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), se constitui no primeiro trabalho de pesquisa desenvolvido conjuntamente sob a coordenação da professora e pesquisadora Marília Pontes Sposito, cujo trabalho se debruçou no inventário e análise das produções discentes sobre juventude no âmbito da pós-graduação em Educação entre os anos 1980 e 1998.

O *Estado do Conhecimento Juventude e Escolarização*, que se constitui num importante inventário e coletânea, demarca o primeiro balanço de organização sistemática sobre juventude no campo da Educação. Razão pela qual passou a ser considerado uma referência entre graduandos, mestrandos, doutorandos e pesquisadores, os quais atribuíram à coletânea possibilidades de fortalecimento e ampliação dos diálogos sobre o tema juventude a partir do “espelho retrovisor” das produções discentes da pós-graduação (dissertações e teses) e suas interfaces no que tange aos problemas de investigação científica estudados no período de 1980 a 1998.

Além de trazer considerações acerca do conhecimento sobre juventude na área da Educação, o *Estado do Conhecimento Juventude e Escolarização* faz uma abordagem acerca das produções entre 1980 e 1998 a partir de eixos-chave ao entendimento mais aprofundado das produções, levando em consideração seus avanços e possíveis lacunas.

Assim, esse primeiro inventário se divide em blocos textuais de apresentação, discussão e análise das produções, quais sejam: “Aspectos psicossociais de adolescentes e jovens”, cujo objetivo é analisar as produções que mais se aproximam da Psicologia da Educação, enquanto um eixo de pesquisa muito presente nas produções discentes no período estudado.

Logo após, discute-se sobre os blocos “Juventude e escola”, “Jovens, mundo do trabalho e escola” e “Jovens universitários”, cujos textos abordam as relações juvenis com os processos formais do ensino no tocante à educação básica ou superior, de modo que um dos textos traz uma investigação sobre a relação entre processo de escolarização e o mundo do trabalho. Os dois textos seguintes, “Adolescentes em processo de exclusão social” e “Jovens e participação política”, examinam – respectivamente – processos de exclusão e condições extremas de pobreza, e processos de mobilização e atuação política dos jovens.

Por último e não menos importante, o *Estado do Conhecimento Juventude e Escolarização*, por meio do texto “A pesquisa sobre juventude e os temas emergentes”, ancora seus olhares e aponta caminhos para investigações ainda pouco existentes nos estudos

e pesquisas de juventude, a exemplo de “Mídia e Juventude”, “Jovens e Violência”, “Grupos Juvenis”, e “Jovens e Adolescentes Negros”.

Após esse primeiro balanço, o segundo e mais atual inventário produzido – também sob a coordenação da professora e pesquisadora Marília Pontes Sposito – é o denominado *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*, que se divide em dois volumes publicados em 2009. Essa obra faz um balanço sobre a produção de conhecimentos discentes no interior dos programas de pós-graduação no Brasil relacionada aos estudos sobre juventude, no período de 1999 a 2006, nas áreas da Educação, Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e Serviço Social.

O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006), por sua vez, não se configura em sua concepção e análise como uma produção isolada e desarticulada do *Estado do Conhecimento Juventude e Escolarização (1980-1998)*. Pelo contrário, a sua produção – à medida do possível – leva em consideração aspectos comparativos de análise entre as duas produções (1980-1998 e 1999-2006).

Essa análise comparativa, por sua vez, ocorre principalmente no que se refere às mudanças de vertentes das pesquisas e às questões de cunho teórico-metodológico das áreas de conhecimento analisadas. Bem como, às novas perspectivas de investigação no campo de juventude, tendo como parâmetro as problemáticas não muito exploradas pelas pesquisas realizadas nos cursos de mestrado e doutorado.

Assim, com o interesse de aprofundar na literatura produzida sobre juventude e jovens, mais especificamente sobre a categoria juventude e sua articulação com as categorias *fake news*, formação política e participação política, neste trabalho apresenta-se um metaestudo das pesquisas de abordagem qualitativa e quantitativa publicadas em periódicos, com o objetivo de analisar e sistematizar o corpo de conhecimentos produzidos no período 2009 a 2019.

Desse modo, a pesquisa que alicerça a produção deste artigo caracteriza-se como bibliográfica. Seu objetivo foi mapear discutindo o estado do conhecimento da produção científica sobre juventude, *fake news*, formação política e participação política publicada em periódicos entre 2009 e 2019. Como base de dados, optou-se pelo *Scopus*, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e o Google Acadêmico.

Portanto, a fim de inventariar e sistematizar os estudos correlatos às categorias juventude, *fake news*, formação política e participação política, o metaestudo se constitui

como ferramenta e caminho metodológicos à integração, análise e síntese do conhecimento científico produzido sobre as categorias analisadas, tendo em vista – sobretudo – seu caráter substancial no campo das ciências sociais, por exemplo, no que tange à qualificação, compreensão e interpretação de estudos qualitativos a partir da revisão bibliográfica sistemática.

Assim, considerando os objetivos e indagações que sustentam esta pesquisa, o presente trabalho está organizado da seguinte maneira: inicia-se por uma “*Introdução*”, onde é apresentada a aproximação com o objeto de pesquisa; a justificativa; problemática, relevância e os objetivos propostos.

A seguir, na seção “*Metaestudo: Onde estamos e para onde vamos*”, discutem-se o conceito de metaestudo e os componentes analíticos que lhes conferem substancialidade numa pesquisa qualitativa. Aborda-se a contribuição metodológica do metaestudo neste trabalho no processo de revisão sistemática da literatura, enquanto uma abordagem metodológica que tanto permite a análise-interpretativa de estudos já produzidos quanto oferece subsídios a novas interpretações e avanços nos processos de construção do conhecimento.

Na terceira seção, denominada “*Fontes de dados*”, apresentam-se os resultados do levantamento bibliográfico realizado nas seguintes fontes de pesquisa: *Scopus*, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Google Acadêmico, acerca das produções científicas (artigos) divulgadas entre 2009 e 2019.

Na quarta seção, “*Análise dos estudos*”, realiza-se a análise-interpretativa de 18 artigos selecionados, cujos trabalhos foram classificados de acordo com os conceitos e as perspectivas teóricas que apresentam, a partir dos quais os estudos foram agrupados em 05 temas por problemáticas convergentes.

A seção “*Análise metateórica*” apresenta as principais áreas de conhecimento que produzem sobre juventude e política, bem como traz os 18 artigos selecionados segundo o autor, ano, local de publicação e principais conceitos abordados com seus respectivos autores/teóricos.

Na sexta seção, intitulada “*Metamétodo: métodos e técnicas*”, apresentam-se e discutem-se os aspectos metodológicos que constituem os 18 artigos selecionados no que se referem às metodologias e técnicas mais utilizadas nesse conjunto de estudos.

Por fim, são apresentadas as “*Considerações finais*”, que tem como objetivo reforçar as principais questões da pesquisa e que, embora simbolizem a conclusão desse ciclo, não se configuram ou não têm pretensão a finalização desse diálogo.

2. Metaestudo: onde estamos e para onde vamos

Do mesmo modo como o prefixo *meta* é usado para metateoria e metalinguística, metaestudo no campo da pesquisa científica pode ser denominado como “pesquisa sobre pesquisas” (MAINARDES, 2018). Isto é, o metaestudo se configura como uma pesquisa que tem como objetivo maior explicar os processos de pesquisa relacionados a determinado tema, campo ou área específica do conhecimento.

Enquanto uma abordagem de pesquisa, o metaestudo se relaciona com os processos de análise da teoria, bem como dos métodos e resultados de pesquisas qualitativas, englobando ainda o caráter crítico-interpretativo desses processos, de modo que seja viável a construção de novas maneiras de pensamentos acerca de um determinado fenômeno.

De acordo com Paterson *et al.* (2001), as raízes do metaestudo estão nas ciências sociais, cujas origens advêm de estudiosos pós-positivistas que se dedicaram a sistematizar várias posições disciplinares e teóricas através de grandes teorias. Mainardes (2018) parte do princípio que o metaestudo ultrapassa a simples concepção de estudos preliminares, assim como não está centrado apenas na sistematização de resultados ou “achados” de uma pesquisa. Para ele, essa abordagem metodológica de pesquisa vai além da sistematização de resultados e entrelaça-se com o processo de exercício de reflexão acerca dos aspectos presentes nos estudos prévios.

Perante o exposto, pode-se afirmar que o metaestudo viabiliza, também, novos processos de análise e síntese dos resultados de uma pesquisa qualitativa. Isso significa dizer que o metaestudo amplia o acesso às fontes de conhecimento e produções científicas por meio do qual pode-se desenvolver teorias ou explorar novos conhecimentos.

Em linhas gerais, o metaestudo possibilita aos pesquisadores visualizar a área da pesquisa para além das descobertas individuais, interpretar de forma crítica as contradições e variações do próprio *corpus* da pesquisa, bem como é um campo fértil e potencial à síntese do conhecimento já existente.

Nessa perspectiva, o metaestudo se constitui como um caminho metodológico e, ao mesmo tempo, apresenta-se como uma modalidade de pesquisa bibliográfica pela via da revisão sistemática, permitindo saber “onde estávamos e para onde estamos avançando” (ZHAO, 1991, p. 378); razão pela qual em pesquisas de abordagem qualitativa o metaestudo vem assumindo um importante papel no processo de investigação e produção científica.

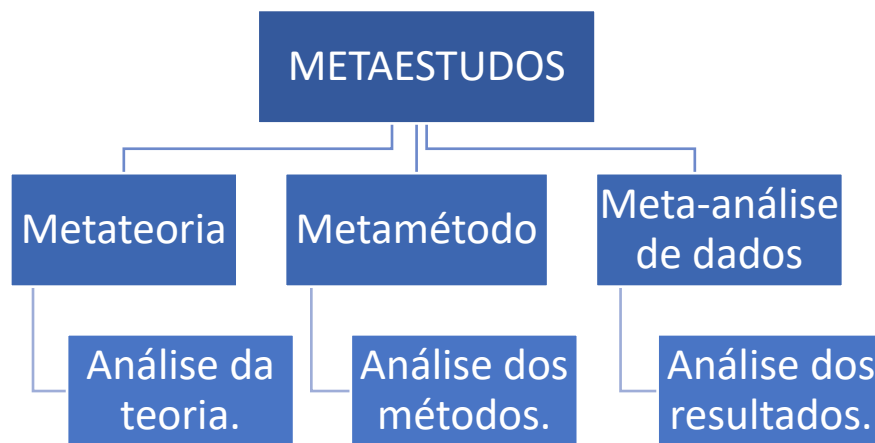
Cientificamente, a utilização do metaestudo representa uma grande contribuição ao tornar evidente o conhecimento produzido e, a partir dessa evidência, possibilitar a indicação

e/ou percepção de novos caminhos de investigação, assim como favorecer à construção da própria crítica à ciência e à produção de novos conhecimentos.

Entende-se, então, que o metaestudo – ao mapear através de uma revisão sistemática da literatura o arcabouço e a trajetória de investigações e estudos desenvolvidos num determinado campo ou área de pesquisa – tem como um de seus objetivos identificar os possíveis avanços que podem ser acrescentados às teorias e metodologias existentes; sem perder de vista a necessidade de perceber e/ou apontar as tendências de investigação, levando em consideração quais aspectos carecem de maior abordagem e aprofundamento.

Nesse sentido, analítica e operacionalmente, os metaestudos são constituídos por componentes analíticos que lhes conferem substancialidade numa pesquisa qualitativa, conforme figura abaixo.

Figura 1: Componentes analíticos dos metaestudos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A *metateoria* diz respeito ao processo de análise e interpretação das fontes e quadros teóricos, cognitivos e filosóficos, e suas emergências de estudos, contextos e pressupostos. O *metamétodo*, por sua vez, traduz-se na análise e interpretação dos métodos de investigação utilizados na abordagem dos estudos, assim como da influência desses métodos e aplicações metodológicas. A *meta-análise de dados* dedica-se à análise e interpretação dos resultados dos estudos, cujo objetivo principal é identificar aspectos convergentes e divergentes entre eles (NOBLIT; HARE, 1988; PATERSON *et al.*, 2001; MAINARDES, 2018).

A partir desses três momentos que dialogam entre si, denominados componentes analíticos dos metaestudos, este estudo não tem como pretensão – assim como ocorreu nos tempos primários dos metaestudos, produzir grandes teorias ou concepções sobre juventude, *fake news*, formação política e participação política no campo das ciências sociais, ciências humanas ou da comunicação.

Portanto, eleger o metaestudo como uma abordagem metodológica neste trabalho significa, sobretudo, construir a revisão sistemática da literatura, sem perder de vista a importância da devida e necessária análise-interpretativa das contribuições dos estudos já produzidos enquanto subsídios a novas interpretações e avanços nos processos de construção do conhecimento sobre o tema.

3. Fontes de dados

Na perspectiva exploratória de pesquisas científico-acadêmicas e revisão sistemática de literatura das produções que abrangem os estudos sobre juventude, formação política, participação política e *fake news*, foram consultadas as seguintes bases científicas e fontes de pesquisa: *Scopus*, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e Google Acadêmico.

As consultas às bases e fontes aconteceram a partir dos descritores participação política e juventude; formação política e juventude; *fake news* ou desinformação e juventude; participação política e *fake news* ou desinformação; formação política e *fake news* ou desinformação; formação política e juventude e *fake news* ou desinformação.

Visando refinar a pesquisa, foi utilizado o filtro temporal das produções publicadas entre 2009 e 2019, o filtro linguístico considerando os idiomas português e inglês, bem como a seleção das produções se deu a partir dos títulos e/ou resumos, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo, levando em consideração o uso de *strings* de busca composta por dois a quatro termos-base separados pelos operadores *booleanos and e or*.

Quadro 1: Produções relacionadas a juventude, formação política, participação política e *fake news* entre 2009 e 2019.

DESCRITORES ³	BASES E IDIOMAS DA PESQUISA					
	SCIELO		CAPES		GOOGLE ACADÊMICO	
	PORTUGUÊS	INGLÊS	PORTUGUÊS	INGLÊS	PORTUGUÊS	INGLÊS
Participação política <i>and</i> juventude	15	5	27	217	16	258
Formação política <i>and</i> juventude	3	1	8	5	4	8
<i>Fake news or</i> desinformação <i>and</i> juventude	0	0	0	0	0	3

³ Descritores em inglês: Political participation and youth; political formation and youth; fake news or misinformation and youth; political participation and fake news or misinformation; political formation and fake news or misinformation; political formation and youth and fake news or misinformation.

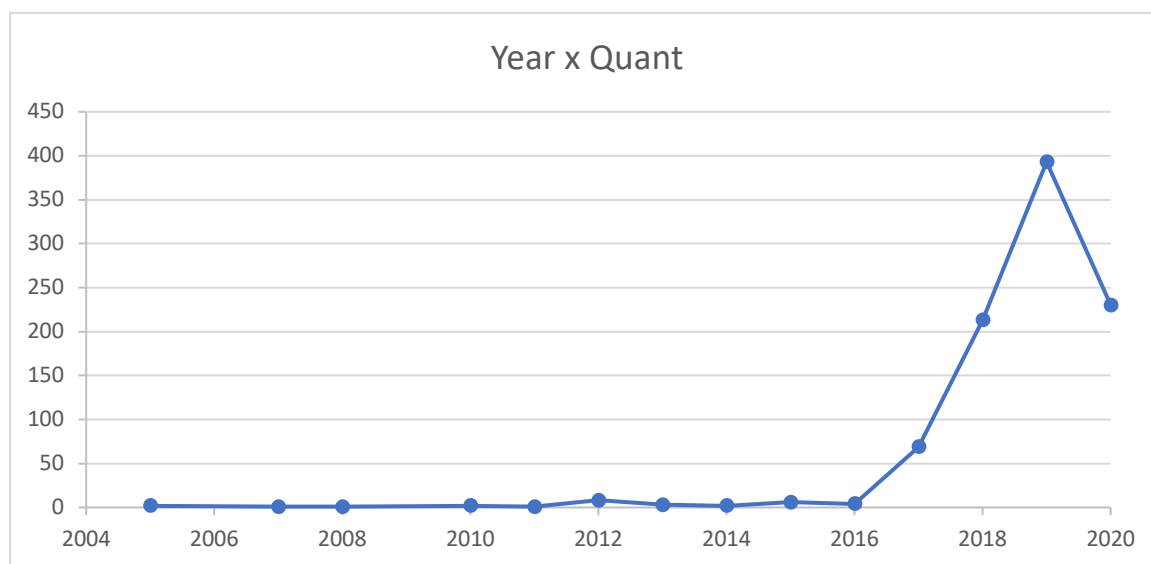
Participação política <i>and fake news or</i> desinformação	0	0	0	1	0	1
Formação política <i>and fake news or</i> Desinformação	0	0	0	0	0	0
Formação política <i>and juventude and fake news or</i> desinformação	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2020). Acesso em: dezembro 2019.

Apesar de juventude ser um tema que, segundo Abramo (2014), vem adquirindo relevância no campo das pesquisas acadêmicas brasileiras desenvolvidas nos últimos anos, o levantamento bibliográfico em tela expõe a pouca ou baixa produção literária nas bases pesquisadas, considerando – sobretudo – a articulação da temática juventude com abordagens relacionadas a formação política e *fake news*.

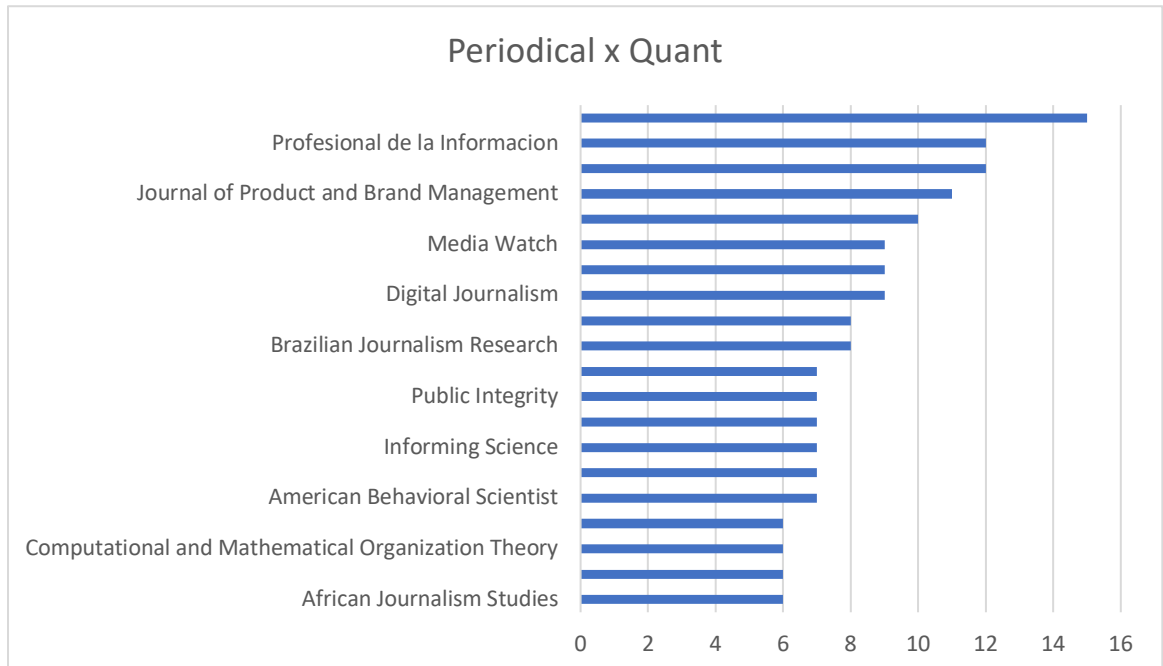
Quanto a este aspecto, é importante mencionar que – no tocante apenas ao descritor *fake news* – o levantamento bibliográfico a nível internacional, conforme as figuras 2 e 3, aponta o aumento de produções relacionadas a *fake news* a partir de 2016 e os periódicos que apresentam maior número de publicações abordando a temática *fake news*, respectivamente. Entretanto, ratifica-se a ausência de produções que abranjam juventude, política e *fake news*.

Figura 2: Publicações de trabalhos sobre *fake news* no período de janeiro de 2005 a junho de 2020, segundo o banco de dados Scopus.



Fonte: banco de dados de artigos para jornais/revistas acadêmicos Scopus (2020).

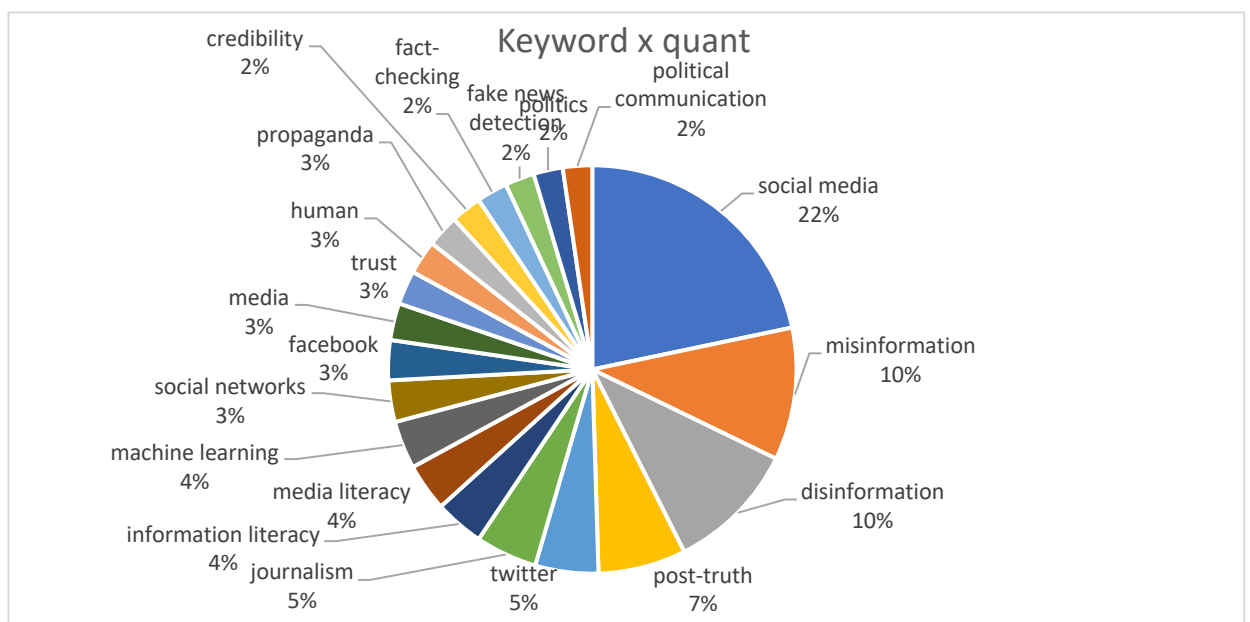
Figura 3: Quantidade de publicações por periódico relacionadas a *fake news*, segundo o banco de dados *Scopus*.



Fonte: banco de dados de artigos para jornais/revistas acadêmicos *Scopus* (2020).

Visando ainda aprofundar os olhares sobre os trabalhos publicados nos periódicos, foi realizado um levantamento das palavras ou expressões mais recorrentes que aparecem nos trabalhos sobre *fake news*. Dentre elas, destacaram-se: social media (178 vezes); misinformation (86 vezes); disinformation (85 vezes) e post-truth (57 vezes), conforme apresentado na figura 4.

Figura 4: Palavras ou expressões recorrentes nos trabalhos publicados relacionadas a *fake news*, segundo o banco de dados *Scopus*.



Fonte: banco de dados de artigos para jornais/revistas acadêmicos *Scopus* (2020).

Dessa maneira, face à inexistência ampla de publicações acerca do tripé juventude-formação política-*fake news*, vale mencionar que no processo de levantamento bibliográfico algumas produções acadêmicas, embora não tratem especificamente do eixo central da pesquisa realizada, aproximam-se e oferecem bases para o aprofundamento exploratório da discussão que tece a articulação da categoria juventude com as categorias *fake news*, formação política e participação política, sobretudo levando em consideração o maior acervo de produções relacionadas a juventude e participação política.

Dentre essas produções, merecem destaque: *De jovem a estudante: apontamentos críticos*, de Mortada (2009); *Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas*, de Mayorga (2013); *Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo?*, de Dayrell, Gomes & Leão (2013); *Concepções de juventude e política: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011)*, de Maheirie *et al.* (2013); *Young Immigrants Association and the Future Latino Leadership in the U.S.: Dreamers Social Capital and Political Engagement*, de Cruz (2016); *Participação social, juventudes, e redes sociais virtuais: rotas transitadas, rotas possíveis*, de Fundora (2018).

Além dos citados acima, destacam-se também:

- *Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras*, de Luvizotto (2016);
- *Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais*, de Mesquita *et al.* (2016);
- *Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil*, de Baquero, Baquero e Morais (2016);
- *Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos conectados desamparados*, de Tsandzana (2018);
- *Youth Activism in Chile: from urban educational inequalities to experiences of living together and solidarity*, de Santibañez (2018);
- *A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas*, de Tomizaki & Daniliauskas (2018);
- *Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos*, de Boghossian e Minayo (2009);
- *Ativismo digital em Portugal: um estudo exploratório*, de Campos, Pereira e Simões (2016);

- *Redes sociais e juventude rural: apropriações de propostas de comunicação para o desenvolvimento em redes globalizadas*, de Lima e Santos (2012);
- *As fontes de informação digitais sobre política: estudo exploratório com jovens adultos portugueses*, Sebastião e Lourenço (2016);
- *Juventude e política na experiência de dez anos do Parlamento Jovem Brasileiro: confiança, participação e engajamento político dos egressos*, de Barros e Martins (2016);
- *Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016*, de Barros (2018).

As produções encontradas e consultadas se constituem num acervo bibliográfico significativo para ampliação, exploração e sistematização do estudo que orientou a pesquisa, tendo em vista que oferecem subsídios teóricos à luz das reflexões que concebem juventude como uma categoria histórico-social, singular e plural perpassada por questões de ordem política, social, econômica, geracional, ideológica e cultural que estão além da concepção etária de juventude.

Portanto, os referenciais teóricos com os quais este estudo dialoga se configuram como pontos de partida para maior visibilidade, no campo da produção científica, das relações entre juventude, formação política, participação política e *fake news*, tomando a revisão sistemática da literatura como âncora de mapeamento e reflexão da possível multiplicidade de relações emergentes entre a categoria juventude e as categorias formação política, participação política e *fake news*.

Processo que se dá a partir do conjunto de pesquisas e estudos já existentes, principalmente com o advento das tecnologias digitais da informação e comunicação que atuam, incisiva e estrategicamente, como meios potenciais de novos arranjos de participação política, socialização e sociabilidade dos jovens.

4. Análise dos estudos

Para análise dos estudos na perspectiva dos pressupostos e componentes que constituem o metaestudo é preciso considerar que tal abordagem de pesquisa está alicerçada em fases que dialogam no que se refere à análise e interpretação desde os aspectos de cunho teórico, passando pelos processos metodológicos e chegando aos dados produzidos por meio dos estudos revisados (PATERSON, 2001; THORNE *et al.*, 2002; ANDERSEN *et al.*, 2012).

Articuladamente com o levantamento bibliográfico realizado a partir dos descritores que sustentam a revisão sistemática de literatura deste trabalho, o caminho analítico

proveniente do metaestudo se configura num importante instrumento à análise individual de cada um dos estudos selecionados, assim como possibilita relacionar os estudos entre si.

Assim, a partir desses processos de meta-análise e metassíntese com vistas à identificação de diferenças, padrões e semelhanças entre as produções existentes, podem surgir novas concepções e teorizações acerca do fenômeno estudado (SANDELOWSKI *et al.*, 1997).

Considerando que o intuito desta revisão foi se debruçar de forma mais abrangente e sistemática nas dimensões e perspectivas que a categoria juventude se articula com as categorias *fake news*, formação política e participação política, optou-se inicialmente pela análise e – posteriormente – pela interpretação tanto dos aspectos de cunho teórico quanto dos dados produzidos. Assim como optou-se também por uma abordagem descritiva dos aspectos metodológicos subjacentes às produções e estudos analisados.

Nesse sentido, o processo de revisão sistemática da literatura abrangendo a categoria juventude em sua articulação com as categorias *fake news*, formação política e participação política, e nos moldes e pressupostos do metaestudo, levou em consideração os seguintes processos:

- A meta-análise teórica enquanto caminho analítico voltado às escolas de pensamento relacionadas ao universo teórico-interpretativo das produções analisadas, abrangendo também os pesquisadores e teóricos mais citados.
- O metamétodo como processo descritivo das principais metodologias usadas, considerando seus encadeamentos de natureza teórico-interpretativa dos resultados.
- Os resultados e discussões presentes nas produções analisadas, o que viabilizou tanto a construção de diálogos com o universo literário já existente acerca do tema como a possibilita fazer fronteiras entre os aspectos teóricos e as interpretações produzidas.
- A síntese do processo analítico desenvolvido nos três processos anteriores.

Assim, dentro do universo do levantamento bibliográfico, a partir dos resumos e palavras-chave dos artigos foram selecionados e classificados 18 trabalhos, de acordo com os conceitos e as perspectivas teóricas que apresentam e melhor se aproximam do estudo em tela no tocante às problemáticas que abordam, sobretudo aquelas articuladas à relação entre juventudes, formação política, participação política e tecnologias da informação e comunicação. Ou seja, no que diz respeito à forma de tratamento dos trabalhos selecionados, os estudos foram agrupados em temas, a partir de problemáticas convergentes.

Dessa maneira, foram construídos 05 temas que relacionam juventude e política, a saber: “socialização política e cultura política juvenil” (01 trabalho); “juventude e

participação política” (04 trabalhos); “participação político-social, juventude e redes sociais virtuais” (07 trabalhos); “juventude, educação e movimento estudantil” (04 trabalhos); “juventude e engajamento político” (02 trabalhos).

Quadro 2: Temas abordados nos estudos sobre juventudes identificados a partir da análise dos artigos selecionados.

Temas	Quantidade de estudos	Estudos identificados⁴
Socialização política e cultura política juvenil	1	<p>- <i>Cultura política juvenil</i>: Loader (1998); Lucas (2003); Nazzari (2003); Baquero & Morais (2014); Dalton & Welzel (2014); Putnam (2015); Baquero (2004, 2016).</p> <p>- <i>Socialização política</i>: Almond & Verba (1963); Valentine & Holloway (2001); Araújo (2002); Cunha (2005); Silveira (2005); Rute Baquero (2008); Von Randow (2009).</p> <p>- <i>Internet e socialização política</i>: Friestad & Wright (2005); Owen (2008); Phillips (2008); Area (2011); Musial & Kazienko (2011); Anderson & McCabe (2012); Barber (2013).</p> <p>- <i>Internet e formação de identidades coletivas</i>: Feenberg (1999); Lamb & Poster (2003); Maia & Castro (2006); Soon & Kluver (2014).</p>
Juventude e participação política	4	<p>- <i>Juventude e participação política</i>: Pais (1993, 2001); Baugnet (1996); Ion (1996); Rancière (1996); Méndez (1998); Abramo & Venturi (2000); Feixa, Costa & Saura (2002); Maheirie (2002); Welti (2002); Di Giovanni (2003); Vianna (2003); Wade (2003); Roudet (2004); Stolle & Hughe (2004); Abramo (2005); Abramo e Branco (2005); Feixa (2005); Pinto, Cunha & Mayorga (2005); Ferreira (2005); Pinho (2005); Gadea & Scherer-Warren (2005); Iriart & Bastos (2007); M. G. Castro (2007); Castro (2008); Florentino (2008); L. R. Castro (2008); Boghossian & Minayo (2009); Borelli, Rocha, Oliveira & Lara (2009); Haddad (2009); Soares & Petarnella (2009); Coutinho e Safatle (2009); Moreno & Almeida (2009); Sposito (2009); Borelli & Oliveira (2010); Canetti & Maheirie (2010); César & Duarte (2010); Correia (2010); Tommasi (2010); Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Minas Gerais (2011); Fuks (2011); Vicentin (2011); Mayorga, Castro & Prado (2012).</p> <p>- <i>Concepções de juventudes</i>: Mannheim (1973); Cardoso & Sampaio (1995); Abramo (1997); Berquó (1999); Costa (2000); Groppo (2000); Coimbra & Nascimento (2003); Ribeiro (2004); Souza (2004); Dayrell (2005); Novaes (2006); Sposito (2009); Trancoso (2012).</p>

⁴ Referem-se às principais abordagens de estudos trazidas nos textos analisados.

		<p>- <i>Protagonismo juvenil</i>: Costa (1999, 2000); Iulianelli (2003); Ferretti <i>et al.</i> (2004).</p> <p>- <i>Desencantamento da juventude à política</i>: Putnam (2000); Stolle & Hooghe (2004); Holloway (2005).</p> <p>- <i>Jovem como sujeito político</i>: Reguillo (2003); Abramo & Branco (2005); Kovacheva (2005); Castro (2007).</p> <p>- <i>Formação do sujeito político</i>: Mariz (2005); Mota (2005); Lobo & Cassoli (2006); Altmann, (2007); Pinho, (2007); Ribeiro (2007); Schwertner (2007); Matsunaga (2008); Castro (2009); Ferreira (2009); Mortada (2009); Sá, Oliveira, Castro, Vetere & Carvalho (2009); Dayrell, Gomes & Leão (2010); Damico & Meyer (2010); Fernandes (2011); Fuks & Pereira (2011).</p> <p>- <i>Concepções de juventude e política</i>: Wade (2003); Mariz (2005); Mota (2005); Pinho (2005, 2007); Lobo & Cassoli (2006); Altmann (2007); Ribeiro (2007); Schwertner (2007); Matsunaga (2008); Castro (2009); Coutinho & Safatle (2009); Ferreira (2009); Haddad (2009); Mortada (2009); Moreno & Almeida (2009); Sá <i>et al.</i> (2009); Soares & Petarnella (2009); Damico & Meyer (2010); Dayrell <i>et al.</i> (2010); Fernandes (2011); Fuks & Pereira (2011); Fuks (2011).</p>
Participação político-social, juventude e redes sociais virtuais	7	<p>- <i>Participação social</i>: Corredor, Tirado & Iñiguez (2010); Montenegro & Pujol (2010); Fernández-Planells, Feixa & Figueras (2013); Feixa (2014); Subirat (2011, 2015); Reguillo (2017).</p> <p>- <i>Participação no campo digital</i>: Piper (2002); Hine (2004); Gergen (2006); Mouffe (2007); Arriagada & Schuster (2008); Jacques Rancière (2006, 2009); Retamozo (2009); Scherman & Arriagada (2010); Montenegro & Pujol (2010); Ardèvol <i>et al.</i> (2010); Subirat (2011, 2015); Corsin & Estalella (2011); Rodriguez (2011); Antebi & Sánchez (2012); Juris (2012); Juris & Razsa (2012); Juris, Pereira & Feixa (2012); Torres & Costa (2012); Valenzuela (2012); Fernández & Paniagua (2012); Valdetarro (2012); Palenzuela (2013); Fernández-Planells, Feixa & Figueras (2013); Cabalín (2014); Cardenas (2014); Aguilera (2014); Cabello (2014); Sánchez & Torres (2014); Subirat (2015); Congosto (2015); Gualda, Borrero & Carpio (2015); Duarte (2015).</p> <p>- <i>Participação juvenil, tecnologias e redes sociais</i>: Ibáñez (2001); Reguillo (2007); Morán & Benedicto (2008); Arriagada & Schuster (2008); Corredor, Tirado & Iñiguez (2010); Montenegro & Pujol (2010); Livingstone (2010); Scherman & Arriagada (2010); Roig (2011); Figueroa (2012); Roig, Sánchez-Navarro & Leibovitz (2012); Valenzuela (2012); Ardèvol (2013); INJUV (2010, 2013);</p>

		<p>San Cornelio <i>et al.</i> (2013); Boyd (2014); Cárdenas (2014); Couldry (2004, 2014); Lasén & Casado (2014); San Cornelio & Cruz (2014).</p> <p>- <i>Comunicação e participação cibernéticas</i>: Moraes (2000); Castells (2006); Scherer-Warren (2006); Valente & Mattar (2007); Pereira (2011); Luvizotto & Carniel (2013).</p> <p>- <i>Ativismo</i>: Mansbridge (1990); Young (2001); Gohn (2003); Rigitano (2003); Scherer-Warren (2006); Peruzzo (2013); Rothberg, Luzivotto & Vanzini (2014).</p> <p>- <i>Redes sociais</i>: Castells (2001); Matos (2009); Pereira (2011); Raposo (2012).</p> <p>- <i>Participação política e redes sociais</i>: Gerodimos (2008); Loader (2011); Monnoyer-Smith (2011); Morozov (2011); Vedel (2011); De Melo (2013); Mabi & Theviot (2014); Luvizotto (2016); Larrouy (2017).</p> <p>- <i>Movimentos sociais</i>: Mendes e Seixas (2005); Feixa, Pereira & Juris (2009); Tarrow (2011); Baumgarten (2013); Estanque, Costa & Soeiro (2013); Cabral (2014); Accornero & Pinto (2015).</p> <p>- <i>Ativismo digital</i>: Feixa, Saura & Costa (2002); Sommier (2003); Sáez (2004); Tamayo, Burch & Enriquez (2004); Juris (2008); Rovira (2009); Fuchs (2011); Castells (2012); Dahlgren (2013); Rendueles (2013); Postill (2014).</p>
Juventude, educação e movimento estudantil	4	<p>- <i>Transformação do jovem em estudante</i>: Ecléa Bosi (1994); Mortada (2008).</p> <p>- Juventude e movimento estudantil: Foracchi (1977); Groppo (2005).</p> <p>- <i>Consciência e participação política dos jovens</i>: Ianni (1968); Florestan Fernandes (1979); Helena Abramo (1994); Müxel (1997); Janice Tirelli Ponte de Sousa (1999); Schmidt (2001); Abramo & Branco (2005); Singer (2005);</p> <p>- <i>Polissemia do termo juventude</i>: Bourdieu (1983); Dubet (1996); Levi e Schmidt (1996); Abramo & Branco (2005).</p> <p>- <i>Educação e formação cívica</i>: Lefebvre (1991); Brown (1995); Delli Carpini & Keeter (1996); Torney-Purta (2002); Thomson (2007); Schulz <i>et al.</i> (2010); Schulz <i>et al.</i> (2011); Campbell, Levinson & Hess (2012); Scholzman <i>et al.</i> (2012); Apple (2013); Hooghe & Dassonville (2013); Isac <i>et al.</i> (2014); Castillo <i>et al.</i> (2014); Turner (2016); Hanson Thiem (2009); Lerner (2000); Mitchell, Marston & Katz (2004); Thrift (2005); Laurie & Bondi (2006); Lipman (2007); Posey-Maddox (2014); Turner (2014, 2016); Hanson Thiem (2009).</p> <p>- <i>Cidadania, inclusão e exclusão</i>: Massey (1984, 1999);</p>

		<p>Sibley (1995); Reay (1997); Allen, Massey & Cochrane (2000); Savage (2000); Thomson (2007); McCowan (2010, 2012); Starkey (2012); Kiwan (2012); Muller (2004); Nyers (2009); Guillaume & Huysmans (2013); Mezzadra & Neilson (2013); Papadopoulos, Niamh & Vassilis (2008); Rigo (2005); Roseneil <i>et al.</i> (2013).</p> <p>- <i>Participação política juvenil</i>: Abramo (1994); Sposito (2000, 2012); Muxel (2001, 2007); Di Giovanni (2003); Weller (2005); Carrano (2006); Iriart & Bastos (2007); Castro (2008); Florentino (2008); Borelli, Rocha, Oliveira & Lara (2009); Castro (2009); Simões & Fachini (2009); Moreno & Almeida (2009); Sposito (2009); Boghossian & Minayo (2009); Mortada (2009); Borelli & Oliveira (2010); Dayrell, Gomes & Leão (2010); Facchini (2011); Fuks (2011); Souza (2012); Castro & Nascimento (2013); Braga (2013); Maheirie <i>et al.</i> (2013); Martins & Dayrell (2013); Singer (2013).</p> <p>- <i>Educação, protagonismo e política</i>: Dayrell (2003); Zibas, Ferreti & Tartuce (2006); Castro (2009); Fuks & Pereira (2011); Fuks (2012); Almeida (2013); Castro & Nascimento (2013); Martins & Dayrell (2013); Miranda & Freitas (2013).</p>
Juventude e engajamento político	2	<p>- <i>Engajamento político</i>: Cohen & Arato (1994); Putnam (2001); Stokes (2003); Sanchez (2006); McDevitt & Sindorf (2014).</p> <p>- <i>Engajamento político juvenil</i>: Ribeiro Neto (1985); Medina (1989); Venturi & Bokany (2005); Mesquita (2006).</p> <p>- <i>Redes sociais e engajamento político</i>: Coutinho & Safatle (2009); Borelli & Oliveira (2010); Fernandes-Jesus, Cicognagni & Menezes (2014).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

5. Análise metateórica

A construção do conhecimento científico, principalmente no que tange à análise de teorias, se dá por meio de processos de interpretação e compreensão não lineares, hierárquicos, unidirecionais e mecânicos. Nesse sentido, o caminho de análise da teoria se constitui num processo desafiador à medida que busca compreender como e porque as concepções teóricas dos estudos e suas perspectivas podem influenciar e, por vezes, ampliar o leque de possibilidades de interpretações sobre os fenômenos estudados. Afinal, “normalmente, um cientista que desafia o conhecimento estabelecido está sujeito a passar por momentos difíceis” (GARDNER, 2003, p. 29).

Por esse ângulo, a revisão sistemática de literatura realizada neste trabalho sinaliza e reforça, por um lado, a inexistência de publicações acerca do tripé juventude, formação política e *fake news*. Por outro lado, na perspectiva dos estudos desenvolvidos nos últimos 10 anos sobre juventude, formação política e participação política, percebe-se que as Ciências Humanas e Sociais, como Educação, Psicologia, Comunicação e Sociologia, apresentam-se como as principais áreas de conhecimento e produção dos estudos analisados.

Como apresentado no Quadro 3, dos estudos analisados, destacam-se as publicações em revistas nas áreas de Sociologia (7 estudos) e Psicologia (4 estudos), seguidas das áreas da Educação (3 estudos), Comunicação (3 estudos) e Saúde (1 estudo).

Os estudos analisados permitem perceber que as experiências e vivências dos sujeitos-jovens assumem um papel fundamental na construção do conhecimento científico, que não se constitui enquanto cópia da realidade ou totalidade desta, mas como produto histórico-cultural oriundo da construção humana e suas vivências que se relacionam entre si.

Enquanto base epistemológica que transversaliza a maioria dos estudos analisados, a perspectiva histórico-cultural parte do princípio de que os fenômenos, acontecimentos e relações sociopolíticas não se dão numa plataforma composta por unidades de pensamento e linguagem fixas, acabadas, absolutas, imutáveis e estáveis. Elas existem enquanto processo sócio-histórico mediado pelos sujeitos através de suas *práxis* cotidianas, visando a superação de posicionamentos dogmáticos e céticos.

Os processos de formação política e participação sociopolítica das juventudes, enquanto eixos presentes nos estudos analisados e sob a ótica da epistemologia histórico-cultural, são apresentados pelas diferentes áreas de conhecimentos como processos e fenômenos oriundos da relação mediadora e dialógica entre os sujeitos. E, portanto, ocorre por meio da *práxis* (diálogo constante entre ação e reflexão), onde os sujeitos colocam em pauta seus conflitos, pensamentos, ideias, causas e proposições para a compreensão e transformação de suas realidades.

Quadro 3: Artigos segundo autor, ano, local de publicação e principais conceitos/autores.

Autores	Ano	País	Revista	Conceitos/Autores teóricos usados
MORTADA, Samir Pérez	2009	Brasil	Psicologia & Sociedade	Socialização política: Schmidt (2001).
MAYORGA, Cláudia	2013	Brasil	Estudos de Psicologia	Descentramento do sujeito do conhecimento Mayorga <i>et al.</i> (2010).
DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino; LEÃO,	2010	Brasil	Educar em Revista	Condição juvenil: Margulis (2000); Abramo (2005).

Geraldo				
MAHEIRIE, Kátia; GROFF, Apoliana Regina; BUENO, Gabriel; MATTOS, Laura Kemp de; SILVA, Dâmaris Oliveira Batista da; MÜLLER, Flora Lorena.	2013	Brasil	Estudos de Psicologia	Juventude e política: Wade (2003); Mariz (2005); Mota (2005); Pinho (2005, 2007); Lobo & Cassoli (2006); Altmann (2007); Ribeiro (2007); Schwertner (2007); Matsunaga (2008); Castro (2009); Coutinho & Safatle (2009); Ferreira (2009); Haddad (2009); Mortada (2009); Moreno & Almeida (2009); Sá <i>et al.</i> (2009); Soares & Petarnella (2009); Damico & Meyer (2010); Dayrell <i>et al.</i> (2010); Fernandes (2011); Fuks & Pereira (2011); Fuks (2011).
CRUZ, Estefanía	2016	Canadá, Estados Unidos e México	Norteamérica	- Geração: Louie (2002). Mobilização política: Zlolniski (2008).
FUNDORA, Yadira Palenzuela	2018	Chile	Última Década	Participação no campo digital: San Cornelio <i>et al.</i> (2013).
LUZIVOTTO, Caroline Kraus	2016	Brasil	Comunicação e Sociedade	- Participação: Bordenave (1983); Demo (1996). - Ativismo: Mansbridge (1990). - Movimentos sociais: Gohn (2003). - Ativismo digital ou <i>online</i> : Rigitano (2003).
MESQUITA, Marcos Ribeiro Mesquita; BONFIM, Juliano; PADILHA, Erise Padilha; SILVA, Ana Cecília	2016	Brasil	Psicologia & Sociedade	Juventude e jovens: Souza (2004).
BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute Vivian Angelo; MORAIS, Jennifer Azambuja de	2016	Brasil	Educação & Sociedade	Ausente.
TSANDZANA,	2018	Portugal	Comunicação e	- Juventude e jovem: Muxel

Dércio			Sociedade	(1995); Abbnik (2005); Galland (2009); Honwana (2012).
SANTIBAÑEZ, Ivette Hernandez	2018	Brasil	Educação & Realidade	Educação: Lipman (2007).
TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo	2018	Brasil	Proposições	Juventudes: Dayrell (2003); Dayrell <i>et al.</i> (2010); Miranda & Freitas (2013).
BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza	2009	Brasil	Saúde & Sociedade	- Juventude: Cardoso & Sampaio (1995); Abramo (1997); Berquó (1999); Costa, (2000); Coimbra & Nascimento (2003); Instituto Cidadania (2004); Ribeiro (2004); Novaes (2006). - Participação: Bordenave (1994); O'Donoghue <i>et al.</i> (2003); Sirvent (2004); Nirenberg (2006). - Protagonismo juvenil: Costa (1999, 2000). - Identidade juvenil: Mische (1997).
CAMPOS, Ricardo; PEREIRA, Inês Pereira; SIMÕES, José Alberto	2016	Portugal	Sociologia, Problemas e Práticas	Espaço híbrido: Castells (2012).
LIMA, Nataly de Queiroz; SANTOS, Maria Salett Tauk dos	2012	Brasil	Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação	Redes sociais: Dias (2007); Scherer-Warren (2007); Martin-Barbero (2008); Castells (2009).
SEBASTIÃO, Sónia Pedro; LOURENÇO, Joana	2016	Portugal	Observatorio (OBS*) Journal	Fontes de informação política: Katz & Lazarsfeld (1955); Blumler & Gurevitch (1995); Mutz (1998); McNair (2000); Barber (2003); Entman, Matthes & Pellicano (2009).
BARROS, Antonio Teixeira de; MARTINS, Lúcio Meireles	2017	Brasil	Sociologias	Confiança política: Giddens (1990); Porto (1996); Miguel (2003, 2005); Boschi (2004); Power & Jaminson (2005); Stoker (2006); Dalton (2007); Moisés (2009); Colen (2010); Ribeiro (2011).
BARROS, Antonio Teixeira de	2018	Brasil	Sociedade e Estado	Comportamento político: Figueiredo (1991); Castro (1992; 1997); Baquero (1997); Sandoval (1997);

				Carreirão (2000); Radmann (2001); Borba (2005); Baquero & Cremonese (2009); Telles & Dias (2010).
--	--	--	--	---

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

No universo das categorias utilizadas pelos autores nos artigos analisados, pode-se destacar: juventude, socialização política, condição juvenil, participação política e ativismo. A partir dessas principais categorias, os debates nos estudos analisados, tanto na literatura nacional quanto internacional, trazem duas percepções muito recorrentes acerca da participação política juvenil, quais sejam:

- A *primeira* chama atenção para a inexistência de participação dos jovens;
- A *segunda*, ao questionar sobre o que significa participação política, aponta para novas formas de participação dos jovens, principalmente com o advento das tecnologias digitais da informação e comunicação.

Em sua grande maioria, os artigos analisados trazem discussões que orbitam ao redor da ausência de interesse juvenil relacionado aos modelos tradicionais de política institucionalizada. Assim como, denunciam a falta de crença e credibilidade das juventudes em relação às autoridades políticas e à política institucionalizada. Dessa maneira, chamam atenção de indicadores que trazem à tona o aumento de abstenções ou descrédito dos jovens nos processos democráticos de eleições nos últimos anos, como se a descrença na política e no político tivesse se tornado predominante entre a juventude (BARROS; MARTINS, 2017; BARROS, 2018).

Quanto a este aspecto, toma-se como exemplo as pesquisas desenvolvidas por Barros e Martins (2017) e Barros (2018) que chegaram à conclusão, por meio de dados quali-quantitativos, que há pouco interesse dos jovens no campo da participação política e na vida cívica, cujos reflexos são nítidos tanto no baixo comparecimento dos jovens às urnas nas eleições quanto na ausência de maior engajamento nas agendas públicas e nos próprios movimentos sociais.

Considerando a baixa participação dos jovens nos processos políticos institucionalizados, artigos no campo da Educação – a exemplo do estudo desenvolvido por Mortada (2009) e Dayrell, Gomes e Leão (2010) – propõem intervenções por meio dos processos de formação escolar como possíveis caminhos para incentivar, intensificar e qualificar a participação dos jovens através do seu engajamento em grêmios estudantis, movimentos estudantis e colegiados.

Autores como Mortada (2009) e Dayrell, Gomes e Leão (2010) chamam atenção para a construção dos diferentes repertórios e formas de participação política juvenis face à incidência de grupos de socialização e sociabilidades, como a família, os amigos, a igreja e a escola.

Os estudos revelam, ainda, que – se por um lado – há certa aversão dos jovens quanto às formas tradicionais de exercício da política, principalmente no tocante às suas percepções sobre os partidos políticos; por outro lado, os jovens também constroem e formam suas opiniões de mundo acerca das questões sociais através do contato e experiências mantidas com os veículos de informação e comunicação, como as redes sociais e a televisão, bem como em maior ou menor proporção com agências socializadoras, a exemplo da família e da escola (BARROS; MARTINS, 2017; TSANDZANA, 2018).

O estudo desenvolvido por Boghossian e Minayo (2009) chama atenção que é preciso superar a ideia construída que os jovens são sujeitos externos que apenas observam. Devendo avançar, qualitativamente, para a compreensão que os processos de participação política e o imbricamento da juventude nas questões sociais podem significar o próprio desenvolvimento dos jovens, enquanto atores e sujeitos sociais pela via do protagonismo e engajamento juvenis.

Essa perspectiva, na visão das autoras, perpassa pela necessidade da construção de uma consciência social, inclusive por parte das instituições e movimentos sociais, no sentido de acolher as novas formas de participação política juvenil e valorizar as outras formas já existentes na sociedade.

Tendo em vista que – embora uma série de estudos – aponte o desinteresse dos jovens quando o assunto é política, não se nega o fato que eles se sentem interessados acerca de questões que influenciam e interferem em suas vidas, cujo aspecto – aparentemente dicotômico – revela as relações entre a política institucionalizada e a política do cotidiano, assim como o trânsito das condições juvenis entre a vida privada e a vida pública.

Em linhas gerais e no âmbito da revisão sistemática sobre juventude e participação política nos últimos 10 anos, os artigos analisados trazem como pontos-chave de discussão e reflexão a necessidade de compreender quais sentidos e significados estão por trás ou subsidiam a face apática de uma parcela significativa da juventude relacionada aos assuntos políticos, especialmente no campo da política institucionalizada.

Além disso, os estudos analisados também apontam e chamam atenção para as novas perspectivas e interpretações sobre a participação política juvenil perante o surgimento de outras formas de engajamento político e social, sobretudo com o advento do *cyber*-engajamento e da *cyber*-participação.

Essas formas, por sua vez, parecem reverberar em ações e estratégias de participação mais amplas que, em sua grande maioria, se diferenciam das formas como a política era concebida e exercida pelas gerações anteriores, nas quais, por exemplo, a *cyber*-militância não era um elemento tão forte de participação política das juventudes (SANTOS; CASTRO, 2008).

6. Metamétodo: métodos e técnicas

O olhar analítico sobre as técnicas e abordagens metodológicas que subsidiaram os estudos analisados viabilizou a compreensão que as estruturas, concepções e aspectos metodológicos mantêm estreita relação com os resultados apresentados pelas pesquisas em sua articulação com o campo metodológico mais viável ao desenvolvimento de pesquisas e estudos relacionados às abordagens teóricas e empíricas sobre juventudes, participação e política.

Dentro do universo dos estudos analisados e mais especificamente buscando compreender quais caminhos metodológicos têm tido mais visibilidade nos estudos sobre juventudes, percebe-se que refletir sobre a dimensão metodológica e as técnicas utilizadas no processo de uma pesquisa se relaciona ao conjunto de escolhas do pesquisador, bem como às suas perspectivas epistemológicas.

Ao definir o que pesquisar e o caminho de investigação a ser percorrido, os autores dos estudos analisados – alicerçados num arcabouço teórico – realizaram escolhas e tomaram decisões que se constituem suas opções metodológicas e epistemológicas. Razão pela qual as dimensões metodológicas e epistemológicas reforçam a falácia da neutralidade da investigação científica, tendo em vista que pesquisar é um ato político envolto por questões de dimensão filosófica, técnica, ideológica, científica e social, cujos elementos estão presentes nos estudos analisados.

Em seu conjunto, os estudos em tela são de abordagem qualitativa e trazem em seu bojo, inclusive pelo processo de construção metodológica, a concepção do jovem-sujeito. Por assim afirmar, as metodologias e técnicas utilizadas nos estudos analisados dialogam com uma concepção de pesquisa que a entende como um elemento da própria atividade humana que possibilita o rompimento dicotômico e, ao mesmo tempo, dialógico entre a prática e a teoria, o concreto e o abstrato.

Essa dialogia, de acordo com Creswell (2010) e Minayo (2013), permite aos pesquisadores se debruçarem na busca por respostas a partir de uma questão-problema fundamentada em princípios metodológicos, éticos e epistemológicos definidos; através dos quais tornou-se possível maximizar e construir conhecimentos sobre juventudes, participação e política.

Dentre as técnicas utilizadas, a prevalência foi das entrevistas semiestruturadas, seguida dos questionários, revisão sistemática da literatura e grupos focais (quadro 3). Importante destacar que os estudos analisados mesclaram diferentes técnicas, conforme as etapas e procedimentos metodológicos que conduziram as pesquisas.

Quadro 4: Principais técnicas utilizadas nos estudos analisados

Principais técnicas utilizadas	Número de estudos
Análise de plataformas virtuais	2
Análise documental	2
Entrevistas semiestruturadas	6
Grupos focais	3
Observação participante	1
Outros (narrativas, histórias de vida, memórias)	2
Pesquisa de opinião	1
Questionários	5
Revisão sistemática da literatura	3

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Dos dezoito estudos analisados, sendo dezesseis autoidentificados como de abordagem qualitativa e dois como de abordagem quantitativa, dois se declararam estudo de caso. Sete estudos se denominam como exploratórios, dois utilizaram o método bola de neve, dois são pesquisas tipo *survey* e um estudo apontou as memórias como uma metodologia de coleta de dados. Três estudos apontaram a perspectiva dos estudos culturais e um estudo o interpretativismo enquanto correntes de pensamento que delinearão e fundamentaram a construção metodológica.

Esse conjunto de informações sobre o campo metodológico e as técnicas de pesquisa utilizadas nos estudos analisados permite perceber os principais interesses metodológicos dos pesquisadores relacionados à temática juventude e política, assim como amplia o olhar sobre as revistas que se configuram como *locus* privilegiado de produção e difusão de conhecimentos sobre juventudes e as principais áreas de concentração dos periódicos.

Vale salientar que as produções internacionais possibilitam a ampliação e a difusão do conhecimento a partir dos processos de divulgação de pesquisas subsidiadas por aportes metodológicos em abordagens investigativas sobre juventudes e jovens. As abordagens teórico-metodológicas tornam evidente que muitos são os desafios para a consolidação do campo investigativo sobre juventudes e jovens no Brasil, por exemplo.

Entretanto, os trabalhos selecionados abrem perspectivas para um campo emergente dos estudos sobre juventude e política, cujo campo é produtor tanto de conhecimentos quanto de

pesquisas qualificadas a partir de um *corpus* metodológico que visa ofertar maior visibilidade à temática juventude e política em suas mais variadas intersecções da vida social.

Nesse sentido, considerando a juventude como categoria analítica, é possível perceber nos estudos analisados a ramificação dos aportes teóricos e orientações metodológicas no tratamento da temática juventude e política, cujas abordagens vão desde a socialização política e cultura política juvenil, passando pelos processos de engajamento político e participação político-social, até seus imbricamentos com as redes sociais virtuais, a educação e os movimentos estudantis.

Os caminhos metodológicos e as técnicas utilizadas nos 18 artigos selecionados refletem diferentes perspectivas e abordagens metodológicas para responderem às interrogações presentes nos estudos frente às mudanças e efervescências no campo de estudos da juventude no que tange ao assunto política em suas mais variadas ramificações, que requerem abordagens investigativas capazes de dialogar com diferentes áreas do conhecimento.

7. Considerações finais

Na discussão tecida neste trabalho, argumentou-se que o metaestudo – na perspectiva da revisão sistemática de literatura – se constitui numa relevante estratégia teórica-metodológica para aproximar-se e compreender a situação de uma pesquisa no que se refere, principalmente, às últimas produções e abordagens sobre determinada temática de estudo, que – no caso aqui em tela – debruçou-se na temática juventude e política, mais especificamente sobre a categoria juventude e sua articulação com as categorias *fake news*, formação política e participação política.

Desse modo, considerando os objetivos que fundamentam este trabalho, compreende-se que o metaestudo é uma estratégia viável à realização de diagnósticos sobre como os conhecimentos no campo da juventude e política têm sido produzidos, assim como possibilita a aproximação com o universo de tendências, metodologias, técnicas de pesquisas, obstáculos, características, fragilidades e avanços que permeiam o campo de pesquisas sobre juventude e política.

Tomando como base o diagnóstico realizado por meio da revisão sistemática da literatura é possível, por exemplo, refletir sobre estratégias que impulsionem o avanço e as melhorias das pesquisas, de modo que dialoguem com as necessidades e expectativas dos pesquisadores. Visto que os conhecimentos produzidos através do metaestudo proporcionam elementos significativos tanto para o campo de estudo sobre o qual o pesquisador se debruça quanto para o próprio processo de formação de pesquisadores, uma vez que o processo de

revisão sistemática revela congruências e discrepâncias entre as visões e perspectivas dos autores, por exemplo.

Ao utilizar o metaestudo como caminho metodológico de revisão sistemática da literatura sobre juventude, política e *fake news*, o esforço e desafio deste trabalho residem em perceber que o diálogo com diferentes produções científicas e teorias não objetiva, necessariamente, construir uma visão unívoca e conciliadora entre as obras, teorias e perspectivas epistemológicas. Ao contrário, o metaestudo ampliou o leque de possibilidades e olhares sobre o objeto de estudo, possibilitando também a visibilidade e construção de outros caminhos metodológicos.

Através do metaestudo tornou-se possível identificar as conexões entre as concepções teóricas e os resultados dos estudos selecionados para análise neste trabalho. Por essa razão, o metaestudo não pode ser compreendido como um resumo que se destina à apresentação de pesquisas. Na abordagem de pesquisas qualitativas, é preciso partir do entendimento que o metaestudo se constitui numa grande rede de revisão sistemática formada por fios, que – em seu conjunto – conferem sentido e significado ao estudo desenvolvido e à construção de conhecimento na área investigada.

Dessa maneira, a abordagem feita neste trabalho coloca em cena os diferentes modos através dos quais os jovens são apresentados e interpretados nas produções analisadas, bem como traz percepções sobre o sentido e significado atribuídos pelas juventudes quando o assunto é política. Nesse contexto, na articulação entre juventude, participação política, formação política e *fake news*, algumas interrogações foram fundamentais para este trabalho, tais como:

- Quais conhecimentos têm sido produzidos em periódicos acerca dessa articulação?
- Quais as principais metodologias e técnicas têm sido utilizadas nos estudos e pesquisas?
- Quais as concepções de juventude e política subsidiam as produções analisadas?

Assim, no que diz respeito ao campo de estudo sobre juventudes, a utilização do metaestudo – enquanto caminho viável à revisão sistemática – indica que a produção científica tem progressivamente crescido nas discussões sobre juventude e participação política. No entanto, ainda, carece de estudos e pesquisas desenvolvidas na interlocução entre participação política, formação política e *fake news*.

Os 18 artigos analisados, através de caminhos investigativos e metodológicos que ora se aproximam e ora se afastam, concebem a juventude como categoria a partir do olhar

sociológico, bem como elucidam juventude como uma categoria constituída por sujeitos que se constroem e produzem suas relações por meio de processos históricos e culturais.

Tais processos, por sua vez, conferem à juventude uma natureza polissêmica, o que faz com que alguns trabalhos exponham a tensão entre a ideia de juventude enquanto ciclo ou fase da vida, mas que é também caracterizada por questões de ordem sociocultural e diferentes maneiras de ser jovem, conforme a estrutura e organização das sociedades.

A revisão sistemática traz à tona a inexistência de pesquisas relacionadas às *fake news* nos processos de formação política e participação política das juventudes. Por outro lado, o mapeamento dos estudos, especialmente dos 18 trabalhos analisados, permite compreender que a participação política juvenil não ocorre num vazio histórico e cultural. Embora os estudos também chamem atenção para o fato de que as pesquisas sobre juventude e política no Brasil ainda não são muito frequentes, seja do ponto de vista dos processos de transmissão de valores políticos, seja no tocante ao engajamento juvenil nos mais diversos tipos de militância.

Ao examinar e discutir de maneira mais específica a participação política juvenil, a maioria dos autores dos artigos selecionados expressaram preocupações com a participação política dos jovens sem aprofundar as trajetórias dos jovens na realização desse engajamento ou, ainda, não foram abordados os motivos e sentidos atribuídos pelos jovens aos seus atos de participação política.

Alguns trabalhos sinalizam que a corrupção do fazer político nas instituições tem sido alvo de críticas, descontentamento e descrença de uma parcela das juventudes, principalmente por parte de jovens militantes. Esses jovens, por sua vez, expressam questionamentos e angústias acerca da própria sobrevivência de seus futuros e projetos de vida face às frustrações e decepções do fazer político institucionalizado, que – por vezes – reverbera no distanciamento de outros jovens da vida pública, no desinteresse dos sujeitos e no próprio afastamento dos mecanismos formais de participação política.

Comportamentos que, segundo alguns trabalhos, são comuns inclusive entre jovens que reivindicam, questionam o cenário político e as maneiras como o fazer político interferem em suas vidas, mas que não acreditam na política institucionalizada.

Concluindo, cabe questionar – a partir dos trabalhos analisados – acerca de processos futuros de participação política impulsionados pelos jovens, sobretudo aqueles que emergem por meio das tecnologias digitais da informação e comunicação. Cabe perguntar se essa emergência significará a reconfiguração das instituições políticas ou se representarão novos mecanismos de participação política sustentados por velhas práticas.

Cabe interrogar se a participação política juvenil, frente aos desafios da sociedade cibercultural, empreenderá esforços coletivos com vistas ao alcance do ideal de democracia, principalmente no Brasil, onde nas últimas eleições e nos últimos anos – por exemplo – as *fake news* e a máquina do ódio se fizeram e têm sido tão presentes nas relações políticas cotidianas e institucionalizadas.

Cabe interpelar, no contexto do cyber-engajamento e da cyber-participação trazido por alguns trabalhos analisados, se as *fake news* podem influenciar a formação política e participação política das juventudes, tendo em vista que a sua produção e disseminação expressam processos de transmissão de comportamentos políticos, símbolos e representação de mundo, que estão imbricados com a construção de uma consciência política.

A partir dos trabalhos analisados e considerando a efervescência das tecnologias digitais da informação e comunicação, bem como visando o avanço das discussões e pesquisas nesse campo de conhecimento, cabe inquirir sobre o que os jovens pensam e sabem sobre as *fake news* na política, como lidam com esse cenário. E, sobretudo, tentar desvelar se as *fake news* representam mais um mecanismo utilizado a favor da descrença e distanciamento dos jovens em relação à política institucionalizada.

8. Referências

ABRAMO, H. W. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude.** Brasília: SNJ, 2014.

ANDERSEN, M.F.; NIELSEN, K. M.; BRINKMANN, S. Meta-synthesis of qualitative research on return to work among employees with common mental disorders. In: **Scandinavian Journal Work Environmental Health**, 38(2), 2012, p. 93-104.

BAQUERO, M.; BAQUERO, R. V. A.; MORAIS, J. A. de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no Sul do Brasil. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº 137, p. 989-1008, out.-dez., 2016.

BARROS, A. T. de; MARTINS, L. M. Juventude e política na experiência de dez anos do Parlamento Jovem Brasileiro: confiança, participação e engajamento político dos egressos. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, n. 46, set/dez 2017, p. 392-426.

BARROS, A. T. de. Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 3, set./dez. 2018, p. 849-886.

BOGHOSSIAN, C. O.; MINAYO, M. C. de S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. In: **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 3, 2009, p. 411-423.

CAMPOS, R.; PEREIRA, I.; SIMÕES, J. A. Ativismo digital em Portugal: um estudo exploratório. In: **Sociologia, problemas e práticas**, n. 82, 2016, p. 27-47.

CARRANO, P.; DAYRELL, J. Prefácio: O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). In: SPOSITO, M. P. (Org.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, E. Young Immigrants' Association and the Future Latino Leadership in the U.S.: Dreamers' Social Capital and Political Engagement. In: **Norteamérica**, Año 11, número 2, julio-diciembre de 2016.

DAYRELL, J.; GOMES, N. L.; LEÃO, G. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 38, p. 237-252, set./dez. 2010, Editora UFPR.

FUNDORA, Y. P. Participação social, juventudes, e redes sociais virtuais: rotas transitadas, rotas possíveis. In: **Última Década**, nº 48, julho/2018, p. 3-34.

GARDNER, H. **A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LIMA, N. de Q.; SANTOS, M. S. T. dos. Redes sociais e juventude rural: apropriações de propostas de comunicação para o desenvolvimento em redes globalizadas. In: **Intercom – RBCC São Paulo**, v. 35, n. 2, jul./dez. 2012, p. 225-246.

LUZIVOTTO, C. K. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. In: **Comunicação e Sociedade**, v. 30, 2016, p. 297-312.

MAHEIRIE, K.; GROFF, A. R.; BUENO, G.; MATTOS, L. K. de; SILVA, D. O. B. da; MÜLLER, F. L. Concepções de juventude e política: Produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011). In: **Estudos de Psicologia**, 18(2), abril-junho/2013, 335-342.

MAINARDES, J. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez. 2018.

MAYORGA, C. Pesquisar a juventude e sua relação com a política – notas metodológicas. In: **Estudos de Psicologia**, 18(2), abril-junho/2013, 343-350.

MESQUITA, M. R.; BONFIM, J.; PADILHA, E.; SILVA, A. C. Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. In: **Psicologia & Sociedade**, 28(2), 288-297, 2016.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MORTADA, S. P. De jovem a estudante: apontamentos críticos. In: **Psicologia & Sociedade**, 21 (3): 373-382, 2009.

- NOBLIT, G. W.; HARE, D. **Meta-ethnography, synthesizing qualitative studies**. Newbury Park: Sage Publications, 1988.
- PATERSON, B. The shifting perspectives model of chronic illness. In: **Journal of Nursing Scholarship**, 33, 2001, p. 21-26.
- PATERSON, B.; THORNE, S.; CANAM, C.; JILLINGS, C. **Meta-study of qualitative health research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001.
- PATERSON, B. L.; THORNE, S. E.; CANAM, C.; JILLINGS, C. **Meta-study of qualitative health research**. SAGE Publications, 2001.
- SANDELOWSKI, M. “To be of use:” Enhancing the utility of qualitative research. In: **Nursing Outlook**, 45, 1997, p. 125-132.
- SANTIBAÑEZ, I. H. Youth Activism in Chile: from urban educational inequalities to experiences of living together and solidarity. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 837-862, July/Sept. 2018.
- SANTOS, S. B. dos; CASTRO, M. G. Participação política da juventude no cyber espaço. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Caxambu-MG, Brasil, 2008, p. 1 -17.
- SEBASTIÃO, S. P.; LOURENÇO, J. As fontes de informação digitais sobre política: estudo exploratório com jovens adultos portugueses. In: **Observatorio (OBS*) Journal**, v. 10, n. 1, 2016, p. 125-135.
- SPOSITO, M. P. (Org.). **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.
- SPOSITO, M. P. (Org.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2009.
- THORNE, S.; PATERSON, B.; ACORN, S.; CANAM, C.; JOACHIM, G.; JILLINGS, C. Chronic Illness Experience: Insights from a Metastudy. In: **Qualitative Health Research**, 2002.
- TOMIZAKI, K.; DANILIAUSKAS, M. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. In: **Proposições**, v. 29, n. 1 (86), jan./abr. 2018, p. 214-238.
- TSANDZANA, D. Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos conectados desamparados. In: **Comunicação e Sociedade**, vol. 34, 2018, p. 235-250.
- ZHAO, S. Metatheory, metamethod, meta-data-analysis: what, why, and how? In: **Sociological perspectives**, v. 34, n. 3, p. 377-390, 1991.

CAPÍTULO 2 – ARTIGO 2

De quem se fala quando se utiliza os termos juventude e jovem?

De quem se fala quando se utiliza os termos juventude e jovem?**Who are we talking about when using the terms youth and youth?****Resumo**

Este trabalho tem como objetivo conceituar juventude, levando em consideração os aspectos sociais, políticos e históricos que o tornam plural. A pesquisa que alicerça a produção deste artigo caracteriza-se como de abordagem qualitativa subsidiada por revisão de literatura, cujo referencial teórico se estrutura nos estudos que entrelaçam as pesquisas sobre juventude, jovens, identidade juvenil e projeto de vida. Os resultados apontam que a temática juventude adquiriu visibilidade maior nos últimos anos no Brasil, assim como trazem à tona que as instituições escola e família, embora continuem ocupando a condição de agências formativas importantes para os jovens, não constituem mais o monopólio dos processos de sociabilidade e socialização juvenis. Além disso, chama-se atenção para o fato que as identidades e projetos de vida juvenis têm se reconfigurado por processos societários e por meio das próprias técnicas que produzem outros espaços de sociabilidades e práticas coletivas juvenis.

Palavras-chave: Juventudes; jovem; identidade juvenil; projeto de vida.

Abstract

This work aims to conceptualize youth, taking into account the social, political and historical aspects that make it plural. The research that underpins the production of this article is characterized as a qualitative approach supported by a literature review, whose theoretical framework is structured in studies that intertwine research on youth, youth, youth identity and life project. The results indicate that the youth theme has acquired greater visibility in recent years in Brazil, as well as bringing to the fore that school and family institutions, although they continue to occupy the condition of important training agencies for young people, no longer constitute the monopoly of sociability processes. and youth socialization. Furthermore, attention is drawn to the fact that youth identities and life projects have been reconfigured through societal processes and through the very techniques that produce other spaces of youth sociability and collective practices.

Keywords: Youth. Young. Youth identity. Life project.

1. Introdução

A atenção dada aos jovens tem aumentado nos últimos anos no Brasil, seja na perspectiva da opinião pública pela via dos meios de comunicação, seja através das produções acadêmicas ou, ainda, no seio das organizações (não)governamentais e instituições sociais. A juventude tem se tornado objeto de estudos em diferentes áreas do conhecimento e sob uma diversidade de perspectivas.

As pesquisas sobre juventude têm se debruçado em abordagens de cunho sociológico, antropológico, pedagógico e psicológico, cujas análises buscam discutir e compreender as mudanças comportamentais, físicas e psicológicas que acontecem nessa etapa da vida. Tais

abordagens, em seu conjunto, colocam em evidência que estudar juventude se constitui uma importante tarefa para reflexão e compreensão acerca das sociedades.

Abordar o tema juventude em sua pluralidade significa, primeiramente e sobretudo, considerar de qual ou quais juventude(s) está se falando em seus riscos, possibilidades e desafios. A ideia de juventude é perpassada por fatores geracionais e temporais, cujas estruturas – em sua representação de padrões de comportamentos ligados a papéis sociais, por exemplo – já não se sustentam apenas pelos processos tradicionais de socialização e sociabilidades juvenis, como aqueles associados ao seio familiar e escolar (DAYRELL; GOMES; LEÃO, 2010).

A juventude, enquanto categoria inventada pelo mundo adulto, permanece. O que muda com a velocidade do tempo e das relações sociais são os sonhos, comportamentos, vivências, atitudes, formas de pensar e os gostos dos jovens, uma vez que suas experiências sociais se dão num terreno flexível e constroem tanto suas identidades quanto as diferentes maneiras de ver, interpretar e agir no mundo.

Essas diferentes maneiras, por sua vez, corroboram para a diversificação das redes interativas juvenis, o que contribui para um leque de projetos e identidades. Por essa razão, a necessidade de pensar o termo “juventude” numa perspectiva polissêmica, sobretudo, porque ainda há muito o que se questionar sobre os jovens, especialmente no que diz respeito à compreensão social acerca da condição juvenil.

Desse modo, a discussão que permeia a própria conceitualização do termo “juventude” é sustentada pelas reflexões relacionadas a como os jovens constroem suas identidades e projetos de vida que possibilitem o intercâmbio de experiências e a construção dos sentidos de presença na esfera pública (CARRANO; PEREGRINO, 2003).

Nessa perspectiva, com o interesse de ampliar a literatura produzida sobre juventude e jovens, mais especificamente sobre a categoria juventude e sua articulação com as ideias de identidade e projeto de vida juvenis, este trabalho tem como objetivo conceituar juventude, levando em consideração os aspectos sociais, políticos e históricos que o tornam plural.

A pesquisa que alicerça a produção deste artigo caracteriza-se como de abordagem qualitativa subsidiada por revisão bibliográfica (CRESWELL, 2010; MINAYO, 2013), cujo referencial teórico se estrutura nos estudos que entrelaçam as pesquisas sobre juventude, jovens, identidade juvenil e projeto de vida.

O percurso da revisão bibliográfica parte do princípio que os jovens são sujeitos sociais, históricos, políticos e culturais atravessados por trajetórias, identidades e projetos de vida que configuram o cenário de suas condições juvenis. Considera-se, ainda, que os

múltiplos diálogos intrageracionais e intergeracionais também constituem seus processos de formação política e participação política juvenil.

Portanto, considerando os objetivos que sustentam esta pesquisa, o presente artigo está organizado do seguinte modo: inicia-se por uma *Introdução*, onde é apresentada a justificativa; a problemática, a relevância do estudo em tela e os objetivos propostos.

A seguir, na seção “*Juventude: nossa velha (des)conhecida*”, discute-se o conceito de juventude, trazendo o universo interpretativo-teórico a partir dos olhares de diferentes referenciais teóricos.

Na terceira seção, denominada “*A juventude e o jovem: entre o singular e o plural*”, aborda-se a complexidade e multiplicidade do “ser jovem”. Para isso, utiliza-se também o conceito de tecnicidades – fundamentando-se em Martin-Barbero (2021) – enquanto campo formado por novos elementos sensoriais-perceptivos, que incidem sobre os processos de socialização e sociabilidades juvenis por meio de ecossistema denominado tecnocomunicativo.

Na quarta seção, “*De sujeitos falados a sujeitos falantes: uma questão de identidade e projeto de vida?*”, discute-se sobre o campo de relações construídas pelos jovens, enquanto sujeitos de direitos, através das representações construídas sobre si mesmos e seus múltiplos diálogos com os outros e a vida em sociedade, cujos processos acontecem nos interstícios da interação social.

Por fim, são apresentadas as “*Considerações finais*”, que tem como objetivo fortalecer as principais questões tecidas no trabalho e, apesar de simbolizar a conclusão deste artigo, não tem a intenção de finalizar ou esgotar os diálogos suscitados nestas páginas.

2. Juventude: nossa velha (des)conhecida

De acordo com Abramo (2014), os estudos no Brasil sobre juventude têm crescido nos últimos anos e revelado a plasticidade conceitual do termo, à medida que a ideia de juventude não se limita à cronologia de tempo demarcada e definida pelo começo e fim entre um período de idades.

A plasticidade do termo extrapola a sua concepção pela ótica apenas biológica e psicológica, visto que – numa perspectiva histórica – o surgimento do termo juventude está relacionado também à diversidade de sentidos e significados sociológicos atribuídos a ele.

Discutir juventude perpassa pelo exercício de concebê-la enquanto fenômeno histórico, político, social e cultural, tendo em vista que a própria pluralidade do termo está

relacionada à condição juvenil em diferentes tempos e espaços histórico-sociais, que fazem com que o contato das novas gerações com o contexto cultural preexistente seja original.

No entendimento de Abramo (2014, p. 13),

a condição juvenil refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, refere-se a uma dimensão histórico-geracional, ao passo que a situação dos jovens revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.

A história da sociedade brasileira, segundo Abramo (2014), é caracterizada pela ausência da concepção plural, histórica e social que alicerça a noção de juventude. Para a autora, essa ausência contribuiu – por muito tempo – para a inexistência de políticas públicas⁵ específicas para a juventude e colaborou para a invisibilidade das culturas juvenis brasileiras.

Nesse sentido, enquanto categoria sociológica e partindo da premissa que os jovens não vivem no vazio histórico, social e político, a diversidade e pluralidade do termo juventude estão articuladas às condições sociais e representações construídas tanto para os jovens quanto pelos jovens a partir de suas relações, processos de socialização e sociabilidades.

Martins e Carrano (2011) chamam atenção que a concepção de juventude, dentro da linha espaço-temporal, varia muito de uma sociedade para outra, pois depende de como os grupos sociais lidam com essa etapa da vida e a representam, sobre a qual – geralmente – recai a visão de que os jovens são seres em construção. E, portanto, necessitam de determinadas representações sociais como pontos de referência para a formação de suas identidades, bem como sua inserção na vida adulta e em sociedade.

Quanto a este aspecto, Lloret (1998) e Souza (2004) dizem que ter uma idade ou pertencer a determinada idade é um fator preponderante no estudo sobre juventude, uma vez que os anos fazem das pessoas e situam-nas na condição de crianças, jovens, adultos ou idosos. Logo, pertencer a esse ou aquele grupo de idade significa poder ou não fazer determinadas coisas.

Desse modo, gradualmente, a vida vai se estruturando a partir do demarcador etário, razão pela qual – convencionalmente – tem-se a idade escolar, idade universitária, idade do trabalho, idade militar, idade da rebeldia (SOUZA, 2004).

Nesse processo, Lloret (1998) chama atenção que a idade adulta é vista como o objetivo maior a ser alcançado:

⁵ Compreende-se por política pública “o conjunto de diretrizes e ações encaminhadas pelo poder público para atender a determinados interesses e necessidades coletivas, as quais podem ser implementadas pelo próprio Estado ou em conjunto com a sociedade civil” (SILVA; SILVA, 2011, p. 663).

A postura ereta e a maior estatura do homem adulto configuram a imagem do modelo a alcançar em uma etapa ou ápice de máxima potência; precede-a outra que indica um presente reduzido, porém numa direção de crescimento; segue-lhe a figura declinante do velho que parece anunciar o ocaso (LLORET, 1998, p.18).

Paralelamente à visão de Lloret (1998) e Martins e Carrano (2011), ao analisar historicamente as fases da vida, Ariès (2014) diz que a compreensão sobre juventude nos dias atuais diverge daquela à época pré-industrial, na qual a ideia de infância estava muito associada ao universo adulto; e, por não haver um dispositivo que institucionalizasse a classificação das idades, consideravam-se as pessoas com idades entre 6 a 40 anos como jovens.

Somente a partir do século XV, as primeiras abordagens de cunho humanista e religioso começaram a surgir com o intuito de distinguirem infância, juventude e vida adulta. Essa distinção, por sua vez, implicou nas primeiras mudanças de organização social a começar pelo processo de estrutura e organização do ensino que passou a separar crianças, jovens e adultos.

Mas, é a partir de *Emílio*, obra de Rousseau publicada no século XVIII, que o termo juventude começa a se consolidar por meio das concepções modernas de infância e adolescência trazidas pelo filósofo, que deram os primeiros subsídios teóricos à compreensão do que seria chamada juventude no século XIX.

Em Ariès (2014), não é difícil perceber que a reflexão sobre juventude está, intimamente, ligada à sua compreensão histórica de natureza heterogênea, pois diz respeito a uma categoria construída socialmente que sofre transformações ao longo dos tempos e espaços sociais.

Assim, a organização da vida social através de segmentos etários é uma característica oriunda das construções sociais (PAIS, 2009), cujas identidades juvenis vão variar de uma sociedade para outra ou, até mesmo, dentro de uma mesma sociedade podem ser encontrados processos diferentes de formação juvenil.

De modo geral e baseando-se nas palavras de Novaes (2011), concordamos com a sua compreensão que:

a juventude é como um espelho retrovisor da sociedade. Mais do que comparar gerações é necessário comparar as sociedades que vivem os jovens de diferentes gerações. Ou seja, em cada tempo e lugar, fatores históricos, estruturais e conjunturais determinam as vulnerabilidades e as potencialidades das juventudes. Os jovens do século XXI, que vivem em um mundo que conjuga um acelerado processo de globalização e múltiplas desigualdades sociais, compartilham uma experiência geracional historicamente inédita (NOVAES, 2011, p. 02).

Dessa maneira, ainda que nas últimas décadas a juventude brasileira tenha adquirido uma visibilidade mais expressiva no que tange às políticas públicas e pesquisas acadêmicas (CARRANO, 2013), Abramo (1997, 2014) considera que as investigações e estudos de dissertações e teses ainda têm se debruçado timidamente em discussões acerca dos

[...] sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens (notadamente as instituições escolares, ou a família, ou ainda os sistemas jurídicos e penais, no caso de adolescentes em situação “anormal” ou de risco), ou mesmo as estruturas sociais que conformam situações “problemáticas” para os jovens, poucas delas enfocando o modo como os próprios jovens vivem e elaboram essas situações (ABRAMO, 1997, p. 25).

Comparativamente, a fala de Abramo em 1997 em relação ao século XXI traz à tona o crescimento de estudos relacionados a juventude e como juventude tem se intensificado enquanto campo de interesse de pesquisas e estudos. Essa intensificação, por sua vez, não se restringe aos estudos conceituais sobre juventude, mas tem avançado à medida que pesquisadores têm se debruçado nos estudos acerca dos jovens enquanto sujeitos plurais, sociais, políticos e históricos.

Desse modo, esse trabalho dialoga com a ideia de juventude que concebe os jovens como atores e sujeitos sociais perpassados por diferentes modos de ser e estar jovens, seja no campo da vida pública ou da vida privada. Comunga-se com a ideia que os jovens não são agentes sociais passivos e inertes, mas são sujeitos que, ainda que afetados pelas transformações sociais, são capazes de provocar transformações sociais e construir história em diferentes tempos e espaços.

Isso revela que a juventude não deve ser vista pela ótica condicional de transitoriedade para a vida adulta, cujo intervalo entre um período da vida e outro é – na maioria das vezes – caracterizado por uma lacuna marcada pelo vazio existencial como se o jovem fosse sempre o sujeito do “vir a ser”, da moratória (DAYRELL, 2007; DAYRELL; CARROCHANO, 2009)

Essa imagem do jovem como sujeito sempre em projeção, o sujeito do futuro e nunca do presente, embora ainda marque presença na cultura moderna, torna-se obsoleta à medida que os estudos mais recentes sobre juventudes – como aqueles desenvolvidos por Dayrell (2007), Martins e Carrano (2011), Abramo (2014), Groppo (2017) e Weisheimer (2019) – chamam atenção que “o período juvenil não deve ser pensado como uma mera transição, mas como um período de desenvolvimento que tem a mesma importância que as demais etapas do ciclo vital, que nunca foram chamadas de transitórias” (ABRAMO, 2014, p. 14).

Além da imagem, socialmente construída, de juventude como interstício de transitoriedade e moratória, outra imagem surgida nos anos de 1960 foi a idealização

romântica de juventude. Essa visão foi um dos sustentáculos da indústria cultural que estava centrada nos valores econômicos do mercado de consumo da época.

Por sua ótica, os jovens eram o principal meio de propagação e solidificação da indústria cultural através do lazer, revistas, modas e músicas, que se constituíam atrativos com a finalidade de mobilizar o interesse dos jovens e garantir a ascensão da sociedade industrial emergente.

Por essa perspectiva, os jovens deixavam de ser vistos como meros sujeitos do “vir a ser” para assumirem o perfil de sujeitos da moda, que acompanhavam as tendências, estavam livres para experimentar situações novas e construir seus repertórios culturais através da curtição da vida e entretenimento, principalmente aos finais de semana.

Nessa visão, a juventude seria um tempo de liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos. A essa ideia se alia a noção de moratória, como um tempo para o ensaio e o erro, para experimentações, um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil (DAYRELL, 2007, p. 156).

Além das duas visões anteriores, Dayrell (2007) aponta ainda uma terceira imagem: a juventude como período de crise da vida. Essa imagem ainda é muito presente nos dias atuais, visto que – por vezes – são recorrentes falas cotidianas que situam a juventude como uma etapa difícil da vida, caracterizada por jovens instáveis, problemáticos, conflituosos, inseguros, incertos e com grandes problemas de autoestima, personalidade, aceitação, relacionamento e identidade.

As imagens construídas sobre juventude apontadas por Dayrell (2007) oferecem subsídios à reflexão da natureza cultural e social da categoria juventude, que desde a sua definição e modos de ser e estar jovens está perpassada por diferentes concepções e determinados objetivos de sociedade. A cada tipo de sociedade houve e há a necessidade de se pensar nas estruturas de formação desse sujeito jovem.

Por isso, para Peralva (2007) e Weisheimer (2019), a juventude é uma condição social, visto que os aspectos físicos e psicológicos inatos ao desenvolvimento do corpo não podem ser considerados – via de regra – como elementos determinantes de representação do que seja juventude. Esses autores partem do princípio que as sociedades em diferentes tempos lidam de maneiras diferentes com essa etapa da vida e que, portanto, a juventude não é homogênea, singular e única em todos os tempos e sociedades.

O caráter plural e múltiplo da juventude pode ser percebido, por exemplo, nas diferentes maneiras com que o período de entrada e saída desta fase está caracterizado por representações sociais sobre o que é “ser jovem” e “tornar-se jovem”.

Por essa razão, em algumas sociedades, são celebrados ritos de “passagem”⁶ como sinônimo de renovação e esperança dessa nova etapa da vida (PAIS, 2009). Em vista disso, Martins e Carrano (2011, p. 44) pontuam que “o peso da tradição encontra-se diluído e os caminhos a seguir são mais incertos”.

As falas dos autores reforçam a premissa que sobre os sujeitos, ao ingressarem na fase da juventude, recaem a tarefa de viverem entre a tradição e a esperança de novos posicionamentos e outras visões de mundo. Esses conflitos, por sua vez, se refletem entre os valores recebidos e as novas proposições que se revelam através da rede de relações em sociedade que vão estabelecendo. E, ainda, entre seus vínculos de socialização e sociabilidades, que possibilitam perceber que – inseridos ou não numa mesma sociedade – as realidades, vivências, condições e repertórios juvenis sofrem variações.

Quanto a este aspecto e tomando como base Dessen e Polonia (2007), entende-se – por exemplo – que ser jovem “crescendo em uma família ‘nuclear tradicional’, com irmãos biológicos, é diferente de sê-lo em uma família recasada, coabitando com padrasto e irmãos não biológicos” (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 23).

3. A juventude e o jovem: entre o singular e o plural

Embora juventude seja uma categoria inventada pelo mundo adulto e a idade não se constitua elemento suficiente para o desenvolvimento de concepções acerca dessa etapa da vida, alguns dispositivos legais brasileiros – como o Estatuto da Juventude instituído pela Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013 – que utiliza a especificação de idades como parâmetro para definição de acesso e garantia a políticas públicas.

O Estatuto da Juventude – instituído pela Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013 – considera jovens os sujeitos entre 15 e 29 anos de idade, enquanto para a Organização das Nações Unidas, jovens são aqueles com idade dos 15 aos 24 anos.

Por esse viés, na maioria das vezes, a idade acaba assumindo referência única e comum entre os sujeitos que compõem essa categoria. Diante dessa relação teórica e social que, ao mesmo tempo, aproxima e separa esses sujeitos à luz de diferentes percepções sobre juventude e jovens, percebe-se a importância de diferenciar conceitualmente esses dois

⁶ Em Pais (2009), os ritos de passagem se referem marcadores de transição para a idade adulta presentes em algumas culturas, a exemplo das europeias, como a inserção no mercado de trabalho, o casamento ou o nascimento do primogênito.

termos, que – embora dialoguem entre si – a literatura apresenta suas particularidades conceituais que estão dissociadas do mundo empírico.

Para Levi e Schmitt (1996, p. 17),

de um contexto a outro, de uma época a outra, os jovens desenvolvem outras funções e logram seu estatuto definidor de fontes diferentes: da cidade ou do campo, do castelo feudal ou da fábrica do século XIX... Tampouco se pode imaginar que a condição juvenil permaneça a mesma em sociedades caracterizadas por modelos demográficos totalmente diferentes.

Paralelamente à fala dos autores, Souza (2013) considera que juventude diz respeito a uma fase da vida social com transformações no cenário público e privado, e é composta por sujeitos, os jovens. Enquanto fase da vida, a juventude não se altera. No entanto, as maneiras como os jovens vivenciam essa etapa tornam a juventude plural, diversificada e heterogênea a cada época.

Isso se dá pelo fato que os desejos, conflitos, tensões sociais, classes sociais, posicionamentos políticos, crenças, gostos, identidades e percepções juvenis podem diversificar de um grupo social para outro. Pois, os hábitos, costumes e aprendizagens dos jovens estão, também, carregados dos sentidos e significados que atribuíram e atribuem às suas instâncias de socialização política e grupos de sociabilidades.

Nesse sentido, apropriando-se dos estudos de Martin-Barbero (2021), especialmente no que tange à transição dos meios para as mediações, o autor ajuda a pensar na mediação através da incidência das tecnicidades nos processos de sociabilidades à medida que, de acordo com o autor, as tecnicidades estão próximas da formação identitária dos sujeitos e revelam novas mediações culturais.

Na perspectiva de Martin-Barbero (2021), o termo tecnicidade vai além da ideia da técnica, já que a tecnicidade revela o conjunto de mediações culturais presentes num sistema dinâmico e, portanto, não se caracteriza como instrumental. Analisando o conceito de tecnicidades dentro dos estudos relacionados às sociabilidades juvenis, pode-se afirmar – com base em Martin-Barbero (2021) – que as tecnicidades conformam o campo de novos sensoriais-perceptivos juvenis relacionados a seus processos formativos, haja vista que as referências de formação e mediação juvenis no século XXI não se restringem mais às instituições tradicionais, como a família, a igreja e a escola.

No campo das socializações e sociabilidades juvenis, as tecnicidades tanto oportunizam novos referenciais de identificação como redimensionam as relações sensoriais-perceptivas, por exemplo, ao pensar nos novos fluxos virtuais de comunicação que

apresentam outros repertórios relacionais com instâncias como a escola e a família, além de desafiar os modelos convencionais de hierarquia e autoridades.

Jacks e Schmitz (2018), numa análise barberiana das tecnicidades nos processos formativos juvenis, afirmam que:

Se na escola as tecnologias, especialmente as digitais, quebram com a ideia de que o professor é o único detentor do conhecimento, nos lares elas causam um desordenamento mais intenso que o apreço à televisão (2008), pois dá acesso às crianças e aos jovens ao mundo velado dos adultos, desafiando o filtro e a autoridade dos pais ao transformar o modo como a informação circula também dentro de casa (JACKS; SCHMITZ, 2018, p. 127).

Os meios digitais, enquanto elementos desse novo sensorio-perceptivo, produzem discursos, forjam processos formativos e causam instabilidades nos discursos preexistentes. Dessa forma, para Martin-Barbero (2021), as tecnicidades funcionam como molas propulsoras de mediações culturais que agregam os meios de comunicação sem se deixar levar pela fascinação tecnológica, como se esta não fosse um meio intencional e estratégico imbricada por processos formativos.

Para o autor, “o meio não se limita a veicular ou traduzir as representações existentes, nem tampouco pode substituí-las, mas começou a constituir uma cena fundamental da vida pública” (MARTIN-BARBERO, 2021, p. 14).

Por essa razão, o autor acredita que – no seio dos meios de comunicação – as tecnicidades operam estrategicamente como elemento político-social envolto por novas linguagens, ações, dinâmicas políticas, culturais e sociais, produzindo um novo ecossistema que ele denomina de tecnocomunicativo.

Nesse universo tecnocomunicativo, a sensibilidade dos jovens é vista como uma esperança, tendo em vista que os jovens são considerados mais ativos no tocante aos processos de aprendizagem, além de possuírem maiores condições de desafiar o sistema de conhecimento instituído, em virtude da maior destreza com a cultura tecnológica midiática e digital.

A cultura tecnológica midiática e digital, na perspectiva barberiana, representa um campo de possibilidades sensoriais-perceptivas gerador de processos formativos juvenis, uma vez que as novas experiências culturais dos jovens nos usos dos meios tecnológicos estão relacionadas à formação identitária sujeito juvenil.

A utilização que os jovens fazem das mídias digitais, por exemplo, evocam e incidem nos seus processos de sociabilidades; razão pela qual as tecnicidades, nas palavras de Martin-Barbero (2021), ganham o status de um sistema social, político e cultural.

Pela via tecnológica, os jovens agregam interesses, como de informação, trabalho, estudos, consumo, ócio, diversão e pesquisa. Do mesmo modo, pelas redes virtuais digitais, eles produzem e disseminam política, atravessam seus espaços privados e reconfiguram suas experiências de rua por meio da interconexão.

Nesta medida, não é de se duvidar que os jovens do século XXI não são os mesmos jovens do século XX. O cenário social, político, educacional, econômico, cultural e familiar já não é o mesmo e isso exige das juventudes outra formação política, outra visão social e, conseqüentemente, a formação de novas identidades e subjetividades que deem conta da leitura crítica do mundo e o enfrentamento aos seus desafios.

Isso, por sua vez, faz com que a vivência da juventude seja relativa, cada vez mais, à medida que, por exemplo, as experiências de vida de um jovem negro é diferente de um jovem branco, assim como de um jovem de classe menos favorecida e de outro de classe alta, de uma jovem de escola pública e outra de escola privada (CRISTO, 2020).

Os processos e estruturas sociais acabam, por vezes, gerando estratificações e oportunidades desiguais entre sujeitos que estão inseridos numa mesma fase da vida (juventude), mas a vivenciam e constroem suas experiências de vida de maneiras diferentes.

Esses processos e estruturas assumem o lugar de balizadores sociais, de aproximação e distanciamento das condições juvenis, a depender dos grupos sociais que os jovens fazem parte ou são oriundos. Eis aí o fundamento histórico e social que perpassa a relação existente entre os termos juventude e jovens, a qual não deve ser reduzida a “uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta” (DAYRELL, 2007, p. 158).

Assim, concordando com Dayrell (2007) e em consonância com Carrano (2013), a perspectiva defendida neste trabalho comunga com a ideia que “a definição pelo corte de idade é uma maneira de se definir o universo de sujeitos que habitariam o tempo da juventude. Este é um critério variável e muda de país para país. Na América Latina vai se estabelecendo o consenso de que os jovens devem ser considerados até os 29 anos” (CARRANO, 2013, p. 100).

Dessa maneira, para além dos demarcadores etários sociais, os estudos sobre juventudes solicitam a reflexão acerca dos jovens em suas vivências, experiências e pluralidades, evocando os sentidos e significados que os jovens atribuem aos seus circuitos, (re)descobertas e repertórios de vidas em suas mais variadas instâncias, sejam elas políticas, sociais, econômicas ou culturais.

Melucci (2004) chama atenção que, na maioria das sociedades, o desenvolvimento biológico, especialmente as características psicológicas e corporais, é um demarcador cultural do início da juventude que leva em consideração, sobretudo, a capacidade de procriação, a autossuficiência demonstrada pelos jovens como sinônimo também de “desapego” e independência da proteção familiar. Assim como, a intensificação dos vínculos sociais, maior valorização dos grupos de amigos e o desejo em assumir responsabilidades no que tange à construção de seus projetos de vida.

A própria característica de ser diferente de um país para o outro explicita a própria dimensão cultural e histórica da definição de juventude. Em vista disso, Dayrell (2007, 2013) e Carrano (2013) consideram que um dos primeiros esforços dos estudos e compreensões sobre juventude é transitar da lógica singular do termo juventude para a sua perspectiva plural.

Para os autores, o rompimento da visão monocular para o entendimento da existência de “juventudes” maximiza as possibilidades de compreensão sobre os jovens em sua condição de sujeitos sociais e não simplesmente indivíduos que compõem uma etapa da vida enquanto aguardam a chegada no “mundo adulto”.

Entre a localização dos jovens enquanto *indivíduos* ou *sujeitos* há um entendimento que precisa ser considerado e que representa o trânsito dos jovens da condição de indivíduos falados para sujeitos falantes. Para Charlot (2000), denominam-se sujeitos todas as pessoas que exercem sua capacidade de leitura, compreensão, diálogo e intervenção *com e no* mundo.

Nessa perspectiva, os sujeitos são seres ativos, que constroem suas próprias histórias a partir da sua participação e interação em sociedade, possuem projetos de vida, estabelecem relações sociopolíticas e ocupam lugar no seio das relações sociais.

Enquanto sujeitos, os jovens são dotados de histórias de vida, experiências, deveres, direitos, emoções, posicionamentos. E, portanto, solicita-se deles o senso crítico para lerem e interpretarem o mundo à sua volta, que é perpassado por questões dinâmicas de ordem política, cultural, ideológica, econômica, histórica e social (CHARLOT, 2000).

Tanto a construção dos sujeitos sociais quanto a legitimação de suas práticas não se dão num outro plano que não seja das relações sociais, razão pela qual não se nega o fato que “o homem se constitui como ser biológico, social e cultural, dimensões totalmente interligadas, que se desenvolvem com base nas relações que estabelece com o outro, no meio social concreto em que se insere” (DAYRELL, 2007, p. 160).

Entre o mundo biológico, cultural e social trazido por Dayrell (2007), o caráter de sujeitos sociais dos jovens começa a ser solicitado com maior efervescência à medida que eles

começam a intensificar seus vínculos sociais e a participarem de maneira mais ativa da vida pública, envolvendo-se nos conflitos, anseios, tomadas de decisões e opinando sobre os dilemas sociais emergentes.

Vistos pela perspectiva de sujeitos sociais e membros de uma geração considerada relativamente mais nova que está dando os primeiros passos nos processos de inserção social mais ativa e tomada de decisões políticas, é sobre os jovens que – por vezes – recai a tarefa de conviver entre o “velho social” preexistente e o “novo social” que se espera. É sobre os jovens, também, que os anseios das transformações sociais são apostados e as esperanças são renovadas.

Ainda que as problemáticas existentes não tenham sido oriundas dos jovens ou provocadas por eles, a história dos movimentos sociais, por exemplo, mostra que a juventude sempre foi e é solicitada a compreender sua realidade social seja do ponto de vista local ou global, a fim de lê-la e interpretá-la de forma crítica para propor estratégias de permanências ou mudanças capazes de possibilitar melhores condições de vida (GOHN, 2014).

Nessa perspectiva, como enfatiza Leão (2011, p. 102), “nosso grande desafio é compreender como os jovens constroem seus modos de ser e viver, educam-se e são educados no contexto de uma sociedade que mudou muito nas últimas décadas”.

A fala de Leão (2011) remete à defesa que, em diferentes tempos e espaços histórico-sociais, os jovens são sujeitos da ação capazes de exercerem a *práxis* social pautada na ação-reflexão-ação. E, portanto, seus processos de educação *para estas e nestas* vivências não devem concebê-los como meros objetos destes ou daqueles grupos sociais ou como massas de manobra à disposição dos objetivos individuais de determinados grupos.

Os jovens estão situados na dimensão da leitura do tempo presente, do iminente novo como campo de reflexão, ação social e participação política, por isso a concepção de juventude como etapa de transitoriedade centrada no jovem como o sujeito do “vir-a-ser” não dá conta da configuração entre sociedade e juventude, especialmente no século XXI.

Distantes de sua efetiva participação no tempo presente e na visão transitória de que a tomada de decisões “se inicia” na vida adulta, os jovens não constroem as bases necessárias para refletir sobre o seu futuro individual e coletivo. É no tempo presente que eles se aproximam e começam a construir seus modelos e referenciais de vida política, social, cultural e econômica.

É no tempo presente que as agências de socialização e sociabilidades têm grandes implicações em sua formação e contribuem à definição dos seus projetos de vida. A juventude

não é um estado de preparação (“vir-a-ser”), é a vida acontecendo, é a base do futuro se construindo e sedimentando-se. Por isso, os jovens são sujeitos sociais do tempo presente.

Entretanto, embora juventude – por vezes – seja interpretada como sinônimo de vigor e vitalidade, ingenuamente não se deve acreditar que os jovens são totalmente responsáveis pelas transformações sociais, políticas, culturais e econômicas, como se estivessem em suas mãos o compromisso de resolver os problemas ou conflitos sociais.

Os jovens, na verdade, compõem uma parcela dos sujeitos sociais e, portanto, são parte dos atores e autores sociais que na interação e colaborativamente podem refletir, propor e executar novas estratégias de práticas sociais (SARTI, 2004). Nesse sentido, segundo Sposito (2014), os jovens assumiram a condição de sujeitos de direitos nos últimos anos, o que oportunizou maior visibilidade, autonomia, legitimidade e poder de participação política e social.

A fim de fortalecer as arenas de diálogos intrageracionais e intergeracionais, esse caminho permite perceber que ser e tornar-se jovem no século XXI é totalmente diferente de séculos anteriores, haja vista que cada momento histórico está carregado de particularidades que tornam as vivências e ações juvenis peculiares, conforme os níveis de gradação social.

Assim, em linhas gerais e no bojo das discussões sobre identidades e projetos de vida juvenis, este trabalho considera

os jovens como sujeitos em construção, mas sujeitos também do tempo presente e não somente como um “vir-a-ser” adulto. Os jovens vistos como portadores de direitos e seres políticos capazes de intervir no espaço coletivo revelam no cotidiano as contradições, os impasses e os antagonismos nas relações com os próprios pares e com os demais segmentos sociais, tornando visível, como um *iceberg*, a complexidade da sociedade contemporânea (DAYRELL *et al.*, 2011, p. 12).

Com base na fala de Dayrell *et al.* (2011), Sposito (2002) e Carrano (2008) são trazidos para o debate tendo em vista que ambos – cada qual à sua época de escrita e análise – já sinalizavam a necessidade de romper com os discursos que, por vezes, são utilizados para caracterizar os jovens e descredibilizar a devida atenção à juventude enquanto etapa dinâmica da vida.

São adjetivos que potencializam a visão de juventude como período de crise e anulam a natureza de sujeitos políticos dos jovens, tais como: desordeiros, imaturos, violentos, inconstantes, desocupados, rebeldes, problemáticos, mal-educados, baderneiros, insanos, arruaceiros e “cabeças vazias”.

Contrariamente a esses discursos, Leão (2011) parte do princípio que desmitificar esse tipo de visão acerca dos jovens é um dos primeiros passos de fortalecimento à crença da

juventude enquanto grupo de sujeitos políticos capazes de alavancar as mudanças e transformações sociais.

Ou seja, envolto por essa visão negativa, é contraditório que as sociedades considerem a juventude como a esperança. Para o autor, “os jovens são atores plurais, abertos à experimentação e propensos a assumir diferentes identidades dependendo do contexto e das relações sociais em que estão inseridos” (LEÃO, 2011, p. 99).

Em concordância com Leão (2011), acredita-se que a reflexão sobre quem são os jovens do século XXI, porque são chamados de nativos digitais, em quais contextos estão inseridos, o que os diferem de jovens de épocas anteriores, quais processos de socialização e sociabilidades constituem seus repertórios de vida e contribuíram para a sua formação como sujeitos políticos é um dos pilares essenciais para percebê-los em sua integralidade e imersos em experiências sociais múltiplas.

Essa perspectiva, por sua vez, reforça a concepção que ser e tornar-se jovem não diz respeito a uma questão de destino. Na verdade, a juventude é, também, um período de construção autônoma e responsável da identidade juvenil com implicações tanto na vida pública quanto privada dos jovens e em suas relações individuais e coletivas. A necessidade de abandonar a ideia de juventude como destino requer concebê-la a partir de olhares múltiplos (MELUCCI, 2004; DAYRELL; MOREIRA; STENGEL, 2011).

Desconsiderar os olhares múltiplos sobre juventude significa universalizá-la e singularizá-la, atribuindo aos jovens o lugar de sujeitos falados ao invés de sujeitos falantes, que possuem a capacidade de se posicionarem, visto que são portadores de vozes e histórias de vida. Nesse sentido, em sua obra “*Os jovens podem falar?*”, Castro (2011) oferece subsídios reflexivos ao entendimento que a condição dos jovens como sujeitos políticos, sociais e de direitos é fruto de uma trajetória histórica de lutas e conquistas mediante embates à manutenção do silêncio juvenil, especialmente aqueles engajados em movimentos sociais.

Desse modo, a autora salienta que ao longo dos anos os jovens foram assumindo a posição de falantes. O direito à fala e o exercício de utilização desse instrumento, para Castro (2011), representa o rompimento da visão que se tinha sobre juventude no século XIX, onde os jovens eram concebidos como indivíduos passivos, destituídos da capacidade de pensar sobre suas próprias vidas. E, portanto, dependiam unicamente dos modelos, referências e formas de compreender o mundo a partir da ótica dos adultos.

Assim, falar e ter sua fala reconhecida são, sobretudo, um exercício de liberdade de pensamentos, ideias e opiniões imbricada com a capacidade dos jovens de participarem e transformarem a vida em sociedade coletivamente.

Quanto a este aspecto, reforça-se a defesa que é

importante considerarmos os jovens enquanto pertencentes a uma geração que vive em determinado contexto social, econômico e político – o do início do século XXI com todas as suas mutações e desafios a ele inerentes, mas, ao mesmo tempo, em sua diversidade de pertencimento de classe social, sexo, cor/raça e trajetórias de vida. E, tal como alerta Martuccelli (2004), por detrás de posições estruturais semelhantes, evidencia-se uma diversidade de estados sociais (DAYRELL; CORROCHANO, 2009, p. 119).

Dayrell e Corrochano (2009) colocam em alerta, inclusive se fundamentando em Martuccelli (2004), que as questões estruturais que configuram a condição juvenil e suas representações sociais são um dos pontos-chave para compreender e maximizar o conceito de juventude.

Não há dúvidas que a pluralidade das juventudes reforça o quanto os aspectos econômicos, sociais, políticos e as desigualdades entre os capitais culturais, econômicos e sociais exercem forte influência na constituição e construção histórica das diferentes condições juvenis, cujas disparidades revelam relações desiguais para sujeitos que vivenciam a mesma etapa da vida.

Os aspectos mencionados, juntamente com os capitais culturais, econômicos e sociais – por vezes – atuam como dispositivos que “determinam” ou não a garantia de direitos, o acesso a determinados meios culturais, posicionam alguns e outros não em situações de prestígio e polarizam as relações entre quem pode e quem não pode.

Uma análise sobre o conjunto desses aspectos e capitais, numa sociedade como a brasileira por exemplo, denuncia a forte existência dos binarismos sociais. Assim, é preciso considerar que não existe horizontalidade de vivência da juventude, razão pela qual os estudos sobre juventudes em sua grande maioria – como aqueles desenvolvidos por Dayrell (2007, 2013), Martins e Carrano (2011), Groppo (2017), Weisheimer (2019) – não descaracterizam a natureza social e subjetiva que compõe as juventudes.

Além da inserção dos jovens na vida em sociedade ser fruto de diferentes processos de socialização – a participação política e interação social dos jovens se dão, também, de forma diversificada. Isso porque depende muito de quem são esses jovens, quais grupos sociais tiveram maior incidência na sua formação política, que contribuições as instâncias e instituições sociais tiveram na construção das suas visões de mundo, a quais tecnologias de informação, conhecimento e comunicação tiveram acesso.

Enfim, constitui-se uma grande falácia considerar que todos os jovens, em todos os tempos e espaços, vivenciam suas juventudes de maneira unilateral como se tivessem tido, equanimemente, oportunidades de acesso e seus direitos garantidos como sujeitos sociais e

políticos constituídos de anseios, valores, projetos de vida, consciência, raciocínio, autonomia, direitos e deveres.

Portanto, para que de fato ocorra o desenvolvimento da consciência crítica dos jovens como sujeitos transformadores e dotados da capacidade de se posicionarem efetivamente perante suas micros e macros realidades, é de suma importância que as suas experiências fortaleçam suas potencialidades como sujeitos políticos e sociais. Construindo oportunidades para que vivenciem de forma responsável, comprometida, participativa e saudável sua condição de portadores de vozes na tomada de decisões e escolhas sociopolíticas.

4. De sujeitos falados a sujeitos falantes: uma questão de identidade e projeto de vida?

Condição juvenil, tomada de decisões, participação social, escolhas políticas, projetos de vida... palavras e expressões que parecem simples e recorrentes, mas que trazem em si muito significado dentro dos estudos sobre juventude e mantêm estreita relação com o campo de formação política e de identidades juvenis.

Quando se fala em projeto de vida e identidade juvenil se deseja chamar atenção para as múltiplas relações e interfaces existentes entre eles, inclusive no tocante ao processo de formação política juvenil. Projeto de vida, nesse sentido, está envolto pelo exercício da tomada de decisões e escolhas em relação aos seus futuros.

E, como tal, essas decisões e escolhas passam pelo campo de suas formações identitárias à medida que dizem respeito aos anseios, visões de mundo, projeções, desejos, objetivos e formas de ler e interpretar o mundo (DAYRELL, 2013).

Como sujeitos sociais e políticos, as escolhas e decisões juvenis têm implicações direta na estrutura, organização e funcionamento das sociedades. Por isso, a necessidade de pensar o jovem como sujeito do tempo presente e reafirmar a importância da formação crítica e reflexiva das juventudes, uma vez que estes serão os novos sujeitos que conduzirão as instâncias e instituições sociais. Desse modo, é preciso que se apropriem criticamente de suas histórias, para que possam lê-las, interpretá-las e realizar intervenções.

Os jovens vivem entre o tempo passado que apresenta o que homens e mulheres foram e fizeram, mas também vivem com o ineditismo do tempo presente para que, com base no passado, possam decidir o que querem ser e fazer. Nessa perspectiva, Martins e Carrano (2011, p. 44) entendem que:

os jovens fazem seus trânsitos para a vida adulta no contexto de sociedades produtoras de riscos – muitos deles experimentados de forma inédita, tal como o da ameaça ambiental e do tráfico de drogas –, mas também

experimentam processos societários com maiores campos de possibilidades para a realização de apostas diante do futuro.

Nessa relação temporal, os contextos sociais, políticos, culturais e econômicos exercem um forte poder sobre a formação da identidade juvenil. Nesses contextos, os jovens iniciam seus primeiros passos de participação política e começam a estruturar suas possibilidades de projetos de vida, ao mesmo tempo em que vão construindo representações de si e do universo que os cercam.

É preciso dizer que a abordagem sobre identidade juvenil discutida neste trabalho está relacionada ao campo de relações construídas pelos jovens a partir das representações sobre si mesmos e seus múltiplos diálogos com os outros e a vida em sociedade. Portanto, a ideia de identidade aqui discutida não se restringe à subjetividade do “eu interior” enquanto conjunto de características inatas aos sujeitos.

Ou seja, parte-se do princípio que as identidades juvenis, para além da carga biológica, alicerça-se também em aspectos de cunho social, histórico, político e cultural. O jovem é um sujeito biológico e, sobretudo, é também suas circunstâncias, condições e contextos.

Quanto a este aspecto, Viana (2009) afirma que a identidade juvenil é construída como um prisma, cujas faces refletem os “conceitos de si” ou as “representações de si” que os jovens produzem por meio das relações individuais e coletivas entre suas vidas públicas e privadas.

São nessas relações que os jovens têm maior oportunidade de experimentarem, descobrirem-se e pensarem sobre seu papel em sociedade, bem como sobre a função social que a família, escola, universidade, amigos, autoridades públicas, a política institucionalizada e outras instâncias sociais exercem na formação de suas identidades.

Dayrell (2013) ressalta que a construção da identidade juvenil é um processo que não se dá nos interstícios da interação social. Para o autor, é necessário que os jovens estejam em contato com outros sujeitos, com sua cultura e outras culturas, que tenham acesso a meios de comunicação e interação sociais, a fim de que possam construir vínculos de pertencimento social tanto no plano individual quanto no coletivo.

Assim, “fica evidente a importância do grupo de amigos, das esferas culturais, das atividades de lazer, da escola, entre outros, como espaços que podem contribuir na construção de identidades positivas” (DAYRELL, 2013, p. 02).

O modo como os jovens constroem suas identidades têm um forte peso na leitura e interpretação que fazem *no e sobre o mundo*, uma vez que o processo de formação de suas

identidades tem implicações em suas escolhas e tomada de decisões, especialmente no que tange aos seus projetos de vida e participação política.

Esse processo tem uma parcela significativa de contribuição no engajamento dos jovens por esta ou aquela causa social, na participação e envolvimento dos jovens nas pautas públicas, bem como no grau de senso crítico, compromisso político e responsabilidade social assumidos por eles, ao aprenderem a escolher e decidir.

Dessa maneira, parte-se do princípio que é “tarefa do mundo adulto e suas instituições garantir aos jovens momentos e situações em que se coloquem como interlocutores, promovendo uma relação intergeracional” (DAYRELL, 2013, p. 03). A efetividade dessa tarefa, por sua vez, está articulada à quebra da visão negativa e da adjetivação preconceituosa que, ainda, estão presentes em discursos, práticas e imaginários sobre juventude, assim como nas posições destinadas aos jovens nas pautas e arenas políticas.

Garantir aos jovens a ocupação de seu papel social como sujeitos políticos, autônomos, capazes de opinar, decidir e escolher não significa subestimar a importância das instituições sociais no exercício do diálogo intergeracional. Isso significar dizer que as gerações mais velhas assumem a função de mediar as gerações mais novas.

Essa função deve estar articulada à valorização do senso crítico, da capacidade de argumentação e de promover mudanças que – de fato – provoquem melhores condições de vida em sociedade. Por isso, faz-se necessário romper com a visão de juventude como sinônimo de incerteza, despreparo, ausência, incapacidade, despolitização, incompletude, problema e incompetência (DAYRELL, 2013).

O rompimento com essa visão pode ser um forte aliado para diminuir a distância entre a juventude como esperança e a ausência de credibilidade que, na maioria das vezes, é atribuída aos jovens. Esse conflito é fruto de um entendimento que – sem a tutela dos adultos ou das gerações anteriores – os jovens não têm condições de refletirem sobre si mesmos e suas relações ou, ainda, realizarem escolhas e tomarem decisões.

O entendimento de juventude como categoria amorfa colabora para o acirramento das relações geracionais, reverberando nas dificuldades dos jovens transporem seus limites e acabam chegando à vida adulta sem uma visão de mundo mais crítica e maximizada.

Logo, há a necessidade de compreender que o jovem é o sujeito que

ama, sofre, se diverte, pensa a respeito das suas experiências, interpreta o mundo, tem desejos e projetos de vida. Torna-se necessário escutá-los, considerá-los como interlocutores válidos e, na perspectiva do protagonismo juvenil, tomá-los como parceiros na definição de ações que possam

potencializar o que já trazem de experiências de vida (DAYRELL, 2013, p. 03).

É considerando as potencialidades juvenis, suas trajetórias de vida, vozes e diferentes realidades, que as identidades juvenis são construídas e alicerçam-se as bases necessárias para que os jovens construam seus projetos de vida de forma segura, crítica, positiva, responsável e articulada com a sua formação social, cidadã, humana e política.

Esse processo, por sua vez, se dá no bojo das relações sociais através da socialização política proveniente do mundo adulto que, gradativamente, oportuniza aos jovens condições de construir suas autoimagens, percebendo semelhanças e diferenças peculiares à sua geração e as ambiguidades que caracterizam essa etapa da vida (VIANA, 2009).

Reforçando o entendimento de Viana (2009), Novaes (2011) considera que:

na sociedade moderna, embora haja variação dos limites de idade, a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro. Por isto mesmo, de maneira geral, a juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências. Ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade e ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação. Para a juventude acena-se com uma espécie de “moratória social”. Isto é, a juventude é vista como etapa de preparação, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social, a saber: responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania. Certamente, entre os jovens contemporâneos, há diferenças culturais e desigualdades sociais. Hoje já é lugar comum falar em “juventudes”, no plural. Em uma sociedade marcada por grandes distâncias sociais, são desiguais e diferentes as possibilidades de se viver a juventude como “moratória social”, tempo de preparação. A condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social; dos níveis de renda; das disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, entre regiões do mesmo país, entre países, entre continentes, hemisférios (NOVAES, 2011, p. 01).

Na visão da autora, a condição juvenil, no que diz respeito à formação da identidade e construção dos projetos de vida juvenis, não é um processo verticalizado, unilateral e unívoco. Para ela, a condição juvenil se configura numa grande rede constituída por diferentes ramificações provenientes da multiplicidade de gostos, desejos, aprendizagens, interações e relações juvenis. Assim, Novaes (2011) parte do pressuposto que, como sujeitos históricos, políticos e sociais, os jovens produzem seus territórios de identidade cultural e político-social e neles passam a questionar e perceber sua existência na vida em sociedade.

Por outro lado, Martins e Carrano (2011) reiteram que, embora os jovens sejam capazes de produzir seus territórios de identidades culturais e político-sociais e possam atuar de maneira responsável e autônoma em relação à tutela dos adultos, isso não ocorre de forma

isolada e solitária porque “há uma via de mão dupla entre aquilo que herdam e a capacidade de cada um construir seus próprios repertórios culturais” (MARTINS; CARRANO, 2011, p. 44).

Essa “via de mão dupla” apontada pelos autores é, sem dúvidas, um ponto central a ser considerado quanto à garantia dos diálogos geracionais que trazem em si a carga de acervos culturais, representações sociais e relações simbólicas. Esses elementos, em seu conjunto, incidem diretamente tanto na construção das identidades juvenis quanto na formação dos seus projetos de vida e maneiras de ver e encarar o mundo em seus aspectos sociais, políticos, históricos e culturais.

Desse modo, a interação intergeracional nem sempre ocorre e ocorrerá harmoniosamente, visto que os sujeitos – apesar de situados no mesmo tempo presente – são de gerações diferentes e, portanto, possuem vivências, experiências, anseios e visões de mundo na maioria das vezes diferenciadas (GROPPO, 2017; FORACCHI, 2018).

Assim, parece que – se por um ângulo – as gerações mais velhas não devem ser vistas como ultrapassadas, inativas, alienadas, passivas e mentecaptas em relação ao direito de se posicionarem, participarem das decisões políticas e exercerem seus direitos e deveres como cidadãos. Por outro ângulo, não deve ser depositada nos ombros das gerações mais novas a responsabilidade total de resolução dos conflitos culturais, sociais, históricos e políticos (ALBUQUERQUE, 2012; GROPO, 2017; FORACCHI, 2018).

O meio-termo, nesse sentido, está na intersecção e equilíbrio entre as gerações compreenderem uma a outra como de natureza social, política, histórica e, portanto, igualmente responsáveis na discussão, análise e proposição de estratégias a melhores condições de vida em sociedade.

Para isso, é preciso partir do princípio que não conseguiremos avançar significativa e qualitativamente se visualizarmos “o jovem como a possibilidade de um futuro melhor, mas não constituímos as oportunidades de a juventude se reconhecer como tal potencialidade concreta de mudança no tempo presente” (MARTINS; CARRANO, 2011, p. 50).

Portanto, as transformações sociais e políticas como subjacentes ao nível de formação político-social dos sujeitos estão articuladas à formação e construção das identidades sociais, culturais e políticas dos sujeitos, bem como aos seus projetos de vida.

Assim, no caso das juventudes, esse processo depende do modo como os jovens se veem e são vistos pela sociedade, assim como dos sentidos e significados que são atribuídos aos jovens quanto ao seu compromisso, responsabilidade e participação político-social.

5. Considerações finais

A temática juventude adquiriu visibilidade maior nos últimos anos no Brasil como resultado da articulação entre a vida social e o papel que os jovens podem desempenhar no processo de transformação das sociedades.

Os jovens entram nas pautas das políticas públicas como sujeitos centrais, assim como ganham novas visibilidades na arena pública, sobretudo com os processos de tecnicidades provenientes da relação entre os jovens, as mídias digitais e as diferentes maneiras de constituição das subjetividades juvenis.

O conceito de tecnicidades, cunhado em Martin-Barbero (2021), reforça que os modos como os jovens vivem esse período da vida se alteram e, ao mesmo tempo, trazem à tona outros processos de sociabilidades e socialização que vigoram suas identidades e projetos de vida, e não são mais monopolizados pela família e escola; embora família e escola continuem sendo agências formativas importantes para os jovens, elas também passaram por transformações.

A discussão trazida neste artigo coloca em cena contribuições teóricas que permitem realizar reflexões acerca do conceito de juventude, jovens e suas relações com os processos de formação identitária e projetos de vida juvenis, partindo do princípio que os jovens são atores sociais capazes de agir e construir seus repertórios políticos e culturais.

De modo geral, é de especial interesse deste trabalho chamar atenção para a complexidade que envolve o “ser jovem” em seus múltiplos territórios e experiências em articulação com as dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas. Desse modo, é precisamente importante ressaltar que a categoria “juventude”, enquanto objeto de estudo e discussão em tela, está imersa numa arena diversificada de concepções que giram em torno das múltiplas questões juvenis, principalmente no Brasil.

É preciso reconhecer que, ao falar em “juventude” no sentido plural e considerando a própria trajetória história desse objeto de conhecimento, não se deve restringir o termo a uma única perspectiva disciplinar ou campo do conhecimento, tendo em vista que ele se apresenta como uma fronteira formada por contribuições de diferentes áreas do conhecimento – que em seu conjunto dão *corpus* às problematizações e tratamento às questões juvenis, especialmente no campo das Ciências Humanas e Sociais (CARRANO; FÁVERO, 2014).

Assim, o conjunto de discussões tecidas neste artigo, desde as reflexões sobre o conceito de juventude até à multiplicidade de fatores que transitam na passagem da condição juvenil de sujeitos falados a sujeitos falantes, traz à tona a dimensão analítica que concebe o

“ser jovem” para além da perspectiva individual. Ou seja, o diálogo com referencial teórico que alicerça este trabalho apresenta a juventude como um mosaico constituído por culturas juvenis forjadas em territórios preexistentes.

Ao mesmo tempo, as culturas juvenis são reconfiguradas através de processos societários e das próprias tecnicidades capazes de produzir outros espaços de sociabilidades e práticas coletivas juvenis, como as ruas e praças que servem como cenário para manifestações culturais e políticas, as mídias digitais e redes sociais que assumem, também, a condição de promotoras das subjetividades coletivas.

Assim, há que se considerar que as identidades e projetos de vida juvenis se formatam em espaços-tempos de socializações e sociabilidades perpassados por relações políticas, materiais, sociais e simbólicas, que possibilitam aos jovens – através das suas percepções acerca do espaço social vivido – transformar o espaço social concebido previamente.

Dito isto e reconhecendo o complexo ofício de apropriar-se dos múltiplos fatores que compõem o campo da juventude, talvez, o grande desafio posto no século XXI seja descobrir como os jovens poderão construir seus repertórios de vida no mundo e quais ferramentas terão para se manter no mundo, frente – por exemplo – a narrativas ainda existentes que visualizam os jovens pelo prisma do “vir a ser”, do vazio, do desencanto, do ócio, da alienação, instabilidade, apatia e imaturidade.

Esses tipos de narrativas servem como um alerta, especialmente no cuidado a ser tomado quando se analisa questões relacionadas a identidades e projetos de vida juvenis, a fim de não cair nas armadilhas e sofismas que se ancoram percepções viciadas, pressupostos descontextualizados e distorções pertinentes à singularidade e complexidade que formam as juventudes (ABRAMO; BRANCO, 2005).

Entretanto, é importante destacar que as leituras e análises realizadas neste trabalho chamam atenção para o fato que, apesar do campo de contribuições de importantes pesquisas que vêm sendo desenvolvidas e publicadas, principalmente no Brasil, ainda há carência de produção de conhecimentos que articulem os diferentes aspectos que constituem as realidades dos jovens, sobretudo, no que diz respeito aos seus valores, visões, projetos de vida, práticas e opiniões.

Em vista disto, é consenso neste trabalho que os jovens devem ser considerados enquanto sujeitos de direitos em suas complexidades e diversidades. E, como tal, é *sine qua non* – à agenda política em seus mais variados segmentos – os debates acerca da formulação e efetividade de políticas *de* juventude (de dentro para fora), e não especificamente políticas *para* juventude (de fora para dentro).

Entretanto, considerar os jovens como sujeitos de direitos e não de favores, requer o tácito conhecimento de suas questões, demandas, problematizações, anseios, realidades e percepções. Este processo se apresenta tanto como um desafio quanto como um possível caminho ao desenvolvimento de sociedades mais inclusivas, equânimes, democráticas e justas, sobretudo na realidade brasileira, onde o país chegou ao século XXI sem garantir satisfatoriamente – à grande maioria dos cidadãos – as necessidades básicas, como o direito à educação, saúde, segurança, moradia, trabalho e alimentação (ABRAMO, 2014).

Portanto, em linhas gerais, o tratamento dado neste trabalho às discussões sobre o conceito de juventude e suas interfaces com o campo de formação identitária e os projetos de vida juvenis não exauri a complexidade e multiplicidade dos debates acerca do estudo realizado, assim como não subestima a sua importância.

Tentar exaurir todas as facetas que compõem o universo das discussões tecidas neste trabalho significaria ir de encontro aos propósitos deste estudo, que não teve como objetivo maior esgotar o debate e as análises feitas. Mas, tem como ambição, através dos conteúdos deste artigo, demonstrar o potencial a ser investigado sobre juventude e sobre as abordagens que têm sido feitas por importantes pesquisas produzidas nos últimos anos no Brasil, por exemplo.

Dessa maneira, almeja-se que, a partir deste trabalho, temas como políticas de juventudes, mídia, redes sociais, participação política, formação política, *fake news*, dentre outros não abordados neste momento, venham a ganhar maior visibilidade e atenção nos estudos *sobre e com* as juventudes; cujos estudos poderão trazer elucidações analíticas que se tornarão públicas e, conseqüentemente, ampliarão e aprofundarão as pesquisas e análises existentes.

6. Referências

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks** no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 2014.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, Anped, n. 5 e n. 6, p. 25-36, 1997.

ABRAMO, H. W. **Estação juventude**: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014.

ALBUQUERQUE, A. A. de. **Juventude, educação e participação política**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ÀRIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei nº 12.852. Brasília, 2013.

CARRANO, P. C. R.; PEREGRINO, M. Jovens e escola: sentidos de presença. In: **A escola e o mundo juvenil: experiências e reflexões**. São Paulo: Ação educativa, 2003.

CARRANO, P.; FÁVERO, O. (Orgs.). **Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais**. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 9-16.

CARRANO, P. Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades. In: CANDAU, V. M.; MOREIRA, A. F. B. (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CARRANO, P. Jovens, escolas e cidades: entre diversidades, desigualdades e desafios à convivência. In: VIEIRA, M. M. *et al.* (Orgs.). **Habitar a escola e as suas margens: geografias plurais em confronto**. Porto Alegre: Instituto Politécnico de Porto Alegre; Escola Superior de Educação, 2013.

CASTRO, L. R. de. Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In: DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Orgs.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011, p. 299-324.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRISTO, H. S. de. A quem serve o Exame Nacional do Ensino Médio em tempos de pandemia da Covid-19 no Brasil?. In: **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 224, p. 262-273, 21 set. 2020.

DAYRELL, J.; CARROCHANO, M. C.. Juventude, socialização e transição para a vida adulta. In: GUIMARÃES, M. T. C.; SOUSA, S. M. G. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos; Goiânia: Ed. UCG; Cãnone Editorial, p. 119-136, 2009.

DAYRELL, J.; GOMES, N. L.; LEÃO, G.. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 38, p. 237-252, set./dez. 2010, Editora UFPR.

DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Orgs.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

DAYRELL, J. A juventude e suas escolhas: as relações entre projeto de vida e escola. In: VIEIRA, M. M. *et al.* (Org.). **Habitar a escola e as suas margens: geografias plurais em confronto**. Porto Alegre: Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação, 2013.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. In: **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, Anped, 2007, p. 155-176. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-%20vol16juvcont-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 08 jun. 2019.

DAYRELL, J. **Por uma pedagogia da juventude**. 2013. Disponível em: http://aic.org.br/wp-content/uploads/2013/11/por-uma-pedagogia-da-juventude_juarez-dayrell.pdf Acesso em: 01 dez. 2019.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. da. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Revista Paidéia**, 2007, p. 21-32.

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

GOHN, M. da G. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GROPPO, L. A. **Introdução à Sociologia da Juventude**. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

JACKS, N.; SCHMITZ, D. Os meios em Martín-Barbero: antes e depois das mediações. In: **MATRIZES**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 115-130, 2018. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v12i1p115-130. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/137525>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LEÃO, G. Entre sonhos e projetos de jovens, a escola. In: DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Orgs.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, p. 99-116, 2011.

LEVI, G.; SCHMITT, J. (Orgs.). **História dos jovens: da antiguidade à era moderna**. V. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LLORET, C. As outras idades ou as idades do outro. In: LARROSA, J.; LARA, N. P. de (Orgs.). **Imagens do outro**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.

MARTINS, C. H. dos S.; CARRANO, P. C. R. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. In: **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan./abr. 2011.

MELUCCI, A. **O jogo do Eu: a mudança de si em uma sociedade global**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

NOVAES, R. **Juventude e sociedade: jogos de espelhos – sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas**. 2011. Disponível em: <http://antropologia.com.br/arti/colab/a38-rnovaes.pdf> Acesso em: 18 jun. 2019.

PAIS, J. M. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 371-381, 2009.

- PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. In: **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007, p. 13-28. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-vol16juvcont-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 10 jun. 2019.
- ROUSSEAU, J. **Emílio ou da educação**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SARTI, C. A. A Família como ordem simbólica. In: **Rev. Psicologia USP**, p. 11-28, 2004.
- SILVA, R. S. da; SILVA, V. R. da. Política nacional de juventude: trajetória e desafios. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.
- SOUZA, C. Z. V. G. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. In: **Última Década**, n. 20, CIDPA Viña del Mar, Junio 2004, p. 47-69.
- SOUZA, P. L. A. de. Jovens e participação no Brasil: para além das políticas públicas. In: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.). **O tempo real dos jovens: juventude como experiência acumulada**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- SPOSITO, M. P. (Org). Ação coletiva, jovens e engajamento militante. In: CARRANO, P.; FÁVERO, O. (Orgs.). **Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais**. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2014.
- SPOSITO, M. P. (Org). **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/juventude_escolarizacao_n7_0.pdf Acesso em: 17 mai. 2019.
- VIANA, N. Juventude e identidade. In: **Estudos**, Goiânia, v. 36, n. 1/2, p. 145-154, jan./fev. 2009.
- WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Curitiba: CRV, 2019.

CAPÍTULO 3 – ARTIGO 3

**Os jovens podem participar? Considerações acerca da participação política
e formação política como arenas em disputa**

Os jovens podem participar? Considerações acerca da participação política e formação política como arenas em disputa

Can young people participate? Considerations about political participation and political formation as arenas in dispute

Resumo

O presente artigo tem como objetivo conceituar participação à luz do universo teórico-interpretativo de Paulo Freire, Maria da Glória Gohn e Juan Enrique Díaz Bordenave, além de discutir analisando as relações entre juventudes, jovens e política, tendo como abordagem principal os diálogos existentes entre formação política e participação política nos dias atuais perante os desafios emergentes e as reconfigurações dos espaços públicos. O trabalho se caracteriza como pesquisa de revisão sistemática subsidiado por abordagem qualitativa, cujos referenciais teóricos se fundamentam nos estudos e pesquisas que dialogam sobre os temas juventude, jovens, formação política e participação política. Os resultados apontam para a polissemia do termo participação, em seus níveis, graus, contextos e finalidades; o que coloca em evidência a complexa relação entre formação política e participação política. Assim como, chamam atenção para o fato de que as práticas de participação política juvenis variam conforme suas experiências, contextos, condições juvenis e as relações que constroem com as instâncias formativas sociais, desde a política do cotidiano à política institucionalizada. Além disso, a revisão de literatura sinaliza, por um lado, a descrença dos jovens com o formato tradicional de fazer política no Brasil e, por outro lado, a esperança dos jovens em novas formas de participação política.

Palavras-chave: Juventudes; jovens; participação política; formação política; Estado.

Abstract

This article aims to conceptualize participation in the light of the theoretical-interpretative universe of Paulo Freire, Maria da Glória Gohn and Juan Enrique Díaz Bordenave, in addition to discussing analyzing the relationships between youth, youth and politics, having as main approach the existing dialogues between political formation and political participation nowadays in the face of emerging challenges and the reconfigurations of public spaces. The work is characterized as a systematic review research supported by a qualitative approach, whose theoretical references are based on studies and research that dialogue on the themes of youth, youth, political formation and political participation. The results point to the polysemy of the term participation, in its levels, degrees, contexts and purposes; which highlights the complex relationship between political formation and political participation. Likewise, they draw attention to the fact that youth political participation practices vary according to their experiences, contexts, youth conditions and the relationships they build with social training instances, from everyday politics to institutionalized politics. In addition, the literature review signals, on the one hand, young people's disbelief with the traditional format of doing politics in Brazil and, on the other hand, young people's hope in new forms of political participation.

Keywords: Youth. Young. Political participation. Political formation. State.

1. Introdução

De tão utilizada nos dias atuais, o sentido da palavra participação enfrenta o risco de passar por um momento de esvaziamento, mesmo em sociedades democráticas onde seu significado pode representar contribuições primordiais à sobrevivência dos princípios da democracia (DALLARI, 2013). Nesse sentido, há que se interrogar: Afinal, o que é participação? O que é participar? É estar na condição de sujeitos que são parte, tomam parte ou têm parte? Quais os tipos de participação, níveis e princípios sustentam as sociedades participativas? Como pensar a ideia de participação política articulada ao campo de formação política das juventudes?

As interrogações acima levam à percepção que os estudos das relações entre juventude, jovens, participação e política não são, necessariamente, uma novidade. No entanto, de acordo com Tomizaki e Daniliauskas (2018), a produção acadêmica brasileira sobre jovens, política e suas instâncias formativas, ainda, se constitui insipiente e tímida nos mais diversos campos do conhecimento.

Os desafios emergentes da relação entre juventude e política no século XXI tornam-se mais intensos tendo em vista as novas configurações dos espaços públicos, as novas bandeiras de luta, a reconfiguração das identidades juvenis e os processos de participação política juvenil, especialmente com a intensificação das redes sociais digitais como instrumentos de informação e comunicação, que solicitam uma análise sobre a formação política juvenil para além das experiências e modos como os jovens se relacionam com a política (CASTELLS, 2003, 2015, 2017, 2018).

Assim, levando em consideração o imbricamento entre as relações históricas, sociais e políticas, é de suma importância ressaltar que nas últimas décadas as sociedades capitalistas vêm enfrentando uma crise estrutural com reverberações no plano econômico, político e social, cujas consequências dessa crise – ainda que não atinjam amplamente a todos os grupos sociais – incidem diretamente sobre os jovens através, por exemplo, das políticas públicas, das alterações dos direitos trabalhistas e das reformas das previdências sociais.

Por outro lado, tem-se ainda o fenômeno do desencanto e desesperança dos cidadãos em relação à credibilidade atribuída aos seus representantes políticos e ao próprio sistema de funcionamento das sociedades democráticas. Operacionalmente, esse fenômeno é percebido na grande quantidade de abstenções nas últimas eleições em vários países, inclusive no Brasil onde o voto é obrigatório (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018).

Nesse sentido, por meio da pesquisa de revisão sistemática, este trabalho tem como objetivos conceituar participação à luz do universo teórico-interpretativo de Paulo Freire (2011a, 2011b, 2013, 2015), Maria da Glória Gohn (2012, 2013, 2014a, 2014b, 2014c, 2016, 2017, 2019a, 2019b) e Juan Enrique Díaz Bordenave (1994), bem como discutir analisando as relações entre juventudes, jovens e política, tendo como abordagem principal os diálogos existentes entre formação política e participação política nos dias atuais perante os desafios emergentes e as reconfigurações dos espaços públicos.

A partir dessa perspectiva, este artigo se constitui como de abordagem qualitativa subsidiada por revisão bibliográfica (DIEHL; TATIM, 2004, CRESWELL, 2010; FLICK, 2013; MINAYO, 2013; MINAYO; COSTA, 2018) sobre o desenvolvimento teórico e os fundamentos que alicerçam o conceito de participação política e formação política, cujas bases teóricas se fundamentam nos estudos e pesquisas que interseccionam as relações entre juventude, participação política e formação política.

Dessa maneira, levando em consideração os objetivos que sustentam esta pesquisa, o presente artigo está organizado do seguinte modo: inicia-se por uma Introdução, onde é apresentada a problemática, a relevância do estudo em tela e os objetivos propostos.

A seguir, na seção “*Universo teórico-interpretativo sobre o conceito participação*”, aborda-se o conceito de participação a partir dos olhares e contribuições de Paulo Freire, Maria da Glória Gohn e Juan Enrique Díaz Bordenave.

Na terceira seção, denominada “*Juventudes e política: formação política como disposição à participação política juvenil*”, discute-se o campo de relações existentes entre juventudes, jovens e política, abordando – sobretudo – os diálogos que interceptam os processos de formação política e participação política juvenis nos dias atuais.

Por fim e embora não esgotem as reflexões tecidas nestas páginas, são apresentadas as “*Considerações finais*”, as quais fazem uma síntese avaliativa sobre as principais discussões abordadas neste texto.

2. Universo teórico-interpretativo sobre o conceito participação

Participação é um termo que tem sido muito utilizado no Brasil nos últimos anos, principalmente nos discursos sociais e políticos pela via das diversas instâncias da sociedade civil. No entanto, devido à sua polissemia de sentidos, é importante levar em consideração a perspectiva que se defende quando o assunto é participação, pois “o entendimento do que seja participação continua sendo um enigma a decifrar” (GOHN, 2016, p. 13).

Segundo Pateman (1992) e Gohn (2016), as primeiras discussões sobre participação têm referências nas obras de Jean-Jacques Rousseau, John Stuart Mill e George Douglas Howard Cole. As autoras apontam Rousseau e Mill como teóricos clássicos no estudo sobre participação e pontuam Cole enquanto teórico que desenvolveu os estudos sobre democracia participativa, maximizando os pressupostos básicos e trazendo nos seus estudos o contexto industrial da sociedade moderna.

Tanto no Brasil quanto na América Latina, as discussões e estudos sobre participação passaram a receber maior visibilidade a partir dos processos de redemocratização como consequência do término dos regimes militares e da efervescência das bandeiras de lutas dos sindicatos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil que tinham como objetivo ampliar os direitos sociais e políticos dos cidadãos.

Logo, os processos de formação democrática na conjuntura política e social têm estreita ligação com o tema participação, haja vista que este conceito se refere, em sua essência, à capacidade dos sujeitos tomarem decisões, fazerem escolhas e exercerem seu poder político nos diversos âmbitos da sociedade. Desse modo, é no seio da democracia que a participação emerge com intensidade e adquire centralidade.

No campo das Ciências Sociais, participação tem sido alvo no sentido de compreender seus processos, suas motivações, suas maneiras de organização e concretização. Pela ótica da Ciência Política, tem-se observado novos arranjos de participação, principalmente com o advento das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, que reconfiguraram as formas convencionais de participação política e criaram outros espaços e estratégias de participação dos sujeitos na tomada de decisões e escolhas.

Participação, desse modo, constitui-se num conceito em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, em disputa, visto que é perpassado por relações de poder que lhes atribuem significados e sentidos diferenciados conforme a estrutura e organização social vigente.

Quanto a este aspecto, Streck, Pitano & Moretti (2017, p. 09) chamam atenção que:

Se tomarmos como ponto partida a civilização ocidental, com sua origem na Grécia Antiga, a ideia de participação é limitada aos homens livres, excluindo-se as mulheres e as crianças. Mesmo assim, a integração de cidadãos, camponeses, comerciantes e artesãos à comunidade política, uma novidade para o período, confere importância histórica para a democracia grega. Do ponto de vista dos contratualistas, em especial Jean-Jacques Rousseau, na condição de seres imperfeitos, os homens (sic) deveriam se contentar com democracias imperfeitas. Da mesma forma, portanto, mulheres não puderam garantir direitos como cidadãs e participar da coisa pública, assim como negros, embora se afirmasse a igualdade entre os homens (STRECK, 2005). Em relação aos indígenas, a condição de bárbaros, sem almas, não pode ser superada nem por uma bula papal. A

mesma modernidade que hierarquizou homens e mulheres em relação à natureza estabeleceu o mito civilizatório como forma de justificativa para a violência do progresso e do desenvolvimento. A participação, portanto, “nasce” partida e se mantém na lógica do sistema-mundo (colonial-imperial-patriarcal-capitalista).

Nesse sentido, pensar em participação política no século XXI significa suscitar alguns questionamentos, quais sejam: os mecanismos de participação política nos dias atuais reverberam em mudanças e resultados substantivos à vida dos sujeitos individual e coletivamente? Como definir participação num cenário atravessado por tantas singularidades e especificidades sociais, culturais, históricas, ideológicas e tecnológicas? Pode-se falar em participação ou participações?

Esses são alguns questionamentos emergentes do ato de refletir sobre o conceito de participação enquanto uma categoria sociológica engendrada por uma série de fatores históricos-sociais que, se por um lado, maximizam a ideia de participação; por outro lado, externam as perspectivas, contradições, tensionamentos e conflitos das relações que esse conceito sustenta e alimenta-se.

De acordo com o Dicionário do Pensamento Social do Século XX, sob organização de Outhwaite e Bottomore (1993), participação

é um conceito ambíguo nas ciências sociais, pode ter um significado forte ou fraco [...] o princípio da participação é tão antigo quanto a própria democracia, mas se tornou imensamente mais difícil em consequência da escala de abrangência do governo moderno, bem como pela necessidade de decisões precisas e rápidas – como omissão e motivo de protesto por parte dos que exigem maior participação.

Dessa maneira, considerando que a ideia de participação está impregnada de vários sentidos e é utilizada também com diferentes finalidades, Paulo Freire, Maria da Glória Gohn e Juan Enrique Díaz Bordenave são convidados ao diálogo neste trabalho enquanto referenciais à compreensão do universo teórico-interpretativo do conceito de participação.

2.1. Participação na perspectiva de Paulo Freire

No Brasil, nas últimas décadas, o tema participação foi intensamente incorporado às políticas sociais e projetos governamentais. Essa maior inserção de processos participativos é fruto da mobilização de políticos, da opinião pública e de gestores governamentais advinda, principalmente, dos movimentos sociais, cujo objetivo foi garantir que os meios e as ferramentas de participação previssem, à luz da Constituição de 1988, a ampla participação popular na construção de políticas sociais, como aquelas relacionadas à educação, saúde,

assistência social e aos direitos das crianças e adolescentes (STRECK; PITANO; MORETTI, 2017).

Em sua maioria, esse processo político dialoga bastante com a própria história da educação popular que possui, nas obras do educador brasileiro Paulo Freire, seus principais fundamentos. Freire (2013), à época em que esteve exilado (1964-1980), construiu uma gama de experiências sobre diferentes formas de participação.

Por essa razão, Paulo Freire é trazido para este estudo, tendo em vista que a sua pedagogia é carregada de processos de participação popular, sobretudo, no que diz respeito à tomada de decisões e escolhas democráticas, cujo arcabouço teórico-conceitual continua presente como fonte de inspiração para leitura, interpretação e novos diálogos acerca das práticas de participação e o exercício do poder.

A pedagogia freireana atravessa os tempos e os espaços sociais permitindo ler e compreender, por exemplo, o descrédito e desconfiança relacionados às representações políticas no campo das instituições, os processos de manifestações como aqueles ocorridos no Brasil em junho de 2013⁷, bem como os fatores que levam a população a insatisfações com a gestão de bens, órgãos públicos e políticas públicas.

Sendo assim, na perspectiva de Freire, participação não pode ser compreendida distante do protagonismo dos sujeitos, o que implica considerar os tensionamentos entre diferentes projetos de sociedade. Isso, por sua vez, faz com que a participação seja um território em disputa entendida como um ato político e ideológico, razão pela qual – Na perspectiva da participação como exercício de formação política dos sujeitos – Freire (2013) considera que não há neutralidade nem imparcialidade. Para ele, todos os sujeitos são orientados por uma base ideológica. A diferença está na base inclusiva ou excludente que sustenta as práticas políticas dos sujeitos.

A participação, desse modo, é um instrumento que pode funcionar para integrar as gerações e fortalecer a lógica do sistema vigente, de maneira que os sujeitos se conformem com ele; ou a participação pode ser a prática da liberdade, através da qual os sujeitos tratam a realidade de forma crítica e buscam, dialogicamente, sua transformação.

Para Freire (2013), a participação – enquanto instrumento de efetividade dos princípios democráticos – se constitui num elemento social muito mais extenso do que apenas

⁷ As Jornadas de junho de 2013, como ficaram conhecidas as manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil, se constituiu num conjunto de mobilizações que aconteceram, simultaneamente, em cerca de 12 capitais brasileiras contando com a participação de mais de 500 cidades do Brasil, chegando a contar o apoio de, aproximadamente, 89% da população brasileira, inclusive por jovens que se posicionavam críticos às formas tradicionais da política institucionalizada (GOHN, 2014a).

um reflexo de organizações políticas. Para ele, participação é um modo de vida, um ato constante perpassado por relações dialógicas, que constitui os processos de formação histórica dos sujeitos. Por isso, a pedagogia social e política de Freire parte do princípio que a participação é fruto do processo de aprendizagem, haja vista que se, “é decidindo que se aprende a decidir” (FREIRE, 2011b, p. 72), é participando que se aprende a participar.

Logo, para Freire (2013, 2015), participação é cultura, tendo a educação como seu maior instrumento para a construção de processos participativos democráticos e conscientes. E, portanto, envolve a compreensão da realidade e a tomada de decisão para desafiá-la em busca de mudanças que evoquem as práticas de liberdade ou a adaptação dos sujeitos à ordem social vigente.

Fato é que, entre decidir pela mudança ou pela adaptação, a participação dos sujeitos pode se dar de maneira passiva ou ativa. Isso faz com que o conceito de participação não seja visto sempre pelo espectro, eminentemente, positivo ou negativo. Mas, pela lógica das ideologias que sustentam as práticas de participação, tendo em vista que seus processos impregnam os espaços sociais, históricos, geográficos e culturais.

Afirmar, a partir da pedagogia freireana, que a participação ideologicamente não deve ser associada unicamente ao que é considerado “bom” do ponto de vista democrático significa dizer que a participação ocorre mesmo em grupos que se mobilizam e defendem pautas antidemocráticas e conservadoras, a exemplo de muitos grupos bolsonaristas⁸ que defendem a censura, a ditadura, a intervenção militar, o racismo, a homofobia, a antidesafesa aos direitos humanos e o próprio ato de expurgar a pedagogia de Paulo Freire como referência nacional e internacional em educação.

Quanto a este aspecto, pode-se dizer que a juventude conservadora representa também uma forma de participação política que, por vezes, ocupa o campo da invisibilidade. Isso se deve muito pela ideia que associa participação política apenas ao que é considerado “bom” na perspectiva das relações democráticas. No entanto, há que se considerar que a juventude conservadora também é mobilizada politicamente.

Nesse sentido, pode-se dizer que a participação é ativa quando os sujeitos são protagonistas de suas próprias ações e, a partir disso, constroem suas histórias pautadas no exercício de suas vozes, respeitando os princípios democráticos, que não dialogam com práticas sociais opressoras que negam a diversidade e silenciam o poder de decisão e direito de cidadania dos sujeitos (STRECK; PITANO; MORETTI, 2017).

⁸ Grupos de pessoas que apoiam e defendem o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, que teve início no dia 1 de janeiro de 2019 e está previsto finalizar no dia 31 de dezembro de 2022.

Por outro lado, a participação é passiva à medida que é condicionada e alienada a um modelo convencionalmente instituído. Até mesmo nos sistemas democráticos, a exemplo do brasileiro, a participação passiva se faz presente em situações nas quais a minoria toma decisões pela maioria. O antidiálogo e o mutismo são características da participação passiva que inviabilizam as condições necessárias para o desenvolvimento de consciências críticas e reflexivas, sobretudo no que se refere às coletividades (FREIRE, 2015).

Na pedagogia freireana, a ação pela ação (sem consciência crítica), bem como a reflexão sem a ação não contribuem para o desenvolvimento dos sujeitos e da sua autêntica capacidade de dialogar, conhecer e perceber-se no mundo. Por isso, participar vai além do exercício da palavra. Participação é um ato que envolve uma práxis social e cultural articulada com um projeto de sociedade, razão pela qual Freire (2011a, p. 44) salienta que, “[...] esgotada a palavra de sua dimensão de ação, sacrificada, automaticamente, a reflexão também, se transforma em palavreria, verbalismo, blábláblá [...] não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação”.

Na visão de Freire (2011a, 2013), enquanto substrato para a transformação social e política por meio da educação, a participação é um princípio da democracia e, portanto, um direito de todos os sujeitos, que não pode ser silenciado ou negado em virtude de suas crenças, gênero, etnia, idade, classe social, cor ou nível de escolaridade. Assim como, não deve ser um atributo ofertado, exclusivamente, às classes dominantes como se fosse um privilégio; mas, deve ser entendida em sua essência como condição para todos os sujeitos viverem democraticamente.

Portanto, na perspectiva freireana, a participação se constitui numa condição histórica, por meio da qual é possível vislumbrar e construir outros horizontes pela via da conscientização. Desse modo, participação é um campo em disputa, que possui natureza de cunho político e cultural envolta por relações de poder, tensionamentos e contradições.

Nesse campo, a pedagogia freireana parte do pressuposto que o sujeito participante não assume o lugar de espectador da sua própria história; ao contrário, ele é ativo em seu papel de apropriar-se – conscientemente – do fato, da coisa, da realidade ou acontecimento. O sujeito participante é aquele que tem consciência tanto dos seus atos, posicionamentos e decisões quanto da capacidade que possui de influenciar outros sujeitos na tomada de decisões (FREIRE, 2013, 2015).

2.2. Participação na perspectiva de Maria da Glória Gohn

Gohn (2019a, 2019b) considera que participação é um tema que possui grande tradição de análises e estudos no campo das Ciências Sociais. Para a autora, a participação pode ser percebida cotidianamente nas práticas da sociedade civil através dos movimentos sociais, organizações, sindicatos, instituições e políticas estatais.

Na concepção da autora, a participação é um elemento constituinte da realidade social onde as relações sociais ainda não atingiram certo grau de cristalização estrutural. Ou seja, a participação é formada por ações relacionais, visto que – enquanto parte integrante das relações sociais – ela representa processos de construção *na* e *da* transformação social, haja vista que suas práticas mudam com o tempo e conforme os contextos históricos, geográficos, culturais e sociais; razão pela qual as práticas participativas após o advento da internet variam muito, por exemplo (GOHN, 2014a, 2017, 2019a).

Gohn (2019b, p. 64 – 6) chama atenção para o seguinte:

Participação é também uma das palavras mais utilizadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade. Dependendo da época e da conjuntura histórica, ela aparece associada a outros termos como democracia, representação, direitos, organização, conscientização, cidadania, solidariedade, exclusão etc.

Para Gohn (2016, 2019b) o conceito de participação pode ser analisado a partir de três níveis, quais sejam: o teórico conceptual, o político e o da prática social. O *nível teórico conceptual* é bastante ambíguo e sofre variações a depender da corrente teórica que o fundamenta. Esse nível, como o próprio nome diz, está relacionado aos fundamentos teóricos usados por pesquisadores com o objetivo de explicar os sentidos da participação nas variadas instâncias tanto da sociedade civil – por meio dos coletivos e movimentos sociais – quanto das políticas públicas através da interação entre órgãos gestores e o Estado.

O segundo nível, denominado *político*, geralmente é relacionado a processos de democratização que estão em andamento ou em condição de luta para o seu alcance. Por outro lado, o nível político pode ser usado, estrategicamente, como instrumento discursivo empenhado em integrar socialmente os sujeitos, mantendo-se isolados e alienados aos processos que buscam reforçar ferramentas de normatização e regulação sociais, tendo como resultado principal a construção de políticas sociais sustentadas no controle social.

O terceiro nível, nomeado *prática social*, constitui-se no processo social em si e diz respeito ao conjunto de ações reais e concretas emergentes dos movimentos, organizações, mobilizações e lutas que têm como meta a participação, principalmente abordando questões associadas às políticas públicas, nos espaços institucionalizados de ordem pública. Nesse

nível, a participação é considerada como um instrumento fundamental à construção e efetividade de estratégias sociais.

Em relação à temática participação política e com base em Bobbio *et al.* (1986) e no Dicionário de Política (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998), Gohn (2019b) considera que há uma série de atividades sociais e interpretações às quais são atribuídas o título de “participação política”, não limitando-se – por exemplo – à ideia de votos, eleições, candidatos e partidos políticos.

A autora afirma que a multiplicidade de sentidos que ancora a expressão “participação política” faz com que ela seja pensada na perspectiva plural, uma vez que no interior das sociedades e das relações sociais estão presentes diferentes tipos de participações, “já que se pode participar, ou tomar parte em alguma coisa, de modo bem diferente, desde a condição de simples espectador mais ou menos marginal à de protagonista de destaque” (Bobbio *et al.*, 1986, p. 888).

No campo da Ciência Política e dialogando com Bobbio *et al.* (1986), Gohn (2019b) assinala que, há poucos anos, a forma de participação política tida como mais legítima e mais citada era o voto, seguida da participação em ações político-partidárias. No entanto, a autora pontua que, nos últimos anos, esse cenário reducionista e simplificador da ideia de participação política tem se reconfigurado e vivenciado novos repertórios de participação por meio de diferentes canais, principalmente com os protestos de ruas, manifestações virtuais, ocupações, marchas e mobilizações que revitalizam as concepções de participação política e articulam-se com a formação de outras e novas faces da cultura política das sociedades, principalmente com o advento do *cyberativismo*.

Nas palavras de Gindre (2016, p. 11),

o cyberativismo, ativismo *online* ou ativismo digital, é uma forma de ativismo pela internet caracterizada pela defesa de causas, reivindicações e mobilizações. Muitos autores o consideram uma nova fronteira para a participação política, pois, a partir de um computador, os indivíduos rapidamente conseguem agregar pessoas à causa que defendem. Inicialmente, era uma estratégia muito utilizada por ONGs e entidades civis, hoje, com a expansão do acesso à internet, é cada vez mais utilizado pelo cidadão comum.

Na visão de Gohn (2019a, 2019b), o pluralismo é uma das características principais que sustentam as concepções de participação, sobretudo nos diálogos analíticos da Ciência Política e da Sociologia, tendo em vista que as relações político-partidárias não são os únicos elementos que expressam participação; uma vez que a participação se ramifica através de

outros atores sociais, como os movimentos, as organizações, sindicatos, associações de bairros, grupos juvenis, grupos de idosos e grêmios estudantis.

Nesse sentido, é importante considerar que os processos participativos são constituídos por sujeitos sociais. Isso, por sua vez, significa afirmar que o pluralismo da participação política é formado por sujeitos reais e que, portanto, estão inseridos em classes sociais, vivem numa coletividade e possuem posicionamentos político-ideológicos.

Os estudos desenvolvidos por Gohn (2016) apontam para existência de, pelo menos, quatro tipos de participação, a saber: *corporativa*, *comunitária*, *autoritária* e *democrática*. A elucidação desses tipos de participação auxilia no entendimento da plasticidade do conceito de participação.

Na visão de Gohn (2016), a participação corporativa e a comunitária são provenientes dos pressupostos liberais, haja vista que ambas partem do princípio que a participação é “um movimento espontâneo do indivíduo, em que não se colocam as questões das diferenças de classes, raças, etnias” (GOHN, 2016, p. 17).

Para a autora, a *participação corporativa*, muito presente nas organizações, é caracterizada pela espontaneidade do movimento através do qual há a geração do bem comum. O bem comum funciona como uma espécie de peça articuladora que tem como princípio maior desenvolver e fortalecer o sentimento de identidade e pertencimento ao grupo por meio da concordância entre os sujeitos.

A *participação comunitária*, por sua vez, busca fortalecer a sociedade civil pela via da integração entre órgãos administrativos e deliberativos do Estado e os órgãos que representam a sociedade. Desse modo, a participação comunitária se configura enquanto um tipo de participação institucionalizada.

A *participação autoritária* é caracterizada por Gohn (2016) como aquela que tem como objetivos principais integrar e controlar social e politicamente. Do ponto de vista da autora, esse tipo de participação pode estar presente tanto em regimes autoritários – a exemplo do escravocrata e ditatorial, nos quais as práticas autoritárias podem resultar na inculcação ideológica e aculturação dos sujeitos – quanto em regimes democráticos, a fim de reduzir conflitos sociais.

No que diz respeito à *participação democrática*, Gohn (2016) considera que esta ocorre na sociedade civil e no campo das instituições sociais, podendo ser revolucionária ou radical. Embora estejam relacionadas e dialoguem entre si, como revolucionária, a participação é emergente e desenvolve-se no seio dos coletivos, tendo como objetivo principal

fazer frente aos processos de dominação nas mais diversas esferas sociais, bem como lutar contra a fragmentação do poder político.

Já a participação democrática-radical visa robustecer a sociedade civil no sentido de criar condições, por meio de suas bandeiras de lutas, à construção de sociedades mais justas, equânimes, igualitárias e democráticas. Nessa perspectiva, o núcleo dos atores sociais é constituído pelos movimentos sociais, associações e partidos políticos, por exemplo, possuem uma função primordial de articular os processos participativos ao exercício da cidadania.

Em linhas gerais, participação – no olhar de Gohn (2014a, 2017, 2019a) – é um direito democrático irrestrito, ilimitado e necessário. Seja na escola, universidade, família, bairro, associação ou nas demais atividades cotidianas, os sujeitos devem compreender e apropriar-se da responsabilidade com as questões locais, nacionais e mundiais, sobretudo, no que tange aos processos de tomada de decisões políticas.

2.3. Participação na perspectiva de Juan Enrique Díaz Bordenave

Educador e comunicador paraguaio, Bordenave (1994), em 1994, já fazia alusão à possibilidade do crescente interesse dos sujeitos em participar da vida pública nos mais diversos setores sociais, inclusive no Brasil. Ele chama atenção para a existência de um movimento oscilante entre o individualismo massificador e a defesa contra a alienação por meio da participação coletiva.

De acordo com Bordenave (1994, p. 08),

houve um tempo em que o triunfalismo dos regimes totalitários convenceu alguns filósofos sociais de que os homens tinham medo à liberdade e por isso trocavam facilmente sua autonomia pela segurança do autoritarismo. Tais filósofos, no entanto, ficariam certamente surpresos ao ver os poderosos movimentos populares que hoje se levantam no mundo inteiro contra os regimes que negam ao povo o direito de participar.

O autor considera que as sociedades vivem, politicamente, uma história marcada – por um lado – pela herança dos regimes ditatoriais, que silenciaram o povo e negaram seus direitos à participação; e, por outro lado, a defesa da democracia, visto que “para um crescente número de pessoas, democracia não é apenas um método de governo onde existem eleições. Para elas, democracia um estado de espírito e um modo de relacionamento entre as pessoas. Democracia é um estado de participação” (BORDENAVE, 1994, p. 08).

Na perspectiva de Bordenave (1994), os sujeitos mantêm experiências com a participação através de diferentes modos, situações e grupos sociais, a exemplo da família, comunidade, associações, partidos políticos, instituições religiosas, trabalho e processos de lutas políticas. Pensando num campo mais amplo, a participação se dá também por meio das

relações construídas pelos países em foros internacionais, cujas decisões e encaminhamentos afetam todo o mundo.

No entanto, mesmo partindo da perspectiva abrangente da democracia enquanto um estado de participação, Bordenave (1994) salienta que ainda há carência de um tácito conhecimento acerca do que vem a ser participação em seus níveis, graus, dinâmicas e ferramentas de funcionamento, sobretudo para a construção de sociedades mais justas e solidárias, uma vez que “[...] a participação não é somente um instrumento para a solução de problemas mas, sobretudo, uma *necessidade fundamental do ser humano*, como o são a comida, o sono e saúde” (BORDENAVE, 1994, p. 16).

Enquanto necessidade humana universal, Bordenave (1994) afirma que a participação se tornou um tema mais intenso à medida que a maioria da população despertou para o fato que questões do seu interesse eram discutidas e decididas por pequenos grupos. Para ele, a participação é uma arena de interesse tanto para grupos sociais democráticos quanto para setores que, tradicionalmente, não veem as forças populares com bons olhos.

De acordo o autor, ambos os grupos concebem a participação como um campo de vantagens, conforme seus ideais de sociedade e formação dos sujeitos; haja vista que ela pode ser um instrumento capaz de provocar a libertação, autonomia e a igualdade dos sujeitos, assim como pode ser utilizada como ferramenta de manipulação para garantir a permanência de controle da maioria da população pela minoria.

Bordenave (1994) diz que, originalmente, a palavra “participação” é oriunda da palavra “parte”, podendo ser compreendida como a ação de tomar parte, fazer parte ou ter parte em alguma coisa ou algo. Portanto, para ele, participação é um “caminho para o homem exprimir sua tendência de realizar, de fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo” (BORDENAVE, 1994, p. 16). Nesse sentido, participar é um movimento que engloba a “interação com os demais homens, a autoexpressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros” (BORDENAVE, 1994, p. 16).

Na concepção do autor, os processos participativos possibilitam o desenvolvimento da consciência crítica, enrijecem as reivindicações e funcionam como uma espécie de base formativa através da qual os sujeitos podem adquirir mais poder na sociedade, inclusive de escolhas e tomada de decisões. Além disso, considera que a participação é um meio viável ao acompanhamento das autoridades políticas institucionalizadas, haja vista que através da participação os sujeitos podem fiscalizar as pautas, serviços e bens públicos.

Bordenave (1994) parte do princípio que a participação é um processo coletivo transformador sustentado por duas bases: a afetiva e a instrumental. Enquanto *afetiva*, a participação se constitui como reflexo do desejo e prazer dos sujeitos fazerem algo coletivamente. Como *instrumental*, a participação mostra-se como um caminho eficaz de ação do ponto de vista da produtividade, já que a ação desenvolvida de forma coletiva tem um significado mais expressivo do que individualmente. Nesse sentido, como essência da necessidade humana, a participação – uma vez obstruída – representa a própria mutilação humana em termos de interação social.

O termo “marginalização” é utilizado pelo autor para explicar a condição de não participação dos sujeitos que se mantêm à margem de um processo ou, estão de tal forma alheios a algo, que não realizam nenhuma intervenção sobre o fato, fenômeno, acontecimento ou coisa, limitando-se à recepção passiva da tomada de decisões feita por outros sujeitos.

Nesse sentido, Bordenave (1994) considera que o principal objetivo da participação é desenvolver *nos e com os* sujeitos sua capacidade de autogestão referente ao espírito autônomo, principalmente das camadas populares, em relação ao poder exercido pelas classes dominantes e o Estado. Dessa maneira, a perspectiva bordenaveana analisa que a participação possui uma dimensão macro, chamada *macroparticipação*, que está relacionada aos processos dinâmicos de estratégias e ações dos sujeitos que reverberam na constituição e transformação histórica das sociedades através dos movimentos sociais e lutas políticas.

O autor adverte que o exercício da macroparticipação não deve pretender existir sem que os sujeitos passem pelo processo de aprendizagem das *microparticipações*, uma vez que estas últimas se constituem elementos orgânicos da primeira. As microparticipações estariam na esfera das relações de formação política construídas e socializadas, por exemplo, na escola, no trabalho, na família, no esporte, grupos de amigos, sindicatos, comunidades, grêmios estudantis, associações de bairro e grupos religiosos.

Na compreensão de Bordenave (1994), esses espaços são elementos que possibilitam a práxis participativa por meio da educação e, dessa maneira, “aos sistemas educativos, formais e não-formais, caberia desenvolver mentalidades participativas pela prática constante e refletida da participação” (BORDENAVE, 1994, p. 26).

Em sua perspectiva, Bordenave (1994) acredita na multiplicidade de formas de participar, uma vez que os sujeitos podem assumir diferentes modos de participação durante suas vidas, como a participação de fato, a espontânea, a imposta, voluntária, dirigida ou manipulada e concedida.

A *participação de fato* é considerada o primeiro tipo de participação que os sujeitos vivenciam e experimentam. Este tipo de participação é concebido como primogênito, pois sua existência se dá desde o início da humanidade, manifestando-se por meio da família, no clã, nas atividades de subsistência, nos rituais e cultos religiosos, na recreação e na própria defesa dos povos contra seus inimigos.

O segundo tipo, a *participação espontânea*, caracteriza-se pela formação de grupos de amigos e vizinhos, por exemplo, cuja organização é fluida, estável e não apresenta propósitos definidos e claros. Neste tipo de participação, o maior interesse dos sujeitos é realizar suas necessidades de cunho psicológico no que tange ao pertencimento, expressão, recebimento e oferta de afeto, bem como à obtenção de reconhecimento e prestígio perante os demais sujeitos que compõem os grupos.

No entanto, gradativamente, os sujeitos começam a ser obrigados a fazer parte de determinados grupos sociais e a desenvolver atividades vistas como indispensáveis à sobrevivência na sociedade, a exemplo da disciplina escolar, as cerimônias de iniciação ou rituais de passagem dos jovens nas tribos indígenas, o culto ou a missa religiosa, o alistamento no exército e o voto obrigatório. Este tipo de participação é denominado por Bordenave (1994) como *participação imposta*.

Já na *participação voluntária*, a criação dos grupos é feita pelos próprios participantes, que coletivamente definem os princípios da organização, bem como os objetivos e métodos que fundamentam sua estrutura e funcionamento. A exemplo, estão neste grupo, os sindicatos livres, as cooperativas, associações e partidos políticos.

Opostamente à participação voluntária, a *participação dirigida ou manipulada* – por sua vez – não parte da iniciativa dos membros de um grupo e é impulsionada por agentes externos, que, geralmente, auxiliam os demais a concretizar seus objetivos ou manipulam os sujeitos com a finalidade de alcançar seus próprios objetivos, que já estavam previamente determinados. Essa participação ocorre, por exemplo, em alguns processos de disseminação de informações através das mídias, de ações sociais comunitárias e de atividades religiosas de cunho social.

Por último, Bordenave (1994) chama atenção para a *participação concedida*, onde uma parcela do poder ou da influência praticada pelos sujeitos considerados subordinados hierarquicamente é vista como legítima tanto por eles quanto por seus superiores. Este tipo de participação está presente nos lucros que uma empresa concede aos seus trabalhadores, no planejamento participativo realizado por órgãos institucionais oficiais.

Bordenave (1994) sinaliza que, se por um lado, a participação concedida pode viabilizar o desenvolvimento da consciência crítica, da possibilidade de tomar decisões e adquirir poder de fala; por outro lado, deve-se tomar cuidado, pois este tipo de participação também se constitui num campo estratégico das classes dominantes para manter seu projeto de direção-dominação por meio das “benéficas concessões”, que podem encontrar na ideologia das classes dominantes a restrição participativa dos sujeitos apenas aos grupos sociais primários, visando construir certa “ilusão de participação” social e política.

3. Juventudes e política: formação política como disposição à participação política juvenil

Boa parte da literatura – sobre a qual se debruça este trabalho – dedicada às reflexões sobre como os sujeitos concebem o universo da política e constroem seus posicionamentos, visões e percepções chama atenção para o importante papel que, em especial, as famílias exercem na formação política dos jovens, ainda que tal influência tenha passado por reconfigurações, sobretudo com as potencialidades advindas da educação midiática (DAYRELL; GOMES; LEÃO, 2010; SALES; MATOS; LEAL, 2010; DAYRELL; MOREIRA; STENGEL, 2011; OLIVEIRA; LACERDA; NOVAES, 2021).

Esse papel ocorre por meio de processos de socialização política que subsidiam as opiniões e os comportamentos juvenis, ainda que os jovens tenham acesso a outros espaços de transmissão de valores e posições políticas, e a partir deles fixem ou construam novos repertórios sobre o mundo da política (DAYRELL, 2007b; DAYRELL; GOMES; LEÃO, 2010).

Em sua estreita relação entre socialização política, condição juvenil e participação política, haja vista que a socialização é uma via de formação política, Dayrell (2007a, p. 1114) considera que,

[...] os atores sociais não são totalmente socializados a partir das orientações das instituições, nem a sua identidade é construída apenas nos marcos das categorias do sistema. Significa dizer que eles estão expostos a universos sociais diferenciados, a laços fragmentados, a espaços de socialização múltiplos, heterogêneos e concorrentes, sendo produtos de múltiplos processos de socialização.

A fala do autor reforça a perspectiva defendida neste trabalho que os jovens, por serem sujeitos sociais, históricos e culturais, carregam em si sua natureza política também, cujos processos de formação política acontecem de diferentes maneiras, por múltiplas vias de socialização política e variam nos tempos e espaços sociais. Ou seja, de uma sociedade a

outra, os espaços que os jovens se movimentam e atuam têm uma forte influência tanto na construção de suas identidades quanto na sua formação política.

Comumente, ouve-se que juventude e política não se misturam, que os jovens não se interessam ou não gostam de política, que política é assunto do mundo adulto, dentre outras expressões que têm o objetivo de atribuir sentido de verdade à ideia de despolitização juvenil, como se juventude e política fossem assuntos díspares e inconciliáveis (ALMEIDA, 2008; GOHN, 2013).

Entretanto, tais afirmações não se sustentam à medida que a condição juvenil e a sua natureza política não se esgotam nem se resumem nessas afirmações, a própria história dos movimentos sociais brasileiros é marcadamente caracterizada pela forte presença e participação ativa de jovens.

Gohn (2014a, 2014b, 2019) e Barros & Martins (2017) salientam que, embora as sociedades venham enfrentando momentos de desesperança em relação à política institucionalizada, é preciso não perder de vista que boa parte das conquistas políticas e sociais brasileiras é fruto do engajamento e participação ativa das juventudes.

A década de 1960, por exemplo, ficou conhecida como a “década juvenil” por se tratar de um período de forte representatividade e participação dos jovens na luta pela liberdade de expressão, na crítica à ordem social vigente e no investimento de ações políticas para a efetividade da democracia (ABRAMO, 2014; SPOSITO, 2014).

A nível de ilustração, Gohn (2014b) reforça que, na década de 1960, os jovens no campo político

criaram identidades político-culturais, no sentido de pautarem novos temas de gênero, etnia, ser estudante, ser jovem, ser mulher etc. Eles queriam ser ouvidos. Não queriam ser mais conduzidos pelo passado, pela tradição, pelos velhos, pelos “tempos mortos”. Dentre as formas de comunicação na época, destacaram-se o uso dos muros de Paris, as frases e cartazes emblemáticos do movimento e o uso da televisão com o meio de divulgação de fatos sociais importantes (GOHN, 2014b, p. 13).

A autora intensifica o alerta acerca da necessidade de não restringir a ideia de política relacionada apenas ao polo político-partidário, como se política fosse, sobretudo, assunto que diz respeito aos governantes políticos institucionalizados. A ampliação do termo “política” requer a sua compreensão como arena de lutas, conflitos, participação, tácito envolvimento social, jogo de interesses, tomada de decisões, escolhas e atuação. E, como tal, a política se constitui como um amplo campo de socialização e formação juvenil.

A visão minimizada de política como sinônimo partidário e institucionalizado se configura em um dos fatores que contribuem para que a desesperança, desencanto e falta de

otimismo pertinentes à política tenham ganhado certa relevância nos dias atuais. Isso se dá, inclusive, à medida que há um desvirtuamento sobre a noção de política e, ao mesmo tempo, as práticas erradas e contrárias aos princípios democráticos dos nossos governantes acabam assumindo posição de maior referência e peso de representação política, especialmente entre os jovens, como aponta o relatório final da pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) em 2005.

Na obra *“Como as democracias morrem”*, Levitsky e Ziblatt (2018) salientam que um dos maiores obstáculos para transpor a visão errônea sobre política no século XXI e que tem favorecido a morte da democracia em muitas sociedades, como a brasileira, é a polarização extrema da política institucionalizada-partidária que – por vezes – não pratica a política como espaço de diálogo, interação, acolhimento a diferentes percepções e a busca efetiva pela construção de sociedades mais justas, igualitárias e equânimes.

Nesse sentido, é importante destacar que a política está presente em todos os espaços e tempos sociais, desde as relações familiares, passando pelos processos de educação formal dos sujeitos até aos seus grupos de sociabilidades. Em todos os espaços pelos quais transitam, as decisões e escolhas juvenis, seja qual for o tipo de participação, estão carregadas de posturas e percepções políticas.

Dito dessa maneira, o fato é que a juventude se constitui no período em que as práticas, vivências e valores aprendidos e apreendidos no seio da família, como primeira instância de socialização e formação política, passam a ser colocados em xeque frente às novas experiências microssociais (grupos de amigos, grupos religiosos, relações afetivas, engajamento em associações, redes e mídias sociais digitais, dentre outros) e macrossociais (acontecimentos políticos, culturais, históricos e sociais) (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018).

Entre as relações microssociais e macrossociais, juventude é o período em que a plena socialização proveniente da tutela familiar (não menos importante) começa a ser, gradativamente, relativizada, tendo em vista as novas descobertas e espaços de integração juvenis, como a escola, a universidade, os grupos de amigos, as tecnologias digitais da informação e comunicação, o mundo do trabalho e as relações matrimoniais, cuja integração reverbera em novos espaços de aprendizagens e, conseqüentemente, de formação política.

Em sua intrínseca relação com os processos de formação política e as implicações oriundas das instâncias políticas sobre as identidades juvenis, deduz-se, conforme Brenner (2014), que:

a *socialização política* é utilizada como melhor termo para explicar os processos de transmissão de atitudes, escolhas, preferências, símbolos, comportamentos políticos e representações de mundo [...] A socialização constitui-se na introdução do indivíduo no social e é um dos princípios da formação da identidade” (BRENNER, 2014, p. 32-33).

Nesse sentido, é de suma importância que os estudos e pesquisas sobre juventude e política – como o da natureza deste trabalho – se debruçam na compreensão acerca das implicações que os processos e instâncias sociais exercem na formação política dos jovens, a fim de compreender como, por exemplo, as tecnologias digitais da informação e comunicação influenciam nas ações, percepções e posições políticas dos jovens, bem como nos seus projetos de vida e identidades enquanto sujeitos histórico-sociais e políticos.

No entanto, a complexidade da relação entre juventude e política perpassa pelo que entendimento que:

em um primeiro momento, é preciso considerar que, de acordo com diversos autores, o “olhar adulto” sobre as relações entre juventude e política (na academia, nas organizações políticas ou no senso comum), em geral, é marcado por críticas de diferentes matizes e por um difuso sentimento de desconfiança. Essa percepção é tributária da ideia de que o engajamento juvenil constitui um comportamento ainda em formação, um devir, que precisa ser amadurecido (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018, p. 218).

A fala dos autores reforça que, dentro da atmosfera política, as experiências, vivências e envolvimento juvenis em seus mais diversos processos de participação política devem ser encarados para além dos limites político-partidários ou da política tradicional institucionalizada.

Nessa perspectiva, Castro (2009) ressalta que o processo de formação e participação política juvenis não deve ser visto como uma condição, eminentemente, de preparação para a vida adulta ou um exercício que somente é capaz de realizá-lo após os jovens atingirem a maioridade.

Pensar a relação entre juventude e política como mera preparação para vida adulta significa, dentre outras tantas consequências, intensificar a invisibilidade juvenil no que tange aos estudos e pesquisas brasileiras sobre juventude e política, tendo em vista que:

as pesquisas sobre juventude no Brasil ainda são pouco frequentes no que diz respeito à interface dos jovens com a política, seja em relação à transmissão de valores políticos, seja em relação aos engajamentos de jovens nas mais variadas modalidades de militância (BRENNER, 2014, p. 32).

É importante levar em consideração que os estudos desenvolvidos no século XX pertinentes à condição juvenil apresentam, não de forma absoluta, duas percepções muito

características sobre os olhares que recaíam sobre os jovens: os jovens como sinônimo de mudanças e os jovens como possibilidades de perigo e ameaça.

No caso do Brasil, os anos 1960 são considerados o período de maior propulsão da imagem dos jovens articulada ao cenário político, num contexto no qual os estudantes – notadamente – assumem a condição de combatentes políticos frente à Ditadura Militar (ABRAMO, 1994; SPOSITO, 2000; BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009; MORTADA, 2009; GOHN, 2014b; GOHN, 2014c; TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018).

Ao que parece, os diferentes olhares sobre a condição juvenil perante a política são marcados por múltiplas percepções que sempre situam os jovens no limiar entre aqueles que, por um lado, são questionadores, crítico-reflexivos, interrogadores e sujeitos potenciais à transformação social; e, por outro lado, são individualistas, desinteressados, sem senso crítico, apáticos e alienados, cuja visão pessimista teve seu apogeu a partir dos anos 1980.

Entretanto, o debate e pesquisa a que se propõe este trabalho partem do princípio que, maior do que os sinais de desinteresse, apatia e desesperança demonstrados por uma parcela da juventude brasileira nos dias atuais quando o assunto é política, é a desilusão, a descrença e a falta de credibilidade dos jovens na política institucionalizada e tradicional, principalmente nas sociedades ditas democráticas (BRASIL, 2005).

Nessas sociedades, os estudos apontam que há uma grande perda de confiança por parte da juventude no sentido das eleições, assim como nos partidos políticos, representantes políticos, sindicatos e movimentos sociais. Além disso, embora os anseios por mudanças e transformações sociais, poucas são as crenças que essas mudanças e transformações possam de fato ocorrer pela via da política tradicional.

Essa estrutura de representação política vem sendo apontada por jovens de diferentes países como incapaz de assimilar e responder às demandas concretas apresentadas pela sociedade, o que desestimularia o engajamento nas organizações políticas ditas “tradicionais” (partidos, sindicatos, movimento estudantil). Ademais, algumas pesquisas indicam que não seria a falta de informação que conduziria ao afastamento dos jovens das questões políticas, e sim o conhecimento e a rejeição consciente de determinadas práticas típicas da política institucional [...] (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018, p. 219).

Quanto a este aspecto, parece que os jovens que estão engajados na “política do cotidiano”, ou seja, que estão diretamente envolvidos em grupos, organizações e movimentos sociais, onde têm construído uma visão mais ampla e estruturada da distinção existente entre política partidária/institucionalizada/tradicional e política enquanto campo de ação, tomada de decisões, escolhas, valores, lutas e participação social. Nesses espaços, eles oxigenam suas

bandeiras de lutas, inventam e criam novas formas de participação política (BRASIL, 2005; CRISTO; BARZANO, 2019).

Importante sublinhar que, geralmente, as limitações que forjam a visão sobre o processo de formação e participação políticas juvenil estão alicerçadas no pensamento que os jovens precisam apresentar evidências de suas capacidades para administrar suas vidas. Essa lógica é um dos símbolos que marca a passagem da vida privada para a vida pública e, ao mesmo tempo, coloca os jovens na posição de sujeitos que precisam de uma credencial que os autorizem a atuar politicamente, como se em toda sua vida pregressa à juventude eles não fossem sujeitos políticos em suas práticas cotidianas.

Esse tipo de pensamento, por sua vez, coloca em evidência os dois paralelos que ainda são muito fortes na sociedade: entre os otimistas, percebe-se o enaltecimento e a crença no vigor da participação política juvenil. No entanto, entre os pessimistas, há ausência de reconhecimento e percepção da potencialidade da participação ativa dos jovens no campo político.

Em linhas gerais,

nos ombros dos jovens é colocada a responsabilidade de encontrar solução não somente para seus problemas, como também de toda a “comunidade” local, exaltando as qualidades e as possibilidades e ação do voluntariado juvenil [...] e os jovens se transformam assim de “problema” em “solução” (TOMMASI, 2007, p. 14).

Tal polarização serve como um alerta à defesa que a participação política juvenil não se dá num plano inato, natural e imediato. Ela é fruto de processos concorrentes de formação política que dialogam e interagem entre si antes, durante e após a juventude, a partir das múltiplas relações que os sujeitos estabelecem com o meio familiar, escolar, grupos de amigos, associações, grêmios estudantis, lideranças escolares, movimentos sociais e acesso a redes sociais digitais.

Esses espaços, por sua vez, vão – de certo modo – “formatar”, despertar e provocar a descoberta dos desejos, inclinações e interesses dos jovens para se envolverem em ações políticas ou manifestarem maior ou menor interesse pelas discussões e questões de cunho político, seja pela perspectiva da política tradicional institucionalizada, seja pela “política do cotidiano”.

Sob esse ângulo, sublinha-se a importância de refletir sobre o sentido e significado do espaço público em seu inter-relacionamento com as noções de formação política juvenil, tendo em vista a plasticidade e multirreferencialidade do termo juventude que,

polissemicamente, revela que os jovens produzem seus percursos, repertórios e projetos de vida dentro de uma diversidade de referências sociais.

O espaço público é constituído por interfaces simbólicas, políticas e materiais, que em conjunto configuram o campo de possibilidades de interações juvenis. Desse modo, para além das pessimistas narrativas carregadas de desencantamento que só veem alienação e consumismo nos jovens de hoje, “a questão principal da condição moderna é a de saber como o indivíduo pode se situar no mundo e com quais suportes pode contar, ou ainda é capaz de articular em seu ambiente, para se sustentar no mundo” (CARRANO; FÁVERO, 2014, p. 14).

O posicionamento de Carrano e Fávero (2014) é retomado neste trabalho sob o olhar de análise das implicações e efeitos dos espaços públicos nos diferentes modos como se dão as relações dos jovens com a política, entendendo que o desafio maior é compreender os processos de formação política juvenil à luz do conjunto de instâncias políticas que concorrem e colaboram entre si ao interesse dos jovens por assuntos de natureza política e à participação política.

Neste ínterim, Castro e Abramovay (2009, p. 39) afirmam que:

é diagnosticado em diversas pesquisas sobre juventude no Brasil, que o interesse e a participação dos jovens na vida pública não se esvaziou [...] ainda que os contextos sociais e econômicos estejam cada vez mais cedo encurralando jovens para o precário mercado de trabalho, tomando o tempo livre para agrupamentos; ainda que a mídia comercial tenda a manipular as muitas formas de resistência num disfarçado teatro de felicidade obtida simplesmente pelo consumo de apetrechos, os jovens vêm se mostrando bastante adaptáveis e adaptadores dessas condições. Ou seja, novas são as motivações objetivas que inibem o processo de participação juvenil, porém, muitas são as adaptações e mutações, engendradas pelos jovens, que favorecem os processos de participação.

Há mais de uma década e a fala de Castro e Abramovay (2009) permitem, no tempo presente, perceber que as precariedades e os obstáculos existentes à participação política juvenil estão articulados com um perfil de juventude ou com as especificidades da juventude que está se falando. Ou seja, o universo de precariedades e obstáculos enfrentados pelas juventudes das classes populares é, exponencialmente, maior que aquele das classes mais favorecidas.

Os obstáculos para as classes populares tornam-se, ainda, mais intensos pela visão, culturalmente construída, que o período da juventude é o período em que os sujeitos estão no Ensino Médio, como no caso do Brasil. Isto é, há – na maioria das vezes – uma percepção que coincide juventude com vida escolar. E, nessa perspectiva, concluído o Ensino Médio, cessa-se a juventude, sobretudo porque nos ombros dos jovens das classes populares recai maior

cobrança em relação à sua inserção definitiva no mercado de trabalho, inclusive para auxiliar (quando não mantêm de forma integral) o sustento da família (PIMENTA, 2017; OLIVEIRA; LACERDA; NOVAES, 2021).

Assim, as “adaptações” e “mutações” apontadas pelas autoras como âncoras que possibilitam a (re)invenção dos jovens à participação política encontram nos espaços públicos seu terreno mais fértil e provedor. Por isso, as interlocuções entre espaços públicos, formação política e juventudes colocam em evidência que os jovens não são sujeitos políticos do “vir-a-ser”.

Tal representação é preconizada pela visão propedêutica acerca da relação entre juventudes e política que coloca os jovens sempre numa condição preparatória para assumir a vida política, como se existisse um período necessário para eles desenvolverem e provarem suas capacidades políticas, cujo acontecimento somente será efetivado a partir da idade adulta.

Contrariamente à visão propedêutica, é preciso considerar que os jovens trazem em seus comportamentos e percepções sobre o assunto política os valores aprendidos e apreendidos como marcas identitárias dos seus processos de formação política. A originalidade e o ineditismo do contato dos jovens com os espaços públicos solicitam e convocam os jovens a escolherem, tomarem decisões e assumirem posturas, posicionamentos, pontos de vista críticos e maneira de interpretar e lidar com a indissociabilidade do tempo passado, os valores aprendidos no presente e os objetivos em relação ao futuro (WEISHEIMER, 2013; GROPPPO, 2017; PIMENTA, 2017).

Destarte, Almeida (2008) diz o seguinte:

é de suma importância a participação dos jovens na vida pública de sua cidade, do seu país. Afinal, como membro de uma sociedade, ele tem responsabilidade sobre os rumos que ela vai tomar. Porém isso não é responsabilidade apenas dos jovens, mas de todos. Por vezes, pretende-se lançar nos ombros da juventude toda a responsabilidade pela mudança social. E há também uma crença de que, por se tratar de jovem, a ação política que dele vem será sempre boa. Há jovens políticos no Congresso que defendem as mesmas posições conservadoras de seus pais, de seus avós... Ao tratar do tema da participação, não podemos ignorar o seu conteúdo ideológico. Ou seja, não basta que o jovem participe apenas, mas como se dará esta participação e qual formação tem este jovem são questões fundamentais. O jovem não é naturalmente revolucionário. Dependendo do processo formativo que teve, pode ou não ter uma atitude revolucionária.

Em concordância com o entendimento de Almeida (2008), assim como de Maheirie *et al.* (2013) e Martins & Dayrell (2013), a perspectiva de formação política juvenil com a qual este trabalho comunga parte do pressuposto que política está, diretamente, associada à vida pública e coletiva dos jovens e à sua internalização de valores, normas, atitudes e crenças.

Isso, por sua vez, implica dizer que a participação política juvenil não deve ser vista apenas pela ótica da “coisa boa”. Há muitos jovens engajados, militantes e extremamente participativos no seio de grupos e movimentos conservadores, que defendem ideais antidemocráticos, antidialógicos e, inclusive, inconstitucionais, a exemplo de uma parcela da juventude brasileira que vai às ruas e às redes sociais defender os posicionamentos ideológicos bolsonaristas (GOHN, 2017; MAIA; GOMES; MARQUES, 2017; GALLEGO, 2018; HORBACH, 2019).

Pinheiro-Machado e Scalco (2018, p. 53) afirmam que:

em 2017, uma pesquisa do DataFolha apontou 60% dos eleitores do então pré-candidato à presidência da República Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), tinham entre 16 a 34 anos. Isso soou como uma surpresa na esfera pública, que é, em grande medida, movimentada pela polarização ideológica que se acirrou no Brasil após 2013. Na lógica dualista presente nas redes sociais, cada integrante de um polo pensa dentro um pacote de valores políticos e morais que é oposto ao seu antagônico.

Logicamente, se há uma multiplicidade de maneiras de ser jovem e experienciar a juventude, entende-se que existam também compreensões e vivências diversas quando o assunto é política. Essa percepção é fundamental ao entendimento que os diferentes processos de formação política suscitarão uma diversidade de formas de participação política, haja vista que os jovens estão imersos em grupos diferentes que incidem, diretamente, em suas leituras, tramas, identificações, repertórios e aproximações políticas.

Nesse sentido, a relação existente entre formação política, juventude e participação política perpassa pela investigação acerca das compreensões que os jovens possuem sobre política, assim como dos valores, ideologias e fundamentos que direcionam suas práticas. Da posição de descrédito à condição de sujeitos potenciais à transformação social, os diálogos entre política e juventudes estão entrelaçados com os conteúdos e as práticas políticas a nível do senso crítico dos jovens sobre como se percebem nos processos de tomada de decisões e escolhas. E, ao mesmo tempo, como se veem enquanto sujeitos que concebem a política como campo ligado aos seus projetos de vida e, portanto, que exerce forte influência sobre seus futuros.

Compreender a dimensão social e política das juventudes na contemporaneidade perpassa por alguns questionamentos que inquietam as reflexões sobre a estreita relação entre formação política e participação política: Como os sujeitos se transformam cidadãos participativos politicamente? Já nascem assim? Há algum momento ou etapa da vida em que decidem “a partir de agora vou participar das questões políticas da minha cidade, estado e/ou país?” Existem fatores que influenciam essa decisão ou não há influências?

As respostas aos questionamentos acima colocam em xeque que:

isso passa pelo fortalecimento do indivíduo, isto é, pela chance de uma socialização satisfatória (pela educação, pela construção da autoestima, pela possibilidade de espelhar-se em papéis na vida adulta futura etc.), assim como pelo fortalecimento da capacidade de ser ator de sua própria vida: de escolher, julgar, ter projetos e sustentar relações sociais com outros (sejam relações de cooperação, consenso ou conflitos). O objetivo é fortalecer a capacidade de ação dos jovens, contribuir para seu desenvolvimento pessoal integrado, intensificar a integração de sua experiência e a vinculação desta a projetos (CARRANO; BRENNER, 2008, p. 69).

Na tentativa de fazer um diálogo entre a discussão suscitada por Carrano e Brenner em 2008 e aquela abordada por Barros e Martins em 2017, não é difícil perceber que a complexidade das relações entre política e juventudes revela que os processos de formação política podem contribuir para que os jovens enveredem pelo caminho da política institucionalizada ou da militância como participação voluntária em grupos, organizações e movimentos.

Logo, percebe-se que a ideia de formação política está articulada ao conjunto de ações das instâncias formativas que dão os fundamentos preliminares à participação e intervenção dos jovens na vida política, que poderá fomentar a formação de sujeitos politicamente autônomos, comprometidos, responsáveis, críticos e emancipados.

3.1. Da formação política à participação política: os hiatos entre o ser e estar jovem

As discussões sobre juventudes e formação política são indissociáveis devido ao importante papel que a participação política dos jovens em seus territórios de identidades exerce na condição de sujeitos que estão inseridos em territórios culturais, políticos, sociais, econômicos e históricos (RIBEIRO, 2014).

Falar de participação política juvenil significa considerar que esta é uma categoria que intensifica o processo de formação política dos jovens nas mais diversas conjunturas e contextos sociais, sem perder de vista que “a participação política dos jovens não se faz no vazio cultural e histórico, mas em sociedades reais que carregam as marcas singulares de sua história e as dificuldades específicas de seu presente” (CASTRO, 2008, p. 253).

Portanto, falar em participação política a partir dos múltiplos diálogos entre a vida privada e a vida pública que coabitam as instâncias formativas juvenis requer levar em consideração que:

diferentes dimensões da condição juvenil são influenciadas pelo espaço onde são construídas, que passa a ter sentidos próprios, transformando-se em *lugar*, o espaço do fluir da vida, do vivido, sendo o suporte e a mediação das relações sociais, investido de sentidos próprios, além de ser a ancoragem da

memória, tanto individual quanto coletiva. Os jovens tendem a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significados (DAYRELL, 2007a, p. 1112).

A partir da fala de Dayrell (2007a) e com base em Gohn (2012, 2014a), considerando os processos de formação política juvenil e a presença do desencantamento com o campo político nos últimos tempos, principalmente no Brasil, participar politicamente significa envolver-se ativamente, possuir tácita consciência reflexiva e construir conhecimento do todo e das partes que compõem o grande mosaico das relações sociais e políticas, como suportes necessários à reflexão e ação. Participar ativamente não significa somente marcar presença. A participação ativa tem como um dos seus pré-requisitos a escuta, a apresentação de propostas e a definição de caminhos (CANANÉA, 2012; DALLARI, 2013).

Dessa maneira, dizer-se participativo e assumir – de forma fragmentada ou indiferente – a posição de sujeito à margem dos acontecimentos e demandas sociais, conferindo a outros a responsabilidade de decidir sobre o futuro desta e das próximas gerações ou colocando-se fora dos processos de pensar, executar e refletir sobre ações estratégicas de funcionamento e organização sociais, se constitui uma forma abstrata de compreensão teórico-prática do termo “participação política”.

Da posição de figurantes à posição de atores políticos, este trabalho defende que é preciso discutir as bases que sustentam o esvaziamento e desvirtuamento da essência conceitual e prática sobre “participação política”, cujas bases colocam sujeitos e sociedades em lados opostos e reforçam a segregação entre aqueles que pensam e aqueles que executam.

Por este espectro, parte-se do princípio de que “a atuação dos jovens na vida pública está relacionada tanto com as condições – materiais e simbólicas – que os indivíduos encontram para se fazer sujeitos quanto com as possibilidades e oportunidades de reconhecer o outro como elemento constitutivo da identidade e da ação coletiva” (CARRANO; BRENNER, 2008, p. 69).

Quanto a este aspecto, Souza (2013) pontua que, apesar dos desafios e limitações, o campo de participação política juvenil adquiriu maior abrangência e visibilidade nos últimos anos, devido – especialmente – à inserção dos jovens em grupos, coletivos, organizações e movimentos sociais. Entretanto, não se deve acreditar ingenuamente que a inclusão de jovens em grupos, coletivos, organizações ou movimentos sociais, seja sinônimo e garantia de participação ativa dos sujeitos, haja vista que a participação política pressupõe reflexão sobre a ação.

Por isso, não está centrada na “reflexão pela reflexão”, assim como no “ativismo pelo ativismo”. "Se, pelo contrário, se enfatiza ou exclusiviza a ação, com o sacrifício da reflexão, a palavra se converte em *ativismo*. Este, que é ação pela ação, ao minimizar a reflexão, nega também a práxis verdadeira e impossibilita o diálogo" (FREIRE, 2011a, p. 44).

Comungando com o pensamento de Freire (2011a), é perceptível que a formação da consciência política se configura num dos caminhos mais propícios para que os jovens possam interpretar e compreender tanto a si mesmos quanto ao mundo social e político, de forma que produzam bases sólidas relacionadas às suas identidades (pessoais e coletivas) e aos sentidos atribuídos às suas existências *sobre e com o mundo*. O desenvolvimento da consciência política crítica e reflexiva é condição *sine qua non* para os jovens questionarem, problematizarem e posicionarem-se frente às suas realidades.

A visibilidade dada à participação política juvenil está sustentada nos hiatos entre o passado, o presente e o futuro que interseccionam as diferentes compreensões sobre juventudes de um tempo social para outro, que revelam a imersão dos jovens em diferentes processos formativos políticos. E, por isso,

a indagação sobre a participação social dos jovens remete à indagação a respeito do futuro da democracia e do desenvolvimento das sociedades latinoamericanas. A preocupação com os jovens remete ao futuro da sociedade e ao campo de virtualidades para seu desenvolvimento. Serão os jovens que definirão continuidades ou mudanças da sociedade e de suas instituições. Nesta perspectiva, refletir sobre continuidades e descontinuidades históricas nas formas de participação dos jovens pressupõe um diálogo entre as experiências do passado e os novos sujeitos e tipos de organização do presente (NOVAES, 2005, p. 02).

Novaes (2005) oferece subsídios à interpretação que, quando os jovens são reconhecidos e reconhecem-se enquanto sujeitos políticos, as suas percepções sobre o mundo ampliam no sentido do deslocamento de telespectadores sociais e políticos para sujeitos da reflexão, ação e intervenção. Esse deslocamento, por sua vez, pode possibilitar que os jovens construam seus repertórios de vida comprometidos com a formação de sociedades mais justas, democráticas e equitativas.

Por esta razão, a participação política juvenil é um processo legítimo e que merece visibilidade, pois está concatenada a processos potenciais de transformações culturais, políticas, históricas e sociais, conforme os subsídios de formação política aprendidos. Ao lerem criticamente suas realidades e intervirem, além de externarem suas visões e concepções de mundo, os jovens transformam suas relações, construindo suas identidades pessoais e coletivas entre suas vidas privadas e vidas públicas.

Nesse diálogo da identidade juvenil e identidade política, Abramo (2008, p. 98) considera que:

a capacidade de sonhar e de atuar não está referida a uma essência, não é uma identidade “natural”. Na verdade, esses jovens se constroem também como seres atuantes, participativos, militantes: é essa a identidade juvenil que lhes interessa afirmar, e é nessa chave que a identidade juvenil ganha especial sentido para eles. Do mesmo modo, a identidade juvenil não é ela mesma, “natural” referida a uma essência. Tem de ser descoberta, acionada, à proporção que fizer sentido existencial e político para eles.

Nas palavras da autora é possível perceber a íntima relação entre formação política, identidade juvenil e participação política à medida que a vida em sociedade com seus dilemas, conflitos e possibilidades de ação se apresenta como campo fértil para a atuação mais incisiva e ativa dos jovens, a fim de empreender esforços à retomada das esperanças quanto a um futuro mais digno e democrático frente aos problemas de ordem social e política.

Embora ainda sejam muito recorrentes os discursos que rotulam a falta de preocupação e atividade dos jovens perante o mundo social e político, constitui-se um pensamento ingênuo acreditar que a participação política juvenil é inexistente ou inoperante (PERONDI, 2015), visto que – seja pelo efetivo envolvimento ou pela omissão política – os jovens estão produzindo a todo momento cenários políticos e, por esta razão, considera-se que quando o assunto é política não existe imparcialidade ou neutralidade.

As ditas imparcialidades e neutralidades políticas estão localizadas no campo dos sofismas que, descartada a participação dos sujeitos, o não se envolver politicamente é responsável pela garantia que o funcionamento social continue do mesmo jeito ou, simplesmente, entrega-se a outros a responsabilidade de decidir e escolher sobre o futuro político das sociedades (DALLARI, 2013).

Dessa maneira, é preciso estar atento às mutações de apropriação política juvenil devido às próprias mudanças e transformações das sociedades que exigem dos jovens novos posicionamentos perante o dinamismo social, que reverberam em novas formas de participação política e incidem, diretamente, nos processos de formação política juvenil enquanto atores sociais e porta-vozes de mudanças e novos horizontes.

O dinamismo social faz com que as relações entre os jovens e as sociedades sejam sempre carregadas de ineditismo e, ao mesmo tempo, aumentam as possibilidades de participação dos jovens nos debates públicos em cujos espaços – por vezes – os jovens são esquecidos e alijados das agendas públicas, apesar de não deixarem de ser usuários e produtores dos sistemas sociais, econômicos, políticos, ideológicos e culturais (TEIXEIRA, 2008).

Essa interpretação desvenda a concepção da Antiguidade Clássica⁹, onde os jovens eram entendidos como sujeitos do "vir a ser", do constituir-se para estar preparado à participação da vida pública e política quando atingisse a fase adulta. A partir do momento em que os jovens são entendidos como sujeitos sociais, políticos e de direitos, a sua participação política intensifica os debates públicos e as agendas de lutas juvenis começam a congregar fatores sociais coletivamente.

Nessa perspectiva, o ser jovem e tornar-se jovem politicamente é um processo de formação social perpassado pelas diferentes interfaces do ser jovem articuladas ao grau de velocidade com que as transformações da vida em sociedade acontecem entre a produção e reprodução de vivências, experiências, crenças, ideologias e posturas.

Nessa relação, potencialmente, os jovens podem ocupar o lugar de sujeitos atuantes no processo de mudanças benéficas à sociedade, assim como pode assumir a postura de jovens (re)produtores ou ratificadores das desigualdades e mazelas sociais (CARRANO, 2012; PERONDI, 2015).

Tudo depende de como os jovens compreendem a função social de sua participação política e das bases de formação política (instâncias de socialização política e sociabilidades) que terão maior incidência nos momentos de tomada de decisões, escolhas, posicionamentos e visão de mundo.

Logicamente, que a efetiva participação política das juventudes não depende absoluta e exclusivamente dos desejos dos jovens, pois – historicamente – as marcas de participação política juvenil estão atreladas também às condições de maior ou menor mobilidade dos jovens no seio da política tradicional e institucionalizada e/ou nos grupos, organizações, coletivos e movimentos sociais (GOHN, 2014c, 2017, 2019a).

É inegável que o ativismo juvenil, por exemplo, em diferentes contextos e épocas (algumas mais intensas que outras) é responsável por uma grande parcela de conquistas sociais proveniente das bandeiras de lutas pelo respeito à democracia, à efetividade de políticas públicas, à melhoria das condições na área da educação e saúde, à valorização da dignidade em seus mais variados aspectos, dentre outras questões que colocaram as juventudes em posição de visibilidade por meio do ativismo, principalmente na constituição da história sociopolítica brasileira (PAIVA, 2013; GOHN, 2014a).

⁹ De acordo com Abramo (2014), na Antiguidade Clássica, Aristóteles apontava que as primeiras experiências democráticas não consideravam os jovens, as crianças e as mulheres como cidadãos, razão pela qual não tinham direito de participar da vida política da pólis grega.

No entanto, as lacunas históricas, culturais, políticas e sociais oriundas do dinamismo da sociedade brasileira colocam em evidência que as conquistas almejadas sustentam a necessidade de (re)posicionar a participação política na órbita da complexidade das relações entre juventudes e formação política, uma vez que:

[...] esse jovem cresceu, assim, num ambiente democrático, democracia duramente alcançada a partir de 1985, que vive hoje tanto seus problemas de consolidação, com a constante reformulação partidária, quanto com as questões oriundas de más práticas políticas persistentes, como a corrupção e o clientelismo (PAIVA, 2013, p.08).

Quase uma década após a fala de Paiva (2013), a conjuntura política brasileira dá sinais que a democracia se encontra em estado de vertigem. Nesse cenário, questionar a participação das juventudes na vida política significa, primeiramente, reforçar que os conflitos, expressões de pontos de vistas, tensionamentos e lutas, que em seu conjunto externam também a participação política juvenil, trazem avanços e despontam novos desafios às agendas da vida pública no campo econômico, cultural, político, ideológico e social.

Há que se considerar que, mesmo em face ao ativismo e militância juvenis no campo político brasileiro, ainda, é muito forte e presente o hiato dos discursos relacionados à participação política juvenil: ora situam os jovens na condição de protagonistas, ora os colocam à margem ou distantes dos modelos de política ditos participativos, mas que não reconhecem os jovens como sujeitos políticos e sociais (ABRAMO, 2014).

Nesse hiato, a vida pública se constitui, por essência, a arena de resistências, (re)existências e construção das identidades políticas que oxigenam a participação política dos jovens. Ao mesmo tempo, criam-se as bases para que a juventude transponha o lugar de problema, imatura, acrítica, desocupada, alienada e desordeira.

Feita a transposição, revela-se o caráter intrínseco e potencial do importante papel dos jovens nas sociedades enquanto sujeitos produtores de ações políticas que podem contribuir com os processos coletivos de emancipação e transformação *das e nas* sociedades (ALBUQUERQUE, 2012).

Da concepção de inertes a sujeitos potenciais de transformação política, Abramo (2014, p. 94) considera que:

o século XX marcou o reconhecimento mundial da juventude como um novo ator no cenário social e político. No entanto, uma vez superada a invisibilidade, os jovens passaram a ter que lidar com os estigmas de violento, incapaz ou alienado, que também atuaram como fatores inibidores de sua maior participação na vida política.

Nesse sentido, Souza (2013) e Gohn (2014a) chamam a atenção para o fato que as marcas das digitais juvenis nos processos de participação política não é um fenômeno recente. Tal participação é reflexo e está fortemente articulada a fatores contextuais e históricos que fundamentam os diversos processos de formação política juvenil, levando em consideração que “o primeiro movimento dos jovens que buscavam agir na vida política foi romper com a invisibilidade e se afirmar como sujeito portador de direitos, em um campo dominado pela perspectiva adulta de mundo” (ABRAMO, 2014, p. 93).

Se é verdade que a participação política dos jovens não é um fenômeno novo, é fato também que as juventudes e os modos como os jovens vivenciam sua participação política atualmente contam com um elemento peculiar desta geração: a intermediação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, especialmente das redes sociais e mídias digitais, que reconfiguram os processos de formação e participação políticas.

4. Considerações finais

A valorização e a importante atenção dada à formação política juvenil perpassam pelo entendimento que ao refletir sobre política e juventudes é colocada em evidência a confiança na capacidade dos jovens de participarem e intervirem em seus contextos sociais e históricos; compreendendo-os enquanto sujeitos portadores de vozes e de direitos, atravessados por ideologias, informações, projetos políticos e projetos de sociedades.

Pressupõe-se que, por meio de uma formação política comprometida e responsável com os princípios da democracia e cidadania, os jovens terão maiores condições de construir seus repertórios de vida política baseados no conhecimento, reflexão e posicionamentos interligados às demandas sociais.

A maneira como os jovens compreendem e lidam com a participação política tem relação, também, com as instâncias formativas que eles tiveram e têm acesso, uma vez que essas instâncias são campos potenciais à existência de jovens reflexivos e críticos que possam interagir e intervir no campo político ou vice-versa.

Os debates relacionados a política e juventude parecem estar sempre situados na atmosfera de rompimento da omissão, pessimismo e passividade que, historicamente, foram atribuídos como lugares sociais destinados aos jovens. Para Abramo (2014) e Foracchi (2018), o desejo por esse rompimento é proveniente de uma série de lutas para que, gradativamente, a juventude ganhasse visibilidade, inclusive científico-acadêmica, e deixasse de ser considerada como problema, cujo *status* permaneceu com maior intensidade até o século XX e, embora a

existência de resquícios, no século XXI os jovens começam a ser concebidos como sujeitos de direitos e atores sociais.

Deste modo, neste trabalho, formação política juvenil é compreendida como o conjunto de estratégias e práticas que, para além de processos de transmissão de condutas, valores e crenças, constituem o leque de possibilidades viáveis à maior inserção dos jovens na vida pública, à construção de suas identidades e ao pertencimento social como sujeitos culturais, políticos e históricos.

A formação política juvenil não é um processo neutro e imparcial, ela ocorre cotidianamente através da produção e reprodução de determinados tipos de sujeitos, partindo da consideração que formar os jovens politicamente não significa fazê-los adotar uma postura político-partidária, mas tem em sua maior função despertar nos jovens a consciência crítica que, enquanto sujeitos políticos, o espaço público se constitui seu principal campo de interação, participação e atuação.

Há que se considerar que independente do espaço de atuação política, quer seja na “política do cotidiano”, seja na política tradicional/institucionalizada ou, ainda, no engajamento em grupos, coletivos, organizações ou movimentos sociais, a efetiva participação política – por sua própria natureza – se constitui numa âncora que viabiliza aos jovens a aquisição de informações, a construção de novos saberes e produção de conhecimentos sobre aspectos pertinentes a cidadania, direitos humanos, ética, respeito à diversidade, justiça social e princípios democráticos (PAIVA, 2013).

Assim, a participação política não se limita ao universo de maiores possibilidades dos jovens se aproximarem, conhecerem e apropriarem-se dos contextos sociais, como também é um ponto de partida essencial para que os jovens possam se perceber e (re)construírem-se como sujeitos sociais, históricos, culturais e políticos.

Por esse ponto de vista, ratifica-se que ninguém nasce participativo politicamente, torna-se participativo conforme a dimensão do tempo social de cada sujeito e a intensidade de inserção e interação dos sujeitos com a vida pública. Por isso, a participação política não se dá no vazio histórico e cultural, haja vista que é um processo constituído por uma grande rede de significados e sentidos que possibilitam aos jovens – por meio de processos de socialização e sociabilidades – conhecerem e imprimirem outros olhares acerca do mundo social. Olhares que poderão implicar em relações estruturais de permanências ou transformações sociais.

5. Referências

- ABRAMO, H. W. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude.** Brasília: SNJ, 2014.
- ALBUQUERQUE, A. A. de. **Juventude, educação e participação política.** Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- ALMEIDA, R. S. de. **Participação política, quando o jovem entra em cena.** 2008. Disponível em: <http://www.conteudoseducar.com.br/conteudos/arquivos/3951.pdf> Acesso em: 02 set. 2016.
- BARROS, A. T. de; MARTINS, L. M. **Juventude e política na experiência de dez anos do Parlamento Jovem Brasileiro: confiança, participação e engajamento político dos egressos.** In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 19, n. 46, p. 392-426, set./dez. 2017.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** Trad. Carmen C. Varriale *et al.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOBBIO, N. **O futuro da Democracia.** Trad. Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOGHOSSIAN, C. O.; MINAYO, M. C. de S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. In: **Saúde e Sociedade**, 18(3), p. 411-423, 2009.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOTTOMORE, T. H.; OUTHWAITE, W. (Ed.). **The Blackwell Dictionary Twentieth-Century Social Thought.** London: Blackwell, 1993.
- BRASIL. Instituto brasileiro de análises sociais e econômicas. **Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas.** Relatório final. 2005.
- BRENNER, A. K. Jovens e militância política. In: CARRANO, P.; FÁVERO, O. (Orgs.). **Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais.** Niterói, RJ: Editora da UFF, 2014.
- CANANÉA, F. A. Gestão Educacional e Protagonismo juvenil: participação e identidade na escola que deseja reencantar. In: CANANÉA, F. A. (Org.). **Diálogos Educacionais Contemporâneos.** João Pessoa, PB: Inprell, 2012.
- CARRANO, P.; BRENNER, A. K. Formas e conteúdos da participação de jovens na vida pública. In: **Revista Proposta – Fase. Juventude: a arte de poder**, jan./mar. 2008, ano 32, n. 115, p. 66-71, jan./mar. 2008.
- CARRANO, P.; FÁVERO, O. (Orgs.). **Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais.** Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 9-16.
- CARRANO, P. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. In: **O social em questão.** Ano XV, n. 27, p. 83-100, 2012.

- CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTELLS, M. **O poder da comunicação.** Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade.** 9. ed. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** 2. ed. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- CASTRO, L. R. de. **Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum.** 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/15.pdf> Acesso em: 12 nov. 2019.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas.** Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução: Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CRISTO, H. S. de; BARZANO, M. A. L. Socialização política e meio ambiente: considerações acerca do engajamento militante de jovens ambientalistas do Estado da Bahia. In: **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 3, p. 1251-1269, set./dez., 2019.
- DALLARI, D. de A. **O que é participação política.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- DAYRELL, J.; GOMES, N. L.; LEÃO, G. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 38, p. 237-252, Editora UFPR, set./dez. 2010.
- DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Orgs.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades.** Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.
- DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, out., p. 1105-1128, 2007a.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. In: **Juventude e contemporaneidade.** Brasília: UNESCO, MEC, Anped, p. 155-176, 2007b.
- DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
- FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes.** Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.
- FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.
- FREIRE, P. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2011a.

GALLEGO, E. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In: GALLEGGO, E. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

GINDRE, G. Internet e redes sociais como ferramentas de mobilização. In: **Oficina redes sociais e mobilização.** Rio de Janeiro: Rede de Mobilizadores. Laboratório Herbert de Souza Tecnologia e Cidadania, 2016.

GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

GOHN, M. da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014a.

GOHN, M. da G. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade.** São Paulo: Cortez, 2017.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e educação.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GOHN, M. da G. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

GOHN, M. da G. **Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania.** In: Revista Brasileira de Sociologia, v. 1, n. 2, p. 205-21, jul./dez., 2013.

GOHN, M. da G. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019a.

GOHN, M. da G. **Sociologia dos movimentos sociais.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014c.

GOHN, M. da G. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. In: **Caderno CrH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, Jan./Abr. 2019b.

GROPPO, L. A. **Introdução à sociologia da juventude.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

HORBACH, L. O. **Fake news: liberdade de expressão, internet e democracia.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAHEIRIE, K.; GROFF, A. R.; BUENO, G.; MATTOS, L. K. de; SILVA, D. O. B. da; MÜLLER, F. L. **Concepções de juventude e política: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011).** In: Estudos de Psicologia, 18(2), p. 335-342, 2013.

- MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2017.
- MARTINS, F. A. S.; DAYRELL, J. T. **Juventude e participação**: o grêmio estudantil como espaço educativo. *Educação e Realidade*, 38(4), p. 1267-1282, 2013.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MINAYO, M. C. de S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. In: **Revista Lusófona de Educação**, v. 40, n. 40, 139- 153, 2018. Disponível: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439> Acesso em: 25 mar. 2020.
- MORTADA, S. P. De jovem a estudante: apontamentos críticos. In: **Psicologia & Sociedade**, 21(3), p. 373-382, 2009.
- NOVAES, R. **A juventude de hoje**: (re)invenções da participação social. 2005. Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/a_juventude_hoje.pdf Acesso em: 10 out. 2019.
- OLIVEIRA, V. H. N.; LACERDA, M. P. C. DE; NOVAES, R. C. R. Juventudes, educação, política e violência: uma entrevista com Regina Novaes. In: **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e71209, p. 1-19, 2021.
- PAIVA, A. R. (Org.). **Juventude, cultura cívica e cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PERONDI, M. Experiências de participação social de jovens e sentidos atribuídos às suas vidas. In: **37ª Reunião Nacional da Anped**. 2015. UFSC, Florianópolis. Disponível em: http://www.pucrs.br/pastoral/downloads/formacao/observatorio/perondi_1.pdf Acesso em: 20 nov. 2019.
- PIMENTA, M. de M. **Ser jovem e ser adulto**: identidades, representações e trajetórias. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- RIBEIRO, A. C. T. Territórios jovens: técnica e modos de vida. In: CARRANO, P.; FÁVERO, O. (Orgs.). **Narrativas juvenis e espaços públicos**: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2014.
- SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C (Orgs.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e política no Brasil**: a socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- SOUZA, P. L. A. de. Jovens e participação no Brasil: para além das políticas públicas. In: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.). **O tempo real dos jovens**: juventude como experiência acumulada. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SPOSITO, M. P. (Org). Ação coletiva, jovens e engajamento militante. In: CARRANO, P.; FÁVERO, O. (Orgs.). Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2014.

SPOSITO, M. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, p. 73-94, São Paulo, Anped, 2000.

STRECK, D. R.; PITANO, S. de C.; MORETTI, C. Z. Educar pela participação, democratizar o poder: o legado freireano na gestão pública. In: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 1-19, 2017.

STRECK, D. R. Por uma pedagogia da participação. In: STRECK, D. R. **Dizer a sua palavra**: educação cidadã, pesquisa participante, orçamento público. Pelotas, RS: Seiva, p. 85-114, 2005.

TEIXEIRA, A. C. Até onde vai a participação cidadã? In: **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 2, n. 7, fev. 2008.

TOMIZAKI, K.; DANILIAUSKAS, M. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. In: **Pro-Prosições**. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0126>, V. 29, n. 1 (86), p. 214-238, jan./abr. 2018.

TOMMASI, L. de. Jovens brasileiros, espaços e tempos de participação política. In: **Debate** – juventudes em rede: jovens produzindo educação, trabalho e cultura, p. 12-19, 2007.

WEISHEIMER, N. *et al.*. **Sociologia da juventude**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

CAPÍTULO 4 – ARTIGO 4

**Juventudes, formação política e fake news: vida ou morte da
participação política?**

Juventudes, formação política e *fake news*: vida ou morte da participação política?**Youth, political formation and fake news: life or death of political participation?****Resumo**

De natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, este trabalho tem como objetivo refletir, por meio da revisão de literatura, o conceito de *fake news*, sua influência e efeitos na formação política juvenil. O artigo aborda o conceito de *fake news* e sua classificação, a partir das ideias de *bios* midiático e mediatização trazidas por Sodré, bem como da reflexão acerca dos desdobramentos das tecnologias de inteligência artificial articulados à produção e disseminação de *fake news*. Além disso, realiza-se uma discussão sobre o papel desempenhado pelas *fake news* na formação política dos jovens, considerando as novas formas de participação e socialização política, principalmente com o desenvolvimento das mídias digitais e redes sociais. Os resultados sugerem que o debate acerca da formação política juvenil representa a expressão dos novos paradigmas sociais frente à estrutura de funcionamento da produção e disseminação das chamadas *fake news* no campo político. O que requer que a formação política das juventudes não se baseie em pensamentos rasos, na espetacularização de informações aligeiradas, na apropriação das *fake news* como verdades. Considera-se que os processos de formação política e participação política dos jovens na atualidade têm se dado num terreno onde a desinformação é uma grande ameaça à democracia e um dos desafios que emergem dessa conjuntura é preservar a liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, impedir que a desinformação comprometa a democracia.

Palavras-chave: Juventudes; formação política; *fake news*; participação política; desinformação; democracia.

Abstract

With a bibliographic nature and a qualitative approach, this work aims to reflect, through a literature review, the concept of *fake news*, its influence and effects on youth political formation. The article addresses the concept of *fake news* and its classification, based on the ideas of media bios and mediatization brought by Sodré, as well as a reflection on the developments of artificial intelligence technologies linked to the production and dissemination of *fake news*. In addition, there is a discussion about the role played by *fake news* in the political formation of young people, considering the new forms of political participation and socialization, especially with the development of digital media and social networks. The results suggest that the debate about youth political training represents the expression of new social paradigms in the face of the structure of the production and dissemination of so-called *fake news* in the political field. This requires that the political training of youths not be based on shallow thoughts, on the spectacularization of lightened information, on the appropriation of *fake news* as truths. It is considered that the processes of political formation and political participation of young people today have taken place in a terrain where disinformation is a great threat to democracy and one of the challenges that emerge from this conjuncture is to preserve freedom of expression and, at the same time, prevent disinformation from compromising democracy.

Keywords: Youth; political formation; *fake news*; political participation; disinformation; democracy.

1. Introdução

Nos últimos anos, a conexão entre mobilização coletiva, participação política e tecnologias tem se tornado cada vez mais intensa. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) têm redimensionado e articulado as relações sociais, políticas, educacionais e culturais. Nesse contexto, a educação e formação política dos sujeitos também têm se reconfigurado perante as inovações e transformações tecnológicas, especialmente com as mídias digitais e redes sociais.

Se por um lado e para determinado público – a criação das plataformas *online* passou a representar espaços de lazer e entretenimento; por outro lado, elas simbolizam arenas de construção, gestão e compartilhamento de informações e conhecimentos nas mais diversas sociedades com influências e efeitos no processo de formação política dos sujeitos, onde inserem-se os jovens (QUEIROZ, 2017; CASTELLS, 2003, 2015).

Num cenário marcado por conflitos sociais, políticos e econômicos pelo qual o Brasil vem passando nos últimos anos, há que se considerar que as TDIC, mais especificamente as mídias digitais e redes sociais, vêm assumindo um importante papel na formação política das juventudes numa perspectiva nacional e internacional (CAMPOS; PEREIRA; SIMÕES, 2016). Na atualidade, as mídias digitais e redes sociais são os principais meios e instrumentos de acesso e difusão de informações, fortalecimento de reivindicações e organização de movimentos sociais por meio do ativismo digital.

Diferentemente das gerações anteriores, é fato que as juventudes desta geração estão, em sua grande maioria, cercadas por celulares, tablets, computadores, videogames, TVs com acesso a Internet e uma série de mídias digitais que viabilizam grande acesso a informações através de diferentes plataformas, páginas *web* e redes sociais.

Esse universo, por sua vez, tem implicações direta na formação política dessas juventudes, uma vez que as TDIC podem influenciar na construção da personalidade dos sujeitos e suscitam novas maneiras de ler e interpretar o mundo, outras formas de interação, entretenimento, integração, percepção, intervenção, comunicação e, sobretudo, participação política (SETTON, 2011).

Nesse ciberespaço, resguardados os efeitos positivos das mídias digitais e redes sociais, bem como cercadas por uma gama de informações e de rápido acesso, uma das maiores preocupações surgida nos dias atuais como efeito colateral do uso das mídias digitais e redes sociais é a implicação causada na formação política das juventudes pela produção e

disseminação das *fake news*, considerando o debate entre formação política, juventudes e desinformação (ALBUQUERQUE, 2012; D’ANCONA, 2018).

Literalmente, *fake news* significa “notícias falsas”. No entanto, tal conceito parece raso e superficial dada a amplitude, complexidade e proporção das implicações que as tão faladas *fake news* são capazes de produzir, especialmente no cenário político (seja ele institucional ou não) e em época de campanhas eleitorais, como ocorrido em diferentes países, a exemplo dos Estados Unidos e Brasil (D’ANCONA, 2018; DI FÁTIMA, 2019; CARLSON, 2020).

Mais do que uma notícia falsa, mentirosa e sem fundamento, as *fake news* têm contribuído para a construção de uma cultura social e política da desinformação, ausência de senso crítico diante da veiculação de informações nas mídias e redes sociais. Desse modo, têm se tornado um campo fértil para o esvaziamento das pautas públicas e estabelecimento do pânico moral informacional em virtude da sua natureza e significados simbólicos que afetam e influenciam tanto a formação quanto a comunicação política (D’ANCONA, 2018; KAKUTANI, 2018; CARLSON, 2020).

Em sociedades em que, na maioria das vezes, as mídias digitais e redes sociais se constituem os principais meios de acesso à informação e que – portanto – às informações disseminadas por estes meios é atribuído sentido de verdade, a difusão de notícias e informações falsas através de áudios, textos, vídeos e imagens afetam o campo da comunicação, das relações sociais, a confiança nas instituições e a credibilidade das informações.

Muitas são as notícias veiculadas, principalmente nas redes sociais, que apesar de possuírem características superficiais semelhantes a informações verdadeiras, disseminam a cultura da desinformação por meio de seus conteúdos de baixa qualidade ou sem nenhum tipo de fundamentação que as subsidiem.

Por isso, não se pode perder de vista que a propagação de notícias e informações falsas pode influenciar na tomada de decisões, comportamentos, visões de mundo, posturas e escolhas. Tal disseminação representa sérios riscos à saúde e sobrevivência das sociedades democráticas, uma vez que é capaz de potencialmente manipular os sujeitos, promover o descrédito à Ciência, distorcer a realidade, naturalizar a cultura da desinformação, reforçar o monopólio das informações e suscitar a aversão dos sujeitos à participação na vida pública.

Fator que pode ser percebido nas palavras de Palfrey e Gasser (2011) ter se tornado mais latente e intensificado entre os jovens após a década de 1990, considerada o berço de nascimento da primeira geração de nativos digitais, com a expansão da internet e o acesso

cada vez mais rápido a um arsenal de informações cotidianamente, que criam novas identidades juvenis e percepções como os jovens leem, interpretam e experienciam o mundo, embora “as questões de qualidade das informações não são específicas da internet nem são características novas da era digital” (PALFREY; GASSER, 2011, p. 177)

Enquanto instrumentos estratégicos de desinformação e intencional de mobilização coletiva, as *fake news* atuam na guerra contra os fatos e desvirtuamento da verdade, constituindo-se da produção e disseminação de informações falsas (ideias, discursos e práticas) que podem influenciar na transformação social dos jovens e causar mudanças nas suas relações e percepções de aproximação, engajamento, participação e visibilidade do universo sociopolítico enquanto sujeitos sociais. Isso significa afirmar que as *fake news* têm a capacidade de criar ou “inventar” novos espaços e vivências sociais gerando um clima de dúvidas, incertezas, desconfianças e inseguranças, o que corrobora para a polarização política entre os fatos e *fake*.

Desse modo, ao trazer em pauta as interlocuções entre juventudes, formação política e *fake news*, o presente texto de abordagem qualitativa exploratória e fundamentado por revisão de literatura (DIEHL; TATIM, 2004; CRESWELL, 2010; MINAYO *et al.*, 2013), tem como objetivo refletir, por meio da revisão de literatura, o conceito de fake news, sua influência e efeitos na formação política juvenil.

Assim, subsidiado pelo objetivo que o orienta, este trabalho está organizado da seguinte maneira: inicia-se por uma *Introdução*, onde é apresentada a problemática, a justificativa do estudo, a relevância do estudo em pauta e o objetivo que o fundamenta.

A seguir, na seção “*Bios Midiático e Inteligência Artificial: o lado obscuro das Fake News*”, aborda-se o conceito de *fake news* e sua classificação, bem como a ideia de bios midiático trazida por Sodré enquanto elemento que viabiliza a compreensão da experiência humana a partir dos processos de midiatização na atualidade. Além disso, reflete sobre os desdobramentos da inteligência artificial frente à produção e disseminação de *fake news*.

Na terceira seção, intitulada “*Formação política juvenil em tempos de fake news*”, discute-se sobre o papel exercido pelas fake news na formação política dos jovens, levando em consideração as novas formas de participação e socialização política, sobretudo com o advento das mídias digitais e redes sociais.

Por último e não menos importante, são apresentadas as “*Considerações finais*” que retomam os principais pontos discutidos no trabalho, visando sistematizar as reflexões realizadas.

2. *Bios* Midiático e Inteligência Artificial: o lado obscuro das *Fake News*

Conforme Ferreira (2010), notícia é a disseminação de uma informação por meio da imprensa escrita ou falada. Isto é, o termo notícia denota uma informação ou relato sobre um acontecimento novo ou que difunde uma novidade sobre algo ou situação preexistente. Essas informações podem ser publicadas por diferentes meios e com intencionalidades diversas, como a televisão, rádio, jornais, internet e outros meios de comunicação.

As notícias são carregadas de narrativas perpassadas por intencionalidades que podem destacar a veracidade de fatos, estar a serviço da manipulação dos sujeitos por meio de informações incorretas, ou ainda, conter informações falsas passando-se como verdadeiras, notícias como essas últimas são chamadas por Tandoc Jr., Lim e Ling (2018) de *fake news*.

Os autores afirmam que as *fake news* ou notícias falsas são notícias que possuem, em sua essência, conteúdos falsos e sem fundamentos, cujo objetivo maior é manipular e induzir as pessoas ao erro. As *fake news* atingem, negativamente, a sociedade porque – além de serem informações mentirosas – têm a intenção de enganar os receptores, tornando a ação numa oportunidade aos disseminadores ao tentar passá-las como confiáveis. A prática da produção e compartilhamento de *fake news* pode resultar em situações preocupantes tanto nos pequenos quanto nos grandes cenários das sociedades.

Poubel (2017) considera que as eleições de Donald Trump nos Estados Unidos para presidente e a saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*), ambos em 2016, propiciaram um campo singular em relação às *fake news* através da internet, haja vista que a expressão passou a ser usada com mais frequência, até os dias atuais, tanto pela sociedade civil quanto pela imprensa internacional. Assim, para a autora, a disseminação de notícias falsas foram decisivas e representaram um peso significativo para o resultado das referidas campanhas.

Dados publicados pela Infobase (BRASIL, 2020) sinalizam que as *fake news* funcionam através de manchetes exageradas que têm o objetivo de provocar a atração de acessos, de informações não-confiáveis difundidas por *sites* não-confiáveis, da criação de boatos com o intuito de prejudicar alguém ou propagar ideias negativas e da formação de grupos que visam disseminar ódio, sendo que – segundo a pesquisa do Monitor de Debate Político no Meio Digital, órgão da USP (ORTELLADO; RIBEIRO, 2018) – os grupos de família no *WhatsApp* se constituem os maiores disseminadores de *fake news*.

Ainda conforme a Infobase (BRASIL, 2020), das *fake news* no Brasil, 43% das informações compartilhadas são oriundas de aplicativos de mensagens; 62% dos brasileiros já

confiaram em alguma notícia inverídica; 58% das pessoas se consideram com condições de verificar uma notícia falsa e 48,3% das notícias falsas são provenientes da região Sudeste.

Recuero e Gruzd (2019) consideram que existe um leque de caracterizações que podem ser atribuídas ao termo *fake news*. Porém, em linhas gerais, concebem as *fake news* como um fenômeno de desinformação, que têm como objetivo enganar por meio de informações falsas em sua parcialidade ou totalidade, a fim de alcançar interesses de determinadas pessoas ou grupos.

Wardle e Derakhshan (2017) partem do ângulo conceitual que as *fake news* são conteúdos perniciosos, intencionalmente adulterados ou fabricados e difundidos em grande escala, capazes de gerar “desordem informacional” por meio de uma rede comunicativa virtual complexa, implicando em processos de “poluição da informação”.

Nesse sentido, Wardle e Derakhshan (2017) caracterizam o termo *fake news* a partir de três tipos de desordem informacional, a saber:

1. *Mis-information*: quando informações desonestas ou falsas são produzidas e disseminadas sem o objetivo de provocar danos.
2. *Dis-information*: quando informações falsas são produzidas e disseminadas, de forma consciente e proposital, com o intuito de provocar danos a organizações, pessoas, grupos, países e pleitos.
3. *Mal-information*: quando, estrategicamente, informações verdadeiras ou fatos são disseminados visando provocar danos por meio de alteração nas informações, especialmente no âmbito das relações esfera privada para a pública.

Wardle (2018) classifica as *fake news* em sete categorias, segundo o quadro abaixo:

Quadro 1: Classificação das *fake news*.

Tipo	Descrição
1. Sátira ou Paródia	Não quer necessariamente causar mal, mas pode enganar o leitor.
2. Falsa Conexão	A chamada da notícia não condiz com o conteúdo apresentado.
3. Conteúdo Enganoso	Uso mentiroso de uma informação para difamar outro conteúdo ou pessoa.
4. Falso Contexto	O conteúdo é verdadeiro, mas é compartilhado com contexto falso.
5. Conteúdo Impositor	Usa-se o nome de uma pessoa ou marca, mas afirmações irreais.
6. Conteúdo Manipulado	O conteúdo verdadeiro é alterado para enganar o público.
7. Conteúdo Fabricado	Informações 100% falsas e construídas para causar algum mal e espalhar boatos.

Fonte: Wardle (2018).

Se por um lado a classificação de Wardle (2018) apresenta um leque de situações através das quais as *fake news* podem ser produzidas e reproduzidas; por outro lado, o desafio da atualidade – diante da grande disseminação de notícias, principalmente nos meios de comunicação digital – é distinguir as narrativas verdadeiras das narrativas falsas, visando o combate às *fake news*.

Esse desafio, por sua vez, emerge atualmente em virtude do aumento da centralidade e diversidade dos meios de comunicação digital, sobretudo, as mídias sociais, cujo cenário se apresenta como uma nova relação comunicativa e interacional entre os sujeitos, ao que Sodré (2013) denomina de *bios* midiático ou *bios* virtual¹⁰.

Em sua obra “*Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*”, Sodré (2013) apresenta a existência de um quarto *bios*: o *bios* midiático ou virtual enquanto elemento capaz de explicar e compreender a midiaticização¹¹ das relações e experiências humanas na sociedade “pós-industrial”, sobretudo a partir do desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação.

O quarto *bios* apresentado pelo autor ancora-se e é fruto da obra “*Ética a Nicômaco*” de Aristóteles, através da qual Sodré (2013) analisa os três gêneros de existência (*bios*) na *Polis*, que refletem diferentes modos de sociabilidade da vida humana, a saber: o *bios theoretikos* (modo do conhecimento), o *bios apolaustikos* (modo dos prazeres) e o *bios politikos* (modo da política).

Refletindo acerca de cada um desses *bios* trabalhados por Aristóteles, enquanto campos de organização da vida humana, emerge a concepção do *bios* midiático como conceito-chave para entender a sociedade atual, uma vez que – para Sodré (2013) – a mídia se apresenta como um outro estilo de vida perpassado por perspectivas tecnológicas e mercadológicas.

Esses elementos, para o autor, não foram devidamente contemplados no sistema de *bios* aristotélico, mas que também não se colocam repulsivos aos modelos de Aristóteles, haja vista que os quatro *bios* podem coexistir no mesmo plano social, desde que sua integração aconteça em esferas tecnológicas e econômicas.

¹⁰ Na visão de Sodré (2013), o “*bios* midiático” ou “*bios* virtual” diz respeito aos processos de reconfiguração da mídia enquanto esfera existencial formada, essencialmente, por informação e que busca integrar o sujeito à sociedade por meio da articulação entre economia e tecnologia.

¹¹ Nas palavras de Sodré (2013, p. 21), de cuja obra este trabalho comunga, “[...] midiaticização é uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação – a que poderíamos chamar de ‘tecnointeração’ –, caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium*”.

Sodré (2013) considera que o *bios* midiático está relacionado ao campo da comunicação e à natureza das informações que incidem diretamente nas relações sociais em suas mais diversas instâncias e instituições, sobretudo, pelo fato de estar alicerçado numa ideia de “sociedade da informação” subsidiada por interesses políticos e industriais.

Desse modo, enquanto produto e produtor de uma espécie de “espelho” midiático, o *bios* midiático “[...] não é simples cópia, reprodução ou reflexo, porque implica uma forma nova de vida, com um novo espaço e modo de interpelação coletiva dos indivíduos, portanto, outros parâmetros para a constituição das identidades pessoais” (SODRÉ, 2013, p. 23).

Para o autor, o *bios* midiático é constituído essencialmente por uma lógica comunicacional, onde operam as conexões e interfaces das tecnologias da informação, especialmente com os processos de industrialização do século XXI. Por essa razão, ele considera que o *bios* midiático não possui exatamente um território definido de modo que seja possível delimitar os espaços entre o que seria o mundo real e o mundo virtual ou ainda o que seria um modo de vida *online* e o *offline*, inclusive na perspectiva da democracia participativa e a ideia de inteligência artificial, tendo em vista que “[...] a mídia é estruturadora ou reestruturadora de percepções, cognições, funcionando como uma espécie de agenda coletiva” (SODRÉ, 2013, p. 26).

A partir de Sodré (2013), pode-se inferir que as vivências e experiências dos sujeitos, sobretudo com o advento das TDIC, têm sofrido e – ao mesmo tempo – construído influências e efeitos por meio da tecnocultura, que constrói e transforma as relações sociais dando novas interfaces aos processos de formação de consciência política dos sujeitos, em suas percepções *sobre e com* a realidade, bem como chama atenção para a intrínseca articulação entre mercado e mídia na sociedade globalizada, tendo a mídia e a comunicação como pontos-chave para compreender as novas descobertas e relações sociais para além da mídia tradicional.

Em linhas gerais, o fato

é que a tecnocultura – essa constituída por mercado e meios de comunicação, a do quarto *bios* – implica uma transformação das formas tradicionais de socialização, além de uma nova tecnologia perceptiva e mental. Implica, portanto, um novo tipo de relacionamento do indivíduo com referências concretas ou com o que se tem convencionado designar como verdade, ou seja, uma outra condição antropológica (SODRÉ, 2013, p. 27).

Nesse contexto *bios* midiático onde a tecnocultura produz modos de ser e estar no mundo, é necessário dar, cada vez mais, atenção ao que se produz nos meios de comunicação, principalmente os digitais. E, por assim afirmar, é preciso dizer que o lado positivo da

Inteligência Artificial (IA), como no campo da educação, saúde, segurança e pesquisas científicas, tem sido afetado pelo mundo sombrio, perverso e obscuro das *fake news*.

Nas palavras de Lee (2019, p. 20), “inteligência artificial é a elucidação do processo de aprendizagem humana, a quantificação do processo de pensamento humano, a explicação do comportamento humano e a compreensão do que torna a inteligência possível”.

A partir de Lee (2019), pode-se dizer que a popularização das tecnologias de IA modificou, também, as *fake news*, uma vez que a IA tem sido utilizada para fortalecer a cultura da desinformação. Através das tecnologias de IA, além do processo de disseminação de notícias falsas ter se tornado mais fácil, as *fake news* atingiram níveis mais complexos, sobretudo porque a indústria de *fake news* tem crescido e as tecnologias estão sendo utilizadas ao seu serviço.

No que diz respeito à propagação de *fake news* no campo da IA, Ruediger (2017) considera que uma das consequências da automatização de ferramentas de publicação foi o nascimento e o crescimento do número de robôs no mundo, que reverberaram no controle de contas por meio de *softwares* como se fossem pessoas, na dominação da vida humana através das redes sociais, bem como numa participação ativa em momentos de discussões políticas, por exemplo. Desse modo, o autor parte do pressuposto que há um ambiente favorável à desinformação, a internet, e *softwares* ou pessoas enviando *fake news* por meio de mídias sociais e robôs.

Assim, para Ruediger (2017, p. 06),

a internet e as redes sociais se converteram em campo importantíssimo, crescente, e dinâmico do debate público e da disputa de narrativas, que levam à busca de hegemonias na política. Essa realidade abre espaço para discussões legítimas e factuais, mas também para discursos corsários, não legítimos e não factuais (*fake news*).

O autor chama atenção que, dentre as várias esferas de atuação das *fake news* via IA, na perspectiva político-partidária por exemplo, os robôs têm sido utilizados como fortes aliados de fortalecimento partidário, cuja ação não se resume apenas à conquista de adeptos e simpatizantes, mas também está articulada a ataques contra adversários e à construção de narrativas idôneas e superficiais.

Uma vez a serviço das *fake news*, os robôs, assim como as pessoas através das redes sociais, atuam como máquinas que funcionam em larga escala na disseminação de notícias falsas capazes de manipular os debates e influenciar a opinião pública (MELLO, 2020). Um dos exemplos mais comuns na atualidade é produção de *hashtags*, cuja promoção em massa de postagens automatizadas pode incidir nos debates públicos e, conseqüentemente, obstruir o

real conhecimento sobre algum fato, fenômeno ou acontecimento de natureza social, política, econômica e cultural.

Nesse sentido, pensando nos processos de formação política e participação política dos sujeitos dentro do campo da política do cotidiano e da política institucionalizada, as reflexões acerca da IA associada à evolução das *fake news* partem do princípio que:

o crescimento da ação concertada de robôs representa, portanto, uma ameaça real para o debate público, representando riscos, no limite, à democracia, ao manipular o processo de formação de consensos na esfera pública e de seleção de representantes e agendas de governo que podem definir o futuro do país (RUEDIGER, 2017, p. 07).

A fala de Ruediger (2017) reforça Lee (2019) e Sumpter (2019) quando chamam atenção que os algoritmos controlam a vida humana e os robôs têm transformado o mundo, de maneira que – dada a importância da IA em seus aspectos benéficos – não há como negar que a IA tem se tornado a cada dia mais sofisticada e, com isso, tem desenvolvido estruturas que possuem a capacidade de replicar o padrão humano, cada vez mais, com precisão.

Se por um lado, Ruediger (2017) aponta a automação da informação como um dos adversários oriundos da IA, haja vista que *softwares* assumem a capacidade [capazes] de, automaticamente, produzir *fake news* que apresentam características autênticas. Por outro lado, e sem desprezar a perspectiva de Ruediger (2017), os infográficos da Infobase (BRASIL, 2020) apontam que uma das grandes evoluções das *fake news* na atualidade é a criação das *deepfakes* (falsificações profundas)¹², que se constituem em imagens, sons e vídeos que possuem características de autenticidade e veracidade, mas que não o são.

As *deepfakes*, enquanto uma técnica que usa IA com o objetivo de criar imagens e vídeos através da manipulação de áudios, expressões faciais e rostos, tem se tornando uma prática comum graças ao desenvolvimento tecnológico, sobretudo no campo da IA. Em linhas gerais, as *deepfakes* são considerados uma forma de IA, denominada aprendizado de máquina, capaz de produzir falsificações muito semelhantes ao real com base num banco de dados.

Essa produção, por sua vez, acontece através de estudos realizados sobre os padrões existentes em sons, fotos e vídeos, o que torna possível a substituição de rostos, as alterações de falas gravadas, assim como outras variações (SÁ, 2019). Isso quer dizer que, para produzir um vídeo de *deepfake* de alguém, é necessário que o sistema seja alimentado com vídeos e fotos nos quais a pessoa aparece. Quanto maior a quantidade de materiais, maiores as possibilidades de alcançar um resultado satisfatório.

A partir do treino com o material disponibilizado, a IA aprende o comportamento da pessoa e começa a reconhecer seus padrões de movimento, aspectos da voz e do rosto, assim como outras características. No Brasil, Manuela D'Ávila, por exemplo, foi alvo de *deepfakes* nas eleições de 2018, quando concorreu à vice-presidência do país na chapa do Partido dos Trabalhadores (PT) (BRASIL, 2020).

A Infobase (BRASIL, 2020, p. 01) afirma que:

no contexto político, a popularização dos deepfakes e de ferramentas para alterar vídeos e imagens de forma simples está afetando a confiança do público em diferentes instituições. 68% dos americanos dizem que a desinformação afeta sua confiança no governo. 50% deles acreditam que as *fake news* são um problema tão grande para o país quanto o terrorismo ou racismo.

Dessa maneira, o exercício de distinguir a informação real da manipulada é um desafio nos processos de análises da vida política e social, uma vez que a tomada de decisões e escolhas dos sujeitos podem ser definidas pelo conjunto de informações que recebem e as análises que fazem; o que implica dizer que a ancoragem da agenda pública – com reverberações na vida privada – deve estar em informações qualificadas.

3. Formação política juvenil em tempos de *fake news*

Falar em formação política juvenil implica considerar sua intrínseca relação com as questões que tecem a conjuntura da participação da juventude no cenário político tanto do cotidiano quanto institucionalizado, cuja construção do conhecimento sobre o tema vai da participação importante do jovem como idealizador (especialmente a juventude ativista) à visão construída sobre os mesmos como baderneiros, desordeiros, inconstantes, despreparados e desocupados (PAIS, 2006; DAYRELL, 2007; ALMEIDA, 2008; ALBUQUERQUE, 2012; DAYRELL, MOREIRA; STENGEL, 2011).

O processo de formação política juvenil brasileira não ocorre distante do seu contexto histórico e cultural, visto que, conforme Castro e Abramovay (2009, p. 39):

é diagnosticado em diversas pesquisas sobre juventude no Brasil, que o interesse e a participação dos jovens na vida pública não se esvaziou [...] ainda que os contextos sociais e econômicos estejam cada vez mais cedo encurralando jovens para o precário mercado de trabalho, tomando o tempo livre para agrupamentos; ainda que a mídia comercial tenda a manipular as muitas formas de resistência num disfarçado teatro de felicidade obtida simplesmente pelo consumo de apetrechos, os jovens vêm se mostrando bastante adaptáveis e adaptadores dessas condições. Ou seja, novas são as motivações objetivas que inibem o processo de participação juvenil, porém, muitas são as adaptações e mutações, engendradas pelos jovens, que favorecem os processos de participação.

A fala das autoras serve como ponto de partida para pensar que desde à sua participação política à sua formação como sujeito político, os jovens precisam passar pelo processo de superação e rejeição do estigma de sujeitos politicamente desarticulados, alienados, desinformados, ingênuos, imaturos, apaixonados, inconstantes e incapazes.

Por isso, a necessidade e importância de pensar o termo juventude em sua pluralidade (juventudes) como construção espaço-temporal oriunda das teorias sobre juventudes nascidas em diferentes sociedades, o que reforça a natureza plural, histórica e sociotemporal da relação entre juventude e política, assim como a ascendência de novos rearranjos na arena dos movimentos sociais, nos grupos de sociabilidades e a participação dos jovens na era global-digital (BOURDIEU, 2003; GOHN; BRINGEL, 2014).

Desse modo, as implicações das *fake news* no campo da formação política juvenil devem ser vistas pelo prisma que o acesso e as maneiras com que os jovens lidam e relacionam-se com as informações e as mídias digitais na atualidade variam de uma juventude para outra, tendo em vista que ser jovem das classes A e B é diferente de ser jovem das classes D e E.

O mosaico de possibilidades de acesso a informações e construção das visões políticas dos jovens da cidade (zona urbana), por exemplo, se dá em contextos diferentes, que expressam a multiplicidade de modos com que os jovens constroem e internalizam seus repertórios de formação política, modelam seus níveis de comunicação e condições de participação política (CASTELLS, 2003, 2017).

Isso, por sua vez, solicita uma reconstrução das sociedades e instituições democráticas diante dos desafios trazidos *pela e para a* sociedade em rede digital, a exemplo das *fake news* que podem afetar a ordem cultural, política, econômica e social desta e das próximas gerações.

Tomando como base a perspectiva histórica de estudos sobre gerações, como aqueles desenvolvidos por Dayrell (2013) e Foracchi (2018), o termo “juventudes” assume caráter social, epistemológico, cultural, ideológico e político de grande relevância nos atuais debates tanto no que diz respeito ao campo teórico quanto às implicações de ordem pública que permeiam a condição juvenil e o próprio conceito de geração dentro das teorias sobre juventudes.

Sem perder de vista que a formação política dos jovens ocorre em territórios concretos de interação, como o *bios* midiático apontado por Sodré (2013) – por exemplo, para Feixa e Leccardi (2010), o conceito de geração é caracterizado por três momentos históricos articulados aos seus respectivos cenários políticos, a saber:

Durante os anos 1920, no período entre guerras, as bases filosóficas são formuladas em torno da noção de “revezamento geracional” (sucessão e coexistência de gerações), existindo um consenso geral sobre este aspecto [...] Durante os anos 1960, na época do protesto, uma teoria em torno da noção de “problema geracional” (e conflito geracional) é fundamentada sobre a teoria do conflito [...] A partir de meados dos anos 1990, com a emergência da sociedade em rede, surge uma nova teoria em torno da noção de “sobreposição geracional”. Isto corresponde à situação em que os jovens são mais habilidosos do que as gerações anteriores em um centro de inovação para a sociedade: a tecnologia digital (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 185-186).

Os escritos dos autores no tocante ao conceito de geração dentro das teorias sobre juventudes permite perceber que a reflexão sobre a formação política das juventudes perpassa por concebê-la como processo de livre escolha implicado com a capacidade de decidir dos jovens.

Essa capacidade, por sua vez, é construída a partir dos seus processos de socialização política, sociabilidades e os meios de interação existentes – como os tecnológicos – enquanto instrumentos propulsores à problematização da realidade e promoção de transformações sociais, políticas, culturais, econômicas e ideológicas.

Por outro lado, pesquisa realizada por Ravelo-Medina e Radovic-Sendra (2018) sobre representações políticas e os sentidos que os jovens atribuem à sua formação político-cidadã chama a atenção para o distanciamento entre os jovens e a política institucional. Esse distanciamento reverbera no espaço e tempo sociais em diferentes maneiras de participação política juvenil, conforme os processos de formação política que os jovens acessaram como vias que poderão torná-los críticos e conscientes do seu papel enquanto sujeitos sociais, políticos, históricos e culturais.

Nesse sentido, coloca-se em questão que a formação política juvenil possui um caráter espaço-temporal, pois falar desta formação perpassa pelo entendimento que o jovem do século XXI é diferente do jovem dos séculos XIX e XX. Cada qual à sua época viveram e vivem contextos sociais e conflitos políticos forjados em campos diferentes.

Os instrumentos e mecanismos de politização desta geração não são os mesmos das gerações anteriores. Os processos de produção, veiculação e difusão das informações não se dão nos mesmos tempos e espaços, o que solicita dos jovens outros posicionamentos e relações quanto aos desafios e anseios sociais, principalmente com o desenvolvimento das TDIC e a maior inserção dos jovens na vida pública, constituindo inclusive como demarcadores de conflitos geracionais (FORACCHI, 2018; MAUNA-RIVERA; JIMÉNEZ-LÓPEZ; GALAK, 2020).

É possível afirmar a estreita relação entre o desenvolvimento científico-tecnológico das sociedades e a formação política juvenil à medida que a construção das subjetividades e identidades políticas dos jovens do século XXI não se dão na mesma plataforma social, política, ideológica e cultural dos jovens dos séculos XIX e XX (CASTELLS, 2018).

Há a existência de um novo elemento que, fortemente, caracteriza mudanças na construção da formação política e participação política das juventudes: o uso das mídias digitais e redes sociais como fontes coletivas de informação, interação, compartilhamento de ideias, manifestação pública e exposição da vida pública e privada (GOHN, 2014; CAMPOS, PEREIRA; SIMÕES, 2016).

O momento histórico-social que as sociedades têm experienciado, principalmente a brasileira, se configura por novas estruturas de formação política e estratégias de participação, que apontam para uma nova ecologia relacional das juventudes. Em seus contextos políticos, sociais e culturais, do acesso à internet à difusão de informações, o que há de comum entre as diferentes juventudes na atualidade é o fato que as *fake news* assumem a condição de instrumentos estratégicos de mobilização que giram entorno de pautas conservadoras. Cujas pautas, historicamente, não estariam próximas à atuação de uma juventude contestadora, bem como de desinformação por meio das mídias digitais e redes sociais com implicações diretas no processo de participação política juvenil.

Além disso, as *fake news* incidem sobre a possibilidade de enfraquecimento e morte dos movimentos sociais juvenis enquanto redes democráticas de indignação, reivindicação e esperança na era da internet (BABO, 2017; LÉVY, 2017; SANTAELLA, 2017). Desse modo, o contato com as *fake news*, ainda que a mentira no seio da política não seja própria do tempo presente, coloca em cena uma nova ecologia relacional dos jovens com os sistemas democráticos.

Moroni (2021) chama atenção que um dos efeitos atuais provenientes das redes sociais virtuais tem sido a “colonialidade de mentes” pela via do colonialismo digital Kwet (2021), que por meio das tecnologias digitais da informação e comunicação encontram terreno fértil para a disseminação de *fake news*.

Nas palavras da autora e apoiando-se em Dascal (2009), a colonialidade de mentes

é um tipo de violência epistêmica caracterizada como transmissão e modificação de sistemas sociais e de hábitos de pensamentos, tais como família, linguagem, religião, ciência, educação, ideologia, mídia e agrupamentos políticos, os quais disseminam formas de imposição do pensamento e ação do colonizador (MORONI, 2021, p. 360).

Na perspectiva de Moroni (2021) a colonialidade de mentes por meio do fenômeno das *fake news*, como um processo que incide sobre a formação dos sujeitos, se dá através do esvaziamento do pensamento crítico, do atrofiamento da capacidade de refletir sobre as informações e da falta de aprofundamento sobre o sentido das coisas e acontecimentos, cujas mídias digitais e redes sociais virtuais atuam como ferramentas e autoridades epistêmicas que possibilitam a disseminação de *fake news*.

Ainda de acordo com Moroni (2021, p. 366), ao refletir sobre o caráter potencial de influência das *fake news* nas relações humanas, é preciso levar em conta que:

o discurso constituído por *fake news* cria e alimenta crenças alienantes que minam a percepção das relações sociais e da realidade, alcançando uma imensa quantidade de pessoas já que, segundo pesquisas, a grande maioria dos usuários do *Facebook* e *whatsApp* (comprado pelo *Facebook*, em 2014) leem notícias através da *timeline* do *facebook* e pelo *WhatsApp*.

Nesse sentido, compreender o fenômeno das *fake news* à luz da colonialidade de mentes entrelaçando aos estudos sobre juventudes, formação e participação políticas significa partir do princípio que os jovens, enquanto nativos digitais, são sujeitos políticos e históricos. E, por assim afirmar, o colonialismo pode ser entendido como uma dominação geográfica, econômica, cultural, ideológica e política daqueles que detêm o poder sobre a informação ou, ainda, maior prevalência sobre os meios de comunicação e informação (SANTOS, 2018).

Dito isto, com base nos estudos desenvolvidos por Novaes em 2006 e Santaella em 2017, é evidente que os jovens da atualidade possuem um arsenal de instrumentos tecnológicos que possibilitam maior proporção de estratégias políticas, acesso e difusão de informações de maneira muito rápida por meio das TDIC.

Atualmente, as mídias digitais e redes sociais viabilizam tanto a comunicação quanto a gestão das informações, impulsionando a formação política das juventudes frente às novas relações sociais, políticas, culturais, ideológicas e econômicas, se consideradas em relação às juventudes das sociedades antecessoras ao século XXI.

Comparando os subsídios tecnológicos de informação e comunicação existentes há mais de 10 anos em relação aos do Século XXI, se por um lado Lévy (2017, p. 29) mencionou que “o *médium digital* do início do século XXI se caracteriza por uma possibilidade de expressão pública, de interconexão sem fronteiras e de acesso à informação sem precedentes na história humana”, transformando de maneira radical as relações na esfera pública com fortes consequências no âmbito político e na formação dos sujeitos.

Por outro lado, Novaes em 2006 já vislumbrava um horizonte no qual o ecossistema das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) desempenharia um papel

fundamental como instrumento potencial à formação política de novos sujeitos conforme o próprio dinamismo das sociedades, especialmente entre os jovens:

a condição juvenil – como etapa da vida que se situa entre a proteção socialmente exigida para a infância e a emancipação esperada na vida adulta – tem suas especificidades. Isso porque a experiência geracional é inédita, já que a juventude é vivenciada em diferentes contextos históricos, e a história não se repete. Dessa forma, para pensar a condição juvenil contemporânea, devemos que considerar a rapidez e as características das mudanças no mundo de hoje. Por um lado, houve uma ampliação das agências socializadoras da juventude que extrapolam o âmbito da família e da escola, implicam o aumento do espaço de influência dos meios de comunicação e a presença da Internet. A inovação tecnológica tem aproximado jovens de mundos diferentes (NOVAES, 2006, p. 119-120).

Mais de uma década após a fala de Novaes (2006) e diante da potencialidade tecnológica como âncora política, Barros (2018) – por meio de sua pesquisa e análise acerca do comportamento político dos eleitores jovens nas eleições municipais de 2016 no Brasil – chama a atenção para o baixo envolvimento político juvenil, a falta de motivação e interesse perante as agendas políticas. Bem como, a apática participação política na vida pública e a insatisfação dos jovens com a política local, o que contribui – a partir do estudo desenvolvido pelo autor – para que os jovens votem em branco ou nulo como forma de protesto.

No que tange ao desencanto juvenil com a política, a pesquisa publicada pelo Ibase em 2005 (RIBEIRO; LÂNES; CARRANO, 2005) aponta que o desencanto dos jovens diz respeito à descrença com os formatos tradicionais de se fazer política na esfera institucionalizada, reflexo – inclusive – de uma visão errônea e reducionista construída socialmente que centra a ideia de “política” apenas à “institucionalidade política”.

Dessa maneira, a pesquisa do Ibase (RIBEIRO; LÂNES; CARRANO, 2005) sinaliza que, embora haja descrença em relação às formas da política convencional, os jovens não desacreditam da política em sua essência cotidiana e da potencialidade presente nos processos de participação.

A pesquisa chama atenção que, além de ser pouco atrativa a participação político-partidária – sobretudo para os jovens de classes populares e com menos escolaridade, “os jovens brasileiros têm emitido sinais, mais ou menos visíveis, da negação frente a formas tradicionais de participação, tais como as que se expressam pela filiação a partidos, sindicatos e organizações estudantis” (RIBEIRO; LÂNES; CARRANO, 2005, p. 09).

A aposta dos jovens em novas formas, temas e pautas de participação através das quais têm se mobilizado na esfera pública elucida a própria crise dos modelos tradicionais tanto de participação quanto de socialização política, razão pela qual ainda há – nos jovens –

expectativas da reinvenção e criatividade de novas formas de participação (RIBEIRO; LÂNES; CARRANO, 2005; SANTOS, 2016; AVRITZER, 2018).

As novas formas de participação e socialização política se articulam com os processos de formação política dos jovens na atualidade, que se caracterizam por um cenário desafiador frente às TDIC. Atrelado a isso, há a crise do jornalismo que faz com que a imprensa, por vezes, recorra ao partidarismo, sensacionalismo e uma série de práticas visando manter audiência a todo o custo, ao mesmo tempo em que luta para recuperar sua credibilidade diante da cultura da desinformação que tem atingido de forma mais intensa as sociedades.

“Desde a década de 1960, tem ocorrido uma queda progressiva da confiança nas instituições e narrativas oficiais” (KAKUTANI, 2018). O conceito de verdade, frente à manipulação da opinião pública e pensamento crítico por meio das *fake news*, vem passando por um momento de abalo perante a coexistência dos fatos e opiniões que circulam e coabitam os mesmos espaços digitais.

É inegável que as *fake news* representam riscos à sobrevivência e fortalecimento da democracia em tempos nos quais as mídias digitais e as redes sociais revolucionaram as formas de comunicação, as relações com os conhecimentos, o tratamento dado às informações, o nível de credibilidade da política e os modelos de participação política em suas esferas de midiatização (SODRÉ, 2013; CASTELLS, 2015; INNERARITY, 2017; SANTOS, 2019; MARTIN-BARBERO, 2021).

Com isso, não se quer afirmar que as mídias digitais e redes sociais representem o mal do século XXI e o bojo dos problemas relacionados à produção de informações e comunicação social. No entanto, o que essas mídias e redes trazem como desafio à formação política das juventudes é a necessidade de um novo tipo de educação: a educação virtual na perspectiva da construção e exercício do senso crítico e da literacia digital perante as chamadas *fake news*.

Pensar a respeito da educação virtual significa, também, tomar como base os pressupostos trazidos por Sodré (2013) acerca do *bios* midiático no universo da tecnocultura e por Martin-Barbero (2021) sobre os processos de media o das tecnicidades nas sociabilidades juvenis, que vislumbram novos sensórios perceptivos associados a processos formativos dos sujeitos.

Essa perspectiva, por sua vez, revela a necessidade de reorganiza o das sociedades a fim de oferecer às gera es uma alfabetiza o informacional e midiática consistente que forneçam subsídios aos jovens para lidarem e interpretarem o grande volume de produ o e difusão de informa es (FREIRE; GUIMARÃES, 2013).

A viralização de notícias e informações falsas implicam na falta ou diminuição da confiança dos usuários nas mídias tanto tradicionais quanto digitais, devido inclusive ao processo limitado de acesso e alfabetização digital em que estão imersos (MASON, KRUTKA; STODDARD, 2018; CHERNER; CURRY, 2019; KWANDA; LIN, 2020).

Não há dúvidas que essa “educação” tem sido cada vez mais essencial nas mais diversas instâncias das sociedades como uma das possíveis estratégias de enfrentamento e combate às *fake news* que causam desinformação, calúnias e desvirtuam –exponencialmente – os fatos e debates públicos em especial no âmbito da política-partidária que tem fortes reverberações na política do cotidiano, como aconteceu em 2016 nas eleições norte-americanas e, em 2018, nas eleições brasileiras (POUBEL, 2017; ROSENZWEIG, 2017; RUEDIGER, 2017; CRUVINEL, 2018; RAIS, 2018; CRUZ, 2019; DI FÁTIMA, 2019; CARLSON, 2020).

Sem dúvidas,

a geopolítica na era digital é complexa [...] O mau uso das ferramentas digitais pelo Estado é um risco. Mas ignorar essas ferramentas também pode ser [...] A tecnologia tem um gume que empodera, questiona, debate e exige mudanças. E tem outro, tão cortante quanto, que espetaculariza, manipula e obscurece a realidade (REIS, 2018, p. 26, 33).

Ao mesmo tempo, as *fake news* colocam em xeque a validade e o real sentido da liberdade de expressão na contemporaneidade, tendo em vista que assumiram certa posição de protagonismo no ambiente das mídias digitais e redes sociais. As *fake news* encontram na falsa ideia do anonimato e da “invisibilidade” terreno fértil para o fortalecimento sistemático da cultura da desinformação, numa atuação em que não pode ser confundida liberdade de expressão com discurso prejudicial.

Aliada à difusão massiva de informações falsas e conteúdos imprecisos, a desinformação enfraquece a democracia, promove extremismos, podendo comprometer o futuro desta e das próximas gerações à medida que desnorteiam a formação crítica, reflexiva, autônoma e investigativa dos sujeitos, inclusive gerando polarizações e adesões entre a verdade e a mentira, entre a ciência e o senso comum (BARBOSA, 2019; FAUSTINO, 2019; NEVES; BORGES, 2020).

Por isso, refletir sobre as implicações das *fake news* na formação política das juventudes é partir do pressuposto que as *fake news* é um fato social. Uma de suas maiores implicações diz respeito à sua constituição enquanto fenômeno que exerce influência no campo de decisões e escolhas sociais, onde estão inseridos os jovens como sujeitos sociais, políticos e culturais.

Não há como negar que as notícias e informações falsas, como maiores expressões da cultura da desinformação, se constituem instrumentos de poder utilizados por sujeitos das mais diversas faixas etárias, inclusive jovens. Quanto a este íterim, destaca-se que – em sua obra “*A máquina do ódio*” – Mello (2020) traz indícios que os jovens não constituem a grande massa responsável pela produção e compartilhamento de *fake news*. Entretanto, esse aspecto não anula o fato que os jovens, também, são receptores de *fake news* nas suas mais variadas modalidades através dos seus trânsitos de socialização e sociabilidades.

Por assim dizer, a falta de compromisso com a fonte de informação ou, ainda, com a própria ausência de veracidade da informação se constituem fatores preponderantes à possibilidade de exercício abusivo e enganoso da liberdade de expressão e distanciamento com a verdade (HORBACH, 2019; MACEDO JÚNIOR, 2019).

Logicamente que “o problema e as controvérsias da mentira são bem antigos, mas quando as práticas mais antigas alcançam alta velocidade e produção em massa, novos desafios são criados, e assim, parece ter nascido um dos principais desafios do cotidiano: as *fake news* como um fenômeno de desinformação” (RAIS, 2018, p. 09).

A fala de Rais (2018), em diálogo com Horbach (2019), reforça a percepção que as tecnologias e o próprio desenvolvimento das ciências da informação têm sido utilizados, também e erroneamente, para construir dentro das sociedades democráticas a cultura da desinformação alicerçada e propagada pelas *fake news*. Nesse sentido, o termo “*fake news*” demarca um campo específico de distorção dos fatos, negação das verdades, disseminação de notícias falsas e produção de realidades moldadas conforme interesses manipuladores (PEREIRA; GUNDIM, 2018; MELLO, 2020).

A internet, via de regra, “[...] se constitui em uma das maiores quebras de fronteiras em face das possibilidades de democratizar as informações. Com efeito, com o advento da internet, as redes sociais se conformaram em um instrumento de liberdade de expressão com forte impacto social” (PIRES; PIRES, 2018, p. 91).

Há que se considerar que a produção e disseminação de notícias e informações falsas não é um fenômeno original desta era nem das mídias digitais. As notícias falsas (visando mentiras, calúnias, difamações, desestabilização política e mobilização coletiva inversa – não pelos fatos, mas pelas emoções e jogos de interesses) sempre existiram nos mais diversos meios de comunicação e nas relações de cunho político, sobretudo na política-partidária:

Os políticos, afinal, mentem desde o início dos tempos [...] A novidade não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso. A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à convivência. A mentira é considerada regra, e não exceção, mesmo em democracias (D’ANCONA, 2018, p. 34).

Pelas palavras do autor, é perceptível que a forte presença de mentiras utilizadas no meio político não é uma prática e estratégia nova, principalmente na política-partidária; razão pela qual, para muitos jovens, o assunto política caiu no descrédito e já não há esperanças que as autoridades públicas e políticas tenham compromisso com a verdade, enquanto atributo essencial e requerido ao exercício do cargo, pouco a pouco parece que a verdade vai definhando e as emoções vão tomando o lugar dos fatos (RAVELO-MEDINA; RADOVIC-SENDRA; 2018).

A principal diferença desta época para as anteriores, é que atualmente a Internet assume o lugar de espaço em rede de maior acesso, difusão e – na maioria das vezes – de grande legitimidade dada às informações, calúnias, difamações e mentiras (HORBACH, 2019; NEVES; BORGES, 2020).

Estudo desenvolvido por pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (VOSOUGHI; ROY; RAL, 2018), uma das maiores referências no campo de estudos sobre as *fake news*, constatou que a propagação de notícias falsas por meio de uma rede social possui cerca de 70% de possibilidade de ser mais disseminada em relação a uma notícia verdadeira. De acordo com a pesquisa, a ocorrência desse fenômeno está muito associada à estrutura criativa e inovadora que as notícias falsas trazem em sua constituição.

A Internet, principalmente com o advento das mídias digitais e redes sociais, potencializou significativamente as possibilidades de difusão de informações positivas e negativas (D'ANCONA, 2018; SUMPTER, 2019). No entanto, o novo e diferente que as relações com esses espaços cibernéticos trazem comparados aos meios de comunicação mais antigos, como os jornais, a televisão e o rádio, é o fato que - quando se fala em *fake news* – está se tratando de difamação e propagação de mentiras para além de um veículo de informação.

Se em épocas passadas, o acesso aos meios de comunicação de maior veiculação se dava pelo poder econômico ou, ainda, pelo grau de influência que os sujeitos tinham, agora possuindo o conhecimento necessário para o uso das ferramentas, os sujeitos têm ao seu dispor uma gama de ciberespaços com multimídias para atribuírem às suas mentiras o teor de verdade.

Entretanto, é aí que mora o grande perigo, pois as *fake news* não se trata de uma questão de “modinha”. Por isso, “a questão não é se as *fake news* existem ou não. Há poucas dúvidas a respeito. A questão é o quanto elas influenciam nossos pontos de vista políticos” (SUMPTER, 2019, p. 179), tendo em vista que desinformação e *fake news* se tornaram fortes aliados nas relações sociais e políticas.

É preciso atentar-se para as armadilhas e intencionalidades que elas trazem e que incidem sobre a formação política dos sujeitos visando a mobilização coletiva em massa através do fortalecimento e divulgação de informações falsas como se fossem verdadeiras, onde a desinformação é vista como uma espécie de poluição cibernética em rede (RAIS, 2018).

A arena de produção das *fake news* não é neutra, imparcial nem despretensiosa. Ela objetiva atender aos anseios de determinados grupos e atingir públicos em massa; razão pela qual acredita-se na existência de uma “indústria” de *fake news*, que se nutre de dinheiro e poder (MELLO, 2020).

Branco (2017, p. 60) adverte que:

[...] os criadores de notícias falsas conseguem arrecadar somas nada desprezíveis por conta do compartilhamento e dos cliques que as notícias recebem. A Folha de S. Paulo publicou interessante matéria acerca do assunto em fevereiro de 2017. Segundo a reportagem, “profissionais do mercado publicitário [...] estimaram que os anúncios do site rendam de R\$ 100 mil a R\$ 150 mil por mês, dos quais até 50% ficariam com o intermediário e o restante com o dono do site”³⁹. Trata-se, portanto, de um negócio lucrativo – o que ajuda a explicar, em parte, o fenômeno.

As intencionalidades e conteúdos das notícias e informações falsas podem variar de um espaço para outro, de um país para outro, de acordo com as territorialidades onde as *fake news* “nascem” e “reproduzem-se”, conforme apontou estudo comparativo desenvolvido por Humprecht (2018) acerca da produção e disseminação de notícias falsas em quatro democracias do mundo Ocidental (Alemanha, Áustria, EUA e Reino Unido).

Esse poder, por sua vez, não está ligado apenas aos veículos de comunicação e às tecnologias, mas compreende esses meios como caminhos viáveis ao exercício de poder majoritário sobre a produção de conhecimentos, a difusão de informações, ao domínio de corpos e mentes dos sujeitos.

Epistemologicamente, o conhecimento representa um artifício de poder. Por isso, o tácito conhecimento dos fatos gera emancipação e transformação humana, social, política, econômica, cultural, ideológica e, portanto, contrapõe-se ao fortalecimento da desinformação e elucida as diferenças entre eles (HUMPRECHT, 2018; RAIS, 2018).

Nessa perspectiva, Branco (2017, p. 54) – em seu texto “*Fake news* e os caminhos para fora da bolha” – diz que:

[...] O problema mais alarmante que se põe hoje é de outra ordem. Trata-se, mais amplamente, de compreensão do mundo. Não apenas da matéria de que ele é feito, mas também das engrenagens que o regem. Trata-se de discutir políticas públicas, cultura, direito, moral, arte, regulação, ética, tudo aquilo

de que precisamos para criar coletivamente um mundo melhor. E é justamente neste particular que nosso uso da internet [...] está falhando de modo miserável.

Daí, é preciso suscitar alguns questionamentos: A quem servem as *fake news*? Quem financia sua “indústria” e quais seus objetivos? Que efeitos sociopolíticos as *fake news* produzem? De que modo as *fake news* podem influenciar na formação política dos jovens? Como as *fake news* atuam como instrumentos de mobilização coletiva no meio político? Que desafios as *fake news* trazem aos militantes, principalmente aos ativistas digitais? Quanto elas influenciam nossos pontos de vista políticos?

Esses questionamentos, por sua vez, colocam em evidência que as *fake news* contribuem para a morte das democracias à medida que desoxigenam as relações democráticas e interpessoais que incidem diretamente sobre a formação política das novas gerações. Tal incidência pode comprometer o pleno exercício da cidadania, o desenvolvimento intelectual dos sujeitos e contribuir para a construção de sociedades nas quais os jovens participem cada vez menos da vida pública, posicionem-se criticamente e compreendam política para além da ideia partidária ou não a percebam fora dos extremismos partidários (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Por isso, a disseminação de notícias e informações falsas implica num grande risco à sobrevivência da democracia no tempo presente e futuro à medida que os jovens mantêm contato inédito com essa nova configuração social mediada pelas mídias digitais e redes sociais que se transformaram em terrenos férteis para a propagação de notícias e informações falsas.

Através desse contato, os jovens constroem suas representações e referências sociais. As *fake news*, nesse sentido, representam perigo e ataque à formação política desta geração e, conseqüentemente, à democracia, haja vista que corroboram – por exemplo – para intensificar a falta ou redução da confiança na política institucionalizada, nos meios e organizações oficiais de comunicação (DUFFY; TANDOC; LING, 2019; KWANDA; LIN, 2020).

É no contexto de crise da democracia que, especialmente nos países onde o sistema democrático se encontra em vertigem como o Brasil, as diferentes formas de participação política dos jovens como reflexos dos seus processos de socialização, sociabilidades e formação política assumem a condição de elementos essenciais para a reflexão e percepção acerca das práticas de participação política frente a dispositivos legais, a exemplo de leis e emendas, que – por vezes – atuam como agentes regulatórios dos processos de participação política juvenil (BESSANT, 2016).

Nessa perspectiva, Uribe-Zapata (2019), ao refletir sobre as novas práticas cidadãs juvenis emergentes da cultura digital, assinala que as tecnologias digitais desafiam as formas clássicas de participação e interação dos jovens na sociedade, ao mesmo tempo que se apresentam como plataformas emergentes de outros modos de formação e organização coletiva juvenil.

Não é novidade que as redes sociais digitais (como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Youtube* e *WhatsApp*) se constituem como ciberespaços de maior circulação de informações e que, de um modo ou de outro, acabam se tornando lugares de formação política e de acesso aos mais diferentes conteúdos para os jovens.

No entanto, há que se questionar quais as fontes de informação que são acessadas pelos jovens, como eles selecionam essas fontes, que interesses balizam suas escolhas e, principalmente, quais critérios subsidiam seus julgamentos acerca das informações (ACOSTA-SILVA; MUÑOZ, 2012).

Pesquisa desenvolvida por Neves e Borges (2020) chama atenção que no cenário de desafios oriundos das relações entre *fake news*, mídias digitais e redes sociais,

os mais jovens parecem ser mais suscetíveis à desinformação, seja porque estão mais expostos aos conteúdos digitais – e todas suas benesses e mazelas, seja porque o sistema educacional brasileiro, em geral, não contempla a alfabetização midiática e informacional; de sorte que cuidados como privacidade, segurança da informação e reflexão crítica acabam sendo desenvolvidos mais pela experiência da maturidade que por uma formação formal (NEVES; BORGES, 2020, p. 20).

Importante destacar que superar o caráter nocivo das implicações das *fake news* perpassa pela mudança de postura e comportamento dos jovens frente à produção, propagação e acesso a informações. É urgente que o sentimento de indiferença perante as informações recebidas dê lugar ao senso crítico, à pesquisa e investigação quanto à qualidade da fonte primária das informações.

Por outro lado, sabe-se que em sociedades marcadas por sérios problemas de desigualdades sociais atreladas ao campo da educação e da inclusão digital como é o caso do Brasil, por exemplo, algumas realidades não permitem ou não oferecem as condições necessárias, inclusive de capital cultural e social (NOGUEIRA; CATANI, 2007; BOURDIEU; PASSERON, 2008), para que os jovens-receptores possam filtrar a natureza das informações e a veracidade dos conteúdos.

Não há como desvincular o rompimento do caráter nocivo das *fake news* aos fatores de ordem social, cultural e econômica, uma vez que – de acordo com dados da pesquisa desenvolvida pela TIC Domicílios (BRASIL, 2019) – as diferenças de exclusão e segregação

digital em que estão imersos, também, os jovens brasileiros são perceptíveis quando de um lado 96,5% das casas pertencentes às classes A e B possuem sinal de internet e, do outro lado, 59% das casas de classes D e E não possuem condições mínimas de navegação à rede de internet.

Esses números, segundo pesquisa divulgada em 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tornam mais evidente ainda o cenário de desigualdades sociais, tecnológicas, culturais e digitais onde estão inseridos os jovens brasileiros quando comparado o fato de 41% das pessoas que moram no campo (zona rural) possuírem conexão à internet, contrária e desigualmente a 80,1% das pessoas que residem na cidade (zona urbana).

A este respeito e nos casos em que as condições sócio-estruturais e o capital cultural permitem, Cruvinel (2018) chama a atenção para a postura dos sujeitos diante das informações, assim como aos custos inerentes à qualidade da produção e difusão de informações:

O acesso a informações selecionadas e de boa qualidade demanda, portanto, uma postura ativa do receptor para buscá-las nas fontes mais confiáveis, refletir e analisar criticamente todo o conteúdo que lhe é apresentado como novo. Entretanto, tal procedimento demanda ao interessado um custo significativo, que pode ser desdobrado nas seguintes espécies: (a) custo do acesso à informação; (b) custo do tempo para que a informação seja apreendida e assimilada; e (c) custo cognitivo para compreender em profundidade o significado da informação (CRUVINEL, 2018, p. 208).

Para Cruvinel (2018), a falta de observância a estas espécies de custo no tratamento à informação (acesso, tempo e cognição) pode favorecer à formação de um terreno fértil à difusão de notícias falsas e ao pessimismo quanto à credibilidade das relações políticas. Por isso, a princípio e para além do papel exercido pelo poder judiciário, o desenvolvimento do senso crítico, questionador e reflexivo se constitui o principal passo de combate às *fake news*.

Assim, num clima de insegurança, fragilidade das relações políticas e “baixa confiança nas instituições legislativas” (BARROS, 2018, p. 857) associado à falta de credibilidade para a grande mídia, criar estratégias e mecanismos que não permitam que as *fake news* se firmem como verdades, parece ser um dos maiores desafios postos à formação política juvenil, inclusive aos sistemas de educação (FAIX, 2018).

4. Considerações finais

O debate acerca da formação política juvenil representa a expressão dos novos paradigmas sociais frente à estrutura de funcionamento da produção e disseminação das chamadas *fake news* no campo político. É fato que as notícias falsas não são um fenômeno

novo, porém sua propagação tem se intensificado nos últimos anos, especialmente com a popularização das mídias digitais e redes sociais.

Diante dos novos desafios postos pelo uso das mídias digitais e redes sociais como veículos de difusão da desinformação, as *fake news* têm assumido a condição de agência polarizadora de opiniões no campo político e influenciado na formação política dos sujeitos. As *fake news* têm sido utilizadas com as mais diversas finalidades, desde a aplicação de golpes cibernéticos, passando pela disseminação de vírus e afirmações sem fundamentos, até influenciar em questões de ordem política.

Desse modo, as *fake news* amplificam exponencialmente a expansão, disseminação, diálogo e interlocução com outros atores sociais, que acabam funcionando – estrategicamente – como instrumentos de reforço à cultura da desinformação, onde as emoções e os interesses particulares, inclusive da grande mídia e das instituições sociais que deveriam estar a serviço da sociedade, assumem posição de prestígio e relevância social em detrimento dos fatos.

Nesse cenário, é importante destacar que o conceito de *bios* midiático trazido por Sodré (2013) apresenta uma perspectiva transmídia dos processos de midiatização da experiência humana com as tecnologias digitais da informação e comunicação tanto do ponto de vista da disseminação de informações quanto do consumo da diversidade de conteúdos em rede que são acessados numa velocidade cada vez maior.

Característico desse processo, o campo da IA tem se reconfigurado, por exemplo, por meio da criação de robôs que atuam na propagação de notícias falsas, principalmente através da manipulação das redes sociais, como o *Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram* e *Twitter*. O uso maléfico da IA encontra terreno fértil e tem repercussões tanto nas práticas da política do cotidiano quanto nas práticas político-partidárias, cujo movimento, oposto à democracia, atinge instituições sociais e as pessoas em sua vida pública e privada.

A esse respeito, por exemplo, Mello (2020) relata que, enquanto jornalista e depois de publicar reportagens relacionadas ao financiamento de disparos em rede e no *WhatsApp* de *fake news* – em sua grande maioria – a favor do candidato Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 no Brasil, ela passou a ser alvo de uma campanha intensa e violenta marcada por intimidação e difamação provocada pelo denominado “gabinete do ódio” e as ditas milícias digitais.

Os olhares voltados para o *bios* midiático e as tecnologias da IA podem representar importantes pontos-chave para compreender não somente como as *fake news* nascem e reproduzem-se, mas também como construir novas respostas perante os desafios que essa questão traz para as sociedades.

Assim, da concepção do *bios* midiático à evolução das *fake news* por meio das tecnologias da IA, “as potencialidades da internet e das mídias digitais podem ser encaradas de forma crítica, considerando que a sua utilização não é necessariamente geradora de mais participação” (CAMPOS; PEREIRA; SIMÕES, 2016, p. 29) no sentido benéfico do ato de participar articulado aos princípios éticos e democráticos no compromisso e tratamento com a verdade dos fatos.

Isso significa dizer que a produção, gestão e difusão de informações e conhecimentos devem estar implicadas com o exercício da capacidade dos sujeitos refletir, interpretar, analisar e pensar criticamente, sobretudo fazendo a defesa da informação genuína numa conjuntura caracterizada, fortemente, pela guerra contra a verdade e a própria Ciência.

O que requer, por sua vez, que a formação política das juventudes não se baseie em pensamentos rasos, na espetacularização de informações aligeiradas, na apropriação das *fake news* como verdades ou, ainda, de informações sem a devida busca de suas fontes; assim como no falseamento dos acontecimentos e sem a percepção que o mundo virtual é real à medida que tem a potencialidade de forjar ideias, identidades, pensamentos, subjetividades, posicionamentos políticos e práticas sociais.

Portanto, os processos de formação política e participação política dos jovens na atualidade têm se dado num terreno onde a desinformação é uma das grandes ameaças à democracia e um dos desafios que emergem dessa conjuntura é preservar a liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, tentar impedir que a desinformação comprometa a democracia.

5. Referências

ACOSTA-SILVA, D. A.; MUÑOZ, G. Juventud Digital: Revisión de algunas aseveraciones negativas sobre la relación jóvenes-nuevas tecnologías. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 10(1), p. 107-130, 2012.

ALBUQUERQUE, A. A. **Juventude, educação e participação política**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ALMEIDA, R. S. **Participação política, quando o jovem entra em cena**. 2008. Disponível em: <http://www.conteudoseducar.com.br/conteudos/arquivos/3951.pdf> Acesso em: 13 out. 2019.

BRANCO, S. *Fake news* e os caminhos para fora da bolha. In: **Interesse Nacional**, São Paulo, ano 10, n. 38, p. 51-61, ago./out., 2017.

FERREIRA, A. B. de H. F. **Dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

AVRITZER, L. Um balanço da participação democrática no Brasil (1990-2014). *In*: SANTOS, B. de S.; MENDES, J. M. (Orgs.). **Demodiversidade**: imaginar novas possibilidades democráticas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BABO, I. Redes e ativismo. *In*: FELICE, M. D.; PEREIRA, E.; ROZA, E. **Net-ativismo**: redes digitais e novas práticas de participação. Campinas, SP: Papirus, 2017.

BARBOSA, M. (Org.). **Pós-verdade e fake news**: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

BARROS, A. T. Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016. *In*: **Sociedade & Estado**, 33(3), p. 849-886, 2018.

BESSANT, J. Democracy denied, youth participation and criminalizing digital dissent. *In*: **Journal of Youth Studies**, p. 1-17, 2016.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, P. A juventude é uma palavra. *In*: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BRASIL. Infobase. **A era da desinformação**: o novo ambiente das fake news. 2020. Disponível em: https://infobase.com.br/infografico-era-da-desinformacao-novo-ambiente-das-fake-news/?utm_source=iinterativa&utm_medium=referral&utm_campaign=Aeradadesinformacao&utm_term=21-01# Acesso em: 26 fev. 2021.

BRASIL. Infobase. **Deepfakes**: a nova ameaça à segurança digital. 2020. Disponível em: <https://infobase.com.br/infografico-deepfakes-a-nova-ameaca-a-seguranca-digital/> Acesso em: 26 fev. 2021.

BRASIL. Infobase. **Inteligência Artificial e Fake News**: a evolução das notícias falsas. 2020. Disponível em: <http://www.iinterativa.com.br/infografico-inteligencia-artificial-fake-news-evolucao-das-noticias-falsas/> Acesso em: 26 fev. 2021.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. TIC Domicílios. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**. 2019. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf Acesso em: 18 jun. 2020.

CAMPOS, R.; PEREIRA, I.; SIMÕES, J. A. Ativismo digital em Portugal: um estudo exploratório. *In*: **Sociologia, problemas e práticas**, 82, p. 27-47, 2016.

CARLSON, M. Notícias falsas como um pânico moral informativo: o desvio simbólico da mídia social durante a eleição presidencial dos EUA de 2016. *In*: **Informação, Comunicação e Sociedade**, v. 23, 3. ed., p. 374-388, 2020.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação.** Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** 9. ed. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** 2. ed. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTRO, M. G.; e ABRAMOVAY, M. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas.** Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.

CHERNER, T. S.; CURRY, K. Preparing Pre-Service Teachers to Teach Media Literacy: A Response to “Fake News” *Journal of Media Literacy Education*. In: **Journal Of Media Literacy Education**, 1(11), p. 11-31, 2019.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3. ed. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUVINEL, D. M. *Fake news* e o custo da informação. In: Rais, D. (Org.). **Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

CRUZ, F. B. *Fake news* definem uma eleição? In: Barbosa, M. (Org.). **Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

D’ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news.** São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DASCAL, M. **Colonizing and decolonizing minds.** 2009. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/DASCAD> Acesso em: 15 nov. 2021.

DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Orgs.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades.** Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: **Educ. Soc.**, Campinas, 28 (100), p. 1105-1128, 2007.

DAYRELL, J. A juventude e suas escolhas: as relações entre projeto de vida e escola. In: VIEIRA, M. M.; RESENDE, J. M.; NOGUEIRA, M. A.; DAYRELL, J.; MARTINS, A.; CALHA, A. **Habitar a escola e as suas margens: geografias plurais em confronto.** Porto Alegre: Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação, 2013.

DI FÁTIMA, B. **Dias de tormenta: os movimentos de indignação que derrubaram ditaduras, minaram democracias no mundo e levaram a extrema-direita ao poder no Brasil.** São Paulo: Geração Editorial, 2019.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DUFFY, A.; TANDOC, E.; LING, R. Too good to be true, too good not to share: the social utility of fake news. *In: Journal Information, Communication & Societ*, 2019.

FAIX, A. Teaching Online Research in the “Fake News” Era. *In: Ascue Proceedings*, Carolina, 10(15), p. 43-51, 2018.

FAUSTINO, A. **A liberdade de expressão nas redes sociais na sociedade da informação**. São Paulo: Lura Editorial, 2019.

FEIXA, C.; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *In: Sociedade & Estado*, 25(2), p. 185-204, 2010.

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOHN, M. da G. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GOHN, M. da G.; BRINGEL, B. M. **Movimentos sociais na era global**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HORBACH, L. O. **Fake news: liberdade de expressão, internet e democracia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

HUMPRECHT, E. Where ‘fake news’ flourishes: a comparison across four Western democracies. *In: Journal Information, Communication & Societ*, 22, 2018.

INNERARITY, D. **A política em tempos de indignação: a frustração popular e os riscos para a democracia**. Tradução: João Pedro George. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

KAKUTANI, M. **A morte da verdade**. Tradução: André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio Janeiro: Intrínseca, 2018.

KWANDA, F. A.; LIN, T. T. C. Fake news practices in Indonesian newsrooms during and after the Palu earthquake: a hierarchy-of-influences approach. *In: Journal Information, Communication & Societ*, 23, 2020.

KWET, M. Digital colonialism: The evolution of US empire. *In: TNI Longreads*, 2021. Disponível em: <https://longreads.tni.org/digital-colonialism-the-evolution-of-us-empire> Acesso em: 10 nov. 2021.

LEE, K. **Inteligência artificial: como os robôs estão mudando o mundo, a forma como amamos, nos relacionamos, trabalhamos e vivemos**. Tradução: Marcelo Barbão. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LÉVY, P. A esfera pública do século XXI. *In: FELICE, M.; PEREIRA, E.; ROZA, E. Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação*. Campinas, SP: Papyrus, 2017.

- MACEDO JÚNIOR, R. P. Liberdade de expressão ou dever de falar a verdade? *In*: BARBOSA, M. (Org.). **Pós-verdade e fake news**: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.
- MASON, L. E.; KRUTKA, D. G.; STODDARD, J. Media Literacy, Democracy, and the Challenge of Fake News. *In*: **Journal Of Media Literacy Education**, 2(10), p. 1-10, 2018.
- MAUNA-RIVERA, W. A.; JIMÉNEZ-LÓPEZ, G. H.; GALAK, E. L. (2020). Cuerpo y política en jóvenes del movimiento estudiantil universitario (Universidad del Cauca, Colombia). *In*: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 18 (1), p. 1-20, 2020.
- MELLO, P. C. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MORONI, J. *Fake news* e colonialidade de mentes: considerações via paradigma da complexidade. *In*: **Perspectiva Filosófica**, v. 48, n. 1, 2021.
- NEVES, B. C.; BORGES, J. Por que as *fake news* têm espaço nas mídias sociais? Uma discussão a luz do comportamento infocomunicacional e do marketing digital. *In*: **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, 30(2), p. 1-22, 2020.
- NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *In*: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. M. Polarização e desinformação online no Brasil. *In*: **Análise**, Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, n. 44, p. 1-9, 2018.
- PAIS, J. M. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. *In*: ALMEIDA, M. I. M. & EUGENIO, F. (Orgs.). *In*: **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- PALFREY, J.; GASSER, U. **Nascidos na era digital**: entendendo a primeira geração de nativos digitais. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- PEREIRA, F. L. B.; GUNDIM, W. W. D. *Fake news* como instrumento de estratégia militar. *In*: RAIS, D. (Org.). **Fake news**: a conexão entre a desinformação e o direito. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.
- PIRES, A. C. M.; PIRES, L. R. G. M. Desinformação: atuação do Estado, da sociedade civil organizada e dos usuários da internet. *In*: RAIS, D. **Fake news**: a conexão entre a desinformação e o direito. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

POUBEL, M. Fake news e pós-verdade. In: **Infoescola**, 2017. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociedade/fake-news/> Acesso em: 15 fev. 2021.

QUEIROZ, E. F. C. Ciberativismo: a nova ferramenta dos movimentos sociais. In: **Panorama**, Goiânia, 7(1), 2017, p. 2-5.

RAIS, D. Apresentação. In: RAIS, D. **Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

RAIS, D. *Fake news* e eleições. In: RAIS, D. **Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

RAVELO-MEDINA, M.; RADOVIC-SENDRA, Y. Representaciones de lo político en estudiantes secundarios en Santiago de Chile: resignificando el sentido de la formación ciudadana. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 16 (1), p. 389-402, 2018.

RECUERO, R.; GRUZD, A. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. In: **Galaxia** (São Paulo, *online*), n. 41, 2019, p. 31-47. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gal/n41/1519-311X-gal-41-0031.pdf> Acesso em: 18 de ago. 2021.

REIS, A. **Sociedade.com: como as tecnologias digitais afetam quem somos e como vivemos**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2018.

RIBEIRO, E.; LÂNES, P.; CARRANO, P. **Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Rio de Janeiro, RJ: Ibase, 2005.

ROSENZWEIG, A. Understanding and Undermining Fake News From the Classroom. In: **Berkeley Review Of Education**, Berkeley, 1(7), p. 105-112, 2017.

RUEDIGER, M. A. **Robôs, redes sociais e política no Brasil: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018**. Rio de Janeiro: FGV, DAPP, 2017.

SÁ, N. **Não devemos entrar em pânico, e sim nos preparar, diz especialista em deepfakes**. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2019/10/nao-devemos-entrar-em-panico-e-sim-nos-preparar-diz-especialista-em-deepfakes.shtml?fbclid=IwAR1cO7GAXFVp7Ea9rJmAqfwauLC7fWNaS06kof2_hZpkTE-_NWA0gAGaJ3g Acesso em: 27 dez. 2020.

SANTAELLA, L. Política nas redes e nas ruas. In: FELICE, M.; PEREIRA, E.; ROZA, E. **Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação**. Campinas, SP: Papirus, 2017.

SANTOS, B. de S. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, K. N. **Em busca da credibilidade perdida? A rede de investigação jornalística na era das fake news**. Belo Horizonte: Letramento, p. 2019.

SANTOS, V. M. dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. In: **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 30, e200112, 2018.

SETTON, M. G. J. Sociabilidade juvenil, mídias e outras formas de controle social. *In*: DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011, p. 67-80.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SUMPTER, D. **Dominados pelos números: do Facebook e Google às fake news – os algoritmos que controlam nossa vida**. Tradução: Anna Maria Sotero, Marcello Neto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

TANDOC JÚNIOR, E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. *Defining “fake news” a typology of scholarly definitions*. *In*: **Digital journalism**, Taylor & Francis, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.

URIBE-ZAPATA, A. *Cultura digital, juventud y prácticas ciudadanas emergentes en Medellín*, Colombia. *In*: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 17 (2), p.1-19, 2019.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. *News On-line*. *In*: **Science**. 1151(March), p. 1146-51, 2018.

WARDLE, C. **Existem 7 tipos de fake news. Você conhece todos?** 2018. Disponível em: <https://www.redemagic.com/blog/internet/existem-7-tipos-fake-news-voce-conhece-todos/> Acesso em: 19 dez. 2019.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking**. Strasbourg: the Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c> . Acesso em: 12 de set. 2021.

CAPÍTULO 5 – ARTIGO 5

Percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas

Percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas

Youth perceptions about fake news in their processes of political formation and participation

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar a análise das percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas. Para tanto, parte-se do princípio que a trajetória da pesquisa possibilitou melhor aproximação com os aspectos que dizem respeito a como os jovens concebem e entendem política, suas compreensões acerca dos seus processos de construção política na atualidade, bem como as relações que os jovens estabelecem entre as *fake news* e seus processos de formação e participação políticas. O trabalho se caracteriza como de abordagem qualitativa subsidiado por revisão de literatura e pesquisa de campo, sem prejuízo de dados quantitativos. Para o processo de pesquisa, foram aplicados questionários, realizadas entrevistas semiestruturadas e utilizou-se a técnica bola de neve, bem como a análise de conteúdo para o tratamento dos dados. Os resultados apontam que a visão dos jovens sobre política continua sendo impactada pela cultura política existente, principalmente pelas suas referências de política institucionalizada. Os dados sugerem que os jovens acreditam que as *fake news*, potencialmente, podem representar um papel decisivo e preocupante na tomada de decisões e escolhas políticas da juventude.

Palavras-chave: Juventudes; participação política; formação política; *fake news*.

Abstract

This article aims to present the analysis of youth perceptions about fake news in their processes of political formation and participation. Therefore, it is assumed that the research trajectory allowed a better approximation with the aspects that concern how young people conceive and understand politics, their understanding of their processes of political construction today, as well as the relationships that young people establish between fake news and their processes of political formation and participation. The work is characterized as a qualitative approach supported by literature review and field research, without prejudice to quantitative data. For the research process, questionnaires were applied, semi-structured interviews were carried out and the snowball technique was used, as well as content analysis for data processing. The results show that young people's view of politics continues to be impacted by the existing political culture, mainly by its references to institutionalized politics. The data suggest that young people believe that fake news can potentially play a decisive and worrying role in youth decision-making and political choices.

Keywords: Youth; political participation; political formation; fake news.

1. Introdução

O início da segunda metade do século XXI parece ser caracterizado e demarcado por uma série de ações globais juvenis como expressão de novas formas de participação através das mídias digitais e redes sociais, a exemplo dos “Indignados”, em Madri; o “*Ocupe Wall*

Street”, em Manhattan; a “Primavera Árabe”, no Oriente Médio; e as manifestações a partir de 2013 que aconteceram no Brasil.

Esse conjunto de movimentos e manifestações impulsionadas por diferentes juventudes revela que não se pode ignorar o efeito potencializador que as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) exercem sobre os processos de formação e participação políticas das juventudes, bem como de suas identidades coletivas.

Dessa maneira, atualmente, os processos de formação e participação políticas juvenis têm acontecido em contextos e situações diferentes, num cenário onde a internet tem assumido – cada vez mais – uma arena central de outros mecanismos de socialização e sociabilidades (SODRÉ, 2013; BARROSO; SOUZA; NEVES, 2020; MARTIN-BARBERO, 2021).

Ao intensificar a capacidade de comunicação, além de possibilitar a união e intercâmbio de sujeitos que nunca mantiveram contato antes, parece que a internet viabiliza aos jovens a condição de construírem comportamentos e assumirem posicionamentos de ordem social e política que dialoguem com seus interesses e visões de mundo, configurando-se numa tentativa de uso das tecnologias com o cunho democrático.

No campo da participação política e tomando como base Musial e Kazienko (2011), pode-se dizer que a utilização das redes sociais por intermédio da internet se apresenta como uma parte da cultura da jovem geração atual. As redes sociais e as relações midiáticas que daí emergem passaram a assumir certa centralidade entre os jovens na busca por novas formas de participação política, sobretudo com a descrença e desconfiança das juventudes em relação à forma de organização e funcionamento da política tradicional institucionalizada.

As características das tecnologias digitais – sobretudo com o desenvolvimento e a evolução da inteligência artificial – revelam a construção de um plano social, político e cultural, exponencialmente, diferente se comparado às tecnologias da informação e comunicação há algumas décadas, em especial no que tange às questões de anonimidade e interatividade.

Esse trânsito, por sua vez, reverbera nos próprios processos de relação dos jovens com o campo de socialização política tradicional. Ou seja, uma vez que as esferas de socialização juvenil vêm passando por transformações, há que se considerar os efeitos dessas transformações na formação e participação políticas dos jovens, as quais suscitam e solicitam, dos jovens, novas percepções, comportamentos, formas de interação, posicionamentos e maneiras de interpretar e atuar no mundo (FRIESTAD; WRIGHT, 2005).

As TDIC, desse modo, têm reestruturado as formas tradicionais de relacionamento, uma vez que as relações físicas e presenciais vêm sendo substituídas por relações mais abstratas do ponto de vista físico (PHILLIPS, 2008; MUSIAL; KAZIENKO, 2011). Segundo Anderson e McCabe (2012), esse processo colocou a internet na condição de ferramenta fomentadora de socialização política juvenil, chamando atenção para o fato que as TDIC podem ser fortes aliadas nos processos de formação política e comportamentos dos sujeitos.

Dito isto, as TDIC atuam como instrumentos capazes de sedimentar as estruturas das novas experiências juvenis perpassadas por espaços de interação através dos quais são ampliados seus campos de sociabilidades e socializações, que incidem sobre o desenvolvimento de suas identidades. Quanto a este aspecto, Anderson e McCabe (2012) pontuam que, no universo desse contexto interativo, as agências tradicionais de socialização – como a família e a escola – são desafiadas e a internet, por vezes, acaba assumindo um caráter autossocializador das juventudes.

Nesse novo processo de socialização, é importante destacar que o tempo que os jovens passam na internet é, também, um elemento a ser considerado no que tange à vulnerabilidade e incidência – cada vez maior – desse ambiente nos processos de formação política dos jovens. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2021), no Brasil, 78,3% utilizam a internet, sendo que o maior uso é por parte da população mais jovem: entre 15 e 19 anos, 90,2% utilizam a internet; entre 20 e 24 anos, 92,7%; e entre 25 e 29 anos, 92,6%.

Diante desses dados e considerando os novos espaços de participação política dos jovens na atualidade, pode-se afirmar que “a utilização constante da internet pelos jovens e as mobilizações políticas na forma de protesto, utilizando tanto ferramentas digitais quanto demonstrações presenciais, parecem desmentir o estereótipo tradicional sobre a apatia e o desinteresse político dos jovens de hoje” (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016, p. 993).

No entanto, apesar do grande desenvolvimento das TDIC, é preciso refletir as suas influências e efeitos, sobretudo, nas esferas sociais e políticas articuladas aos processos de formação e participação políticas das juventudes na atualidade. A partir dessa linha de pensamento, questiona-se: As TDIC, por si só, podem gerar transformações políticas e sociais significativas? Quais suas possíveis implicações na formação e participação políticas dos jovens, diante das *fake news* e as “armadilhas” da inteligência artificial, por exemplo? Quais identidades culturais as TDIC vêm produzindo entre as juventudes?

E mais: que valores políticos os jovens estão construindo a partir das relações e experiências cibernéticas? Como as TDIC atuam enquanto agências de autossocialização

política, sobretudo no tocante ao acesso e confiança atribuída às informações, bem como à construção de opiniões, posicionamentos e visões de mundo juvenis? Que tipo de relação existe entre a internet e a sedimentação da democracia?

Longe de qualquer tentativa de responder a todas essas interrogações, este trabalho tem como objetivo principal apresentar a análise das percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas. A partir desse objetivo, acredita-se ser possível alcançar melhor aproximação com os aspectos que dizem respeito a como os jovens concebem e entendem política e *fake news*, suas compreensões acerca dos seus processos de construção política na atualidade, bem como as relações que os jovens estabelecem entre as *fake news* e seus processos de formação e participação políticas.

Desse modo, tendo em vista os objetivos que o alicerçam e direcionam, este trabalho está organizado da seguinte maneira: por uma *Introdução*, na qual é apresentada a problemática, a justificativa do estudo e os objetivos que o fundamentam.

A seguir, na seção “*Aspectos metodológicos da pesquisa*”, apresentam-se as questões de ordem metodológica que subsidiaram o desenvolvimento da pesquisa, sobretudo em seus aspectos empíricos.

Na terceira seção, denominada “*Fake news, formação e participação políticas*”, aborda-se a discussão sobre o desenvolvimento das TDIC enquanto campo de socialização, autossocialização e sociabilidade juvenis, de onde são tecidas também reflexões sobre a incidência das *fake news* nos processos de formação e participação políticas juvenis.

Na quarta seção, “*Dimensão empírica*”, são apresentados os resultados da pesquisa de campo, através dos quais dialoga-se com a teoria, a fim de apresentar e analisar as percepções dos jovens participantes da pesquisa sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas, tomando como eixo os modos como os jovens concebem suas construções enquanto sujeitos políticos.

Por fim, são tecidas as “*Considerações finais*”, que ratificam as principais questões abordadas no trabalho com o intuito de sistematizar o estudo desenvolvido, conforme os objetivos que ancoraram a pesquisa.

2. Aspectos metodológicos da pesquisa

Sem prejuízo dos aspectos quantitativos, a pesquisa é de abordagem qualitativa e exploratória, subsidiada por revisão de literatura e pesquisa de campo. Sua natureza exploratória se deve em razão da pesquisa explorar um estudo que ainda é pouco conhecido

ou não foi estudado e/ou explorado suficientemente (MINAYO, 2013; MINAYO; COSTA, 2018).

A pesquisa qualitativa se constitui numa atividade que aproxima o pesquisador do universo de pesquisa e possibilita sua maior interação com o objeto de estudo. Nesta linha de raciocínio, Diehl e Tatim (2004) e Creswell (2010) concebem a pesquisa qualitativa como uma atividade investigativa de interpretação articulada aos olhares, observações, escutas e compreensões dos pesquisador dentro de uma conjuntura de construção do conhecimento científico perpassada por questões de ordem social, histórica, política e cultural, que – em seu conjunto – sustentam as bases necessárias para a compreensão do fenômeno estudado, de acordo com o problema e os objetivos que delinham a pesquisa.

Nessa perspectiva, as vozes dos jovens nesta pesquisa se constituem parcela fundamental, haja vista que suas percepções sobre as *fake news* em seus processos de participação e formação políticas forneceram subsídios empíricos, em estado dialógico com as teorias, para o aprofundamento e maximização das discussões e objetivos que delinham e justificam a realização da pesquisa.

Assim, considerando a perspectiva epistemológica de cunho socioconstrutivista que melhor dialoga com a concepção deste trabalho, entende-se os jovens participantes da pesquisa como sujeitos. Parte-se da compreensão que estes são portadores de vozes, seres históricos, sociais, políticos e culturais que constroem conhecimentos e produzem história, transitando da condição de sujeitos falados para sujeitos falantes.

Essa transição, por sua vez, ocorre à medida que as vozes e lugares de falas dos jovens são reconhecidas como substratos necessários à construção da cultura, ao respeito aos diferentes posicionamentos, à constituição dos jovens enquanto sujeitos políticos, sociais e culturais, bem como à construção de sociedades mais democráticas, justas e igualitárias.

Neste sentido, os participantes da pesquisa são vistos pela ótica de sujeitos tomando como referência o próprio imbricamento da pluralidade de conhecimentos, saberes, vivências e experiências que constituem as juventudes, formando um conjunto fundamental para a proposição de ideias e definição de ações que possibilitem a transformação social e política por meio da interação e mediação dos sujeitos no que tange à sua participação política lúcida e responsável.

Perante o exposto e considerando o momento de distanciamento social em virtude da pandemia causada pela Covid-19 e o cenário de incertezas referente a encontros presenciais, a pesquisa de campo foi realizada remotamente através de dois momentos que dialogam entre si, a saber:

- **1º momento:**

Com a aplicação de questionário misto *online* a fim de conhecer o perfil socioeconômico dos participantes e aproximar-se dos lugares de falas dos jovens; bem como, utilizando a escala *Likert*, o questionário abordou perguntas que trataram da relação entre juventude, participação política, formação política e *fake news*.

Nesse primeiro momento, antes de responder ao questionário, os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, ao aceitarem participar da pesquisa, foram direcionados ao questionário.

- **2º momento:**

Após responderem ao questionário, os participantes sinalizaram se tinham interesse em participar do segundo momento da pesquisa e, para aqueles que sinalizaram o interesse, foi solicitado que informassem o contato de telefone e/ou email, a fim de que o pesquisador pudesse entrar em contato para agendamento da segunda etapa da pesquisa.

Neste momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas gravadas com os participantes por meio do ambiente virtual *Google Meet*, levando em consideração a disponibilidade de tempo e melhor ambiente de acesso dos participantes.

Tendo em vista que os participantes desta pesquisa foram jovens com idades entre 18 e 29 anos e que não estão vinculados a instituições, a delimitação da quantidade de participantes foi feita através do processo amostral por saturação teórica (THIRY-CHERQUES, 2009; MINAYO, 2017).

Noutras palavras,

o fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008, p. 17).

As primeiras aproximações com os participantes foram construídas por meio do método de coleta de dados denominado Bola de Neve Virtual, através do qual as Redes Sociais Virtuais funcionam como meios para realização de estudos científicos e tal método se constitui numa espécie de amostra autogerada, visto que depende da colaboração voluntária dos primeiros contatos realizados pelo pesquisador, bem como dos subsequentes (GLASER; STRAUSS, 2006; FLICK, 2009; COSTA, 2018).

Assim, no desenho metodológico a que se propôs este trabalho e para a efetividade da pesquisa, o método “Bola de Neve” foi desenvolvido da seguinte maneira:

- Primeiramente, o pesquisador especificou as características que os participantes deveriam apresentar: jovens com idades entre 18 e 29 anos. Optou-se por essa delimitação de idades, com exclusão dos jovens com idades entre 15 e 17 anos, em virtude do fato que os jovens neste intervalo de idade precisariam da autorização dos responsáveis legais para participarem da pesquisa, aspecto considerado inviável no momento por se tratar de uma pesquisa feita remotamente, o que demandaria mais tempo e certo desgaste na realização da pesquisa.
- O pesquisador identificou alguns jovens compatíveis com os critérios necessários para realização da pesquisa.
- O pesquisador apresentou a proposta do estudo e, a partir da aquiescência e desejo das pessoas em participarem da pesquisa, foi solicitado que os primeiros participantes indicassem – por meio da socialização do *link* do questionário gerado no *Google Forms* – outros jovens pertencentes à mesma população-alvo. Ou seja, o método “Bola de Neve” requer que o pesquisador peça aos participantes referências de novos informantes que reúnam as características desejadas e subjacentes à pesquisa.
- Esse processo continuou até que ocorreu a saturação teórica, que se constitui no momento em que não surgem novas informações nos dados coletados.
- Alcançada a saturação teórica relacionada aos questionários respondidos, o pesquisador fez o levantamento de quanto jovens sinalizaram o interesse em participar da pesquisa na segunda etapa (entrevista semiestruturada).
- Após o levantamento e registros de contatos dos jovens, o pesquisador foi entrando em contato com os jovens por *e-mail* e/ou *WhatsApp* para agendar as entrevistas, que foram realizadas e gravadas através do *Google Meet*.
- Após a realização, procedeu-se a transcrição das entrevistas, a fim de que as mesmas compusessem o conjunto de materiais pesquisados para tecer as análises juntamente com os resultados provenientes dos questionários aplicados na primeira etapa da pesquisa.

No tocante ao tratamento de dados, esta pesquisa utilizou a análise de conteúdo a partir dos pressupostos de Bardin (2016). Enquanto um procedimento clássico de pesquisa e método empírico, a análise de conteúdo é um caminho metodológico viável tanto à descrição sistemática quanto à intersubjetividade manifesta e latente das informações, que possibilita ao analista-pesquisador maior aprofundamento no processo de leitura, interpretação e inferências ao debruçar-se nas mensagens e informações (AMADO, 2000; FLICK, 2013).

A pesquisa de campo foi realizada no período de 15 de maio a 30 de setembro de 2021, respeitando e seguindo os critérios da ética em pesquisa com seres humanos, conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa nº 4.633.140.

3. *Fake news*, formação e participação políticas

Os processos de formação e participação políticas, além de acontecerem em seu plano individual, estão imbricados com as condições coletivas históricas e sociais onde se realizam. Esse fator solicita uma reflexão sobre os artefatos, como aqueles do universo virtual, que contribuem para a construção de uma cultura política tanto das microrrelações cotidianas como das macrorrelações institucionalizadas, que vêm sendo sustentadas e modificadas ao longo dos anos por intermédio, também, das tecnologias da informação e comunicação.

Assim,

não se pode negar que a internet tem proporcionado maior transparência e aumento de visibilidade de grupos tradicionalmente marginalizados, sobretudo em comparação com a mídia escrita e a televisiva. Ela tem se tornado uma mídia com rápida expansão entre os jovens, contribuindo para a construção de valores sociais e políticos (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016, p. 994).

Na esfera da participação política juvenil, Baquero, Baquero e Morais (2016) afirmam que a cultura política numa perspectiva democrática deve se constituir através de relações sociais, econômicas e políticas simétricas. Para eles, relações assimétricas que colocam a legitimidade da democracia em xeque contribuem para a falta de confiança dos jovens na política, cuja desconfiança corrobora para o surgimento de atitudes e comportamentos ambivalentes que se expressam nas diferentes formas dos jovens se relacionarem e aderirem ao sistema democrático.

Assim, as reflexões sobre a formação e participação políticas juvenis não devem ser concebidas distantes do arcabouço cultural, histórico e social sobre e através dos quais ocorre a construção da cultura política juvenil em suas intersecções com as condições tecnológicas disponíveis em cada época da existência humana.

Nesse contexto, não se pode negar que a qualidade da informação exerce forte influência sobre as crenças, valores e posicionamentos dos jovens, uma vez que estes constroem suas personalidades políticas a partir da internalização de crenças e valores presentes em seu mundo externo, inclusive pelas relações que mantêm com as redes sociais digitais.

Dessa maneira, cabe questionar se as TDIC se configuram como elementos propulsores de uma nova forma de organização e funcionamento de formação e participação políticas, que – diferentemente das gerações juvenis anteriores – seus processos de socialização política e sociabilidade não se dão, majoritariamente, por via das agências tradicionais.

Ao mesmo tempo, pode-se afirmar que as TDIC têm assumido a condição de ferramentas capazes de agregar interesses voltados à constituição de sociedades mais democráticas ou autoritárias, a depender do uso e da amplitude que as informações adquirem no âmbito das relações cibernéticas; levando-se em consideração o campo de desigualdades sociais, culturais e econômicas que – via de regra – podem impossibilitar aos sujeitos maior acesso às informações e condições estruturais de literacia digital.

Neste ponto, há que se refletir sobre os processos de inclusão social juvenil na “sociedade virtual”, principalmente com o desenvolvimento das redes sociais digitais. Loader (1998) chama atenção que a reprodução das desigualdades sociais e das relações assimétricas está presente nos ambientes virtuais tanto quanto nas relações sociais físicas. Para ele, as condições materiais dos sujeitos possuem dependência com a viabilidade destes construir suas identidades virtuais.

Na perspectiva de Loader (1998), Putman (2015) – por meio de uma pesquisa desenvolvida nos Estados Unidos – chegou à conclusão que o perfil social e econômico dos jovens se constitui fator determinante quanto ao uso que é dado à internet, podendo ser com finalidades de entretenimento ou informativa. No Brasil, Baquero, Baquero e Morais (2016) afirmam que a realidade não é diferente, sobretudo pela diversidade de subculturas políticas produzidas, que fazem com que – por vezes – as práticas políticas juvenis não se articulem com os princípios de uma sociedade democrática.

Assim, nas palavras dos autores referidos,

continua a se observar que a juventude manifesta, em relação à política, atitudes e comportamentos contraditórios. Por um lado, os jovens demandam mais espaços de participação; por outro lado, são cada vez mais cínicos a respeito das instituições político-democráticas representativas. Esse paradoxo é uma consequência do processo de construção democrática, no qual a institucionalização da democracia eleitoral ocorre, simultaneamente, com um crescimento do distanciamento da juventude da arena política convencional. Sob essas circunstâncias, aumenta a probabilidade de emergir uma cultura política híbrida (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016, p. 995).

A ideia de uma cultura política híbrida apontada pelos autores está associada à existência de um senso considerado difuso quanto à forma como os jovens se manifestam,

pois – se por um lado – eles apoiam o regime democrático; por outro lado, percebe-se um aumento de desconfiança relacionado à política, sobretudo institucionalizada, bem como a criação de outras maneiras de participação política, que divergem do convencional.

Embora seja característico desse cenário o uso das TDIC como instrumento expressivo, também, de insatisfação política, em 2016, Baquero, Baquero e Morais afirmaram que “como essas novas ferramentas afetarão as formas de apresentação das demandas da juventude para o Estado é incerto, uma vez que, comparativamente com dados de pesquisas realizadas no passado, os jovens continuam a apresentar semelhanças nas suas atitudes e nos seus comportamentos”.

É nesse contexto que, atualmente, é preciso refletir sobre como os jovens compreendem seus processos de formação e participação políticas imersos e perpassados numa conjuntura em que a política tanto do cotidiano quanto institucionalizada tem sido ameaçada e abalada pela natureza negativa da utilização das TDIC – sobretudo com o crescimento da produção e disseminação das *fake news*, principalmente nas sociedades democráticas.

A expressão *fake news* tornou-se popular nos últimos anos como forma de denominar os relatos considerados pretensamente factuais e que possuem como principal característica a alteração ou invenção dos fatos que são narrados e difundidos nas mídias sociais, cujos produtores e/ou disseminadores são sujeitos que têm interesses nas implicações que esse tipo de informação pode produzir.

As *fake news* são um termo que possui grande referência nos relatos alterados ou inventados de cunho político. A popularização do termo ganhou maior notoriedade a partir da retórica de Donald Trump, por meio da qual as *fake news* passaram a ser utilizadas como termo para denominar o conjunto de narrativas falsas produzidas, consumidas e difundidas no período das eleições de 2016 nos Estados Unidos, que culminaram na vitória de Trump para assumir a Casa Branca (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; GUESS; NYHAN; REIFLER, 2018; OLSON, 2016; GOMES; DOURADO, 2019).

Considerando que as *fake news* se comportam como narrativas que se colocam como factuais, porém têm como principal característica a alteração e invenção dos fatos, é possível afirmar a existência de transformações nos processos de formação e participação políticas com o advento das TDIC e a disseminação de *fake news*? A princípio, é possível afirmar – com base em Valentine e Holloway (2001) – que as relações provenientes do surgimento da internet exercem influência nos processos de socialização dos sujeitos, ao mesmo tempo em que é por eles utilizada como fonte de criação de novos caminhos participativos.

Dito isto, há que se considerar que – no âmbito da disseminação das *fake news* – as TDIC, por meio dos recursos que possuem, servem como veículos à formação de princípios, valores e interesses, que podem incidir diretamente no comportamento político dos jovens, seja pela via da política do cotidiano ou na política institucionalizada, tendo em vista que o desenvolvimento individual dos sujeitos em suas microrrelações implica também nas macrorrelações e vice-versa.

A reflexão sobre a incidência das *fake news* nos processos de formação e participação políticas juvenis através dos campos de suas socializações e sociabilidades parte de pressupostos trazidos pelo estudo clássico de Almond e Verba (1963) quando chamam atenção que a construção da cultura política é internalizada pelos jovens por meio da educação. Assim, os processos educativos em seus variados matizes podem potencializar a formação de uma geração de jovens, em sua maioria, com atitudes democráticas ou conservadoras.

Essas questões, por sua vez, se apresentam como condicionantes das diferentes formas e compreensões que os jovens vêm construindo sobre política em suas múltiplas relações, tendo as TDIC como um instrumento complementar ou, até mesmo, que conseguem suprir a participação política dos moldes convencionais. Dessa maneira, o estudo sobre as percepções dos jovens sobre as *fake news* e a construção dos seus processos de formação e participação políticas passam pelo campo do desenvolvimento das TDIC e as novas configurações que se desenham para as gerações jovens, segundo os dados empíricos sinalizam.

4. Dimensão empírica

Neste tópico é apresentado o perfil dos participantes da pesquisa, bem como os resultados da pesquisa de campo e em diálogo com o arcabouço teórico que oferecem subsídios à leitura e interpretação acerca das percepções dos juvenis sobre *fake news* em seus processos de formação e participação políticas.

4.1 Perfil dos participantes

Os jovens participantes desta pesquisa constituem a parcela essencial para que ela tenha sentido, significado e relevância, visto que são suas trajetórias, projetos, percepções, visões de mundo e percursos biográficos que dão substância e sustentação às discussões e diálogos que justificam e fundamentam a pesquisa e a escrita deste trabalho.

Assim, considerando o uso da técnica “bola de neve” na primeira etapa da pesquisa, 42 jovens responderam a um questionário *online* elaborado no *Google Forms*, sendo 26 jovens

do sexo feminino e 16 do sexo masculino. 20 jovens se autodeclararam pretas(os), 14 pardas(os), 7 brancas(os) e 1 amarela(o).

Destaca-se que o questionário foi respondido por jovens de diferentes cidades brasileiras situados no estado da Bahia¹³ e no Distrito Federal (Brasília), o que possibilitou que a proposta metodológica oportunizasse que sujeitos em espaços e vivências diferentes pudessem contribuir com a pesquisa.

Quanto à situação conjugal, 40 jovens afirmaram ser solteiras(os) e 2 disseram estar namorando. No que diz respeito à renda mensal individual, 20 jovens possuem renda menor que um salário mínimo nacional¹⁴, 13 jovens entre 01 e 02 salários mínimos, 7 afirmaram não possuírem renda e 2 preferiram não responder.

No que se refere ao nível de escolaridade, 17 jovens possuem ensino superior incompleto (graduação), 10 ensino médio completo, 8 ensino médio incompleto, 4 ensino superior completo (graduação), 2 pós-graduação (uma Especialização e um Mestrado Profissional) e 1 ensino fundamental completo.

No âmbito da política partidária, 21 jovens afirmaram ser sujeitos políticos de esquerda, 1 de direita, 1 de centro e 19 disseram não se enquadrar em nenhuma posição político-partidária.

Dos 42 participantes que responderam ao questionário estruturado na escala *Likert* (OLIVEIRA, 2001; TROJAN; SIPRAKI, 2015) com graus de intensidade de 0 a 10; 10 participantes manifestaram interesse em participar da segunda etapa da pesquisa que consistiu numa entrevista semiestruturada realizada remotamente pelo *Google Meet*. Por volta da oitava entrevista, percebeu-se que o quantitativo de jovens participantes era suficiente, tendo em vista que a partir da oitava entrevista já havia uma saturação teórica.

Abaixo, na tabela 1, apresenta-se – em linhas gerais – o perfil dos 10 jovens participantes da segunda etapa da pesquisa, sendo que para preservação de anonimato foi utilizada uma nomenclatura alfanumérica (composta pela letra “J” seguida de uma sequência numérica) em substituição aos nomes dos jovens participantes:

Tabela 1: Jovens participantes da entrevista semiestruturada.

Jovem	Idade	Sexo	Cidade onde reside	Escolaridade
J1	27 anos	M	Valença	Superior Completo
J2	26 anos	M	Salvador	Superior Completo
J3	27 anos	F	Gandu	Superior Completo

¹³ Cidades baianas com registros de questionários respondidos: Cachoeira, Cairu, Conceição da Feira, Coração de Maria, Cruz das Almas, Feira de Santana, Gandu, Igrapiúna, Jequié, Presidente Tancredo Neves, Rio Real, Salvador, Santa Brígida, Taperoá, Valença e Vitória da Conquista.

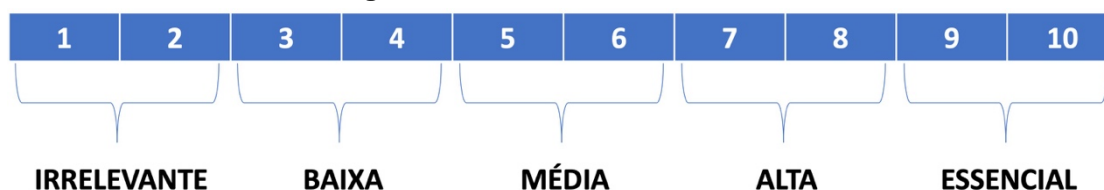
¹⁴ À época da pesquisa, o valor do salário mínimo nacional brasileiro era R\$ 1.100,00 (mil e cem reais).

J4	21 anos	M	Salvador	Superior Incompleto
J5	27 anos	F	Salvador	Superior Completo
J6	28 anos	M	Gandu	Ensino Médio Completo
J7	27 anos	M	Conceição da Feira	Superior Completo
J8	20 anos	M	Vitória da Conquista	Ensino Médio Completo
J9	26 anos	F	Jequié	Superior Incompleto
J10	26 anos	F	Coração de Maria	Superior Completo

Fonte: Trabalho de campo elaborado pelo autor (2021).

A seguir, nos resultados e discussão, são apresentadas, através de gráficos, as respostas dadas pelos 42 participantes ao questionário via escala *Likert*, cuja leitura e interpretação dos gráficos serão feitas considerando tanto os níveis de intensidade da escala *Likert*, segundo figura abaixo, quanto as falas dos 10 participantes provenientes das entrevistas.

Figura 1: Níveis de intensidade da escala *Likert*.

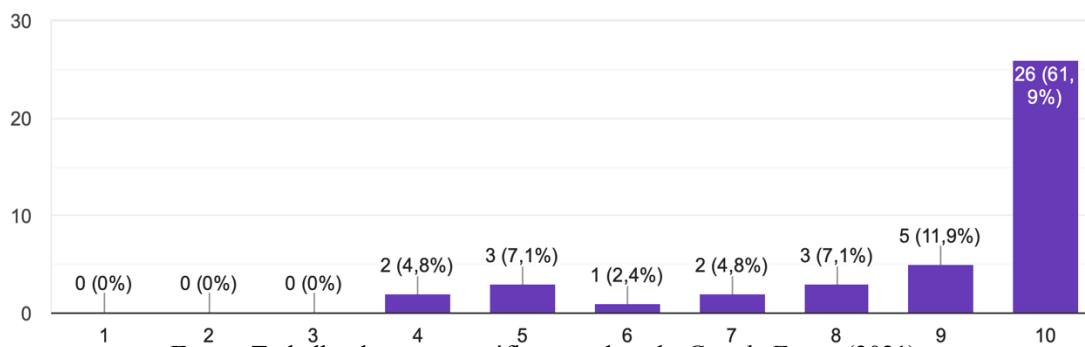


Fonte: Elaborado pelo autor (2021) com base em Dalmoro e Vieira (2013).

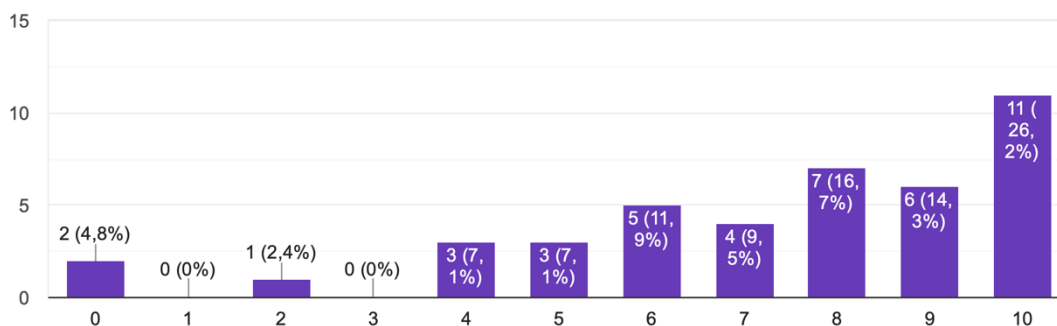
4.2 Resultados e discussão

Inicialmente, são apresentados dois gráficos com abordagens que se relacionam entre si: no gráfico 1 foi analisado o quanto os jovens consideram que política é um assunto de interesse da juventude. No gráfico 2, busca-se refletir sobre a intensidade que os jovens se interessam pelo tema política.

Gráfico 1: Qualificação sobre quanto política é um assunto de interesse da juventude.



Fonte: Trabalho de campo, gráfico gerado pelo *Google Forms* (2021).

Gráfico 2: Qualificação quanto ao interesse sobre o assunto política.

Fonte: Trabalho de campo, gráfico gerado pelo *Google Forms* (2021).

A leitura dos resultados chama atenção que, apesar da maioria dos jovens considerar de muita relevância o assunto política, uma parcela formada por 14 jovens (dos graus 0 a 6 da escala) – não concebe política como um tema de interesse do público jovem. Destaca-se ainda que, embora o assunto política seja considerado por 36 jovens como de muito relevância, apenas 28 jovens (graus 7 a 10) se qualificam como muito interessados pelo assunto política, conforme pode ser percebido no gráfico 2.

Estes dados revelam o que o processo de entrevistas trouxe à tona no que tange à importância atribuída pelos jovens ao tema política e ao interesse que manifestam pelo tema, conforme as próprias percepções, sentidos e significados que atribuem à ideia de política. Ora, se por um lado, tem-se a grande maioria de jovens afirmando que política é um assunto que diz respeito a juventude, isso leva partir do princípio de que há uma compreensão de política enquanto referência constante e presente em todas as esferas e instâncias da vida cotidiana, desde a tenra idade e à medida que os sujeitos vão desenvolvendo a vida em sociedade (MAAR, 2006).

Por outro lado, há também a referência à palavra política relacionada à esfera institucionalizada e ao poder político representado por órgãos e agentes da administração pública, como os prefeitos, vereadores, deputados, senadores, governadores e presidentes. E sobre esses políticos brasileiros, enquanto personalidades da administração pública, há uma série de críticas dos jovens que vão desde a visão que os políticos não possuem ética, passando pela falta de compromisso com o bem-estar coletivo e chegando à afirmação que não se sentem representados pela maioria dos políticos brasileiros.

Estes dois lados podem servir como pontos de partida para compreender as percepções dos jovens quando a maioria afirma que política é um assunto que deve interessar a juventude, mas a maioria não se qualifica como interessada por este assunto. Neste sentido, as falas do J1, J2 e da J3 oferecem pistas para entendimento acerca da multiplicidade de facetas que circundam o universo de relações aplicadas à palavra política:

Política deve ser do interesse de todo mundo, de toda população. Nossa vida se constitui de política, desde quando a gente nasce. A política constitui a gente enquanto ser social, enquanto ser da sociedade. É fazer com que a gente a se sinta pertencido ao local onde a gente vive. É fazer com que a gente se sinta igual, a ter os mesmos direitos (J1, 2021).

Eu penso no contexto político que estamos vivendo [...] da importância da gente pensar os aspectos políticos desde a infância, da gente introduzir esses aspectos políticos de discussão em todas as idades. A juventude, hoje, tem um papel primordial, principalmente na quebra de paradigmas conservadores, reforçando os aspectos sociais de desigualdade e exploração, muito enviesado pelo capitalismo da modernidade (J2, 2021).

Política é assunto de jovem, como da sociedade inteira. Quando a gente fala de política, atualmente, tem essa questão de estar fugindo um pouco do que é política realmente como um todo, justamente por todos os escândalos de política partidária. Política envolve a vida, as nossas escolhas na vida [...] A vida é política. Então, eu acho que discutir política vai muito além de discutir política partidária. É discutir a vida mesmo, o pulsar da vida. Discutir política é, também, uma tarefa dos jovens, e principalmente dos jovens, que estão numa fase biológica pulsante de conquistas (J3, 2021).

A partir das falas de J1, J2 e J3, pode-se inferir que há a existência de visões diferentes relacionadas à ideia de política e que, por sua vez, podem reverberar na forma como os jovens entendem e constroem suas relações políticas: o comportamento político e o comportamento eleitoral, cujos comportamentos oferecem subsídios à compreensão dos dados trazidos pelos gráficos 1 e 2, que vão desde à visão mais positiva à visão mais desinteressada sobre política.

O comportamento político pode ser compreendido como os sujeitos se posicionam cotidianamente em relação às suas visões de mundo, escolhas, tomadas de decisões e atitudes, entendendo-se como sujeitos políticos por natureza. Esse tipo de comportamento é mais amplo à medida que não se restringe ao universo da política institucionalizada.

Mas, compreende as várias fases da vida política, como as perspectivas ideológicas, as relações construídas em espaços como a igreja, a escola, a universidade, a família, os grupos de amigos, os partidos políticos, os sindicatos e as redes sociais digitais (BORBA, 2005; BAQUERO; CREMONESE, 2009; SANDOVAL, 1997).

Nesse sentido, a fala do J4 é emblemática quando diz:

Política no sentido macro é entender política para além dos cargos, para além da eleição de 2 em 2 anos, para além da campanha, para além dos partidos. É entender a política como um todo. Então, política é desde aquilo que você come na sua mesa, que aí você vai pensar de onde veio, através de que (J4, 2021).

Embora conceba política numa perspectiva mais ampla, que não se restringe aos meandros da institucionalidade partidária no tocante aos processos de formação política juvenil, J4 apresenta uma visão mais restrita sobre participação política:

Participação política eu já enxergo, na minha percepção, no sentido mais partidário e no sentido mais micro da relação política, porque você participar da política é ocupar um lugar, representar ou ser representante de algo que você possa falar, dar sua opinião (J4).

O comportamento eleitoral, por sua vez, está associado ao conjunto de impressões, vivências e concepções que os jovens constroem a partir das experiências e sentimentos desenvolvidos com a esfera da política institucionalizada. Esse tipo de comportamento exerce implicações nas maneiras como os jovens lidam com o campo do “comportamento político”, haja vista que uma conjuntura institucional insatisfatória – sobretudo caracterizada por um sistema corrupto – interfere nas relações políticas cotidianas à medida que os sujeitos começam a desacreditar da política, podendo não mais se interessar por política e reduzi-la ao campo institucional.

Fisichiella (1992), Barros (2018) e Camargo (2021) chamam atenção que, na arena da formação e participação políticas juvenis, o que se observa não é o desinteresse dos jovens pelo tema política, mas uma recusa ao perfil da organização política convencional; o que, para Barros (2018), pode explicar – por exemplo – o grande número de abstenção eleitoral nos últimos anos como fruto da apatia política desenvolvida pelos jovens, que não desacreditam das instituições, mas de suas representações que – por vezes – restringem a participação política juvenil ao voto:

A gente ainda acredita que as instituições sociais têm um papel fundamental. Dentro dos parâmetros da nossa sociedade, é inconcebível não ter essas estruturas que a gente precisa e confia nelas. Mas, infelizmente, elas são geridas por agentes políticos também. E acaba que esses agentes políticos, muitas vezes, são corruptíveis ou, digamos, irresponsáveis (J2, 2021).

Eu confio na política brasileira, não em quem está no poder. Mas, eu confio na política brasileira sim e eu vou confiar em toda circunstância. Enquanto estiver democrática, eu acredito, eu acho que tem como mudar [...]. Eu acho que desacreditar da política é um ato de comodismo que beira a ignorância (J4, 2021).

J3, fazendo associação ao seu sentimento em relação ao cenário político brasileiro atual, afirma que:

Com os episódios recentes, principalmente da última eleição para cá, eu comecei a cair em descrédito, numa desconfiança, numa desanimação, na verdade. Eu acredito na política [...] mas, atualmente, eu estou desacreditada com o cenário político no Brasil. Eu acho que a juventude tem que chegar

junto de verdade. Como eu não estou chegando junto, muitos jovens também não estão chegando, porque estão descreditados. A gente olha e vê sempre mais do mesmo, sempre, sempre, sempre... (J3, 2021).

J5 e J6, ao se referirem acerca do que vem a ser um jovem político, trazem uma ideia de juventude e política muito atrelada ao campo institucional perpassado pelo exercício do direito à cidadania através do voto e a ocupação de espaços de poder:

É fazer, minimamente, o seu papel. Entender quais são as consequências de votar em x ou y candidato. Entender são as propostas desse candidato, o que eles podem trazer de bom, de negativo e de positivo; e exercer a sua cidadania mesmo e poder votar, poder participar (J5, 2021).

É você participar, por exemplo, se filiar a um partido, estar atuando no grêmio estudantil, no diretório acadêmico. Participar dos debates e ocupar os espaços de poder do cotidiano (J6, 2021).

Contrariamente à visão de J5, J4 e J7 partem de uma concepção de jovem político articulada à ideia da política do cotidiano sem desprezar o importante papel que o jovem pode desempenhar no campo da política institucionalizada:

Um jovem político é aquele que não se isenta das questões políticas, não só as questões eleitorais, como entender a política no sentido macro também. O jovem político é aquele que não se isenta das discussões, que não se isenta de estar por dentro de tudo que está acontecendo (J4, 2021).

Um cidadão que entende quais são seus direitos e deveres, e o quão é importante sua participação no mundo a partir de engajamento político, entendimento sobre questões sociais, sobretudo que se é viver em sociedade (J7, 2021).

As falas dos jovens, que trazem diferentes percepções sobre política e ser político, são provenientes das experiências e interações sociais que subsidiam suas trajetórias e histórias de vida. Essa diferença de olhares, que ora se aproximam ora se afastam, produz maior diversidade aos debates e estudos sobre juventudes à medida que cada jovem está imerso numa determinada cultura e, através da intersecção com outras culturas e percepções, maximizam seus processos de formação e participação políticas (BARROSO; SOUZA; NEVES, 2020).

A reflexão sobre as percepções e os sentidos que os jovens atribuem à ideia de política, participação política e sujeito político na atualidade se ancora no fato que uma parcela significativa da juventude está, a todo momento, sendo mobilizada e mobilizando-se a transformar as realidades sociais e políticas brasileiras. Razão pela qual Barroso, Souza e Neves (2020) consideram que, nas últimas décadas, a participação política juvenil – sobretudo num contexto em que a internet aponta para outras maneiras de participação e formação

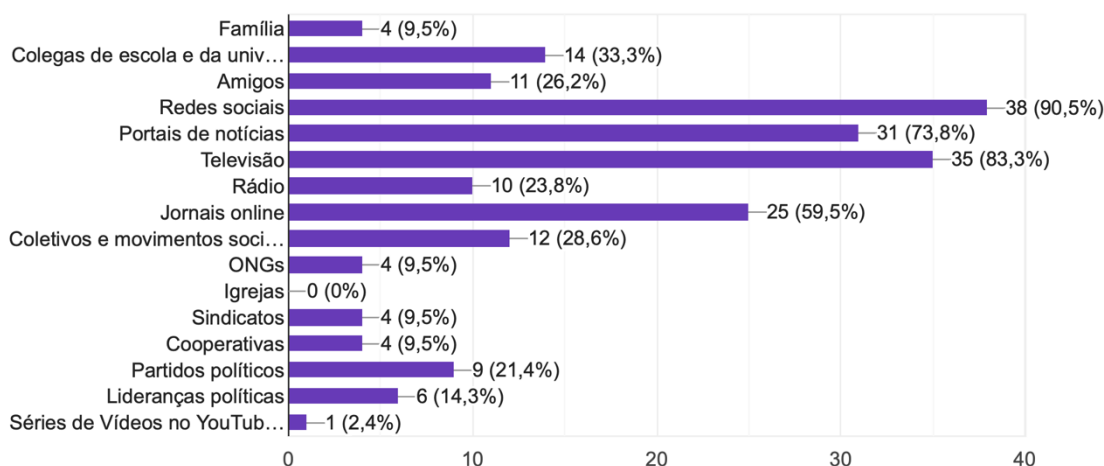
política – tem adquirido posição de destaque entre as questões que mais inquietam mundialmente.

Esse cenário, por sua vez, revela o quanto

os jovens são sujeitos desses processos e interagem com eles algumas vezes como protagonistas e beneficiários das mudanças e por outras vezes sofrem os prejuízos de processos de modernização, produtores de novas contradições e desigualdades sociais (CARRANO, 2012, p. 83).

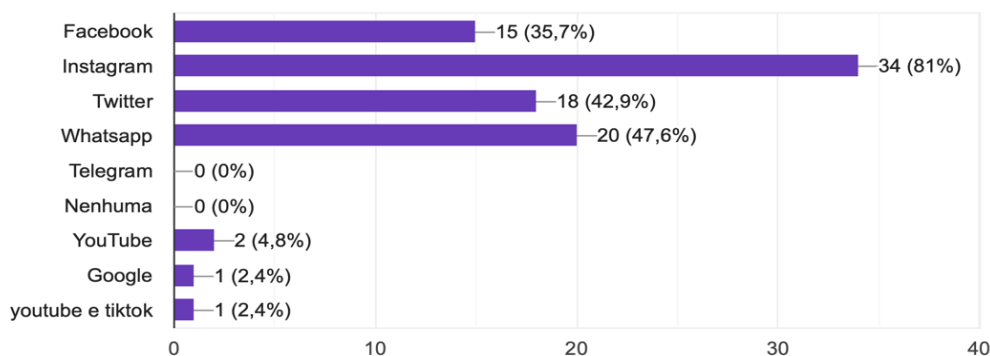
Como um dos principais elementos para perceber a ocorrência de alterações no comportamento político dos jovens ao longo dos anos é o fato que tem acontecido uma redução de importância dada às instituições tradicionais de socialização política, que refletem as agências de formação política juvenil e vêm sendo substituídas pelas TDIC, principalmente as redes sociais, conforme o gráfico 3 apresenta.

Gráfico 3: Principais fontes de informação sobre política.



Fonte: Trabalho de campo, gráfico gerado pelo *Google Forms* (2021).

Comparativamente e no ranking das principais fontes de informação sobre política, o gráfico 3 traz à tona que as redes sociais ocupam a primeira posição como principal fonte (90,5%), seguidas da televisão com 83,3%; sendo que o *Instagram* (81%) e o *WhatsApp* (47,6%) foram apontados pelos jovens como as principais redes sociais utilizadas para se informarem sobre política, de acordo com o gráfico 4.

Gráfico 4: Principais redes sociais que utilizam para se informar.

Fonte: Trabalho de campo, gráfico gerado pelo *Google Forms* (2021).

Os dados em tela indicam o fato que, apesar das agências tradicionais de formação política permanecerem exercendo – ainda que em menor proporção – uma influência no comportamento dos jovens participantes da pesquisa, a internet, sobretudo as redes sociais, tem se intensificado como novo agente de socialização política, conforme pode ser percebido nas falas de J3, J4 e J1:

A gente é bombardeado o tempo todo de notícias ou de informações, da hora que acorda até a hora de dormir. Então, as redes sociais influenciam no jeito como a gente entende política, na participação política da gente, nas escolhas que a gente tem, no dia a dia, na forma de enxergar certos episódios ou certos assuntos, diretamente. Às vezes, até mais do que a convivência em família (J3, 2021).

As redes sociais influenciam os jovens. Talvez, as pessoas que eles admiram, por algum motivo a opinião política delas se torna algo relevante, porque – por exemplo – uma jovem gosta de uma blogueira porque ela se maquia bem. Essa mesma jovem, que é apaixonada por essa blogueira, vai ser influenciada por uma opinião também dela política ou, talvez, por uma *fake news* que ela reproduzir, ela vai ter como verdade absoluta por causa da admiração que ela tem (J4, 2021).

A gente tem uma facilidade de saber das coisas, atinge o maior número de pessoas. As redes sociais atingem um público muito grande e esse é um fator positivo, por questões até de demonstrar erros da política, de cobrar às autoridades. Quando a gente vê a nossa rua toda cheia de buracos, que a gente filma e posta nas redes sociais, aquilo ali chama atenção de muita gente. Então, muitas vezes, a prefeitura, os vereadores tomam um posicionamento a partir daquilo ali (J1, 2021).

Importante chamar atenção, a partir das falas dos jovens acima, que na dicotomia informação-entretenimento por meio da conexão à internet é preciso considerar que, por vezes, tal conexão não ocorre – primeiramente – motivada pela busca por informação; tendo em vista que muitos jovens utilizam a internet com o objetivo de entreter-se. No entanto, o fato de estar inserido – na maior parte do tempo – nas redes sociais e nesses espaços estabelecerem relações e intercâmbios de ideias, posicionamentos e ideologias, as redes

sociais acabam assumindo posição privilegiada de fonte de informação, o que pode contribuir para que os jovens internalizem crenças e valores políticos.

Nesse sentido, concorda-se com Almeida, Almeida e Rodrigues (2014, p. 03) quando afirmam:

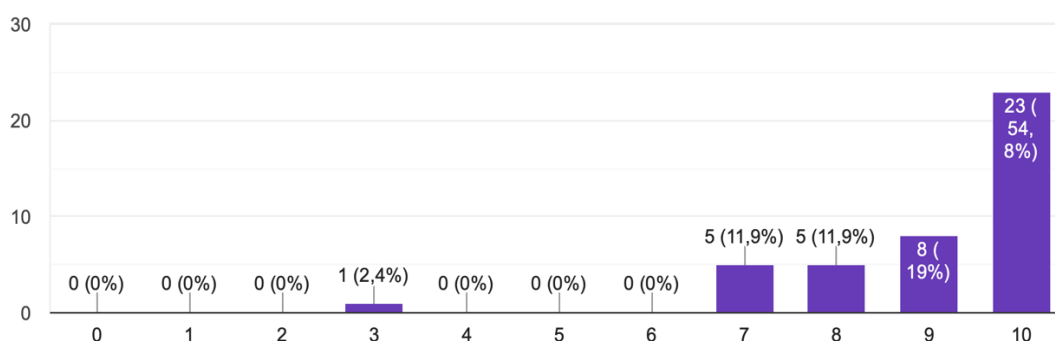
[...] a internet possibilitou o surgimento de novos campos para que qualquer pessoa conectada a grande rede opine, critique, exponha sua visão de mundo, transmita informações, participe do cenário mundial da comunicação, não só como consumidor de notícias, mas agora também como produtor.

Esse cenário, por sua vez, representa o conjunto de relações permeadas pelas novas técnicas que, dialogando com Martin-Barbero (2021), refletem os novos elementos sensoriais-perceptivos que incidem nas experiências humanas atuais no tocante aos processos de sociabilidade e socialização política através da tecnocomunicação enquanto um ecossistema que transversaliza as mediações culturais e formação identitárias dos sujeitos, principalmente dos jovens por serem estes os nativos digitais (PALFREY; GASSER, 2011).

Associando à ideia de técnicas e sensorio-perceptivo trazidas por Martin-Barbero (2021), encontra-se em Sodré (2013) – pela via do conceito de *bios* midiático – bases fundamentais para leitura e interpretação das novas relações interacionais e comunicativas através das TDIC e dos processos emergentes da midiatização, onde a relação com as tecnologias da informação e comunicação “[...] implica uma forma nova de vida, com um novo espaço e modo de interpelação coletiva dos indivíduos, portanto, outros parâmetros para a constituição das identidades pessoais” (SODRÉ, 2013, p. 23).

De 38 jovens que afirmaram que as redes sociais são sua principal fonte de informação sobre política, conforme aponta o gráfico 3, 31 jovens atribuíram graus de intensidade elevados (graus 9 e 10 da escala) à influência que as mídias digitais e redes sociais exercem na participação política dos jovens na atualidade, de acordo com o gráfico 5.

Gráfico 5: Influência das mídias digitais e redes sociais na participação política dos jovens.



Fonte: Trabalho de campo, gráfico gerado pelo *Google Forms* (2021).

As informações trazidas no gráfico 5 destacam que, devido à sua popularização, a internet e as redes sociais têm se constituído elementos muito presentes no cotidiano dos jovens, podendo-se considerar que as mídias digitais vêm se consolidando como ferramentas de formação e participação políticas. Esse fato pode ser explicado nas palavras de Barroso, Souza e Neves (2020) como consequência do uso da internet não apenas como um campo de entretenimento, mas como um espaço democrático de exercício político e que, portanto, precisa ser alvo de atenção nos estudos e pesquisas sobre juventudes.

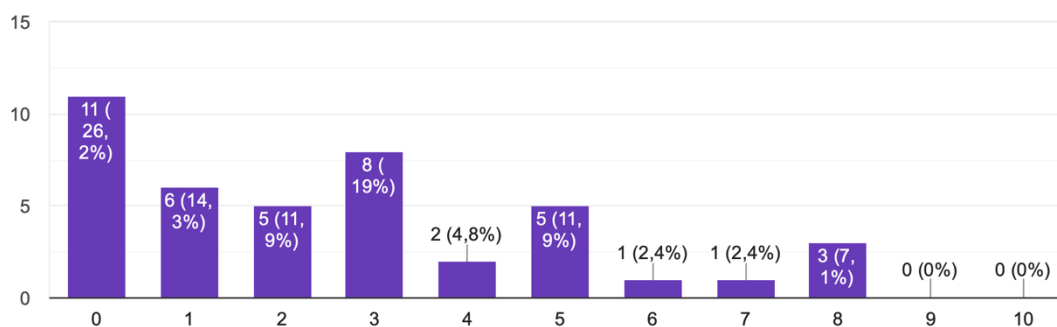
Tanto a análise do gráfico 5 quanto o processo de entrevistas realizadas evidenciam que os jovens têm aumentado seus círculos culturais, sociais e políticos por meio das TDIC, haja vista a exponencialidade com que as informações são acessadas e transmitidas. Desse modo, parece que as redes sociais têm assumido no meio da juventude espaço propício a diferentes nuances de formação e participação políticas, cuja

[...] principal característica corresponde à interatividade, que possibilita a troca de informações entre os usuários e com isso gerar conteúdos na rede sem recorrer a estudos avançados em tecnologia e grandes custos. As pessoas se tornam simultaneamente consumidoras e produtoras de informações, em um espaço acessível no qual todos oferecem colaboração (COUTINHO; BOTTENTUIT JR., 2007, p. 18).

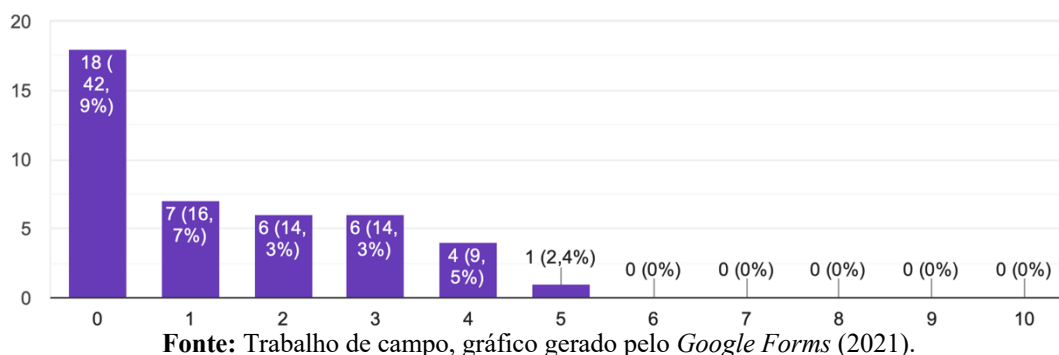
A dimensão empírica da pesquisa traz à tona que fatores relacionados ao contexto histórico-social articulados à realidade política do país, como o Brasil, podem produzir determinadas formas e percepções sobre como os jovens refletem e relacionam-se com a política em suas mais variadas instâncias, o que pode influenciar nos processos de formação e participação políticas das juventudes, sobretudo na perspectiva da política institucionalizada.

Desse modo, articulando a percepção dos jovens sobre a realidade do Brasil e a maneira como se sentem em relação ao contexto da política brasileira atual, percebe-se a grande falta de confiança dos jovens na política brasileira, assim como a baixa satisfação em relação ao cenário político brasileiro atual, conforme pode ser percebido nos gráficos 6 e 7.

Gráfico 6: Nível de confiança na política brasileira.



Fonte: Trabalho de campo, gráfico gerado pelo *Google Forms* (2021).

Gráfico 7: Nível de satisfação quanto ao cenário político brasileiro atual.

Fonte: Trabalho de campo, gráfico gerado pelo *Google Forms* (2021).

Para melhor interpretação dos gráficos 6 e 7, tomam-se como referência as falas de J8 e de J9:

Quando eu penso no Brasil de hoje, há um sentimento muito grande de desesperança e desconfiança em nós, jovens, nos processos de participação política, seja na esfera das microrrelações, seja na esfera das macrorrelações. E esse sentimento parece ter transformado o desejo da luta, da participação em indiferença. Não há como negar que o sentido das nossas ações políticas e, até mesmo, as ideias que construímos sobre política, tanto das relações do dia a dia quanto da política institucional, são atravessadas pelos perfis de representantes políticos que possuímos, sobretudo no cenário partidário (J8, 2021).

Cada dia é um sentimento diferente. Hoje é desespero. Sério, hoje, eu me vejo assim... desesperada. Eu vi, hoje, no *Instagram* uma imagem: “valor dos ossos: R\$ 4,00. Ossos são para serem vendidos, não para serem dados”. Gente, a gente chegou numa situação extrema onde as pessoas estão vendendo ossos [...] Cada dia eu acordo pedindo para alguma revolução ter acontecido enquanto eu dormia e algo ter se transformado; e a gente estar num país melhor, porque cada dia é um barco diferente. Um dia, eu acordo com raiva; outro dia, eu acordo triste; outro, desesperada (J9, 2021).

Tanto os gráficos 6 e 7 quanto as falas de J8 e J9, expressam que os sentimentos, as crenças e valores políticos dos jovens estão ancorados nas percepções, experiências e referências que possuem sobre o universo da política, principalmente a institucionalizada, que – conforme foi relatado por J8 – tem implicações nas outras relações políticas cotidianas, como aquelas que acontecem na família, escola, universidade, redes sociais, igreja, grupos de amigos, dentre outros espaços que atuam como formadores de opiniões, pensamentos e visões de mundo.

Importante reforçar – como já mencionado – que, apesar de apontarem descrença e desconfiança na política institucionalizada, há certo consenso entre os jovens no tocante à crença que depositam na importância e função das instituições políticas, cujo pensamento pode ser representado nas falas de J1 e J8:

Eu acredito muito nas instituições. Apesar dos pesares, acho que as instituições brasileiras são fortes, mesmo a gente vendo o Senado e a Câmara blefando. Mas, eu ainda tenho esperança. Não posso dizer que não acredito, porque – se eu não acreditasse nas instituições – eu estaria colaborando com os pensamentos do atual presidente da extrema direita [...] Eu acredito muito que essa situação vai mudar (J1, 2021).

Eu acredito no poder das instituições políticas e, principalmente, na política porque a gente é político o tempo todo em nossas vidas. Mas, pensando na política de partido, não me sinto representado pela maioria dos nossos governantes (J8, 2021).

A nível de contextualização e a fim de compreender as percepções dos jovens a partir da realidade em que seus “pés pisam”, destaca-se que, na época da realização desta pesquisa, o Brasil estava vivendo uma crise política e econômica de grande proporção e conduzido pelo presidente eleito Jair Bolsonaro, cujo sistema de governo se caracteriza pelo autoritarismo, imposição de políticas conservadoras e negacionistas em termos das conquistas e avanços da cultura, das artes e das ciências em geral. Totalmente discrepante em relação ao que está previsto na Constituição Federal de 1988.

Acredita-se, então, que os dados dos gráficos 6 e 7 reverberam os sentimentos de frustração, insegurança, descrença, medo e indignação dos jovens que, historicamente, constituem a matriz social da juventude brasileira e foram intensificados com a conjuntura política existente no período da realização da pesquisa, caracterizada de certo modo por um sentimento de desencanto com a política (BRASIL, 2005; GALLEGO, 2018).

De acordo com Baquero, Baquero e Moraes (2016, p. 1003),

a desconfiança nas instituições políticas é um traço quase universal entre os jovens. Entretanto, consideramos que, em países como o Brasil, a desconfiança nas instituições de mediação política, por parte da juventude, se constitui em constrangimento grave de constituição de uma cultura política democrática.

Para ratificar esta análise, a fala de J10 mostra-se contundente:

Estou com a esperança quase morta. Não vou dizer que acredito 100%. Se tiver pessoas certas com aliados certos em busca de causas sociais que vão trazer melhorias para a sociedade, eu acredito. Mas, eu acho que vai ser num futuro mais distante, é um futuro bem lá para frente. Não acredito que seja agora na minha geração ou próxima geração. Acho que vai ser um processo demorado. Mas, acredito sim (J10, 2021).

A partir da fala de J10 e tomando como referência todo o processo de pesquisa realizada em sua dimensão empírica, é possível afirmar a existência de um mal-estar vivenciado pela maioria dos jovens no tocante ao cenário político em que vivem e seus

processos de participação e formação políticas, principalmente em virtude da carência de políticas públicas que, de fato, dialoguem e atendam as reais necessidades básicas dos jovens.

Nesse contexto, no ranking de relevância atribuída pelos jovens a temas que são alvo de discussões e debates na vida política e pública, os jovens qualificam – em ordem decrescente – os temas a seguir sobre quais devem ser dada maior importância política na atualidade, conforme apresenta a tabela 2.

Tabela 2: Grau de importância no cenário político atual

Temas	Percentual (quantidade de jovens)
Educação	78,9% equivalentes a 33 jovens.
Saúde	76,2% equivalentes a 32 jovens.
Trabalho e Emprego	76,2% equivalentes a 32 jovens.
Combate ao racismo	76,2% equivalentes a 32 jovens.
Meio Ambiente	73,8% equivalentes a 31 jovens.
Direitos Humanos	64,3% equivalentes a 27 jovens.
Segurança Pública	61,9% equivalentes a 26 jovens.
Combate à Corrupção	54,8% equivalentes a 23 jovens.
Mobilidade Urbana	42,9% equivalentes a 18 jovens.
Arte e Cultura	42,9% equivalentes a 18 jovens.
Gênero e Sexualidade	42,9% equivalentes a 18 jovens.
Esportes e Lazer	26,2% equivalentes a 11 jovens.

Fonte: Trabalho de campo elaborado pelo autor (2021).

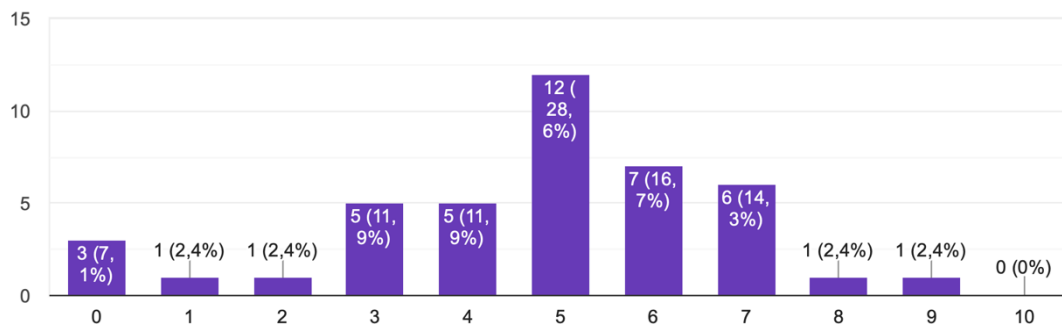
Os percentuais acima, ao indicarem o grau de importância que os jovens atribuem aos temas relacionados, levam a refletir – a partir da perspectiva da cultura política – os graus de expectativa e confiança atribuídos pelos jovens às instituições sociais e políticas. Em linhas gerais, pode-se dizer que os dados chamam atenção para as principais reivindicações dos jovens atualmente.

Assim, sem pretensão de discutir e esgotar todos os temas, cabe mencionar que a principal questão sinalizada pela maioria dos jovens é a educação, que ocupa posição de destaque dos anseios juvenis em virtude das mudanças que vêm acontecendo no Brasil e os próprios ataques de sucateamento e baixo investimento na educação.

A educação, ao estar no topo das reivindicações, pode representar um indicativo relacionado a todas as outras reivindicações, haja vista que a educação – principalmente para jovens das classes populares – se constitui num alvo de preocupação; pois é considerada pelos jovens como possibilidade de construção de um futuro melhor e, sem ela, torna-se mais difícil projetar o futuro em todas as outras áreas de suas vidas, inclusive no que tange a maiores possibilidades de ter acesso a uma formação que ofereça subsídios à formação do pensamento crítico.

Ainda relacionado aos sentimentos juvenis no campo da cultura política, em seus processos de formação e participação, quando questionados sobre o grau de confiança que possuem nas notícias relacionadas a política veiculadas pela mídia brasileira, o gráfico 8 expressa uma oscilação de graus na escala *Likert*, mas com baixíssima atribuição na intensidade de número 9 (1 jovem – 1,24%), nenhuma na intensidade de número 10 (0%) e com maior expressividade na intensidade de número 5 (12 jovens – 28,6%).

Gráfico 8: Grau de confiança nas notícias sobre política veiculadas pela mídia brasileira.



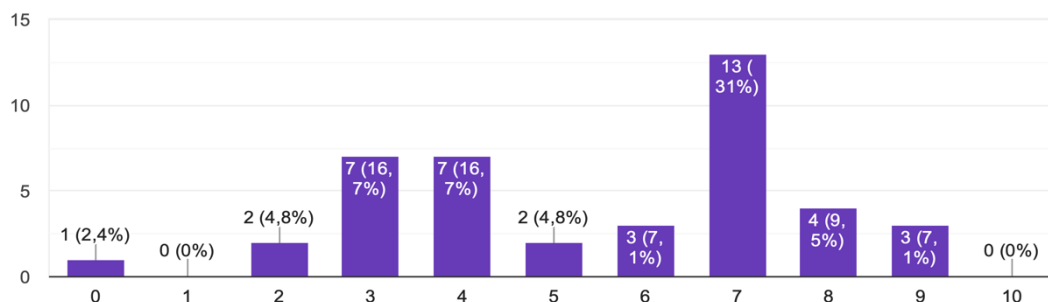
Fonte: Trabalho de campo, gráfico gerado pelo *Google Forms* (2021).

Ao revelarem, expressivamente, a falta de confiança nas notícias transmitidas pela mídia brasileira, os dados – quando comparados a relatos obtidos na entrevista – oferecem indícios para a compreensão que o alto grau de desconfiança acerca das notícias relacionadas a política está associado a dois fatores principais.

Primeiro, à crise no campo da comunicação – principalmente do jornalismo, haja vista que – frente ao contexto desafiador impulsionado pelas TDIC – uma parcela da imprensa tem recorrido a práticas sensacionalistas, partidaristas e que têm como objetivo garantir a audiência e/ou visibilidade, sem o devido tratamento com a informação e o compromisso com a realidade dos fatos. Há, ainda, os esforços da imprensa em retomar sua credibilidade perante a cultura da desinformação, que tem tomado grandes proporções nos últimos anos e, por vezes, é alimentada pela própria imprensa.

Este fenômeno, acreditam muitos, afeta profundamente o jornalismo, o seu lugar nas sociedades democráticas e a sua relevância social. Com a proliferação de falsificações nas narrativas sobre fatos políticos, parece que é o próprio jornalismo, a instituição a que historicamente se reputou o privilégio de nos assegurar sobre quais são, efetivamente, os acontecimentos da atualidade, que está sendo epistemologicamente questionado e desafiado (GOMES; DOURADO, 2019, p. 34).

O segundo fator diz respeito à descrença dos jovens nos processos de organização e funcionamento da política tradicional, sobretudo as práticas que se associam ao universo da mídia, principalmente televisiva, que podem – em maior ou menor proporção – manipular e influenciar as pessoas em suas decisões e escolhas cotidianas, conforme apresenta o gráfico 9.

Gráfico 9: Qualificação sobre o quanto a mídia brasileira influencia nas escolhas e decisões políticas.

Fonte: Trabalho de campo, gráfico gerado pelo *Google Forms* (2021).

Tomando como referência a escala *Likert*, o número 7 representa a maior intensidade (31% equivalentes a 13 jovens) relacionada ao quanto as notícias e informações sobre política veiculadas pela mídia brasileira influenciam nas escolhas e decisões políticas dos 42 jovens que responderam ao questionário.

Os resultados trazidos no gráfico 9, que expressam também oscilações, chamam atenção para dois elementos importantes: de um lado, é fato que a mídia exerce certa influência na tomada de decisões e escolhas dos jovens; por outro lado, as notícias e informações veiculadas pela mídia brasileira não representam em si o divisor de águas dos jovens em suas decisões e escolhas políticas.

Esse quadro é reflexo do fato que – na percepção dos jovens – a mídia brasileira não transmite segurança, confiança e compromisso no tratamento da informação. Em virtude disso, Kakutani (2018, p. 54) sinaliza que “desde a década de 1960, tem ocorrido uma queda progressiva da confiança nas instituições e narrativas oficiais”.

Ora, pensando no campo da política institucionalizada como referência-base para a percepção dos jovens sobre o mundo da política em seus repertórios e trajetórias de vida cotidianas,

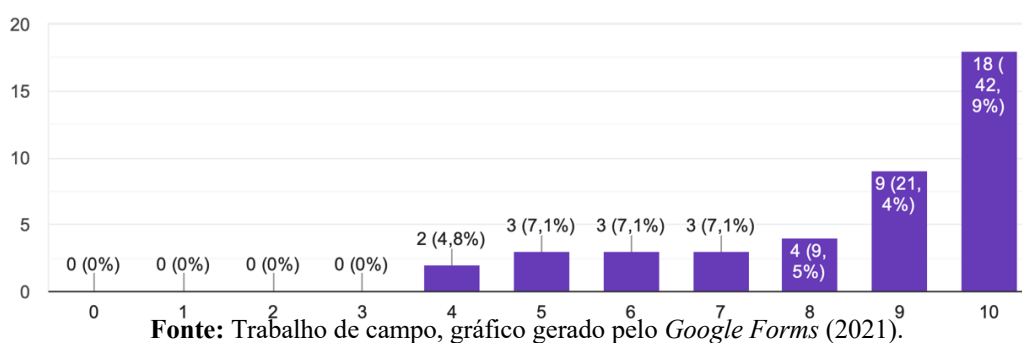
se presidentes da República, ministros e figuras proeminentes da política se tornam eles mesmos produtores ou disseminadores de histórias políticas falsas, se repetem incessantemente para os seus seguidores que *fake news* são as notícias produzidas pela grande imprensa e não aquelas fabricadas pela nova direita e se fazem questão de pregar a epistemologia tribal, quais as chances de se enfrentar a onda avassaladora de falsificações que parece comprometer tão intensamente a política democrática em nossos dias? (GOMES; DOURADO, 2019, p. 37).

Gomes e Dourado (2019) encontram empiria quando J3 aponta a relação existente entre as notícias e informações relacionadas a política veiculadas pela mídia e a influência que exercem nas escolhas e decisões políticas dos sujeitos, sobretudo num contexto caracterizado pela efervescência das *fake news*:

As *fake news* e os telejornais conseguiram eleger uma pessoa. A repetição daquele episódio o tempo todo também manipula. A *fake news* manipula? Ok, mata, manipula. Mas, outros tipos de notícias, de sites e de telejornal tornam o fato verídico também ou torna a pessoa presidente do país, como a gente está vendo. Aí, depois, também tem o processo inverso, que é a derrubada dessa mesma pessoa. Então, as *fake news* preocupam porque a gente vê que a mentira quando é repetida várias vezes, aqui no Brasil, acaba se tornando verdade (J3, 2021).

No âmbito dos desafios emergentes entre comunicação e TDIC, foi perguntado aos jovens se as *fake news* é um assunto que gera preocupação para eles. Conforme o gráfico 10 e considerando as intensidades mais elevadas (7 a 10), 34 jovens apontaram as *fake news* como um assunto muito preocupante.

Gráfico 10: Qualificação sobre o quanto se preocupam com as *fake news*.



Visando melhor compreensão dos dados ilustrados no gráfico 10, as palavras de J4 e J2 serão utilizadas como âncora analítica:

Claro, eu acho que o atual presidente da República foi eleito – dentre tantos outros horrores – por motivo das pessoas acreditarem em *fake news* [...] Como é um assunto de 2016 para cá, justamente por conta das eleições dos Estados Unidos, acho que é um grande nascimento, renascimento ou apogeu das discussões das *fake news* as eleições de 2016 nos Estados Unidos. Mas, eu acredito que as pessoas são norteadas pelas *fake news* e é cientificamente comprovado pelas pesquisas feitas nos Estados Unidos que o eleitorado foi influenciado, diretamente, no voto ou indiretamente pelas *fake news* lançadas nas eleições (J4, 2021).

Sim. A gente pode perceber nas eleições de 2018 o quanto de mentiras foi distribuído pelo governo Bolsonaro no período de eleição e o quanto isso influenciou na decisão das pessoas [...] assim como as informações sobre a cloroquina, que trazem um discurso científico, também alcançam outra população. Então, isso interfere sim, já interferiu e, provavelmente, em 2022 a gente vai ver a chuva disso; porque a gente está vendo na CPI que são caras com muito dinheiro que estão bancando tudo isso (J2, 2021).

As falas de J4 e J2 trazem à tona que num cenário social onde os jovens são os nativos digitais e, portanto, mantêm mais contato com as mídias sociais, os riscos das *fake news* tornam-se mais potenciais para o público jovem por se tratar de elementos, em sua essência,

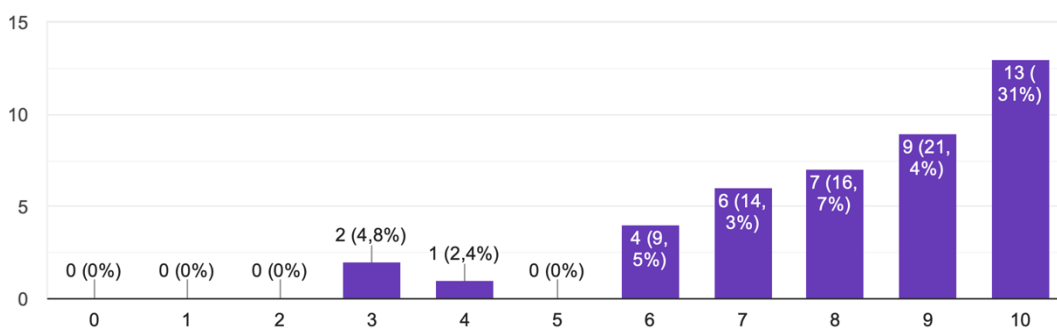
digitais, que são disseminadas rapidamente em grande escala e consumidas por diferentes públicos.

Articulando os resultados do gráfico 10 com as falas de J4 e J2 e tomando como base as contribuições de Gomes e Dourado (2019), pode-se dizer que as *fake news* são alvo de preocupação dos jovens por circularem em ambientes digitais de convivência, que se constituem enquanto espaços redes sociais onde trafegam – além de informações – afetos, sentimentos, subjetividades e identidades.

Nesse sentido, *fake news* são, hoje, parte importante da dieta de informação obtida digitalmente [...] a crescente digitalização da vida inclui a intensa digitalização de tudo o que a vida comporta, inclusive a atividade de falsificar e alterar fatos para manipular as pessoas politicamente” (GOMES; DOURADO, 2019, p. 36).

Se 27 jovens sinalizaram que as *fake news* são um tema de grande preocupação na atualidade, o gráfico 11 indica que – nas maiores intensidades (8 a 10) – 35 jovens afirmam verificar a fonte de uma informação antes de compartilhá-la.

Gráfico 11: Qualificação sobre o quanto verificam uma informação antes compartilhá-la.



Fonte: Trabalho de campo, gráfico gerado pelo *Google Forms* (2021).

O ato de buscar a veracidade de uma informação não é um fenômeno recente. Entretanto, nos últimos anos, o aumento da disseminação de notícias falsas tem transformado a forma como as pessoas consomem informações por meio da rede cibernética. Afinal, as *fake news* podem ser encontradas em vários lugares e apresentam-se em classificações e formatos diferentes, como em textos, vídeos, imagens e áudios (WARDLE, 2018).

O estudo “Iceberg Digital” publicado em 2020 pela empresa de cibersegurança Kaspersky, em parceria com a empresa CORPA na América Latina, chama atenção que cerca 62% dos brasileiros não sabem reconhecer uma notícia falsa. O estudo compara as *fake news* a “icebergs digitais”, que representam links, imagens, aplicativos e sites que, num primeiro momento, tentam demonstrar superficialidade e inofensibilidade. No entanto, camuflam grandes perigos, na maioria das vezes, desconhecidos.

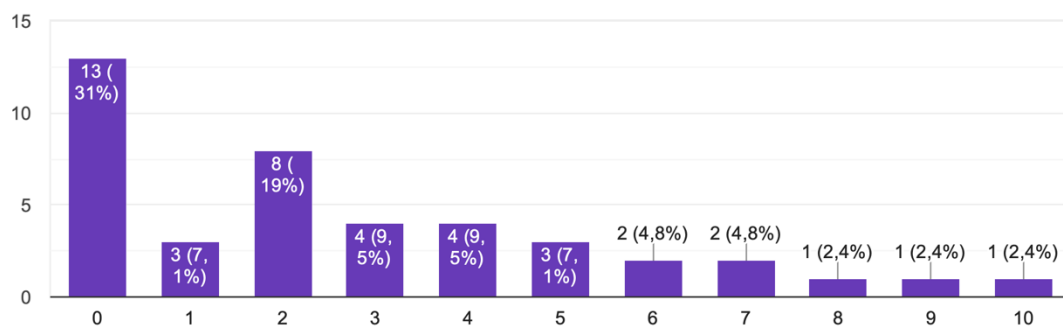
Em vista disso, não há dúvidas que: quanto mais despreocupada for a navegação na internet, maiores são as chances dos sujeitos não reconhecerem os perigos ocultos na internet. Bem como não conseguirem diferenciar uma informação real e falsa. E, assim, acabem ficando mais vulneráveis aos ciberataques.

Assolini (2020, p. 01), pesquisador de segurança da Kaspersky no Brasil, diz que:

Assim como os icebergs, nem tudo o que vemos na internet é o que parece ser. Nas profundezas do mar, é possível esconder uma enorme massa de gelo capaz de afundar um navio de uma só vez, se acreditarmos apenas no que se vê na superfície. Podemos usar este exemplo para explicar as *fake news*, e-mails com links maliciosos, ofertas fraudulentas via SMS e até mesmo imagens que compartilhamos com colegas de trabalho. Ações aparentemente inofensivas podem gerar enormes danos pessoais e profissionais (BRASIL, 2020).

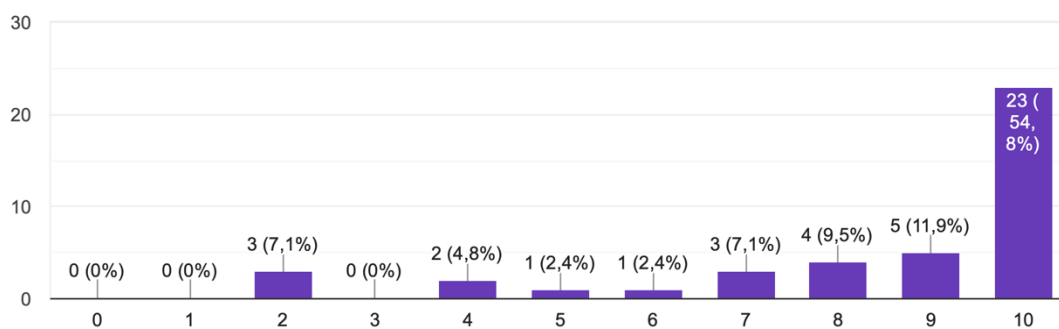
No tocante à influência que as *fake news* já exerceram na escolhas e decisões políticas dos 42 jovens, o estudo mostrou que a maioria dos jovens afirma não terem sido influenciados pelas *fake news*, como mostra o gráfico 12. Entretanto, conforme o gráfico 13, a maioria dos jovens considera que as *fake news* podem influenciar nos processos de participação e formação políticas das juventudes, bem como comprometer a formação política das próximas gerações, segundo o gráfico 14.

Gráfico 12: Qualificação sobre o quanto as *fake news* já influenciaram em suas escolhas e decisões.



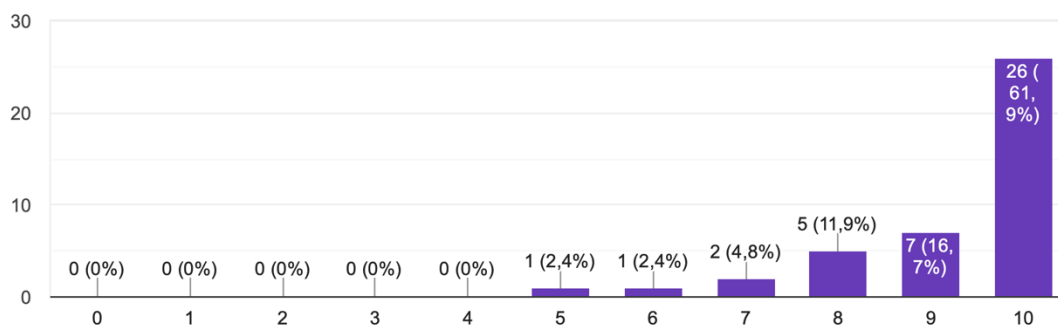
Fonte: Trabalho de campo, gráfico gerado pelo *Google Forms* (2021).

Gráfico 13: Qualificação sobre o quanto as *fake news* podem influenciar na formação e participação políticas juvenis.



Fonte: Trabalho de campo, gráfico gerado pelo *Google Forms* (2021).

Gráfico 14: Qualificação sobre o quanto as *fake news* podem comprometer a formação política das gerações futuras.



Fonte: Trabalho de campo, gráfico gerado pelo *Google Forms* (2021).

Os resultados dos gráficos 12, 13 e 14 quando colocados em ponto de pauta na entrevista realizada com os 10 jovens trazem elucidacões importantes para o entendimento da pesquisa em sua dimensao quantitativa. Na percepcao de J7, “[...] as *fake news* podem formar opinioes. Os jovens podem se basear em *fake news* para criar, emitir e ter opinioes”.

Um dos primeiros aspectos a serem observados e que, embora os jovens nao sejam os sujeitos que mais compartilham *fake news*, eles chamam atencao que e preciso que os jovens fiquem atentos aos riscos presentes nos acessos e navegacoes desatentas e despreocupadas, principalmente nas redes sociais.

Somos as pessoas mais inclinaveis a compartilhar *fake news*, porque estamos a todo momento nas redes sociais e nos alimentamos daquilo que acessamos. Nem sempre checamos as informacoes e nao checamos porque, as vezes, sao assuntos que nao nos interessam ou sao assuntos que a gente fica indiferente mesmo. Tem assunto de politica, por exemplo, que a gente ja esta tao cheio de ouvir e nao saber em quem confiar, que acabamos nao buscando saber se a informacao e verdadeira ou nao (J8, 2021).

J4, por sua vez, ao relatar sobre suas percepcoes acerca da influencia das *fake news* no processo de formacao politica, bem como nas escolhas e decisoes politicas dos jovens, considera que:

Nao tenho tanta certeza que de maneira tao frontal nos jovens, porque eu acho que como temos mais contato com fontes, com o proprio manuseio das ferramentas digitais, eu acho que na juventude as *fake news* tem menos terreno para serem cultivadas, para brotar, do que as pessoas que nao sao jovens; talvez, nao nasceram nem tiveram sua juventude nesse advento da internet, da informatizacao das coisas.

As falas de J8 e J4 reforcam aspectos trazidos por Mello (2020) em sua obra “*A maquina do odio*”, na qual a autora – alem de evidenciar que as *fake news* tem sido instrumento de desinformacao usado por diferentes sujeitos – oferece pistas ao entendimento

que o público jovem é o grupo que menos compartilha *fake news*. No entanto, esse fato chama atenção que os jovens formam o grupo mais vulnerável à recepção de *fake news* por serem considerados nativos digitais e, desse modo, são mais ativos nas redes sociais e – na maioria das vezes – os que menos verificam as fontes das informações e a veracidade dos conteúdos.

Quanto a este aspecto Assolini (2020, p. 01) afirma:

Um apuramento realizado pela DN Pontocom mostra que os jovens são os mais inclinados à compartilharem *fake news*, pois são os mais ativos nas redes sociais e os que menos checam as informações do conteúdo. Entre os entrevistados da geração Z (nascidos entre 1990 e 2010), sete em cada dez leem apenas o título das informações, quatro em cada dez compartilham, sem checar, opiniões de pessoas em que acreditam – e três em cada dez são influenciados por familiares. A geração Y (nascidos entre 1980 e 1990) mostra maior cuidado: seis em cada dez checam mais de uma fonte de uma mesma informação. E os da geração X (nascidos até o início dos anos 1980) são influenciados por intelectuais e em sua maioria leem a notícia completa (BRASIL, 2020).

J8 diz que, às vezes, os jovens podem não compartilhar *fake news*, mas – a depender das páginas de internet que seguem e das redes sociais onde estão inseridos – acabam consumindo e alimentando-se de *fake news* e isso reverbera na forma como eles leem e atuam no mundo.

Conheço amigos que, de fato, não são de compartilhar *fake news*, até porque muitos deles têm preguiça de verificar as fontes das informações. Mas, quando estamos juntos entre amigos conversando e falamos sobre questões do dia a dia, por exemplo, percebo que alguns deles justificam suas visões a partir de páginas que seguem no *Instagram* e grupos de *WhatsApp* que fazem parte, por exemplo, e as informações, na maioria das vezes, não têm nenhum fundamento. Mas, é naquilo que eles acreditam e levam para suas vidas como se fossem verdades (J8, 2021).

A percepção de Bruno é reforçada nas palavras de J2, quando traz também elementos relacionados à influência que personalidades públicas podem exercer na crença e disseminação de *fake news*, conforme sinalizado por Assolini (2020):

Eu observo muito esse movimento de idolatria a atores políticos, que eu acho que é uma das coisas que mais influenciam hoje os jovens [...] querendo ou não, os jovens [...] acabam por seguir atores políticos e pensadores que reproduzem muito dessas *fake news* a partir de um discurso muito belo. Então, a gente tem – por exemplo – pessoas, atores políticos, como os próprios filhos do Bolsonaro, o próprio, o Olavo de Carvalho e outras pessoas conservadoras que estão nas mídias sociais e que reproduzem isso o dia todo: textos, vídeos, argumentações. Então, utilizam esses meios fáceis para chegar muito nessa juventude e o seguir é muito fácil (J2, 2021).

Paralelamente, J2 ressalta como elementos da inteligência artificial podem corroborar na produção, difusão e acesso às *fake news*:

E, assim, o algoritmo serve a isso, então ele só vai pegar informações que são similares e encher a rede social do jovem; assim como a minha também. Por exemplo, eu não recebo nos meus *reels* vídeos e informações a partir dos discursos de atores políticos de direita ou conservadores. Eu recebo de atores políticos de esquerda, de críticos, de filósofos da esquerda, porque o mecanismo é dessa forma. Então, eu acho que gira muito em torno disso: dos mecanismos de mídia, dos representantes políticos que são notados, que são vangloriados por essa juventude (J2, 2021).

O conteúdo presente na fala de J2 reflete a ideia que “as fake news também contam com sua lógica própria na semântica dos algoritmos, aproveitando-se da bolha onde o usuário se encontra” (BRANCO, 2017, p. 60); cuja fala pode ser, também, ilustrada pelo exemplo hipotético dado por Itagiba (2017, p. 3-4):

O usuário X é contra o partido Y, que está na presidência do País. Diariamente, X expressa sua opinião usando *hashtags* como #foraY ou #vazaY. Diversos robôs controlando perfis falsos são programados para varrer as redes sociais em busca de usuários que utilizam as *hashtags* mencionadas. Após a identificação, *bots* executam o resto de sua programação, enviando mensagens falsas sobre o partido Y para o usuário. O usuário então passa a compartilhar essas informações com seus amigos.

J4 considera que as *fake news* são uma espécie de câncer que corrói, adoece e traz grandes consequências para a sobrevivência das sociedades, sobretudo, democráticas:

Eu acho que a *fake news* é um câncer no contexto onde ela está inserida: ela é silenciosa ou pode ser silenciosa no início, mas causa um bum extremo. Ela adoece, ela mata, ela adoece conjunturas, ela adoece pessoas, causa confrontos, ela revela sentimentos [...] ela realmente mata, adoece, é silenciosa e, ao mesmo tempo, devastadora [...] As *fake news* comprometem a curto, médio e longo prazo qualquer tipo de contexto político (J4, 2021).

O olhar de J4, que parte do princípio que as *fake news* exercem influência tanto nas micro como nas macrorrelações sociais, é reforçado por J1 quando se refere aos seus efeitos no cenário da política institucionalizada e comprometimento da formação política desta e das futuras gerações:

As *fake news* têm um poder muito grande. A mamadeira de piroca, o *kit gay*... essas coisas tudo foi *fake news* e muita gente acreditou [...] Não é à toa que o atual presidente ganhou as eleições na base das *fake news* [...] E as *fake news* influenciaram a decisão de muitos jovens, se deixaram levar, achando que ia melhorar. As *fake news* podem comprometer de uma forma muito ruim as gerações futuras. Se os jovens entendem que um presidente ganhou as eleições através de *fake*

news, por que é que eles não podem conseguir um emprego através da mentira? Por que é que eles não podem ter um diploma através da mentira, falsificando? As *fake news* são isso: é mentira, é algo que não é real. Então, se eu entendo que meu governante pode fazer isso, eu posso também. As gerações futuras podem ser prejudicadas com isso (J1, 2021).

A fala de J1 coaduna com a visão de Gomes e Dourado (2019) quando os autores afirmam que a política institucionalizada e seus representantes servem, também, como pontos de referência para a construção política juvenil, sobretudo em suas relações cotidianas e vivências políticas nos seus micros espaços.

Na percepção de J10,

As *fake news* estão sendo um problema do século [...] Isso acaba influenciando o processo de amadurecimento dos jovens, porque vêm muitas informações errôneas e, se a gente não tiver aquele cuidado de saber filtrar, de quais sites é melhor pesquisar, a gente acaba abraçando uma ideia errada. Um exemplo disso foi sobre a questão de tratar a sexualidade na escola, que falaram que ia ter mamadeira de piroca e vem toda aquela questão que, se você não tiver discernimento, se você não for um jovem que pesquisa, se você não for um jovem que lê, você acaba abraçando aquela ideia e passa aquela ideologia para dentro de sua casa, para o seu convívio social, família, amigos e vai se reproduzindo, reproduzindo e acaba interferindo. A pessoa tem aquilo como se fosse uma verdade absoluta (J10, 2021).

Para J9, as *fake news* podem influenciar na formação e participação políticas dos jovens a partir dos seus pontos de referências relacionados aos grupos de socialização política e sociabilidades dos quais os jovens são parte integrante:

A partir do momento que você recebe determinada informação, que você lê e acredita naquilo, você está sendo influenciado. Por mais que a *fake news* esteja como algo falso, ela influencia de algum modo, porque você, recebe de alguém conhecido, acredita que seu conhecido está passando uma informação verídica, aí você passa a informação adiante (J9, 2021).

Neste sentido, quando a maioria dos jovens afirma que as *fake news* podem influenciar em sua tomada de decisões e escolhas políticas, bem como podem comprometer a formação política das gerações futuras, há que se considerar [que]: “a prevalência de histórias falsas *on-line* erige barreiras à tomada de decisões políticas esclarecidas e torna menos provável que os eleitores escolham com base em informações genuínas, em vez de mentiras ou ‘distorções’ enganosas” (PERSILY, 2017, p. 70).

Ao apontarem as *fake news* como instrumentos que, potencialmente, podem influenciar a tomada de decisões e escolhas políticas das juventudes, os jovens entrevistados

sinalizam que um dos maiores desafios postos na atualidade é a disputa pela “verdade” frente à utilização da “mentira” como mecanismo político, de formação de subjetividades e autodefesa.

Por esta razão, conforme a literatura consultada e os dados levantados e analisados, tudo indica que a luta contra as *fake news* é um fenômeno político e epistemológico, principalmente quando vistas pela perspectiva da colonialidade de mentes (MORONI, 2021). Ao afirmarem que as *fake news* podem comprometer os processos de formação e participação políticas das próximas gerações. Parece que os jovens oferecem pistas para a crise epistêmica instalada pelas *fake news*, sobretudo no tocante à desqualificação das instituições e instâncias sociais que – convencionalmente – assumiram posição de credibilidade e confiança.

Contudo, talvez agora e de forma mais intensa, as *fake news* colocam em xeque o campo de conhecimentos e saberes construídos pela ciência, pesquisas, universidades e a área da comunicação, principalmente com ascensão dos movimentos de grupos conservadores, como aqueles associados a Trump e Bolsonaro (POUBEL, 2017; RUEDIGER, 2017; GOMES; DOURADO, 2019).

Neste ínterim, Gomes e Dourado (2019, p. 37) afirmam que:

[...] paralelamente ao esforço de produzir o descrédito da mídia considerada irremediavelmente comprometida, sustenta-se uma peculiar epistemologia tribal (ROBERTS, 2017), segundo a qual um relato é verdadeiro ou falso não em função dos fatos a que se referem, mas em virtude dos valores que reforçam, dos princípios que sustentam. Se a objetividade e a neutralidade estão irremediavelmente perdidas, o que é bom para nós é verdade e o verdadeiro é tão somente o que é bom para nós.

Dessa maneira, falar do poder que as *fake news* exercem sobre os processos de formação e participação políticas dos jovens na atualidade significa considerar a proporção da onda avassaladora de notícias falsas e narrativas sem compromisso com a verdade que têm ocupado os ambientes digitais de convivência e, com isso, comprometido a oxigenação da democracia.

Neste sentido e nas palavras de J2, a proliferação de *fake news* – enquanto um fenômeno que descaracteriza os fatos, criam falsas narrativas com “cara de verdade” e constroem estereótipos – acontece de forma rápida e atinge diferentes públicos, porque

as *fake news* utilizam um diálogo que é errôneo, falso, mas que utiliza uma contextualização bonita, traz elementos verdadeiros para contextualizar; e acaba que as discussões sobre a gente pensar o que é verdadeiro e o que é falso não são hegemônicas. As pessoas não costumam pesquisar o que está sendo dito e acaba que vem aquele discurso pronto e a reprodução também é pronta. Isso funciona tanto

na vida real (do discurso que a gente diz) quanto pensando nesse paralelo com as redes sociais. Então, as *fake news* funcionam dessa forma e isso ludibria as pessoas sobre o que acontece de verdade e o que é falso [...] Então, é muito nesse sentido de facilidade do discurso, pouca argumentação crítica, muita reprodução do que é dito (J2, 2021).

Ao abordar aspectos relacionados à falta de argumentação crítica e reprodução de informações, a maioria dos jovens entrevistados considera que, para combater as *fake news* e formar os sujeitos para o acesso e consumo de informações de qualidade, a educação – sobretudo a escola – é a principal instituição que poderá contribuir na formação desta e das próximas gerações, principalmente no processo de educação para lidar com as relações emergentes do campo da inteligência artificial.

Ao apontarem a mudança de comportamento por meio da educação como um caminho necessário tanto à responsabilidade de uso da internet quanto ao combate das *fake news*, os jovens dialogam e reiteram com a afirmação de Branco (2017, p. 61):

[...] só existe um caminho mais seguro para se escapar das *fake news* e de seus efeitos perversos: alfabetização digital (*media literacy*). Não que esta conclusão seja original. É quase sempre por meio da educação e do uso responsável da tecnologia que logramos sair de um lugar para chegar a outro, melhor. Trata-se de um caminho longo, demorado e que demanda esclarecimento incessante e esforço coletivo em repudiar notícias falsas e estimular a busca por fontes alternativas e seguras de informação. Talvez sejam as *fake news* o fio de Ariadne que vai nos ajudar a sair do labirinto em que nos encontramos. Ou, neste caso, da bolha.

J3, a partir de uma perspectiva freireana, considera que a escola ainda é um espaço privilegiado de formação dos sujeitos e, portanto, ela acredita que o ambiente escolar se constitui num importante lugar para o exercício dos primeiros passos de formação da vida para a vida:

As gerações futuras vão ser formadas por essa geração de agora. Se a gente não consegue ter um senso crítico mínimo de saber se uma coisa é verdade ou do impacto que essa mentira está trazendo para a vida, as próximas vão ficar comprometidas [...] A formação crítica que Freire traz muito essa questão de tomar decisões, de saber interpretar o cotidiano [...] E a escola é o ponto-chave. Eu sei que a escola tem muitas atribuições, a gente despeja muitas responsabilidades, mas ainda é o lugar que tem espaço para fazer esse tipo de formação, de convidar as pessoas a pensar criticamente sobre o que fazem (J3, 2021).

Quanto a este aspecto, J10 afirma que:

Eu acredito que, desde a escola, já era para a instituição fomentar dentro da gente essa vontade pela política; até porque a nossa vida, a sociedade é movida pela política. Então, acredito que muitos jovens

ainda são levados por pensamentos deturpados, achismos e, até mesmo, pensamentos de outras pessoas; porque não conseguem ter uma formação propriamente dita. Por não ter conhecimento, acaba se levando num quadro de achismos, de *fake news*, acabam buscando por informações em sites que não são seguros, com colegas, em *Instagram* e isso acaba por deturpar toda uma ideologia de política. E sem contar que tem aquele preconceito: ah, política não se discute. Mas, eu acho muito importante discutir política no nosso convívio familiar, dentro das instituições, em todos os âmbitos, até porque é o que nos move (J10, 2021).

Tomando como referência os relatos de J3 e J10, percebe-se – através das falas de J8, J9 e J10 – que um dos maiores desafios na atualidade, inclusive posto à escola, talvez seja orientar e incentivar as juventudes a consumirem informações de qualidade:

Boa parte de nós, jovens, não tem o costume de ler muito, ficamos o tempo todo no celular e, na maioria das vezes, o que a gente quer é visibilidade através de compartilhamentos e curtidas. A falta de prática de leitura com a navegação na internet sem atenção acaba ajudando para que a gente, às vezes, compartilhe *fake news* ou, quando não compartilhamos, podemos acreditar na informação somente pela leitura do título. A maioria de nós não tem o hábito de abrir os textos, principalmente, para fazer a leitura completa ou ficar olhando quais são as fontes, de que período é aquela informação (J8, 2021).

Querendo ou não, os jovens hoje são os que mais utilizam as tecnologias [...] Falta a questão política, a questão da visão. Está faltando muito isso nos jovens de hoje [...] Os jovens acabam focados muito na questão tecnológica, absorvendo tudo que está sendo dado sem fazer o filtro, sem pesquisa, sem entender melhor como é dada situação e acabam aceitando qualquer tipo de informação que é dada, infelizmente (J9, 2021).

A gente está numa era de poucas leituras, de jovens que estão ali na internet, mas não estão em busca de aprofundar. Muitos jovens, não vou dizer todos, mas a maioria [...] Os jovens são o futuro do Brasil, mas eu fico bastante preocupada com essa nova geração. É uma geração que tem muito descaso em determinadas áreas que temos que estar ativos. Não veja essa preocupação. A nossa sociedade está muito dispersa, tem muita *fake news* [...] A gente não é ensinado a gostar de política, a se envolver em política (J10, 2021).

Ao trazerem suas visões sobre a necessidade de uma formação mais crítica, reflexiva, questionadora e que instigue o exercício de pesquisar, os jovens partem do princípio que a participação política não é uma ação que se dá limitada ao campo da política partidária, mas deve ser vista como uma prática cotidiana que perpassa todas as relações no âmbito social, cultural, econômico, político, familiar e ideológico. Dessa maneira, a participação política é considerada pelos jovens como uma temática que deve ser mais discutida, principalmente nos

espaços de educação formal, com o objetivo que os sujeitos aprendam a participar participando, como preconiza Freire (2011, 2013).

Desse modo, quando os jovens apontam que as *fake news* são capazes de incidirem sobre seus processos de formação e participação políticas e que um dos caminhos mais viáveis de combate às *fake news* é a politização juvenil no sentido de uma formação política que lhes forneçam subsídios para ler e interpretar o mundo criticamente, eles estão chamando atenção também que participar da vida politicamente não é uma ação constante, um modo de vida que faz parte da trajetória histórica da humanidade (BODERNAVE, 1994; FREIRE, 2011, 2013).

E, portanto, a construção de uma visão mais ampla sobre a ideia de participação não é algo nato, está associada também a processos de aprendizagem, o que a configura como elemento essencialmente cultural que está a serviço de diferente intencionalidades e interesses, conforme as relações de poder que se estabelecem na vida em sociedade (BODERNAVE, 1994; GOHN, 2019, 2019)

5. Considerações finais

O estudo em tela, ao trazer as percepções de jovens sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas, mostra a influência da internet – sobretudo das redes sociais e mídias digitais – enquanto nova agência de socialização política que tem permeado o campo da tomada de decisões e escolhas juvenis. Mas, sem desconsiderar a posição privilegiada que as agências tradicionais de socialização política, como a família e a escola, continuam a desempenhar como espaços de referência para os jovens.

No tocante à internet, os resultados da pesquisa evidenciam que uma boa parcela dos jovens deposita grande confiança nas informações que circulam na internet, principalmente nas redes sociais, que estão entre as suas principais fontes de informação. O que significa dizer que as redes sociais atuam para além de um ambiente de lazer e entretenimento, mas representam também um espaço de formação das subjetividades juvenis, onde – por meio do arsenal de informações produzidas e compartilhadas cotidianamente – são forjados comportamentos, posicionamentos políticos e visões de mundo.

Imersos no ambiente cibernético, a formação e participação políticas juvenis parecem acontecer no sentido inverso dos processos convencionais. Isto é, as relações construídas com as TDIC possibilitam aos jovens estruturarem comportamentos, experiências e atitudes por meio da autossocialização tomando como base o campo de mediação das tecnicidades advindas dos novos sensoriais perceptivos que se relacionam a processos formativos

(MARTIN-BARBERO, 2021) perpassados por um contexto *bios* midiático, que reconfigura as experiências dos sujeitos no tocante à sua formação e participação políticas na atualidade (SODRÉ, 2013).

A pesquisa traz à tona que a visão dos jovens sobre política continua sendo impactada pela cultura política existente, principalmente pelas suas referências de política institucionalizada. Embora os jovens concebam política numa perspectiva ampla que comunga com a ideia de que política é um assunto que perpassa as relações humanas cotidianamente, em suas falas recorrem e tomam a política institucionalizada como principal referência para justificarem suas percepções, posicionamentos e visões de mundo.

Dessa forma, ao olharem para seus processos de formação e participação políticas, os jovens – na maioria das vezes – partem de uma percepção negativa caracterizada pela descrença nos moldes tradicionais da cultura política existente e frustração relacionada aos representantes político-partidários. Entretanto, não descreem do papel fundamental e potencializador que as instituições políticas possuem e de outras possibilidades de participação política, como aquelas ligadas ao campo das tecnicidades.

Fazendo o cruzamento de dados no que tange às percepções que os jovens possuem sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação é de suma importância ressaltar que não se constitui finalidade – neste trabalho – generalizar conclusões, tendo em vista a diversidade de jovens que participaram da pesquisa e a natureza amostral da pesquisa composta por 42 jovens que responderam ao questionário e 10 jovens que participaram da entrevista semiestruturada.

O escopo da pesquisa desenvolvida explorou o fenômeno das *fake news* a partir dos olhares e entreolhares de jovens relacionados ao possível caráter influenciador que as *fake news* podem exercer em seus processos de formação e participação políticas. Os dados revelam que, apesar dos jovens considerarem que não fazem parte do grupo que mais compartilha *fake news*, eles acreditam que as *fake news*, potencialmente, podem representar um papel decisivo e preocupante na tomada de decisões e escolhas políticas da juventude, principalmente quando se refere ao campo da política institucionalizada.

Imersos em grupos de socialização política e sociabilidade, como a escola, a família, a igreja, os amigos, os processos de transmissão de preferências, símbolos, atitudes, escolhas, representações de mundo e comportamentos políticos incidem sobre a formação política dos jovens e, ao mesmo tempo, concretizam seus diferentes modos de participação política. Dessa maneira, há que se considerar que – ainda que os jovens não formem o público que mais dissemina *fake news* – os grupos de socialização política e sociabilidades se constituem,

também, como lugares de construção de suas referências políticas e, como tal, ocupam certa centralidade na construção das identidades políticas coletivas e individuais dos jovens.

A pesquisa aponta, portanto, que as *fake news* podem exercer uma forte influência na formação e participação políticas dos jovens por meio de duas vias, principalmente: seja pelo acesso direto às informações falsas, sem o devido aprofundamento e tratamento dado à confiabilidade e credibilidade das fontes e informações, especialmente através dos processos de autossocialização. Como, também, através da incidência da socialização política e sociabilidades que coloca os jovens, também, em contato direto com outros sujeitos e consigo por meio de repertórios de identificação e diferenciação capazes de produzir sentidos e efeitos em sua formação e participação políticas.

Quanto a este aspecto, os jovens compreendem que as *fake news* promovem o enfraquecimento da democracia, bem como dificultam a devida percepção sobre os limites entre liberdade de expressão e os discursos prejudiciais, o que reverbera tanto na formação quanto na participação política dos jovens, uma vez que a disseminação de *fake news* pode incidir no enfraquecimento das instituições e na indiferença dos jovens quanto à distinção entre o que é verdadeiro e falso.

A ausência de literacia digital é apontada pelos jovens como um fator que contribui para a carência da formação política crítica e de uma perspectiva de visão sobre participação política para além dos marcos político-partidários ou da militância, haja vista que o mau uso das ferramentas digitais, bem como a navegação e o compartilhamento de informações de maneira desatenta representam riscos às relações, sobretudo democráticas.

Isso, por sua vez, atinge a formação política e os modos de participação política dos sujeitos, conforme os jovens sinalizam ao fazerem referência ao “bum” de *fake news* e suas reverberações na tomada de decisões e escolhas políticas nas eleições de 2018 no Brasil, cujas consequências atingiram também o campo de relações da política do cotidiano, sobretudo no que diz respeito ao fortalecimento de políticas públicas para as juventudes.

Neste sentido, considera-se que as *fake news* não representam uma problemática específica do seio político democrático. As falas dos jovens sinalizam que as *fake news* precisam ser compreendidas enquanto sintomas e peça estratégica de um fenômeno social, que tem suas raízes na sistematização dos ataques à própria credibilidade das instituições que, tradicionalmente, foram “credenciadas” a dizer o que é verdadeiro e apresentar os fatos.

Ao mesmo tempo, no campo da formação e participação políticas dos jovens, as *fake news* geram uma “crise epistêmica” à medida que verdade e mentira começam a ser colocadas na balança como elementos relativos a interesses de pessoas, grupos e organizações que

financiam a chamada “máquina do ódio”, em detrimento das relações democráticas coletivas e individuais, como tão bem colocou Mello (2020).

Por este prisma, os jovens denunciam também que – no plano da política institucionalizada – as trajetórias de formação e participação políticas juvenis são atravessadas pela produção e disseminação de *fake news* por parte dos representantes políticos, que – como cidadãos e personalidades públicas – suas falas, textos, imagens e vídeos acabam, em maior ou menor proporção, influenciando e reforçando a cultura da desinformação. Ao mesmo tempo, contribui para a descrença na política institucionalizada e a indiferença entre o que é verdadeiro e o que é falso; causando um mal-estar no processo de participação dos sujeitos, uma vez que – via de regra – a política institucionalizada acaba assumindo posição de referência num país onde a educação apresenta fragilidades no processo de formação política dos sujeitos.

6. Referências

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. In: **Journal of economic perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-236, mai., 2017.

ALMEIDA, A. A. L.; ALMEIDA, S. G. M.; RODRIGUES, R. S. **Redes sociais**: As vantagens e desvantagens da comunicação virtual. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXI Prêmio Expocom 2014 – Exposição de pesquisa experimental em comunicação.

AMADO, J. da S. A técnica de análise de conteúdo. In: **Revista Referência**, n. 5, nov., 2000. Disponível em: https://rr.esenfc.pt/rr/index.php?module=rr&target=publicationDetails&pesquisa=&id_artigo=2049&id_revista=5&id_edicao=20 Acesso em: 02 jun. 2020.

ANDERSON, L.; MCCABE, D.B. A coconstructedworld: adolescent self-socialization on the internet. In: **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 31, n. 2, p. 240-253, Fall 2012.

BAQUERO, M.; BAQUERO, R. V. A.; MORAIS, J. A. de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 989-1008, out.-dez., 2016.

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. **Eleições municipais 2008**: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro. Ijuí (RS): Editora Unijuí, 2009.

BARROSO, E. do S. G.; SOUZA, A. P. V. e; NEVES, J. D. de V. Juventude em rede: os sentidos que os jovens atribuem ao político e à política brasileira. In: **Desidades**: Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude, Revista Electrónica de Divulgación Científica de la Infancia y la Juventud. ISSN 2318-9282, n. 26, ano / año 7, jan/ene - abr 2020, p. 52-71.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, A. T. Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016. In: **Sociedade & Estado**, 33(3), p. 849-886, 2018.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORBA, J. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. In: **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, p. 147-168, 2005.

BRANCO, S. *Fake news* e os caminhos para fora da bolha. In: **Interesse Nacional**, São Paulo, ano 10, n. 38, p. 51-61, ago./out., 2017.

BRASIL. **62% dos brasileiros não sabem reconhecer uma notícia falsa**. 2020. Disponível em: https://www.kaspersky.com.br/about/press-releases/2020_62-dos-brasileiros-nao-sabem-reconhecer-uma-noticia-falsa Acesso em: 18 mai. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, ISBN 978-65-87201-56-6, 2021, p. 1-12.

BRASIL. Instituto brasileiro de análises sociais e econômicas. **Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Relatório final. 2005.

CAMARGO, A. C. Juventudes brasileiras e participação política no contexto das tecnologias digitais. In: OLIVEIRA, V. H. N.; CASTILHO, R. (Orgs.). **Juventudes brasileiras: questões contemporâneas**. Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2021.

CARRANO, P. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. In: **O social em questão**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 27, p. 83-100, 2012.

COUTINHO, C. P.; BOTTENTUIT JR., J. B. Blog e wiki: os futuros professores e as ferramentas da web 2.0. In: **SIIE**, 2007, Porto.

COSTA, B. L. Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. In: **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 7, n. 1, jan./abr. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DALMORO, M.; VIEIRA, K. M. Dilemas na construção de escalas tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? In: **RGO Revista Gestão Organizacional**, v. 6, Edição Especial, 2013.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

FISICHELLA, D. Comportamento eleitoral. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de política**, p. 189-192. Brasília: Editora UnB, 1992.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J. R.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, jan., 2008. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf> Acesso em: 12 jun. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRIESTAD, M.; WRIGHT, P. The next generation: research for twenty-first-century public policy on children and advertising. In: **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 24, n. 2, p. 183-185, Fall 2005.

GALLEGO, E. S (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. New Jersey, USA: Aldine Transaction, 2006.

GOMES, W. da S.; DOURADO, T. *Fake news*, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. In: **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 16, n. 2, jul./dez., ISSNe 1984-6924, 2019.

GUESS, A.; NYHAN, B.; REIFLER, J. Selective Exposure to Misinformation: Evidence from the consumption of fake news during the 2016 U.S. presidential campaign, 2018. **Semantic Scholar**. Disponível em: <http://www.ask-force.org/web/Fundamentalists/Guess-Selective-Exposure-to-Misinformation-Evidence-Presidential-Campaign-2018.pdf> Acesso em: 15 abr. 2021.

ITAGIBA, G. **Fake news e internet: esquema, bots e disputa pela atenção**. 2017. Disponível em: https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/04/v2_fake-news-e-internet-bots.pdf Acesso em: 15 set. 2021.

LOADER, B. D. **A política do ciberespaço**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

MAAR, W. L. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MINAYO, M. C. de S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. In: **Revista Lusófona de Educação**, v. 40, n. 40, 139-153, 2018. Disponível: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439> Acesso em: 25 mar. 2020.

MINAYO, M. C. de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. In: **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abr., 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4111455/mod_resource/content/1/Minayosaturacao.pdf Acesso em: 13 jun. 2020.

MORONI, J. *Fake news* e colonialidade de mentes: considerações via paradigma da complexidade. In: **Perspectiva Filosófica**, v. 48, n. 1, 2021.

MUSIAL, K.; KAZIENKO, P. Social networks on the Internet. In: **World Wide Web**, v. 16, n. 1, p. 31-72, 2011.

OLIVEIRA, T. M. V. Escalas de mensuração de atitude: Thrstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert. In: **Revista Administração online**, São Paulo, v. 2, n. 2, abr./jun. 2001.

OLSON, P. How Facebook Helped Donald Trump Become President. In: **Forbes**, p. 1-9, 2016.

PALFREY, J.; GASSER, U. Nascidos na Era Digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

PERSILY, N. Can Democracy Survive the Internet? In: **Journal of Democracy** 28, n. 2, abr., p. 63-76, 2017.

PHILLIPS, D. Social inclusion, social exclusion and social cohesion: tensions in a postindustrial world. In: **The Hong Kong Journal of Social Work**, v. 42 (1/2), 2008.

POUBEL, M. *Fake news* e pós-verdade. In: **Infoescola**, 2017. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociedade/fake-news/> Acesso em: 15 fev. 2021.

PUTNAM, R. D. **Our kids**. The American dream in crisis. New York: Simon & Schuster, 2015.

SANDOVAL, S. A. M. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social. In: CAMINO, L.; LHULLIER, L.; SANDOVAL, S. (Orgs.). **Estudos sobre comportamento político**, p. 13-24. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ROBERTS, D. America is facing an epistemic crisis. In: **Vox**, 2017.

RUEDIGER, M. A. **Robôs, redes sociais e política no Brasil: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018**. Rio de Janeiro: FGV, DAPP, 2017.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. In: **Revista PMKT**, p. 20-27, set., 2009. Disponível: http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003_02.pdf Acesso em: 11 jun. 2020.

TROJAN, R. M.; SIPRAKI, R. Perspectivas de estudos comparados a partir da aplicação da escala Likert de 4 pontos: um estudo metodológico da pesquisa Talis. In: **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 2, abr.-jun., 2015, p. 275-300.

VALENTINE, G.; HOLLOWAY, S. Parents' and children's fears about information and communication technologies and the transformation of culture and society. In: **Children Technology and Culture**. The Impacts of Technologies in Children's Everyday Lives. New York: Routledge Falmer, 2001, p. 59-77.

WARDLE, C. **Existem 7 tipos de fake news. Você conhece todos?** 2018. Disponível em: <https://www.redemagic.com/blog/internet/existem-7-tipos-fake-news-voce-conhece-todos/> Acesso em: 19 dez. 2019.

CONCLUSÃO

Uma das possibilidades emergentes da “era do algoritmo” é a rápida e ampla disseminação de *fake news*, que grosso modo pode ser vista como informações adulteradas ou falsificadas, cujo poder de alcance era mais reduzido, anteriormente às tecnologias digitais da informação e comunicação; e gerava menos implicações aos sistemas democráticos.

É a partir desse cenário que esta tese parte do princípio que, para apresentar e analisar as percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas, é preciso refletir sobre categorias analíticas fundamentais a partir de uma trama conceitual que interliga o conceito de juventude, formação política pela via da socialização e sociabilidade, participação política e *fake news*.

A pesquisa, por meio do metaestudo enquanto caminho metodológico propício à revisão sistemática da literatura, possibilitou adentrar e perceber o campo de conhecimentos produzidos em periódicos acerca da articulação entre juventude, *fake news*, formação política e participação política, bem como aproximar-se do universo das principais metodologias e técnicas que têm sido utilizadas nos estudos e pesquisas sobre juventudes.

Além disso, nas 18 obras analisadas por meio do metaestudo, fica evidente a diversidade de concepções de juventude e política, tendo em vista os marcos históricos e temporais que fazem com que juventude e política adquiram um caráter dinâmico e “elástico” ao longo dos anos e em diferentes contextos e instâncias sociais.

Isso, por sua vez, reverbera na multiplicidade com que os jovens são apresentados, concebidos, analisados e interpretados na própria literatura, haja vista que o próprio sentido e significado atribuídos a política pelas juventudes vão se modificando no binômio espacialidade-temporalidade, pois cada jovem é um sujeito de uma época histórica, social, política, cultural, ideológica e econômica.

A partir dessa percepção, os resultados oriundos do metaestudo trazem à tona que o campo de estudos sobre juventudes tem apresentado certo crescimento do ponto de vista da produção científica, especialmente no que tange às pesquisas acerca de juventude e participação política. Entretanto, é preciso considerar que, ainda, há carência de pesquisas e estudos que façam interfaces com os temas participação política, formação política e *fake news*.

A revisão sistemática aponta a ausência de pesquisas relacionadas às *fake news* no campo de formação e participação políticas das juventudes, embora os dados mostrem uma ascensão da discussão sobre *fake news* a partir das eleições presidenciais dos Estados Unidos

em 2016 e do Brasil em 2018; nas quais boa parte do público eleitor é formada por jovens e, apesar da ideia de participação política nessa tese não está centrada na concepção de política partidária, os resultados dessa pesquisa sinalizam que a política institucionalizada tem fortes implicações nas relações construídas pelos sujeitos em suas práticas políticas cotidianas e vice-versa.

Por vezes e na maioria das vezes, a política institucionalizada ou a imagem das personalidades públicas são os principais elementos de referência que constituem a visão construída pelos jovens sobre política e essa visão, carregada de sentidos e significados, acaba sendo canalizada nas práticas sociais, políticas, econômicas e culturais dos jovens em suas relações cotidianas.

Enquanto um ponto de referência política, até mesmo pela carência de processos formais de educação que explorem a ideia de política para além da “falida” política institucionalizada brasileira, a falta de credibilidade à política institucional está carregada tanto na literatura analisada quanto nas narrativas dos jovens participantes da pesquisa de um sentimento de descontentamento e descrença, sobretudo em relação às estruturas tradicionais e canônicas do “fazer política”.

As frustrações e decepções juvenis com os formatos tradicionais da política institucionalizada, que não pode ser confundida com a descrença na política ou nos processos de participação, fazem emergir entre os jovens questionamentos e angústias sobre a sobrevivência dos projetos de vida, o que – em maior ou menor proporção – incidem no afastamento de uma parcela da juventude da vida pública.

Os resultados da pesquisa, tanto na perspectiva da revisão sistemática de literatura quanto em sua empiria, revelam um movimento de jovens que reivindicam, questionam o cenário político, acreditam que são produtores e produtos políticos, mas descreem da política institucionalizada; ao mesmo tempo em que acreditam em novas formas de participação política, especialmente aquelas emergentes das tecnologias digitais da informação e comunicação.

Considerar o cenário das tecnologias digitais da informação e comunicação como vasto campo de esperança e expectativas juvenis quanto a invenção ou criatividade de novas formas de participação política significa ponderar que esse momento coincide com o período em que o tema juventude tem adquirido maior notoriedade no Brasil, especialmente nos últimos anos, em virtude dos múltiplos diálogos construídos entre vida social e o papel dos jovens no que diz respeito à transformação das sociedades.

É nesse cenário que os jovens assumem, mais fortemente, presença nas pautas sociais e políticas públicas, principalmente com emergência dos processos de tecnicidades advindas da relação entre os jovens, as mídias digitais, redes sociais e a própria constituição das suas subjetividades à medida que os jovens deixam de assumir a posição de sujeitos falados para sujeitos falantes, através do reconhecimento de suas falas, pensamentos, ideias, ideais e pontos de vista, inclusive nas pesquisas científicas e produções acadêmicas.

A ideia de tecnicidades ratifica o caráter plural do termo juventude, ao passo que reitera que os processos de socialização política e sociabilidades juvenis possuem certa plasticidade à medida que suas identidades, projetos de vida e modos de ler e interpretar a realidade já não se sustentam mais no monopólio da família, escola e igreja, que até pouco tempo figuravam como as principais e maiores instâncias de formação política dos jovens.

Os resultados da pesquisa apontam que as culturas juvenis vêm sendo – cada vez mais – reconfiguradas por processos sociais e pelas próprias tecnicidades que têm reconfigurado ou produzido novos espaços de socialização política e sociabilidades juvenis. Cujos espaços como as ruas, praças, mídias digitais e redes sociais assumem a condição de arenas propícias às manifestações culturais e políticas, bem como à construção das subjetividades coletivas por meio de diferentes processos de formação e participação políticas juvenis perpassados por relações materiais, sociais, ideológicas e simbólicas.

Nesse contexto, a importância dada nessa tese aos processos de formação e participação políticas juvenis – num cenário caracterizado pela efervescência das tecnologias digitais da informação e da comunicação – perpassa pela compreensão que refletir sobre juventude e política na atualidade, sobretudo numa conjuntura de relações políticas atravessadas por *fake news*, significa colocar em evidência a confiança no poder de participação e intervenção juvenil, haja vista que política é aqui entendida como arena de conflitos, disputa de poder, construção de narrativas e práticas sociais. Dito isso, quem é o jovem, senão um ser político?

O percurso da pesquisa torna nítido que, através de uma formação política responsável, democrática, cidadã e crítica, maiores são as possibilidades dos jovens construir seus repertórios de vida baseados numa visão mais ampla acerca do assunto política e compreenderem-se enquanto sujeitos da *práxis* política, afastando-se da falsa ideia que política está atrelada ao binômio, por vezes extremo, entre direita e esquerda.

Nesse ínterim, é importante destacar que o leque de compreensões e maneiras como os jovens lidam com seus processos de participação política estão, também, relacionados ao caráter dos vínculos que eles mantêm com as instâncias sociais formativas enquanto campos

de socialização política e sociabilidades que tiveram ou têm acesso, conforme pode ser percebido nas narrativas dos jovens entrevistados nessa pesquisa.

É preciso reafirmar que a pesquisa desenvolvida coloca em evidência, tanto em sua dimensão bibliográfica quanto empírica, a concepção de formação política juvenil enquanto um conjunto de práticas e estratégias articuladas a transmissões de crenças, valores e condutas que possibilitam diferentes caminhos à inserção e interação dos jovens na vida pública, à construção de suas subjetividades, fortalecimento de suas identidades e pertencimento social enquanto sujeitos culturais, políticos e históricos.

É nesse contexto que o debate sobre a formação política juvenil assume a expressão dos novos paradigmas sociais frente à produção e disseminação das *fake news*. Embora a produção e difusão de notícias falsas não sejam um fenômeno nascente na atualidade, é fato que sua propagação tem aumentado nos últimos anos, principalmente com o advento das mídias digitais e redes sociais, bem como do uso maléfico das tecnologias de inteligência artificial por meio da criação de robôs, que atuam em redes sociais como o *Facebook*, *Whatsapp*, *Instagram* e *Twitter*.

Conforme os resultados dessa pesquisa, não se pode negar que as *fake news* têm representado a função de agência polarizadora de opiniões, ideias, posicionamentos e visões no campo político e influenciado na formação política dos sujeitos, como os jovens entrevistados apontam – por exemplo – a forte influência que as *fake news* exerceram através do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, no período da pandemia da Covid-19, bem como nas eleições brasileiras em 2018.

A literatura e os dados da pesquisa apontam que as *fake news* possuem diferentes características e podem atuar de diversas formas nos processos de formação e participação políticas, incidindo tanto nas práticas políticas cotidianas como nas práticas institucionalizadas. E, desse modo, elas podem ser usadas desde a criação de golpes cibernéticos, à propagação de vírus e narrativas infundadas ou, até mesmo, influenciar na conjuntura política através da cultura da desinformação.

Pode-se afirmar que a cultura da desinformação, reforçada pelo “gabinete e máquina do ódio” no Brasil, representa uma ameaça à sociedade democrática e, portanto, a preservação da liberdade de expressão e o impedimento para que a desinformação comprometa a democracia se constituem num dos maiores desafios da atualidade do ponto de vista da formação e participação políticas dos sujeitos.

A pesquisa de campo, ao elucidar as percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas, revelou que internet – especialmente as redes

sociais e mídias digitais – exerce forte influência como agência de socialização política capaz de permear a tomada de decisões e escolhas dos jovens.

Por outro lado, é importante também destacar que, embora não estejam no topo entre os jovens participantes da pesquisa, a família e a escola ainda figuram como agências tradicionais de socialização política e, portanto, ocupam lugar de referência para os jovens.

Entretanto, no que diz respeito à interação dos jovens com as tecnologias digitais da informação e comunicação, os dados e resultados da pesquisa apontam que boa parte dos jovens confiam nas informações veiculadas na internet, especialmente nas redes sociais que são suas principais fontes de informação. Desse modo, pode-se afirmar que as redes sociais assumem o significado de ambientes que extrapolam as relações de lazer e entretenimento, mas representam também espaços de construção comunicativa e interacional podendo incidir na formação e participação políticas juvenis.

Essa incidência, por sua vez, pode acontecer por meio dos posicionamentos, comportamentos e pontos de vista que são construídos através do acesso, produção e compartilhamento de informações num processo, inclusive, autossocializador; tendo em vista que as relações *bios* midiáticas reconfiguram os tempos e espaços das experiências juvenis em relação aos seus demarcadores de formação e participação políticas.

Apesar de afirmarem a ideia de política numa perspectiva do cotidiano, é perceptível, através das falas dos jovens, que seus olhares sobre o universo do termo política, ainda, têm como lentes suas experiências e vivências com o cenário da política tradicional existente do ponto de vista da institucionalidade e das personalidades públicas políticos, principalmente a referência da política governamental a nível nacional.

Esses olhares refletem na percepção negativa e de descrença que os jovens externam em relação a seus representantes político-partidários e ao modelo tradicional da cultura política existente, que em muitos aspectos não dialoga com os princípios democráticos; a contar pela produção e disseminação de *fake news* como estratégia política para ganhar pleitos eleitorais e manter-se no poder, como os citam relacionando-se às presidenciais de 2018 no Brasil, cuja prática – para eles – teve repercussões no campo da política do cotidiano.

Por esse ângulo, os jovens revelam que suas trajetórias de formação e participação política podem sofrer certa influência das *fake news* à medida que representantes políticos – enquanto cidadãos e personalidades públicas – disseminam textos, imagens, falas e vídeos cujas narrativas são falsas e têm a pretensão de passarem por reais ou verdadeiras.

Nesse sentido, as discussões e resultados da pesquisa colocam em evidência que a propagação de *fake news*, por meio das tecnologias digitais da informação e comunicação,

tornou-se um instrumento potente nos mais variados processos de manipulação da opinião pública, fortalecendo – por meio da cultura da desinformação – para a colonialidade de mentes.

A colonialidade de mentes, por sua vez, representa um modo de violência epistêmica em decorrência da transmissão e transformação de costumes e hábitos dos próprios sistemas sociais, a exemplo da educação, ciência, instituições políticas governamentais, religião, mídias, família, que propagam maneiras impositivas tanto no campo do pensamento quanto na ação das esferas colonizadoras.

Dessa maneira, a pesquisa desenvolvida neste trabalho em suas dimensões bibliográfica e empírica chama atenção que, com o auxílio das mídias digitais e redes sociais, as *fake news* têm assumido a condição de agentes colonizadores de mentes por meio da produção de crenças onde a verdade fica à margem ou, simplesmente, não existe, dando lugar à criação ou alterando comportamentos, atitudes, ações e narrativas.

No que tange de maneira mais específica sobre as percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas, os jovens afirmam que – embora não se vejam como o público que mais compartilha *fake news* (até mesmo pelo fato de utilizarem mais facilidade e propriedade as redes sociais), as *fake news* podem influenciar, ainda que de forma indireta, nas decisões e escolhas políticas da juventude, principalmente pelos efeitos negativos que a política institucionalizada representa enquanto um dos campos de onde mais têm emergido *fake news* nos últimos tempos.

Os participantes da pesquisa partem do pressuposto que os jovens estão imersos em grupos de socialização política e sociabilidade, a exemplo da escola, família, igreja, amigos, redes sociais, organizações, movimentos sociais nos quais ocorrem processos de transmissão de pensamentos, símbolos, atitudes, escolhas, ideologias, representações de mundo e comportamentos políticos.

Esses processos, por sua vez, incidem na formação política juvenil e suscitam diferentes modos de participação política, uma vez que os grupos de socialização política e sociabilidades, via de regra, são espaços de construção de suas referências políticas e, como tal, ocupam certa centralidade na construção das identidades políticas coletivas e individuais dos jovens.



Os jovens consideram que as *fake news* são elementos capazes de provocar o enfraquecimento da democracia, além de servirem como obstáculos à distinção entre liberdade de expressão e o uso dessa liberdade para propagar narrativas prejudiciais; fatores que podem contribuir para que a credibilidade das instituições sociais seja colocada em xeque,

assim como pode gerar ou fortalecer nos jovens um sentimento de indiferença em relação ao assunto política, fazendo com que eles não percebam a existência da política em suas simples relações cotidianas.

Nesse sentido, os jovens apontam que a carência de alfabetização e/ou literacia digitais atualmente é um dos principais pontos que têm corroborado para uma formação política juvenil, bem como para ampliação acerca da ideia de participação política para além do exercício do voto eleitoral.

Dessa forma, os resultados da pesquisa chamam atenção que as *fake news*, vistas pela ótica da formação e participação políticas juvenis, representam um fenômeno social que, estrategicamente, ataca as instituições sociais e coloca em xeque a sobrevivência das sociedades democráticas à medida que podem comprometer a formação política das futuras gerações por meio do estabelecimento de uma “crise epistêmica”.

APÊNDICE 1

 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA</p>	 <p>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTI- INSTITUCIONAL EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO</p>
--	--

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a),

Se você tem de 18 a 29 anos de idade está convidado(a) a participar dessa pesquisa, que está vinculada ao Doutorado em Difusão do Conhecimento do Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento (UFBA, UNEB, UEFS, IFBA, LNCC e SENAI CIMATEC), desenvolvida pelo estudante Hélio Souza de Cristo, cujo projeto de pesquisa intitula-se “Entre a rua e a rede: percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas”, sob orientação dos professores Hugo Saba e José Wellington Marinho de Aragão.

A pesquisa tem como objetivo apresentar e analisar percepções juvenis sobre as *fake news* em seus processos de formação e participação políticas. Por isso, a sua participação nessa pesquisa é necessária e indispensável para o levantamento de dados, execução e qualidade da pesquisa em curso.

Esta pesquisa seguirá os critérios da ética em pesquisa com seres humanos, conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa nº 4.633.140 emitido pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

Contamos com a sua importante participação!

I. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a),

A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios como estimular a produção de conhecimentos sobre as relações entre juventudes, *fake news* e política, tendo como abordagem principal os diálogos existentes entre formação política e participação política juvenil perante os desafios emergentes e as reconfigurações dos espaços públicos (físicos e virtuais), partindo do pressuposto que as tecnologias digitais da informação e comunicação redimensionaram as identidades juvenis, suas bandeiras de lutas e modos de participação social e política, influenciando as disposições juvenis em seus processos de participação sociopolítica.

Caso aceite, você será direcionado a um questionário *online* e, após responder o questionário, deverá informar se tem interesse em participar do segundo momento da pesquisa através de uma entrevista remota. Caso aceite participar do segundo momento e conforme a sua disponibilidade, agendaremos uma entrevista que acontecerá remotamente e será realizada pelo pesquisador Hélio Souza de Cristo por meio do *WhatsApp*, *Google Meet* ou *Skype*, de acordo com a sua disponibilidade e possibilidade de acesso e tempo.

Devido à coleta de informações, você poderá lembrar de momentos de sua vida que poderão despertar sensações boas ou ruins a depender da sua história de vida no tocante ao envolvimento, participação e engajamento político, principalmente se tiver ou já teve relação direta com os movimentos sociais. Assim, visando minimizar tais riscos, serão adotadas medidas básicas, como a possível interrupção da pesquisa com o participante (sem nenhum prejuízo para a sua pessoa) ou a recomendação que o participante busque o serviço de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, ainda que remoto, para minorar os efeitos que porventura a pesquisa venha a causar.

Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, você não será identificado. Serão adotadas medidas de segurança como a gravação da entrevista em um único computador (com senha) para análise dos dados, de modo que sejam assegurados o sigilo e o anonimato das informações dos participantes, visando minimizar os riscos de vazamento das informações.

Os dados produzidos serão utilizados apenas com finalidade científica e ficarão armazenados sob os cuidados do pesquisador por um período de 5 anos. Após esse período, os arquivos serão completamente destruídos. Desse modo, somente o pesquisador e seus orientadores terão acesso aos conteúdos das entrevistas.

Caso queira, você poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisador ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que você apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador e, caso queira, você poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética da Universidade Federal da Bahia. O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado interdisciplinar e independente, com função pública, existente nas instituições que desenvolvem pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, cuja criação tem como objetivo principal defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, assim como contribuir na realização de pesquisas levando em consideração os padrões e princípios éticos, de acordo com as normas, orientações e diretrizes regulamentadoras da Pesquisa envolvendo seres humanos.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam os contatos dos pesquisadores e do Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação ética da pesquisa, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. É recomendado ao participante manter sob sua guarda em seus arquivos uma cópia deste documento.

*Pesquisa submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, aprovado sob número de parecer: 4.633.140, consulta disponível no link: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

II. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Hélio Souza de Cristo

Endereço: Travessa Basílio de Magalhães, 45, Rio Vermelho, Salvador-BA, CEP: 41940-430

Telefone: (75) 99921-8611 E-mail: heliocristo02@gmail.com

MEMBROS DA PESQUISA:

- José Wellington Marinho de Aragão

Endereço: Av. Reitor Miguel Calmon, SN, Canela, Salvador-BA, CEP: 40110-100

Telefone: (71) 3283-7287 E-mail: jwellingtonaragao@gmail.com

- Hugo Saba

Endereço: Rua Macaúbas, 520, Rio Vermelho, Salvador-BA, CEP: 41940-250

Telefone: (71) 3283-7287 E-mail: hugosaba@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UFBA: Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, Rua Augusto Viana, S/N, 3º Andar, Canela, CEP 41.110-060, Salvador, Bahia, Brasil. Tel.: (71)3283-7615, fax: (71)3283-7615, e-mail: cepee.ufba@ufba.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

III. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDOS

Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador sobre os objetivos, benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “Entre a rua e a rede: percepções juvenis sobre as fake news em seus processos de formação e participação políticas”, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja revelada e assinarei eletronicamente este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Declaro estar ciente sobre a pesquisa e tenho interesse de participar.

Declaro estar ciente sobre a pesquisa, mas não tenho interesse de participar.

APÊNDICE 2



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTI-INSTITUCIONAL EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

QUESTIONÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Nome completo do(a) Participante (seu nome será mantido em sigilo): _____
2. Data de nascimento: ____ / ____ / ____
3. Cidade e estado onde mora: _____
4. Sexo: () Masculino () Feminino

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Como você se autodeclara?
() Branco(a)
() Pardo(a)
() Preto(a)
() Amarelo(a)
() Indígena
() Outro.
2. Qual sua situação conjugal?
() Solteiro (a)
() Casado(a) /mora com um(a) companheiro(a)
() União estável
() Separado (a) / Divorciado (a)/ Desquitado (a)
() Viúvo (a)
() Outra.
3. Qual sua renda mensal individual?
() Menos de um salário mínimo.
() Entre 01 e 02 salários mínimos.
() De 02 até 03 salários mínimos.
() Superior a 03 salários mínimos.
() Não possuo renda mensal.
() Prefiro não responder.
4. Qual seu nível de escolaridade?
() Ensino Fundamental Incompleto.
() Ensino Fundamental Completo.
() Ensino Médio Incompleto.

- () Ensino Médio Completo.
 () Ensino Superior Incompleto (Graduação).
 () Ensino Superior Completo (Graduação).
 () Pós-Graduação.

JUVENTUDE, *FAKE NEWS*, FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICAS

1. Você é filiada(o) a algum partido político?

- () Sim.
 () Não.

Em caso afirmativo, responda: Qual?

2. Você faz parte de algum movimento social?

- () Sim
 () Não

Em caso afirmativo, responda: Qual(is)? _____

3. Você se considera um sujeito político de:

- () Direita.
 () Esquerda.
 () Centro.
 () Nenhuma das alternativas acima.

4. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nenhuma relevância e 10 = extrema relevância, qualifique o quanto você considera que política é um assunto que deve interessar a juventude:

Nenhuma relevância () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita relevância

5. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nenhum interesse e 10 = muito interessado, qualifique seu interesse pelo assunto política:

Nenhum interesse () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muito interesse

6. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nenhuma influência e 10 = muita influência, qualifique as relações interpessoais relacionadas abaixo pelo grau de influência que elas exercem em suas escolhas e decisões políticas:

a) Pais e familiares

Nenhuma influência () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita influência

b) Líderes estudantis, integrantes de grêmios estudantis ou centro acadêmico

Nenhuma influência () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita influência

c) Dirigentes de ONGs e movimentos sociais

Nenhuma influência () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita influência

d) Vizinhos e amigos

Nenhuma influência () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita influência

e) Professores

Nenhuma influência () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita influência

f) Líderes religiosos

Nenhuma influência () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita influência

g) Líderes sindicais

Nenhuma influência () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita influência

7. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nenhum interesse e 10 = muito interesse, qualifique seu grau de interesse pelo que acontece no Brasil em relação ao cenário político:

Nenhum interesse () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muito interesse

8. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nenhum interesse e 10 = muito interesse, qualifique seu grau de interesse pelo que acontece no mundo em relação ao cenário político:

Nenhum interesse () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muito interesse

9. Qual(is) a(s) sua(s) principal(is) fonte(s) de informação sobre política?

- () Família
- () Colegas de escola e da universidade
- () Amigos
- () Redes sociais
- () Portais de notícias
- () Televisão
- () Jornais impressos
- () Jornais *online*
- () Coletivos e movimentos sociais
- () ONGs
- () Igrejas
- () Sindicatos
- () Cooperativas
- () Partidos políticos
- () Lideranças políticas
- () Outra(s).

10. Quai(is) a(s) principal(is) rede(s) social(is) que você utiliza para se informar?

- () *Facebook*
- () *Instagram*
- () *Twitter*
- () *WhatsApp*
- () *Telegram*
- () Nenhuma
- () Outra(s)

11. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nenhuma influência e 10 = muita influência, qualifique o quanto você considera que as mídias digitais e redes sociais influenciam na participação política dos jovens na atualidade:

Nenhuma influência () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita influência

12. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nenhuma relevância e 10 = muito relevante, qualifique os temas relacionados abaixo pelo seu grau de importância a ser dada no cenário político atual:

a) Combate à Corrupção

Nenhuma relevância () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita relevância

b) Educação

Nenhuma relevância () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita relevância

c) Saúde

Nenhuma relevância () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita relevância

d) Segurança Pública

Nenhuma relevância () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita relevância

e) Mobilidade Urbana

Nenhuma relevância () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita relevância

f) Direitos Humanos

Nenhuma relevância () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita relevância

g) Trabalho e Emprego

Nenhuma relevância () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita relevância

h) Meio Ambiente

Nenhuma relevância () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita relevância

i) Esportes e Lazer

Nenhuma relevância () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita relevância

j) Arte e Cultura

Nenhuma relevância () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita relevância

k) Gênero e Sexualidade

Nenhuma relevância () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita relevância

l) Combate ao racismo

Nenhuma relevância () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita relevância

13. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nenhuma confiança e 10 = muita confiança, qual seu nível de confiança na política brasileira?

Nenhuma confiança () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita confiança

14. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nada satisfeito e 10 = muito satisfeito, como você se considera em relação ao cenário político brasileiro atual, como você se considera?

Nenhuma satisfação () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita satisfação

15. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nenhuma confiança e 10 = muita confiança, qualifique o seu grau de confiança nas notícias relacionadas à política veiculadas pela mídia brasileira:

Nenhuma confiança () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita confiança

16. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nenhuma influência e 10 = muita influência, qualifique o quanto as notícias e informações relacionadas a política veiculadas pela mídia influenciam em suas escolhas e decisões políticas:

Nenhuma influência () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita influência

17. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nenhuma preocupação e 10 = muita preocupação, qualifique o quanto você se preocupa com as *fake news*:

Nenhuma preocupação () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita preocupação

18. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nunca verifico e 10 = sempre verifico, qualifique o quanto você verifica uma informação antes de compartilhá-la:

Nunca verifico () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Sempre verifico

19. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nenhuma influência e 10 = muita influência, qualifique o quanto as *fake news* já influenciaram em suas escolhas e decisões políticas:

Nenhuma influência () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita influência

20. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nenhuma influência e 10 = muita influência, qualifique o quanto você considera que as *fake news* podem influenciar na formação e participação políticas dos jovens:

Nenhuma influência () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita influência

21. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nenhuma influência e 10 = muita influência, qualifique o quanto você considera que as *fake news* podem manipular os jovens:

Nenhuma influência () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita influência

22. Numa escala de 0 a 10, onde 0 = nenhuma influência e 10 = muita influência, qualifique o quanto você considera que as *fake news* podem comprometer a formação política das gerações futuras:

Nenhuma influência () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 Muita influência

Tem interesse em contribuir com essa pesquisa num segundo momento por meio de uma entrevista remota (*online*)?

() Tenho interesse em contribuir.

() Não tenho interesse em contribuir.

ENTREVISTA REMOTA (*ONLINE*)

Caso tenha interesse em contribuir, deixe seu contato telefônico (preferencialmente, *WhatsApp*) e/ou endereço de email, a fim de que possamos entrar em contato com você para agendarmos a entrevista remota (*online*), conforme sua disponibilidade.

Contatos (telefone e/ou email):

brasileira? Justifique.

9. As notícias e informações relacionadas a política veiculadas pela mídia influenciam em suas escolhas e decisões políticas? Justifique.

10. *Fake news* é um assunto que te preocupa? Justifique.

11. As *fake news* já influenciaram, em algum momento, em suas escolhas e decisões?

12. Você considera que as *fake news* podem influenciar na formação política e participação política das pessoas? Justifique.

13. Você considera que as *fake news* podem comprometer a formação política das gerações futuras? Justifique.

14. O que você pensa sobre o futuro da juventude e a política?

15. Existe algo que gostaria de falar que não foi contemplado nas perguntas?